Análise sintática do português falado no Brasil - vol. 1

Márcia Santos Duarte de Oliveira

Márcia Santos Duarte de Oliveira

Análise sintática do português falado no Brasil

(*vol. 1*)

Editora Multifoco
Rio de Janeiro, 2010

Pra meu pai (Carlos Santos),
minha mãe (Evanilde), minha tia Áurea
e meus filhos Hellena e Jonathan.

Agradecimentos

Este livro foi estruturado e escrito em 4 meses, em Portugal.
Neste espaço, remeto meus agradecimentos:

A John Holm, Universidade de Coimbra, por ter acolhido minha pesquisa de pós-doutoramento e me propiciar todas as condições pra que este projeto de livro pudesse ser realizado;

A Gabriel Antunes, Universidade de São Paulo, por sua amizade, parceria em vários projetos e por todo o apoio que me ofereceu durante minha ausência do Brasil;

A Lurdes Jorge, Universidade de Brasília, por uma amizade de anos que se solidificou por meio de uma parceria acadêmica que sempre me levou a pensar muito;

A Maria Aparecida Torres Morais, Universidade de São Paulo, que sempre acreditou neste trabalho e o apoiou;

A Ednalvo A. Campos e Eduardo F. dos Santos pelo apoio na revisão criteriosa da redação do texto e ainda pela parceria na organização e escrituração do volume 2 deste livro;

À TUDOCECA, na pessoa de Janaína Azevedo, que publicou "Cadernos de Sintaxe" e ainda, em parceria com a MULTIFOCO, "Sintaxe do Português" – este livro é resultado da reformulação e ampliação dessas publicações;

A Marco Antônio Pontes por seu companheirismo e por sua alegria que me faz lembrar que há vida além das fronteiras da Academia;

A Dália dos Santos por sua extrema amabilidade e amizade que me fazem, antes de ter saído, já querer voltar muitas vezes a Portugal;

A Ana Stella Cunha por sua amizade de anos e por todo o apoio que me ofereceu em Portugal.

Obrigada, meus amigos!

A Deus, meu Senhor, que "caminha" comigo desde a minha meninice. "Todas as coisas foram feitas por intermédio d'Ele, e sem Ele nada do que foi feito se fez" (São João 1:3); para Ele e por Ele são todas as coisas, incluindo esta 'tentativa de análise' de minha língua materna.

Sumário

Prefácio

A obra *Análise sintática do português falado no Brasil* – Vol. 1 e 2, editado pela Multifoco, é resultado de um processo de revisão completa e ampliação do livro *Sintaxe do português – estudando formalmente a gramática de uma língua*, lançado em 2009 em pareceria com as Editoras Tudoteca e Multifoco.

Análise sintática do português falado no Brasil é, de fato, um livro novo, com capítulos antigos revistos, ampliados e reformulados e ainda com inserção de dois novos capítulos. A obra é constituída de mais um volume além deste.

No segundo volume, em pareceria com Ednalvo Apóstolo Campos e Eduardo Ferreira dos Santos, apresentam-se a chave de correção dos exercícios que constam ao final deste Vol. 1, além de exercícios-extras.

Os exercícios inseridos ao final deste Vol. 1 – e que são gabaritados no Vol. 2 – foram testados em sala de aula entre os anos de 2006, 2007, 2008 e 2009. São, portanto, fruto de minha docência, em sala de aula, no curso de *Sintaxe do Português* do Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo – DLCV/FFLCH/USP. Agradeço a muitos dos alunos que integraram o corpo discente destes anos citados, por sua colaboração na feitura destes exercícios e pela enorme contribuição ao solicitarem maiores explicações e até mesmo sugerirem 'ajustes'. Importante mencionar que a ementa do curso de *Sintaxe do Português* da FFLCH, e ainda de outros cursos nossos, direcionou-me ao *outline* deste livro. Ainda, o coleguismo dos professores que integram a equipe da Área de Filologia e Língua Portuguesa do Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas (FFLCH/USP) foi muito importante para que me sentisse à vontade para publicar este texto.

Preciso dizer ainda que o ensino do português me acompanha há cerca de 20 anos, quando iniciei, no Estado do Rio de Janeiro, minha carreira como docente. Por nove anos fui professora da Rede Pública de Ensino do Estado do Rio de Janeiro e aquele período marcou profundamente minha carreira. Outros momentos da docência me seguem como os meses em que estive na Universidade de Brasília, como professora temporária (por meio de um concurso) e ainda o início na USP, também como professora tempo-

rária (por meio de um concurso no ano de 2004). Logo, neste livro, há 'ecos' de muitos alunos, de diversos períodos, de diversos locais do Brasil, de diversos amigos. Há 'ecos' também da África, durante meus tempos de incursão na Nigéria. Nestes anos, mais de 10, em que tenho trabalhado com a pesquisa de uma língua tão distinta da minha – a língua ibíbio (e ainda, muitas vezes, feito isto por meio do inglês) –, a percepção das 'estruturas' do português brasileiro se fez ainda mais forte.

O livro que ora se apresenta: *Análise sintática do português falado no Brasil* – volumes 1 e 2 – foi construído a partir de um trabalho de escrituração desenvolvido em três etapas:

(i) primeiramente, elaborei *hand-outs* para as aulas do curso de *Sintaxe do Português*;

(ii) os *hand-outs*, em um segundo momento, foram desenvolvidos em forma de texto e impressos como 'cadernos' com o nome: *Cadernos de Sintaxe do Português* – 2007 – pela Tudoteca;

(iii) no ano de 2008, a Tudoteca, em pareceria com e Editora Multifoco, publicou *Sintaxe do português – estudando formalmente a gramática de uma língua.* Neste livro, foram revistos e reunidos os nove 'cadernos' que compuseram a edição de *Cadernos de Sintaxe do Português*, acrescidos ainda de um encarte de exercícios.

Em *Análise sintática do português falado no Brasil* – Vol. 1, foram reformuladas todas as estruturas sintáticas que constavam no livro *Sintaxe do português – estudando formalmente a gramática de uma língua*. A estrutura do sintagma verbal foi totalmente alterada e para tanto, foi necessário a organização de dois capítulos (capítulos 3 e 4) em que pude apresentar a evolução, em Teoria da Gramática, do que se considera atualmente a projeção de estruturas transitivas: a expansão do sintagma verbal nas camadas Sv/SV. Nesses dois capítulos, enfatizo a predicação verbal, tratando com mais detalhes sobre a posição de sujeito na gramática do português e 'olhando' para a análise do sintagma verbal a partir do número de seus argumentos. A inserção dos capítulos 3 e 4 me fizeram rever e ampliar todos os antigos capítulos que compunham o livro *Sintaxe do português – estudando formalmente a gramática de uma língua.*

No capítulo 1 deste livro (através de partes do 'antigo' capítulo 9 de *Sintaxe do português – estudando formalmente a gramática de uma língua*), introduzo a questão do português falado no Brasil (PB). Apresento, nesse capítulo, as grandes discussões acadêmicas que têm permitido a proposta de que nós brasileiros estamos a caminho de uma gramática cada vez mais diferenciada da gramática falada pelos portugueses (que tem sido referida como português europeu – PE). É preciso dizer, portanto, que, a variedade da língua contemplada nas páginas que se seguem a esta é o português culto falado no

Brasil. Sinto-me à vontade por fazê-lo, pois, no momento, já dois volumes da obra *Gramática do português culto falado no Brasil* estão publicados e mais três são esperados. Logo, não é fato novo que a Academia brasileira já considera o PB como uma realidade diferenciada da do PE e, nesta obra, tentamos, de uma forma o mais simples possível, apresentar as principais linhas de investigação sobre a sintaxe do PB para um público-alvo principalmente da Graduação.

É óbvio que, devido à brevidade destas páginas, 'pecamos', com certeza, na ausência de citações de trabalhos relevantes – afinal, nos últimos 10 a 15 anos, a investigação do PB foi alvo de numerosas dissertações de mestrado, teses de doutorado, publicações de *papers* e de livros, tanto no Brasil quanto no exterior. Logo, as notas de rodapé, as indicações de leituras complementares e as referências bibliográficas são uma 'tentativa' de informar sobre parte desta enorme produção. Tentamos ainda indicar textos relevantes sobre a gramática moderna do português europeu (PE) com o objetivo de mostrar ao leitor as diferenças, se comparadas ao PB.

Não há como não mencionar a enorme contribuição de meus amigos em Portugal, brasileiros e portugueses, que me fizeram aguçar a vontade de analisar e comparar o PB com o PE. Este livro foi escrito em Portugal durante o segundo semestre de 2009 (período de meu pós-doutorado), e este fato me beneficiou enormemente, pois pude ver 'in loco' que minha gramática (a brasileira) não é a mesma que a dos lusitanos. Aliás, um lindo português de 4 anos, Francisco (Kiko), sumarizou isto muito bem quando eu tentava, infrutiferamente, falar como ele em PE. Kiko me respondeu:

"Ah! Você já está quase a falar português, hein!"

É com esta frase de Kiko que 'abro' o capítulo 1, e ainda este livro.

Durante o período de pós-doutorado em Portugal, na Universidade de Coimbra, fui enormemente beneficiada pelo contato direto com o Professor John Holm. O vastíssimo conhecimento acadêmico do professor John (sobretudo em 'Linguística do Contato'), sua generosidade em compartilhar comigo vários trabalhos que não conhecia e sua investigação de anos sobre o PB foram, sem dúvida, uma contribuição enorme à escrituração deste livro.

Ao término deste prefácio, algumas palavras sobre o caráter deste trabalho. *Análise sintática do português falado no Brasil* não é uma gramática normativa. O seu objetivo não é apresentar 'regras' sobre o 'uso correto' da língua. Objetivamos apresentar ao público universitário, de modo resumido, um conjunto de trabalhos que apontam para aspectos do falar dos brasileiros que precisam ser divulgados. Penso que precisamos ter

a coragem de formar novos professores, e profissionais da língua, que 'olhem' para o enorme hiato entre a língua escrita, que estamos ensinando na(s) escola(s) – a partir da alfabetização – e a língua falada no país. Em muitas escolas, principalmente do Ensino Médio, e ainda em muitas Faculdades (e Universidades), o que se contempla (e se exige) é a norma culta do PE, sem se levar em conta que anos de estudo e pesquisa apontam para o fato de que nós, brasileiros, já temos a nossa própria 'norma'.

Durante as páginas deste livro não desprezamos, contudo, os compêndios gramaticais clássicos do português brasileiro, principalmente aqueles que têm se adequado aos conhecimentos linguísticos; buscamos exemplos e verificamos, na medida do possível, o que tem sido prescrito como "norma culta escrita e falada" na língua portuguesa. Portanto, textos como Bechara (1999), e outros, estão "à nossa mesa". No entanto, estamos cientes de que nossas gramáticas, em diferentes e diversos aspectos, se mostram afastadas da ciência linguística, isto porque seus objetivos não são a descrição e explicação da língua em sua complexidade.

Eu torço para que o leitor que se aproprie deste livro faça bom uso de suas páginas. Bem vindos à *Análise sintática do português falado no Brasil* – volumes 1 e 2.

Lisboa, dezembro de 2009

Márcia Santos Duarte de Oliveira

Capítulo 1

A língua portuguesa falada no Brasil

Cena em Lisboa, novembro de 2009

Márcia, uma brasileira, encontra-se em casa de sua amiga Dália, portuguesa. Dália está acompanhada de seu neto Francisco (Kiko) de quatro anos, que as ouve, atentamente, conversando à mesa do jantar. Márcia olha para Kiko e lhe pergunta:

– Kiko, queres isto?

Kiko lhe responde com ar surpreso!

– Ah! Já estás quase a falar português, hein!

Vários estudos apontam que: (i) o português brasileiro – PB – não possui a mesma gramática que o português europeu – PE;

(ii) a sintaxe pronominal do PB e PE é um dos tópicos linguísticos que apresenta distinções mais visíveis – ver, entre outros: Cyrino, S. M. L. (1994), Cyrino, Duarte & Kato (2000), Duarte (1996), Figueiredo e Silva (1996), Galves (1987, 1998, 2001), Kato (1999), Kato & Negrão (2000), Monteiro (1994), Negrão (1999), Nunes (2003), Tarallo (1983), Torres Moraes & Ribeiro (2005).

Voltando à cena que introduz este capítulo, e livro, apresentamos a pergunta de *Márci*a à *Kiko* abaixo, em duas versões:

(1) – Kiko, queres isto? *(português europeu)*

(2) – Kiko, você quer isto? *(português brasileiro)*

A surpresa de *Kiko* ao ouvir *Márcia* pronunciar a sentença (1) é que, de fato, a sentença (1) não faz parte da gramática de *Márcia* – e a inteligência de Kiko já havia constatado este fato.

À parte questões fonológicas, as sentenças (1) e (2), embora similares, exemplificam um distanciamento entre gramáticas:

(i) no PB, ocorre uma redução do paradigma de flexão – veja, em (2), a flexão de 3ª. pessoa do singular *quer* (concordância com *ele/a*) sendo usada para a concordância de 2ª. pessoa do singular (pronome *você*);

(ii) o uso da forma pronominal *você* em (2) não é o mesmo que a forma *você* em Portugal. Em Portugal, *você/tu* são formas alternantes, familiares, mas que são usadas em situações de menos intimidade (*você*) e mais intimidade (*tu*)[1]. No Brasil, à parte o norte do país (região do Pará), *você/tu* não são formas alternantes de um paradigma formal/informal. Kiko já havia ouvido várias vezes Márcia falando e, na interação com ele e sua avó Dália, usando *você*;

(iii) o preenchimento pronominal da posição de sujeito em situações em que o sujeito pode ser nulo, como em (1), é outra grande marca de diferenciação entre o PB e o PE. Pesquisas atestam que em PB, estamos cada vez mais preenchendo fonologicamente a posição de sujeito quando este sujeito é mais referencial, como pronomes de 1ª. e de 2ª. pessoas – cf. Cyrino, Duarte & Kato (2000). Kiko, já estava ouvindo, há cerca de dois meses, Márcia preencher a posição de sujeito como em (2), diferentemente do que ele e 'sua casa' fariam (veja sujeito nulo em (1)).

> *A inserção, principalmente no português do Brasil, de 'você' e 'a gente' no sistema pronominal criou uma série de repercussões gramaticais em diferentes níveis da língua. Por derivar de uma forma nominal que leva o verbo para a terceira pessoa do singular, o emprego de 'você' na interlocução acarretou, por exemplo, um rearranjo no sistema pronominal com a fusão de 2ª. pessoa do plural. Novas possibilidades combinatórias tornaram-se usuais [...]*
> *[...]*
> *Outra reestruturação ocorreu no paradigma verbal que perde sua riqueza em termos flexionais passando de seis para três formas básicas ("eu falo, "tu/você/ele/ a gente fala", "vocês/ eles falam". [...]"*
>
> *Lopes & Rumeu (2007: 419)*

É evidente que *Kiko* não interpretou teoricamente as diferenças entre as sentenças (1) e (2), descritas acima, linguisticamente, à luz de pesquisas atuais. No entanto, o que nos chama a atenção é que uma criança de quatro anos, bastante inteligente e que já fala com fluência o PE, ateste a seguinte conclusão, reproduzida em:

---

1. Em Lisboa, ouvi o 'queixar' de Fernanda (uma portuguesa), referindo-se à amiga: "Anos de amizade e ela ainda se refere a mim usando <u>você</u>."

(3) – Ah! Já estás quase a falar português, hein!

Em nossa interpretação (aos risos) é como se Kiko dissesse: *"Ah! Finalmente Márcia já pode ser quase compreendida por nós, que falamos português"*.

A cena acima entre *Kiko* e *Márcia* constitui-se em uma prova enunciativa de que o PE e o PB caminham para duas variedades cada vez mais distantes.

> *As variedades do português faladas em Portugal (PE) e no Brasil (PB) apresentam algumas diferenças tanto nos níveis fonético e lexical (as diferenças mais facilmente apreensíveis) como nos níveis morfológico e sintáctico-semântico.*
>
> *Mateus (2003(b): 45)*

Note que o fato de podermos nos entender – brasileiros e portugueses – não é a base para ratificarmos que somos apenas duas variantes geográficas. Viaje à Portugal e verifique que, por todos os lados que você ouvir o português, você saberá diferenciar se ele é falado por brasileiros ou por portugueses. Nós brasileiros sabemos distinguir entre uma fala portuguesa e uma fala brasileira, assim como os portugueses também o sabem. E o interessante é que, nesta situação, as diferenças 'internas' das regiões (ou de Portugal, ou do Brasil) são anuladas.

Importante ressaltar, portanto, que as diferenças notadas entre o PB e o PE não se dão apenas na área lexical (o vocabulário) e na área fonológica (a pronúncia), mas também na morfossintaxe e na semântica – observe o diálogo entre Kiko e Márcia.

1. A Língua Portuguesa

A língua portuguesa, espalhada por todos os continentes, é a língua materna de mais de 190 milhões de pessoas, ocupando o quinto lugar entre as línguas mais faladas do mundo – cf. Mateus (2003(a): 29).

O português faz parte de um conjunto linguístico denominado de *línguas românicas*: vários falares locais, originários do *latim vulgar*, localizados em um "território linguístico" hoje denominado de *România*.

A literatura atesta as seguintes línguas românicas:

[...] o romeno, o italiano, o sardo, o reto-românico (falado na Suíça e em algumas regiões do norte da Itália), o occitano, o francês, o catalão, o espanhol, o galego e o português.

Ilari & Basso (2006: 17).

A especificidade da língua portuguesa, marcadamente diferenciada de outros falares românicos, se dá por volta do século VI:

[...] A partir dessa época longínqua, a língua falada no noroeste da Península Ibérica (atual Galiza e norte de Portugal) foi-se distanciando das variedades do latim vulgar que lhe eram vizinhas e adquiriu as características fonéticas que nos permitem identificá-la como o estádio primitivo da língua portuguesa. [...]

Mateus (2003:25)

A história da língua portuguesa está dividida em quatro períodos: (i) o português antigo; (ii) o português médio; (iii) o português clássico; (iv) o português moderno – cf. Mateus (2003(a): 26). Mateus (op. cit.) aponta que há transições entre um período e outro:

[...] Pode dizer-se ainda que entre o português antigo e médio se iniciou a separação do português e do galego, e <u>entre o português clássico e moderno se iniciou a separação do português europeu do brasileiro</u>.

Mateus (2003(a):26[2])

Em qualquer língua, principalmente entre aquelas que atestam certa expansão (que pode ser de ordem geográfica, mas também social), *falantes nativos* são capazes de perceberem *variação* entre falares e até mesmo *mudança*.

Neste livro, abordamos o português brasileiro não como um dialeto (uma variedade do português europeu), mas como língua nacional (a caminho de mudança completa), falada por cerca de 191.480.630 brasileiros[3]:

2. O grifo é nosso.
3. Cf. *Estimativas da população para 1º de julho de 2009.*

Em línguas com larga história de expansão mundial e de mobilidade dos seus falantes nativos, observa-se a existência de variedades que se vão progressivamente fixando e autonomizando, até ser possível caracterizá-las como variedades locais ou mesmo nacionais. É nessa perspectiva que distinguimos entre a variedade europeia do português que designamos de **português europeu (PE)** *e a variedade brasileira do português ou* **português brasileiro (PB)**.

Faria (2003: 34)

2. A Questão do Português do Brasil – PB

O Brasil abriga o maior número de falantes do português no mundo e estudos linguísticos descrevem (e explicam) mudanças sistemáticas no português brasileiro – PB – que distanciam esta língua de outras línguas românicas, incluindo o português de Portugal – PE.

Análises e hipóteses sobre o PB têm levado em conta[4]:

(i) processos importantes que o Brasil atravessou durante três séculos (alguns ainda em curso) como o crescimento demográfico do país, a urbanização e a ocupação do interior do país;

(ii) a complexidade linguística brasileira marcada em seus mais de 500 anos de história pela presença das línguas indígenas, pelas línguas faladas pelos escravos africanos e as línguas européias e asiáticas faladas pelos imigrantes;

(iii) a "deriva secular" – processos de mudança comuns a todas as línguas indo-européias.

No âmbito dessas discussões, uma pergunta que pode ser feita é:

Há no PB, características comuns que apontem para uma unidade caracterizadora que a distinga de outras variedades de português, como o PE?

Segundo Pagotto (2007: 469):

4. Cf. Ilari & Basso (2006:. 60-80), Pagotto (2007: 463)

> *Dentre os fatos que mais impressionam no português do Brasil, temos que ele se caracteriza de norte a sul, por um conjunto de características comuns. A tão propalada unidade lingüística no Brasil é, assim, mais interessante não quando se tomam os falares cultos, mas especialmente quando se tomam os diletos populares das mais diversas regiões. É claro que há diferenças regionais entre os vários dialetos brasileiros, mas chama a atenção que em todo o Brasil os diversos dialetos populares se oponham ao português erudito segundo um mesmo conjunto de traços na morfologia e na sintaxe. É aqui que se localiza a unidade do português brasileiro. Dado o tamanho de nosso território é claro que se torna irresistível perguntar como esta unidade se teria dado historicamente.*

Algumas dessas características gramaticais apontadas por Pagotto (op. cit.) podem ser ressaltadas: (i) o quadro dos pronomes pessoais; (ii) mudanças para uma língua do tipo "explicite o sujeito" (língua de sujeito não-nulo) – compare os dados (1)-(2) acima; (iii) o processo de relativização que aponta para uma reorganização da gramática.

Outra característica dos falares populares do Brasil – PB – diz respeito à colocação dos pronomes clíticos e sua interação com outros fenômenos. Logo, "[...] *não se tem notícia de dialetos populares que realizem a ênclise em sentenças simples. [...]*[5]" como se vê em:

(4) Dê-me o livro!

A sentença (4) tipifica uma sentença do PE ou ainda do PB erudito. Os brasileiros, cultos ou não cultos, diriam[6]:

(5) Me dá o livro!

Ainda com relação aos clíticos, o PB vernacular perdeu os clíticos de 3ª. pessoa. Observe os dados abaixo[7]:

	PB	PE
(6)	as frases, ele tinha lido **(-)** nos livros	as frases, tinha-**as** lido nos livros
(7)	eu vi **ele** na rua	eu vi-**o** na rua
	deixa **ela** comigo	deixa-**a** comigo
	quero **lhe** conhecer	quero conhecê-**lo**

5. Pagotto (2007: 469).
6. Óbvio que a sentença (5) exemplifica uma 'ordem' no PB falado e não no escrito.
7. Mateus (2003(b): 47); dados (1), (2), renumerados.

Observe que, em (6), o clítico de 3ª. *as* (PE) é substituído por um objeto nulo, representado por (-); em (7), os clíticos de 3ª. *o/a* (PE) são substituídos pelas formas pronominais *ele/a*. Ainda, percebe-se que a forma clítica *lo* (PE), em (7), é substituída por *lhe*, um clítico de 3ª. pessoa, recategorizado em PB como pronome clítico de 2ª. pessoa com traços de formalidade.

> *[...]Enfim, embora seja possível que os dialetos populares divirjam quanto a determinadas partes da estrutura gramatical (aliás, esse é um campo que precisa ser explorado), há um núcleo gramatical comum. É a este núcleo comum que tentam chegar trabalhos como o de Galves (1983, 1984, [...]), dos quais Tarallo (1993) lança mão, bem como tantos outros escritos na tradição gerativista.*
>
> *Pagotto (2007: 469)*

Para exemplos de fenômenos sintáticos típicos do PB a partir de textos, ver Ilari & Basso (2006: 129-133).

Portanto, se há então uma unidade linguística comum entre os vários dialetos brasileiros (unidade esta que se opõe ao português culto), concordamos com Pagotto (op. cit.) que *"[...] se torna irresistível perguntar como esta unidade se teria dado historicamente"*.

Em Pagotto (2007: 462), três momentos de estudos sobre a história do PB são apontados:

(1) segunda metade do século XIX;
(2) décadas de 30 e 40 do século XX;
(3) década de 90 do século XX.

Os 'momentos' (1) e (2) de estudos sobre a história do PB são, segundo o autor (op. cit.), marcados por temas nacionalistas de um lado, e de outro lado, por *"[...] preocupações com a manutenção de uma norma lingüística comum entre Brasil e Portugal* [8]". O período (3) se inscreve:

> *[...] em um terceiro momento dos estudos sobre a história do português do Brasil, em que o debate ressurge com o desenvolvimento da sociolingüística no Brasil e do próprio renascer*

8. Pagotto (2007: 462).

dos estudos diacrônicos e tipológicos em diversas partes do mundo. Pode-se dizer que é um recolocar de problemas aparentemente mais neutro [...].”

Pagotto (2007: 462)

Tarallo (1983), (1993) são textos importantes deste terceiro momento da história do PB. Tarallo (1993: 50) afirma que, quanto ao PB e PE, estas variedades *“[...] encontram-se, na verdade, a tal distância sintática que seria muito incomum se seus caminhos tornassem a se cruzar.”*

A tradição linguística brasileira até então tem sido a de comparação entre PB e PE:

> *No Brasil, a maior parte dos estudos sobre a caracterização do PB desenvolve-se dentro de uma metodologia contrastiva, em que a identidade deste é evidenciada em comparação com o português europeu (PE), tanto de um ponto de vista sincrônico quanto diacrônico. [...].”*

Petter (2008(b): 8)

No entanto, a tentativa de explicar os fatos linguísticos que apontam para uma “unidade do PB”, tem levado os estudiosos, além de examinar as diferenças entre o PB e o PE, a examinar o vasto fenômeno de contato linguístico que se deu no Brasil. Não há como não atestar a participação de línguas indígenas, africanas e, mais recentemente, outras línguas européias e ainda asiáticas na constituição do PB.

A seguir, centrados em Petter (2008a), discorremos sobre a percepção do contato das línguas africanas com o português falado no Brasil.

2.1. *A Percepção do Contato de Línguas Africanas (LAs) com o Português Falado no Brasil*[9]

Petter (2008(a): 1-2) apresenta marcos da literatura sobre aspectos do contato de línguas africanas com o português falado no Brasil, como se vê abaixo:

1.1 Renato Mendonça (1933) e Jaques Raimundo (1933) – propõem que a maior parte das características do PB pode ser explicada pela influência das línguas africanas, sobretudo as línguas kimbundu e yoruba;

9. O título desta subseção pauta-se em Petter (2008(a): 1).

1.2 Melo (1946), Silva Neto (1963) [1950] e Elia (1979) [1940] reexaminam a influência africana e introduzem a hipótese da *crioulização* no debate.

A seguir, apresenta-se o *debate da crioulização* e sua principal contestação por meio da proposta de *deriva secular*.

2.1.1. *O Debate Crioulização versus Deriva*[10]

Duas hipóteses têm sido marcantes no conjunto de pesquisas sobre a história do PB. Tratam-se dos conceitos de *crioulização* e de *deriva*. O conceito de *crioulização* insere-se dentro do contexto de percepção do contato de línguas africanas com o português e o conceito de *deriva* apresenta uma contraproposta à proposta da crioulização[11].

2.1.1.1. *A Crioulização*

Guy (1981), (1989), Holm (1987), (1992) e Baxter (1992) são textos clássicos sobre a hipótese de que o PB tenha sido resultado do fenômeno de crioulização.

Duas propostas relacionam-se à propagação do português no Brasil, ligadas à questão da crioulização – cf. Pagotto (2007: 470):

(i) o português em contato com línguas indígenas em São Paulo, sofreu forte dialetação e se espalhou pelo Brasil, seguindo as trilhas dos Bandeirantes;

(ii) no Brasil, vários "crioulos" foram formados em vários pontos e *"[...] dada a gênese das línguas crioulas em geral, conservariam até hoje traços em comum. [...]"*.

Logo, a hipótese da crioulização (e 'pidginização') é uma hipótese largamente discutida na agenda dos pesquisadores da historiografia do PB.

Pagotto (2007) faz menção aos processos de formação de *pidgins* e *crioulos*, o que nos ajuda a sumarizar este intrigante fenômeno linguístico:

---

10. Título baseado em Petter (2008(a): 1, (1.3.)).
11. Por motivos de espaço e simplificação, neste livro, não tratamos das propostas de *pidginização* envolvendo o português e línguas indígenas brasileiras.

1. Pidgins e crioulos são línguas que surgem de situações de colonização em que o contato é pluringüe: falantes de línguas diferentes tomam a língua do colonizador como fonte.

2. O que diferencia um pidgin de um crioulo é o fato de o segundo ser língua materna dos falantes. O pidgin seria, por isto, uma língua de caráter mais emergencial que o crioulo, ainda que se registrem casos em que perdure por longo período, desde que conservadas as condições sociais que propiciem a sua perenidade.

3. Os crioulos (nem sempre os pidgins) surgem em comunidades insulares. As exceções – duas ou três – se explicam ou por um grande isolamento – mesmo no continente – ou por ter sido o crioulo transplantado após ter-se formado em alguma ilha.

4. Tanto em pidgins quanto em crioulos é constatada uma série de simplificações na morfologia verbal e nominal, se comparados com a língua dominadora.

5. Além das perdas morfológicas mencionadas, os pidgins e especialmente os crioulos operam processos de regramaticalização de formas (tanto da língua dominadora como das línguas do substrato) para atender processos gramaticais diversos. Tanto essas características quanto as simplificações mencionadas acima são atribuídas ou a influência das línguas que formam o substrato ou a processos lingüísticos diversos.

Pagotto (2007: 472)

2.1.1.1.1. *LAs Introduzidas no Brasil pelo Tráfico Negreiro* [12]

Durante três séculos de tráfico negreiro no Brasil – séculos XVII, XVIII e XIX – diversificadas línguas africanas (LAs) foram trazidas para o país.

As línguas concernentes ao tráfico podem ser repartidas, segundo Bonvini (2008: 30-31), em duas áreas de proveniência: (i) o*este-africana;* (b) *austral*, essencialmente do subgrupo banto.

As línguas da área oeste-africana são caracterizadas pelo maior número de línguas africanas – LAs – introduzidas no país; tipologicamente, são línguas muito diversificadas – cf. Bonvini (2008: 30):

12. Esta subseção é parte da seção III de Oliveira (2008).

atlântica*: fula (fulfude), uolofe, manjaco, balanta;*

mandê *(sobretudo, o mandinga); bambara, maninca, diúla;*

gur*: subfamília gurúnsi;*

cuá*: (sugrupo gbe): eve, fon, gen, aja (designadas pelos termo jeje no Brasil);*

ijóide*: ijó;*

benuê-congolesa*:*

defóide*: falares iorubás designados no Brasil pelo termo nagô-queto;*

edóide*: edo;*

nupóide*: nupe (tapa);*

ibóide*: ibo;*

Cross-River*: efique, ibíbio;*

afro-asiático: chádica*: hauçá;*

nilo-saariano: saariana*: canúri.*

As línguas austrais bantas formaram o maior número de falantes cativos no Brasil e são tipologicamente homogêneas. Estão limitadas à costa oeste africana (atuais repúblicas do Congo, República Democrática do Congo e Angola) – cf. Bonvini (2008: 30-31):

H. 10 ***congo*** *(quicongo): quissolongo, quissicongo (quissansala), quizombo, quisuundi (falada pelos bacongos, numa zona correspodente ao antigo Reino do Congo) e quivíli, iuoyo (fiote), quiombe (faladas em Cabinda e em Loango);*

H. 20 ***quimbundo*** *(falada pelos ambundos, na região central de Angola, correspondente ao antigo reino de Ndongo): quissama, quindongo;*

H. 30 ***iaca-holo*** *: yaca, imbangala, chinji;*

K. 10 ***chôkue*** *: ichôcue, ochinganguela, chilucazi, luena (luvale);*

L. 30 ***luba*** *: chiluba-cassai (lulua);*

L. 50 ***lunda*** *: chilunda, urunda;*

P. 30 ***macua*** *: omacua;*

R.10 ***umbundo*** *(falada pelos ovimbundos, na região de Benguela, em Angola): umbundo, olunianeca;*

R. 20 ***cuaniama****,* ***indonga*** *: ochicuaniama, cuambi;*

R. 30 **herero** : ochiherero.

O fato do número de línguas aportadas no Brasil parecer reduzido em relação à quantidade total de LAs, pode ser explicado, segundo Bonvini (op. cit.), pela razão de que, até o fim do século XVIII, o interior da África permaneceu praticamente desconhecido – os europeus só frequentavam, até então, as costas africanas, de onde recrutavam a mão de obra escrava.

Há que se observar, no entanto, que das LAs atestadas no Brasil, três tiveram um papel de destaque: (i) *quimbundo* – século XVII, (ii) *eve- fon* ('língua geral da mina' – século XVIII, (iii) *ioruba* – século XIX. Porém, essas línguas revelam, nos dizeres de Bonvini (2008: 59):

> *[...] um jogo de alternâncias e contatos lingüísticos em que as línguas africanas exerceram, sucessivamente, um papel cada vez menos determinante em face daquele preenchido pela língua portuguesa. Elas passaram de um estatuto inicial de língua plena e generalizada (quimbundo), primeiro, ao de língua veicular e pidginizada ("mina"), em seguida ao de língua veicular (ioruba) geograficamente circunscrita e limitada a um contexto plurilíngüe e africano, para acabar numa fase de extinção progressiva, por falta de renovação suficiente de seus falantes, sobrevivendo finalmente apenas em lugares confinados, sob forma de línguas cultuais ou secretas.*

O confinamento das LAs no Brasil, a partir do final do século XIX, está relacionado a dois fatos importantes: (i) à abolição da escravatura em 1888, (ii) à cultura do café que redistribuiu geograficamente os ex-escravos e seus descendentes – cf. Bonvini (2008: 50). As LAs passaram a ser faladas apenas como "uso interno" de grupos específicos: (i) grupos religiosos e (ii) comunidades negras isoladas – conhecidas como "comunidades quilombolas".

Sobre "línguas cultuais" e "línguas secretas" (que sobrevivem em comunidades quilombolas), ver Bonvini (2008: 51-52).

Levando-se em conta três séculos de tráfico negreiro no Brasil é mais que legítimo que especialistas – linguistas, etnolinguistas, filólogos e outros – lançassem hipóteses sobre a relação de LAs aportadas no Brasil com o português brasileiro – PB. Logo, desde o início do século XIX, vê-se, na literatura, a atenção de estudiosos voltada para as possíveis conexões entre o PB e as LAs.

As relações PB e LAs são pressupostas, afirmadas, negadas por meio de um amplo debate que, no século XX, é ratificado em torno de três expressões largamente empregadas na literatura: "influência", "semicrioulização" e "crioulização":

Esse debate, que já conta com mais de um século, está longe de acabar. As formulações sucessivamente propostas, umas depois das outras, modificadas ou rejeitadas, fazem transparecer o caráter claramente indeciso do caminho, assim como a incerteza quanto aos resultados. Tudo não parece ultrapassar o estágio das hipóteses. Impõe-se, por conseguinte, a necessidade de um prosseguimento da pesquisa, desde que ela seja conduzida por novas perspectivas teóricas e, sobretudo, por dados suplementares devidamente estabelecidos.

Bonvini (2008: 21)

A hipótese da crioulização do PB tem estado sobre grande debate. Muitos linguistas que a combate defendem que o PB seja resultado de mudanças paulatinas na língua a partir de mudanças em comum em todo o tronco das línguas indoeuropéias.

2.1.1.2. *A Deriva Secular*

Os proponentes da *deriva secular* afirmam que as línguas se desenvolvem a partir de mudanças internas e paulatinas. Veja a citação abaixo que apresenta um aspecto da hipótese da deriva para o PB:

[...] o português brasileiro seria apenas a continuação natural e gradual do processo de mudança que é comum a todas as línguas indo-européias e que no caso do português encontra eco nas perdas morfológicas do latim.

Pagotto (2007: 463)

Naro & Scherre (1993), (2007) são os principais defensores de que o PB seja parte da deriva secular do português, não tendo sido constituído, portanto, por um processo de crioulização.

Sobre deriva versus crioulização, ver Quint (2008).

No âmbito das investigações sobre a participação de línguas africanas na constituição do PB, Petter (2008) propõe a existência de um *continuum* afro-brasileiro de português, enfocando as variedades de português formadas na África e no Brasil:

A língua portuguesa chegou primeiro à África e quando aportou na América já trazia marcas do contato com línguas africanas. Por outro lado, o português que foi para Angola e Moçambique, no século XIX, já estava marcado pela convivência brasileira de três séculos.

2.1.2. O Conceito de Reestruturação Parcial de Línguas

Holm (2004) aponta o português brasileiro, que denomina de *Brazilian Vernarcular Portuguese* (Português Brasileiro Vernacular), como uma língua de "reestruturação parcial". Além do **PB**, mais quatro variedades linguísticas recebem a denominação de *línguas de reestruturação parcial*: (i) *Nonstandard Caribbean Spanish* (Espanhol Caribenho Não Padrão)[13] – **ECNP**; (ii) *African American English* (Inglês Afroamericano) – **IA**[14]; (iii) *Afrikaans* e *Vernarcular Lects of Réunionnais French* (Francês Vernacular de Reuniões) – **FVR**[15]. Essas línguas, reestruturadas a partir do português, espanhol, holandês e francês, respectivamente, não são, segundo Holm (op cit.), línguas crioulas. No entanto não são meras variedades de suas línguas fontes.

As línguas parcialmente reestruturadas se distinguem das variedades de línguas que são suas línguas fontes e que não são reestruturadas: o **PB** se distingue do PE; **ECNP** se distingue do espanhol; **IA** se distingue do inglês; **Afrikaans** se distingue do holandês; **FVR** se distingue do francês.

Segundo Holm, PB, ECNP, IA, Afrikaans e FVR são ainda variedades distintas de variedades além mar (não reestruturadas) do português, espanhol, inglês, holandês e francês:

> *[...]Exemplo: o inglês de Ontário, o holandês extinto de Nova Iorque e Nova Jersey, o português da Madeira, o espanhol do Chile ou o francês de Quebec [...]*
>
> *Holm (2004: 135, traduzido)*

PB, ECNP, IA, Afrikaans e FVR se diferem ainda de línguas crioulas (línguas completamente reestruturadas):

> *[...] Exemplo: crioulo inglês da Guiana, o extinto crioulo holandês das Ilhas Virgem, o crioulo português de Guiné Bissau, o crioulo espanhol Palenquero ou o crioulo francês da Mauritânia [...]*
>
> *Holm (2004: 135, traduzido)*

---

13. Holm (2004: 63), baseado na literatura, aponta evidências de que um pidgin relacionado a línguas do Oeste da África se desenvolveu em Cuba durante o século XIX: *Bozal Spanish*. Segundo o autor (op. cit.), este pidgin (que provavelmente não chegou a se tornar um crioulo – uma língua de reestruturação completa) foi resultado das enormes plantações de açúcar que se desenvolveram rapidamente em Cuba ao final do século XVIII e que ocasionaram o aumento rápido da importação de escravos. Logo, a língua de reestruturação parcial **ECNP** a que se refere Holm centra-se principalmente em Cuba.

14. Atestado principalmente nos Estados de Virgínia e Carolinas – EE.UU.AA.

15. **FVR** é falado na Ilha Reunião, um 'departamento francês' no Oceano Índico, localizado a leste da ilha de Madagascar (região leste da África).

Assim, embora línguas parcialmente reestruturadas sejam claramente relacionadas a línguas completamente reestruturadas (línguas crioulas), há fatores sociais e linguísticos que definem as línguas parcialmente reestruturadas.

O fator social mais importante, segundo a literatura, que determinou a estrutura das línguas parcialmente reestruturadas foi o balance demográfico, durante o primeiro século de desenvolvimento da nova língua, entre falantes nativos versus falantes não-nativos. Para Holm (2004: 136, traduzido):

> *[...] A reestruturação parcial de línguas ocorreu em novas sociedades onde nenhum grupo – nem falante nativo, nem falante não-nativo, que no começo significava nem europeu, nem não europeus – foi numeroso o suficiente para suplantar o outro grupo culturalmente. [...]*

O modelo de *língua reestruturada parcialmente*, como se vê em Holm (op. cit.), pressupõe uma população que possui línguas maternas x, y, z, mudando para uma língua alvo B, tipologicamente distinta (e essa língua alvo é um amálgama de variedades em contato, incluindo línguas completamente reestruturadas). Essa mudança paulatina em direção à língua alvo tem que ter ocorrido, ainda, sob circunstâncias sociais que restringiram parcialmente o acesso a ela, como o que ocorre normalmente com uma população de falantes nativos minoritários ou falantes nativos majoritários, mas fracos – cf. Holm (2004: 143).

No Brasil, a emergência de uma língua parcialmente reestruturada se explicaria então por uma situação linguística bastante heterogênea, marcada principalmente nos dois primeiros séculos de nossa colonização:

(i) Língua Geral

O colonizador português, ao alcançar o Brasil, encontrou uma situação diferente da de outros lugares onde *línguas totalmente reestruturadas* (línguas crioulas) se organizaram. As ilhas de São Tomé e Príncipe e Cabo Verde, por exemplo, eram totalmente desabitadas quando os portugueses lá chegaram e logo as povoaram com escravos trazidos da costa oeste africana. No Brasil, os portugueses encontraram uma costa habitada por indígenas, falantes de variedades do Tupi. À medida que os portugueses iam estabelecendo contato com os diversos grupos indígenas pela vasta costa brasileira, eles iam acrescentando novas palavras a uma língua franca que emergia com vocabulário

Tupi comum. Nascia a *Língua Geral*, uma *koine* (termo que se refere geralmente a uma língua aprendida, além de seus falantes nativos, para o comércio e outras interações mais extensas) que durante os primeiros dois séculos de colonização foi a língua principal de três quartos da população brasileira. Há que se notar que, mesmo em meio à expansão da Língua Geral, expandia-se também o bilinguismo em português.

(ii) Falantes de Línguas do Oeste da África

Possivelmente, muitos dos escravos trazidos da África tiveram que aprender, ao lado do português, a Língua Geral. Logo, segundo Holm (2004: 48, traduzido):

> *[...] durante a primeira geração linguisticamente crucial da Colônia houve pouca oportunidade para uma variedade do português completamente reestruturada estabelecer-se entre os escravos africanos, a menos que eles já tivessem trazido essa língua com eles da África. [...]*

Sobre as línguas africanas que foram transplantadas para o Brasil, ver subseção (2.1.1.1.1.).

(iii) Variedade Não Reestruturada do Português (de Influência Tupi)

Se os africanos aprenderam primeiro a Língua Geral como segunda língua e seus descendentes a aprenderam como língua materna, eles, mais tarde, mudaram para uma variedade não reestruturada do português (uma variedade não crioula) de influência Tupi. Isto ocorreu com o resto da população durante o século XVIII, que estabeleceu esse português como uma segunda língua para ser aprendida por escravos recém chegados da África – cf. Holm (2004: 48).

(iv) Variedade Reestruturada do Português Falado nas Plantações de Açúcar

Segundo Lucchesi (2000: 42), a expansão da língua portuguesa no Brasil até o século XVIII ocorreu paralelamente à expansão das sociedades de plantação de cana de açúcar.

> *[...] Evidências de que uma variedade do português fortemente reestruturada tenha sido a língua da costa brasileira onde se plantava açúcar, em vez da Língua Geral, pode ser*

deduzida do fato de que muitos dos primeiros plantadores portugueses e seus escravos vieram para o Brasil via São Tomé [...].

Holm (2004: 51, traduzido)

Os portugueses se estabeleceram em São Tomé desde o seu descobrimento em 1470 e lá nasceu, junto ao cultivo da cana de açúcar, uma variedade crioula do português. Na segunda metade do século XVI, uma rebelião, seguida de ataques, destruiu a economia da ilha, obrigando os portugueses a abandoná-la, vindo muitos para o Brasil. Logo, o português transplantado para muitas das sociedades canavieiras já era um português com forte influência da língua crioula são tomeense.

Para maiores detalhes sobre os fatos linguísticos e sociais presentes em línguas parcialmente reestruturadas como o PB, ver Holm (2004).

Retomando as palavras de Bonvini (2008: 21) sobre o debate 'crioulização' versus 'não crioulização', um trecho nos chama bastante a atenção:

[...] Tudo não parece ultrapassar o estágio das hipóteses. Impõe-se, por conseguinte, a necessidade de um prosseguimento da pesquisa, desde que ela seja conduzida por novas perspectivas teóricas e, sobretudo, por dados suplementares devidamente estabelecidos.

A hipótese de *Reestruturação Parcial de Línguas* de Holm (2004) é um novo olhar sobre o PB, sem, contudo, abandonar a hipótese da participação de línguas africanas (línguas do substrato) na constituição de nossa língua.

Um maior número possível de informações sociais e linguísticas devem ser levantados a fim de providenciar uma real base teórica que abarque os fatos conhecidos até então sobre línguas parcialmente reestruturadas como o PB. Uma importante área de investigação são as comunidades afrobrasileiras.

2.1.2.1. *O Estudo Linguístico de Comunidades Afrobrasileiras*

Segundo Oliveira & Fernandes (Manuscrito):

A Constituição Federal de 1988 trouxe os quilombos para a agenda das políticas públicas ao instituir o direito de posse de terra aos "remanescentes de comunidades quilombo-

las". O termo "remanescente de quilombos", desde o início, foi motivo de grande debate; atualmente é consensual que:

Comunidades afrobrasileiras com direito a posse de suas terras não são, necessariamente, comunidades:

(i) que se inserem em sítios arqueológicos comprovadamente ligados a quilombos da época da escravidão;
(ii) isoladas ou de população estritamente homogênea;
(iii) que têm, obrigatoriamente, de ter se constituído a partir de movimentos de insurreição.

Comunidades afrobrasileiras com direito a posse de suas terras são comunidades:

(i) que se auto-identificam como um grupo étnico, distinto do restante da sociedade. Nesse sentido, a auto-identificação étnica não se reduz, por exemplo, a cor de pele; há que se levar em conta que a miscigenação é uma característica importante na constituição étnica das inúmeras sociedades que formam o mosaico cultural brasileiro.

É notório o conjunto de pesquisas em afrobrasilidade que vêm sendo realizadas no Brasil ligadas: (i) às Ciências Humanas (Antropologia, Sociologia, História, Linguística); (ii) à geografia e caracterização cartográfica das comunidades quilombolas no país; (iii) aos órgãos de defesa e promulgação das identidades afrobrasileiras. No entanto, estudos linguísticos de comunidades quilombolas ainda são escassos.

O Grupo de Trabalho da Diversidade Linguística no Brasil – GTDL – (órgão ligado ao Ministério da Educação e Cultura), ao solicitar informações linguísticas sobre comunidades quilombolas à Fundação Cultural Palmares e ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), constatou a inexistência do quesito linguístico nos laudos antropológicos já realizados. Decide-se que é necessário um inventário de comunidades afrobrasileiras a fim de que se tenha um real conhecimento da realidade linguística dessas comunidades (que não são poucas). No norte do Brasil, por exemplo, há dezenas de comunidades já reconhecidas pelo Governo, no entanto, sem nenhum estudo linguístico.

Em 2009, o GTDL aprova o projeto-piloto: "Inventário Linguístico de Comunidades Afrobrasileiras: Minas Gerais e Pará" que objetiva verificar a permanência de línguas africanas em comunidades afrobrasileiras, conhecidas como quilombos/comunidades quilombolas. Objetiva-se:

(1) ratificar que o português brasileiro (PB) constitui uma unidade linguística inserida dentro do quadro das línguas românicas – cf., entre outros, Roberts & Kato (1996); Castilho et AL. (2007); Noll (2008);

(2) atestar possíveis traços linguísticos da participação de línguas africanas na constituição do PB – cf. Projeto CAPES/COFECUB nº. 511/05: "A participação das línguas africanas na constituição do português brasileiro" – Petter & Caron (2005); Fiorin & Petter (2008).

Um dos estudos que precisa ser levado em conta, relacionado ao PB, trata-se do levantamento de toda a complexidade linguística brasileira e, nesse quadro, a compreensão dos falares de comunidades afrobrasileiras não pode, de forma alguma, ser negligenciada.

Um estudo linguístico bastante divulgado pela comunidade científica é o divulgado em Baxter (1992) sobre Helvécia, uma comunidade afrobrasileira de descendentes de escravos no sul da Bahia. Baxter (op. cit.) aponta traços morfossintáticos no falar de seus habitantes que não são encontrados na maioria de outros dialetos rurais [16]:

(i) uso das formas da 3ª pessoa do singular do presente do indicativo para indicar estados e ações pontuais e contínuas que se situam no passado;

(ii) uso variável de formas da 3ª pessoa do singular do presente do indicativo em contextos em que normalmente se usam formas do infinitivo;

(iii) marcação variável da 1ª pessoa do singular;

(iv) dupla negação;

(v) variação de concordância de número e gênero do SN;

(vi) orações relativas não introduzidas por pronome;

(vii) presença variável do artigo definido em SN de referência definida.

Para Baxter (op. cit.), Helvécia corrobora a hipótese de que o PB tenha sido resultado de crioulização prévia. No entanto, Helvécia é um caso bem específico e isolado. O importante é que o maior número de comunidades afrobrasileiras sejam linguisticamente estudadas. Sem dúvida, elas podem auxiliar a corroborar, senão a crioulização prévia (hoje bastante negada pelos linguistas brasileiros), a hipótese de ser o PB uma língua que sofreu reestruturação parcial.

Sobre o *português afrobrasileiro*, ver Lucchesi, Baxter & Ribeiro (2009).

---

16. Fatos linguísticos interessantes sobre Helvécia já tinham sido observados por Ferreira (1969).

3. A Gramática Brasileira Falada[17]

Fernando Tarallo (1993a-b) retoma o debate sobre a crioulização do PB. A divulgação de seu texto *"On the alleged creole origin of Brazilian Portuguese: untarget syntatic changes*" (apresentado no *workshop* "Creole Located in Time and Space – LSA Institute, CUNY, Nova York, 1986 – ver Tarallo (1993a)) veicula novas e fortes contestações à hipótese da crioulização:

(i) se o português brasileiro tivesse de fato se originado de um crioulo de base lexical portuguesa, deveria estar agora em fase de descrioulização, seguindo na direção da 'língua alvo', o português europeu (PE);

(ii) as evidências de mudanças sintáticas no PE apontam no sentido de distanciamento do PE.

(iii) Tarallo conclui afirmando que a rigidez da língua escrita padrão tem mantido as variedades do PE e PB muito próximas. Foram as *gramáticas faladas* que tomaram rumos diferentes.

> *Tarallo, embasado em pesquisas dentro da Sociolingüística Variacionista, aponta que é na passagem do século XIX para o século XX que ocorrem grandes mudanças quantitativas no Brasil – ver Tarallo (1993b). Para o autor (op. cit.), essas mudanças já vinham ocorrendo há muito, no entanto, é somente no período acima mencionado que diversas circunstâncias sociais permitem o aflorar de uma gramática brasileira diferenciada da gramática do português europeu (PE).*
>
> *Campos & Oliveira (2008)*

A "gramática falada brasileira" será o foco de pesquisas em várias capitais do Brasil em fins da década de 80. A partir de 1987 se iniciam os trabalhos relacionados a um projeto auspicioso: a "Gramática do Português Culto Falado no Brasil".

Castilho (2002) marca a publicação dos primeiros resultados do "Projeto de Gramática do Português Falado". Este projeto objetiva que se chegue a uma gramática referencial da variante culta do português falado no Brasil.

A partir dos anos 60, pesquisadores afiliados a diversas instituições brasileiras iniciaram a documentação, descrição e análise sobre a língua falada levando em con-

17. Nesta seção, resumimos trechos apresentados em Campos & Oliveira (2008).

ta as características do acerco do Projeto NURC-Brasil (Norma Linguística Urbana Culta)[18]. Os dados para uma futura gramática, partem da documentação (coleta) das seguintes capitais brasileiras: Recife, Salvador, Rio de Janeiro, São Paulo, Belo Horizonte, Porto Alegre[19]. Campos & Oliveira (2008) chamam a atenção para a representação das regiões sudeste, sul e nordeste do país e uma ausência marcante das regiões norte e centro-oeste. Como forma de organização de trabalho, a fim de se chegar a um plano geral da gramática, os pesquisadores do projeto foram distribuídos em GTs (grupos de trabalho) que hoje espelham a organização dos cinco volumes da gramática: (1) Fonética e Fonologia; (2) Morfologia Derivacional e Flexional; (3) Sintaxe das Classes de palavras; (4) Sintaxe das Relações Gramaticais; (5) Organização Textual-Interativa – cf. Castilho (2006: 12)[20].

Em 2000, iniciou-se a consolidação dos ensaios e teses publicados, resultando o 1º volume da "Gramática do Português Culto Falado no Brasil" (daqui em diante, GPCFB) – cf. Jubran & Kock (2006). Ilari & Moura Neves (2008) são o segundo volume publicado da gramática, que prevê ainda mais três volumes.

O público-alvo da GPCFB é o público universitário; professores de português do curso médio; alunos e professores dos cursos de Graduação e Pós-Graduação em Letras e Linguística; pesquisadores pós-graduados; interessados nos desenvolvimentos da língua portuguesa ocorridos no Brasil na passagem do século XIX para o século XX.

Sobre *origens latinas do português* e *linguística histórica*, ver leituras complementares – capítulo 1 – ao final deste livro.

Sobre *português brasileiro*, ver leituras complementares – capítulo 1 – ao final deste livro.

Sobre o projeto *Gramática do Português Culto Falado no Brasil,* ver leituras complementares – capítulo 1 – ao final deste livro.

---

18. *"O [...] Projeto NURC tem âmbito nacional e as gravações foram realizadas em cinco capitais brasileiras [...]. Cada uma dessas cidades gravou aproximadamente 300 horas com falantes cultos (entendidos como tal os de formação universitária completa) [...]; que deixaram seu testemunho oral da fala urbana [...]."* (Preti (2003: 7).
19. Cf. Castro (2002: 9); Jubran & Kock (2006: 8).
20. 48 pesquisadores, inseridos em GTs, atuaram na elaboração dos ensaios publicados nos oito volumes da "Coleção Gramática do Português Falado" – cf. Castilho (2006: 14). Essa Coleção precedeu o primeiro volume da "Gramática do Português Culto Falado no Brasil" – Jubran & Kock (2003).

4. Considerações Finais

Neste capítulo, foram abordadas breves considerações sobre as propostas e formação do português do Brasil, considerando hipóteses como as abordagens de crioulização e deriva. Relembrando as palavras do Professor Bonvini: "*[...] Tudo não parece ultrapassar o estágio das hipóteses. [...]*", no entanto, faz-se necessária "[...] *a necessidade de um prosseguimento da pesquisa, desde que ela seja conduzida por novas perspectivas teóricas e, sobretudo, por dados suplementares devidamente estabelecidos.*"

Tratamos sobre a *Gramática do Português Falado no Brasil* e enfatizamos que, neste livro, a análise sintática proposta enfoca a gramática do português culto falado no Brasil. Consideramos este fato importante, pois é a fala dos cultos que pode apontar para uma *norma*, imprescindível a qualquer comunidade linguística que detém a escrita.

Chamamos a atenção para o fato de que o termo PB, neste livro, refere-se, principalmente, à variedade brasileira mais amplamente descrita: a da região sudeste do país, abrangendo os estados do Rio de Janeiro e São Paulo e ainda a pesquisas corroboradas por dados do NURC – Norma Urbana Culta.

Nos próximos capítulos, desconsideramos abordagens introdutórias sobre sintaxe/ gramática como: (i) gramática tradicional/ normativa, (ii) conceitos do tipo 'certo/ errado', (iii) definições sobre sintaxe, (iv) história da disciplina, etc, por entendermos que nosso público-alvo já foi introduzido a cursos de Introdução à Linguística e que, portanto, esta abordagem seria repetitiva.

Capítulo 2

Formalismos em linguística e análise sintática formal do português falado no Brasil

1. Formalismos em Linguística

Neste livro, o estudo da análise sintática do português falado no Brasil está apoiado em um arcabouço formal conhecido como *Gramática Gerativa*. Nesta seção, objetivamos: (i) tornar clara a expressão "estudos formais em sintaxe"; (ii) ratificar que o modelo teórico gerativo não é o único modelo formal em estudos sintático/ gramaticais. Portanto, queremos deixar claro que, apesar de estarmos seguindo o modelo teórico gerativo não advogamos que formalismo em sintaxe seja sinônimo de gerativismo. Pelo contrário, concordamos que fora do arcabouço gerativista há outros formalismos em linguística.

1.1. Estudos Formais e Ciência

Sobre o termo *formal/formalismo*, nos remetemos às ciências contemporâneas. Dessa forma, situamos o linguista e sua prática, qualquer que seja ela (sintaxe, morfologia, fonética, fonologia, pragmática, semântica), na prática científica.

O conceito de ciência e o de método científico têm sido controversos ao longo do tempo. Já foi proposto um método científico unificado que hoje não é bem visto, pois a metodologia em Ciências Exatas e Humanas, por exemplo, tem se mostrado diferentes. A tendência tem sido a aceitação de uma multiplicidade de métodos de investigação científica. Logo, perguntamos:

"que características fundamentais atribuem cientificidade ao estudo linguístico?"

Segundo Lobato (1986: 25):

> *As características de aceitação geral são: exigência de comprovação empírica, caráter não-preconceituoso, caráter explicativo e caráter explícito. [...]*

A seguir, definimos, de acordo com Lobato (op. cit.) essas características.

(i) Comprovação empírica: a característica científica de *comprovação empírica* relaciona-se à exigência de que qualquer hipótese teórica proposta seja comprovada por dados.

(ii) Caráter não-preconceituoso: a característica científica de *caráter não-preconceituoso* diz respeito à eliminação de conceitos como "certo/errado", "a língua literária é a melhor variedade de uma língua", etc[1].

(iii) Caráter explicativo: a característica científica de *caráter explicativo* diz respeito, novamente, à exigência de veracidade empírica para se propor hipóteses teóricas. Não sendo confirmada uma hipótese inicial por esta não ter sido validada por um dado, esta é reformulada até que se chegue a uma proposta que "cubra todos os fenômenos sob análise[2]".

(iv) Caráter explícito: a característica científica de *caráter explícito* é definida por Lobato (1986: 27):

> *[...] o caráter explícito da lingüística diz respeito à exigência de definição clara, precisa, coerente e pormenorizada dos pressupostos teóricos da análise, assim como dos termos nela usados, e de caracterização detalhada de todas as fases da argumentação, inclusive as intermediárias. Essa característica também esteve de modo geral ausente dos estudos da gramática tradicional. [...]*

Um bom exemplo de problemas de conceituação, ligados à característica científica de caráter explícito, é fornecido por Eunice Pontes. Pontes (1986) – nos Capítulos 5 e 6: "O problema dos conceitos em geral" e "O conceito de sujeito entre falantes" – apresenta

1. Segundo Lobato (1986: 26, 27): *"[...] Exemplos sintáticos dessa perspectiva lingüística são os enunciados 'vende-se ovos', ' a moça que eu te falei não vem mais', 'ele falou pra mim fazer isso'. A gramática tradicional os condena, classificando-os como 'erros', mas o lingüista não os rejeita e nem lhes atribui caráter certo ou errado; apenas considera-os como fatos existentes na língua e como tal devem ser explicados. Mais ainda, o lingüista se preocupa com a adequação do uso desses enunciados, não querendo, como já se chegou a pensar, que qualquer variedade da língua seja usada em qualquer situação de comunicação; em outras palavras, o lingüista não quer o "caos lingüístico". [...]*

2. Lobato (1986: 27) apresenta um exemplo dessa característica científica: *"[...] Por exemplo, se se está estudando a voz passiva, a hipótese teórica terá de explicar não só os enunciados passivos que serviram de base para a análise, mas qualquer enunciado na voz passiva na língua estudada. Isso tudo quer dizer que uma hipótese só tem validade se tem valor explicativo. Isto é, se transcender os dados, de modo que possa até predizê-los. [...]"*

o difícil problema do conceito de sujeito partindo do português coloquial brasileiro tal como é falado no dia-a-dia por pessoas da classe culta.

O caráter científico da linguística só passou a ser creditado a partir da publicação do 'Cours de Linguistique Générale' (Curso de Linguística Geral) – 1916 – de Ferdinand de Saussurre que marca o início dos trabalhos linguísticos conhecidos como "Estruturalismo". O texto clássico de Saussure pode ser lido em português – ver Saussurre (1985).

Sobre "Estruturalismo" e os "Estudos Pré-Saussurianos", ver sugestão de leitura em *leituras complementares* – capítulo 2 – ao final deste livro.

1.2. *Diversos Formalistas em Sintaxe/ Gramática*

Duas grandes correntes de estudos sintático/gramaticais são bem atestadas no mundo acadêmico: Gerativismo e Funcionalismo. Registramos, nesta subseção, o que consideramos ser um equívoco que se pronuncia em nossas escolas de nível superior, em Universidades e em textos escritos no Brasil. Trata-se da 'disputa' entre estudos/ estudiosos gerativistas *versus* funcionalistas: o termo *formal* é endereçado apenas aos estudos gerativistas.

Em (1.1.), ao enfatizarmos que todo estudo linguístico é formal, concordamos com um grupo de acadêmicos que não corrobora a idéia de que somente os estudos sintático/ gramaticais dentro do quadro gerativista são formais (científicos).

Segundo Roberta Oliveira:

> *A disputa formalismo (=gerativismo) versus funcionalismo não apenas encobriu os consensos que constituem a base do conhecimento, como também ofuscou a existência de modos não-gerativistas de ser formalista, e que são certamente compatíveis com as teses do funcionalismo. [...]*
>
> *Oliveira (2004: 229)*

Portanto, como a disciplina 'sintaxe' tem sido estudada no Brasil por grandes expoentes dessas duas correntes teóricas, queremos, logo de início, deixar claro que nossa opção pelo enfoque gerativista, neste livro, não está relacionada ao fato de considerarmos os estudos funcionalistas como estudos não formais. Afirmar isto seria demonstrar um desconhecimento básico dos estudos funcionalistas. A chamada Gramática Funcional, por exemplo, desenvolvida por Simon Dik é um forte exemplo de formalização linguística dentro do arcabouço funcionalista – ver Pezatti (2004: 199-213).

Sobre “Funcionalismo”, ver sugestão de leitura em *leituras complementares* – capítulo 2 – ao final deste livro.

É preciso dizer ainda que, mesmo assumindo uma opção teórica gerativista neste texto (centrado na sintaxe do português falado no Brasil), não podemos desconsiderar os significativos estudos que vêm sendo empreendidos sobre o português brasileiro dentro do quadro funcionalista.

O “Projeto da Gramática do Português Culto Falado no Brasil” reúne, há anos, pesquisadores funcionalistas (bem como gerativistas). Para detalhes sobre o projeto “Gramática do Português Culto Falado no Brasil” e seu quadro de pesquisadores e pesquisas, ver sugestão de leitura em *leituras complementares* – capítulo 1 – ao final deste livro.

Portanto, nossa opção pela formalização gerativista na disciplina de sintaxe não está centrada no fato de considerarmos o modelo gerativo como a única maneira formal de se “fazer sintaxe”. Nossa opção por este modelo resume-se por:

(i) a teoria gerativa ser *mentalista;*

(ii) a *embalagem teórica* gerativa em sua versão de Princípios e Parâmetros (P&P) ser eficiente e clara para os propósitos a que nos destinamos neste livro.

Logo, ratificamos as palavras de Everett (1992: 14):

> *[...] a escolha de uma teoria (lingüística, física, etc.) é relativamente arbitrária em termos empíricos. Essa escolha é mais “metafísica” [...]. Escolhi uma teoria “mentalista”, porque meus objetivos são mais mentalistas. A teoria gerativa tem, para mim, a “embalagem” mais bonita de todas as teorias mentalistas. Ao falar em “embalagem”, não quero dizer que minha escolha seja trivial. Pelo contrário, acho que a maneira em que uma determinada teoria organiza o universo, sua ontologia, suas formalizações e sua “embalagem” – estilo e forma de apresentação, entre outras coisas – são aspectos importantes na escolha desta teoria. [...]”*

Após esta introdução sobre a opção pelo enfoque formal gerativista neste texto sobre sintaxe do português, passamos a uma breve exposição sobre a Gramática Gerativa.

2. Gramática Gerativa:
o Estudo da Sintaxe com Estatuto de Disciplina Autônoma

Na história recente da linguística, verifica-se uma grande discussão que vem dividindo a comunidade acadêmica. Trata-se do desacordo sobre a *autonomia da sintaxe*:

> *[...] Gerativistas afirmam que a sintaxe é um sistema autônomo, isto é, a sintaxe, uma máquina que gera sentenças bem formadas, independe da semântica (e certamente da pragmática) e tem um modo de operar característico (assim como o fígado tem um funcionamento próprio). A sintaxe é assim um módulo independente, logicamente anterior e mais central que a semântica. Funcionalistas acreditam que a sintaxe é resultado dos usos e funções a que a língua serve. Só há sintaxe porque há semântica/ pragmática. [...]*
>
> *Oliveira (2004: 225)*

Logo, gerativistas advogam que a sintaxe seja autônoma[3]; funcionalistas advogam que a sintaxe só existe porque há semântica/ pragmática[4].

Neste texto, assumimos a tese da autonomia da sintaxe sem entrarmos em discussões teóricas sobre o fato. Apenas entendemos que esta abordagem nos ajuda a "isolar" nosso objeto de estudo – a sintaxe –, tratando-o, na medida do possível, sem "interferência" de outros aspectos da língua(gem)[5]. Note que não estamos, com isso, dizendo que a fonética, fonologia, morfologia, semântica e pragmática não são partes dos estudos de uma língua.

A seguir, apresentamos alguns pontos importantes relacionados à teoria da gramática de base gerativista.

---

3. Dentro das várias versões teóricas gerativistas há posições de autonomia pura e posições de autonomia suavizadas.

4. *"Esse sistema* (a sintaxe)*, que pode inclusive ter adquirido certo grau de autonomia da semântica, resultou das gramaticalizações do uso. Funcionalistas, podem, pois aceitar que a sintaxe tenha se autonomizado e se constitua hoje um sistema autônomo ou quase-autônomo, o que importa é a história dessa autonomia. [...]"*– Oliveira (2004: 225).

5. No entanto, no breve estudo que faremos do sintagma complementizador, SC (capítulo 8), não nos será possível isolar a sintaxe do discurso, como por exemplo, no caso dos estudos sobre as categorias *foco* e *tópico*.

2.1. As Propriedades da Linguagem Humana Segundo Noam Chomsky

Embora tenha tido toda a sua formação linguística dentro do estruturalismo americano, sobretudo a linha representada por Leonard Bloomfield, Avram Noam Chomsky tornou-se um ferrenho adversário da análise linguística behaviorista desta escola de linguística.

O processo de aquisição de língua é um dos principais pontos de divergência entre a linguística estruturalista e a chomskiana. Para os estruturalistas, a aquisição de língua estava atada a princípios uniformes de aprendizagem, de assimilação, de indução, característicos da escola da Psicologia chamada Behaviorismo. Para Chomsky, a aquisição de língua é parte da natureza da mente humana:

> *[...] Nessa perspectiva, a linguagem não é uma conseqüência da comunicação, não é um sistema de comunicação sofisticado; antes, ela surge de uma mutação genética que permitiu ao indivíduo a possibilidade de organizar melhor sua vida mental, tornando-o mais apto. Que a linguagem sirva a comunicação é uma conseqüência inesperada de termos linguagem, mas não essencial. [...]*
>
> *Oliveira (2005: 225, 226)*

Daí dizer-se que a teoria gerativa é *mentalista*:

> *[...] os comportamentos lingüísticos efetivos (enunciados) são, ao menos parcialmente, determinados por estados da mente/ cérebro.*
>
> *Borges Neto (2005: 96)*

Segundo Chomsky, a faculdade da linguagem humana é um subconjunto de um conjunto de *órgãos mentais*. Os sistemas mentais compartilham uma série de características com os sistemas físicos e, como estes, devem ser vistos como parte do dote genético do homem. Podem ser estudados nas mesmas bases em que se estudam os órgãos físicos: de *maneira modular*, pois são diferentes entre si, não homogêneos, e organizados segundo princípios a eles específicos.

A faculdade da linguagem encontra-se, nas línguas reais, em interação com os demais órgãos mentais. Alguns destes *órgãos*, além do da *faculdade da linguagem*, seriam: a compreensão matemática; a habilidade de identificar traços da personalidade dos in-

divíduos a partir de breves contatos; a habilidade artística; características ligadas à visão como a *perspectiva*, por exemplo; etc.

2.1.1. *A Abordagem Modular da Mente*

A abordagem modular da mente prevê:

(i) um estado inicial da mente, fixo, geneticamente determinado, comum à espécie, com no máximo pequenas variações, à parte casos patológicos, denominado *Gramática Universal* (GU);

(ii) um estado estável chamado Gramática Nuclear (GN) que se dá após uma sequência de estados sob as condições limitadoras impostas pela experiência.

Logo, a habilidade de falar uma língua pode ser vista através do esquema abaixo:

GU + Experiência = Habilidade para falar (aquisição de GN)

que demonstra que para uma criança adquirir a habilidade de falar um idioma (GN), além de nascer dotada geneticamente de GU, precisa ser *exposta* a este idioma:

Exposição à Língua Y = Ativa a experiência da Língua y

O modelo gerativista apresenta, à primeira vista, um aparente paradoxo: (i) as línguas do mundo são em essência idênticas porque todas são fruto de um mesmo *código genético*; (ii) é sabido que as línguas humanas apresentam diferenças. No entanto:

> *Nosso modelo tem uma solução para este aparente paradoxo, articulada a partir de duas noções:* **Princípios e Parâmetros**. *A faculdade da linguagem é composta por princípios que são leis gerais válidas para todas as línguas naturais; e por parâmetros que são propriedades que uma língua pode ou não exibir e que são responsáveis pela diferença entre as línguas. Uma sentença que viola um princípio não é tolerada em nenhuma língua natural provavelmente porque tem a ver com a forma como o cérebro/ a mente da espécie funciona; uma sentença que não atende a uma propriedade paramétrica pode ser gramatical em uma língua e agramatical em outra.*

Mioto et al (2004: 24)

Para um exemplo de princípio e de parâmetro ver Mioto et al. (2002:24-25).

Um dos parâmetros mais discutidos na teoria da gramática é chamado de *Parâmetro do Sujeito Nul*o: o fato de o sujeito poder ou não ser nulo (foneticamente não pronunciado) em sentenças finitas. O português culto falado no Brasil vem apresentando evidências de mudança deste parâmetro se comparado ao português europeu. No capítulo 3, descrevemos o *Parâmetro do Sujeito Nul*o.

Com Chomsky e sua teoria da linguagem, a linguística toma novos rumos. Agora não se trata mais de dizer o que é que os estudos da mente humana podem dizer acerca da faculdade da língua humana, mas sim o oposto: os estudos da faculdade da língua podem aclarar sobre a própria natureza da mente. A noção é a de que o conhecimento que o falante nativo tem da sua língua é um conhecimento *inato,* organizado a partir de um rico sistema de princípios que impõe limites na variação possível entre as línguas, sendo por isso mesmo chamado de *esquema restritivo.* Essa matriz biológica, que fornece o arcabouço em que o desenvolvimento da língua pode ser feito, vem sendo denominada de *gramática universal* (GU).

Ao argumentar sobre as propriedades da linguagem humana, Chomsky substitui a clássica dicotomia *língua/ fala* de Saussure por *competência/ desempenho*, como se vê a seguir:

2.1.1.1. *Competência e Desempenho*

Segundo Ferdinand de Saussure, a faculdade da língua(gem) humana apresenta a seguinte dicotomia: (1) língua e (2) fala (*langue/parole*) – cf. Saussure (1985: 26-28). *Língua* (língua/ linguagem) refere-se ao sistema da língua, coletivo a uma comunidade de fala; *fala* refere-se aos enunciados concretos produzidos por um falante individual em situações reais[6]. Logo, para Saussure, sendo a *língua* um sistema coletivo representado no cérebro dos falantes, ela é um fato social, ao contrário da *fala* que é um ato individual.

Chomsky substitui a clássica dicotomia saussuriana por *competência/ desempenho*. Define o ato linguístico individual através da terminologia *desempenho,* que é próxima à terminologia saussuriana *fala.* Por *competência,* Chomsky define o conhecimento que o falante tem do sistema linguístico.

6. Ver Saussure (1985: 22).

A substituição da dicotomia langue/parole pela dicotomia competência/desempenho pode ser vista como uma mudança na perspectiva filosófica da teoria lingüística: na visão saussuriana, as línguas são, antes de tudo, instituições humanas visando à interação social, ao passo que na visão chomskiana, antes de ter a função comunicativa, as línguas têm a função de ser expressão do pensamento (função cognitiva). Ao considerar que a função primordial das línguas naturais é a comunicação, o que ele faz implicitamente, Saussure insere a lingüística no contexto mais amplo das ciências sociais. Ao considerar que a função mais básica da língua é a expressão do pensamento, sendo a função de comunicação um uso posterior, Chomsky insere a lingüística no âmbito da psicologia cognitiva.

Lobato (1976: 48)

Em gramática gerativa, faz-se distinção entre gramaticalidade e aceitabilidade, como se vê abaixo:

2.1.1.2. *Gramaticalidade e Aceitabilidade*

O conceito de gramaticalidade é baseado no conhecimento gramatical que os falantes nativos têm da sua língua e está ligado ao modelo de competência. Cada falante, que, por definição, possui uma (ou mais de uma) GN(s), pode fazer julgamentos de gramaticalidade sobre os enunciados emitidos:

*Ele pode dizer se uma frase feita de palavras de sua língua está bem formada, com relação a regras de gramática que ele tem em comum com todos os outros indivíduos que falam essa língua; essa aptidão pertence à competência dos falantes, não depende nem da cultura, nem do grupo social do falante. Assim, em português, "o menino gosta de chocolate" é uma frase gramatical; ao contrário *"Gostar chocolate menino" é uma frase agramatical (marcada por um asterisco).*

Dubois et al (1973: 318)

Um termo sinônimo para *gramatical* em linguística é *bem-formado*. Para Dubois et al (op. cit.), o conceito de *aceitabilidade* é um conceito ligado ao modelo de *performance*:

> *[...] depende, portanto, não apenas da conformidade às regras da gramática (toda frase agramatical é inaceitável), mas também das regras definidas pela situação (contexto) ou pelas propriedades psicológicas [...].*
>
> *Dubois et al (1973: 14)*

Os falantes nativos de uma língua, como o português, por exemplo, muitas vezes discordam quanto ao uso, ou mesmo sobre a possibilidade de um enunciado. Um enunciado pode ser normal em um dialeto, mas inaceitável em outro, como se vê em:

(1) a. Eu vi ele
b. Eu o vi
c. Vendem-se casas
d. Vende-se casas

Nos dados em (1), todos os exemplos são *gramaticais*, mas (1a) e (1d) podem ser *não aceitáveis* para determinados grupos de falantes. Pode-se dizer, então, que há *graus* de gramaticalidade e de aceitabilidade, como se observa em:

(2) a . ? A criança não deveu ter tido chocolate
b. ? As idéias azuis faiscavam na parede

Quando um enunciado é considerado inaceitável é marcado por um asterisco; se for *marginalmente aceitável* é precedido por um ponto de interrogação:

(3) a. * As meninas bonitos moram lá
b. ? As meninas bonita moram lá.

Neste livro, procedemos a uma análise sintática do português culto falado no Brasil, logo, o leitor deve estar atento para o fato de que, em muitos casos, estaremos tratando de uma análise de dados perfeitamente aceitáveis pelos falantes brasileiros, mas que não fazem parte da modalidade escrita culta, como é o caso do exemplo (1d): *Vende-se casas*[7].

7. Dados como este são analisados no capítulo 3.

2.2. Clássicos da Literatura Gerativa

Provar que o ser humano é *equipado geneticamente* para adquirir língua tem sido o principal objetivo da Gramática Gerativa. Este desafio mantém-se vivo desde os idos de 1950, descrito, formulado e reformulado por Chomsky por meio de publicações tidas como marcos desta Teoria, como se vêem abaixo[8]:

1957 - *Syntactic Structures*
1965 - *Aspects of the Theory of Syntax*
1968 - *Sound Pattern of English* (com Morris Halle)"
1970 - *Remarks on Nominalization*
1973 - *Conditions on Transformations*
1980 - *On Binding*
1981 - **Lectures on Government and Binding: The Pisa Lectures**
1983 - **Principles and Parameters Theory in Syntax (com H. Lasnik)**
1986 - *Barriers*
1988 - *Language and Problems of Knowledge: The Managua Lectures*
1995 - *The Minimalist Programm*
2000a - *Minimalist Inquiries: The Framework*
2000b - *Derivation by Phase*
2005- *Novos Horizontes nos Estudo da Linguagem e da Mente*

Os textos em negrito – Chomsky (1981)/ Chomsky & Lasnik (1983) – têm sido a base das disciplinas de sintaxe (com ênfase em teoria formal gerativista), ministradas em cursos de graduação (Letras e Linguística) no Brasil. Esses cursos são conhecidos como *Cursos em GB* (do nome "Government and Binding" – *Regência e Ligação*), ou *Cursos em Princípios e Parâmetros* (que é como se consagrou o nome da teoria a partir do final da década de 80) – daqui em diante, P&P.

A razão de não apresentarmos, neste livro, o que é hoje conhecido como *Minimalismo* – Chomsky (1995) – é que o *Minimalismo* tem sido definido pelos pesquisadores e teóricos como um *Programa de Investigação* e não como uma *Teoria*.

8. A produção chomskyana é vasta e não referendamos também, aqui, nenhum de seus textos na área política, em que é amplamente citado. Chomsky é uma das personalidades mais conhecidas da política de esquerda norte-americana e vêm sendo um crítico marcante do governo dos EE.UU.AA.

Jairo Nunes, em parceria com outros dois autores, no livro "Understanding Minimalismo" (*Entendendo Minimalismo*), diz:

> *[...] Em particular, nós mostramos como considerações minimalistas repensam e substituem as abordagens em GB e seu maquinário técnico [...]. Antes de embarcarmos em nossas várias viagens minimalistas, nós sumariamos as principais abordagens de GB e de seu aparato técnico. Esses sumários pretendem ajudar o leitor a relembrar materiais relevantes 'de fundo' teórico em GB e providenciar indicadores para estudos mais adiante. [...] Se o leitor não teve ainda um curso em GB, seria muito útil olhar para seus 'indicadores' (GB, tida como a base para alguém se empreender nos estudos minimalistas) e ficar confortável com este relevante material.*
>
> *Hornstein, Nunes & Grohmann (2005: Preface)*[9]

Como dito acima, o *Minimalismo* repensa e substitui as abordagens em GB. No entanto, em nenhum momento, os gerativistas afirmam (ou afirmaram) que GB deva ser desconsiderado. Pelo contrário! Enfatizando o que lemos na citação acima, não se pode repensar ou mesmo substituir algo que não se conhece. Logo, conhecer o maquinário técnico, básico, de GB é imprescindível para todos aqueles que querem se empreender na tarefa de estudar sintaxe do ponto de vista formal gerativista.

A proposta do ensino do modelo GB em cursos de graduação (principalmente) nos leva a rebater críticas ouvidas "pelos corredores", advindas de pessoas não conhecedoras dos estudos em sintaxe gerativista. Duas delas têm sido muito comuns:

1. "não se pode estudar uma teoria que vive mudando";
2. "os professores de sintaxe no Brasil são retrógrados: ensinam GB ao invés de Minimalismo".

À primeira crítica, rebateríamos dizendo que os estudos em sintaxe formal são estudos de natureza científica. Uma ciência que não postula, reformula e se autocritica não é ciência. Logo, nós gerativistas, pensamos que:

9. A citação foi traduzida; as aspas simples e os conteúdos entre parênteses são nossos.

(i) nunca soubemos tanto sobre língua, sobre a sintaxe das línguas, como nos últimos 60 anos, por meio de inúmeras pesquisas gerativistas, em inúmeras línguas. No entanto concluímos que ainda sabemos muito pouco e precisamos continuar com o empreendimento científico de testar e reformular dados;

(ii) é possível estudar gramática gerativa e a prova é que estamos ensinando as bases teóricas por meio de um modelo: o modelo-base *GB*.

À segunda crítica, rebateríamos dizendo que não estamos abordando o *Minimalismo*, neste livro, por opção metodológica. No entanto, na medida do possível, atentamos para uma abordagem mais atual à GB como: (i) não introduzir as 'árvores' em 'estrutura profunda' (*deep structure* – DS), (ii) não nomearmos categorias vazias como *pro*, *PRO*, *vestígio*, *variável*; (iii) apresentarmos, no sintagma verbal, a estrutura vP. Essas abordagens são pré-minimalistas (e minimalistas) e não abordagens típicas do modelo GB.

3. O Tratamento Formal em Análise Sintática

Nossos estudos sintáticos estarão centrados na estrutura sintagmática da língua portuguesa e seguiremos as generalizações simbólicas de uma subteoria da gramática gerativa denominada de *teoria X-barra (ou módulo X-barra)*; portanto, nosso objetivo, nesta seção, é apresentar o "maquinário" X-barra. No entanto, antes de lançarmos as bases deste módulo da gramática, exemplificamos duas possibilidades de tratamento formal de um termo sintático conhecido por *objeto direto*. Nosso objetivo é ratificarmos que, neste livro, fizemos escolhas entre diferentes tipos de formalismos para procedermos nossa análise sintática do português: (i) gerativismo (e não funcionalismo); (ii) teoria mentalista que advoga soluções em termos sintagmáticos como básicas para GU (gramática universal).

3.1. *Propostas de Codificação da Relação Gramatical "Objeto Direto"*

Segundo Payne, (1999:133, traduzido):

> *Uma observação empírica que se faz é que as línguas tendem a ter cerca de três distintas categorias nucleares de relações gramaticais (comumente 'sujeito', 'objeto' e 'objeto indireto'). Isto provavelmente reflete limitações cognitivas [...]. Em outras palavras, existem duas e possivel-*

mente três categorias necessárias para manter papéis participantes distintos em uma interação humana normal dentro do trabalho da mente.

Nesta subseção tomemos por enfoque a relação gramatical envolvendo o termo *objeto direto*. A seguir, uma definição de objeto direto retirada de uma de nossas gramáticas:

> *[...]O predicado complexo acompanha-se de tipos diferentes de argumentos, conhecidos por complementos verbais.*
>
> *O primeiro deles é o complemento direto, também chamado de objeto direto, representado por um signo léxico de natureza substantiva (substantivo ou pronome) não introduzido por preposição necessária:*
>
> *Os vizinhos não viram <u>o incêndio</u>*
>
> *[..]*
>
> *Bechara (2006: 416; o grifo é nosso)*

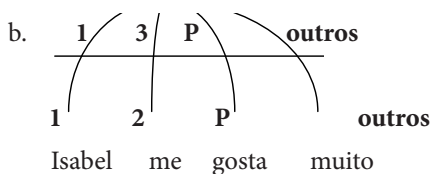
A literatura aponta várias propostas relacionadas à codificação da relação gramatical *objeto direto*. A maneira mais simples e direta é fazer referência explícita à relação gramatical em si, como se vê na abordagem tradicional (ver citação acima), seguida pela teoria mentalista denominada de Gramática Relacional – "Arc-Pair Grammar (APG)[10]".

Observe, a seguir, um dado com objeto direto em português do Brasil (dialeto falado na região serrana do Rio de Janeiro) e o tratamento da APG a esse dado:

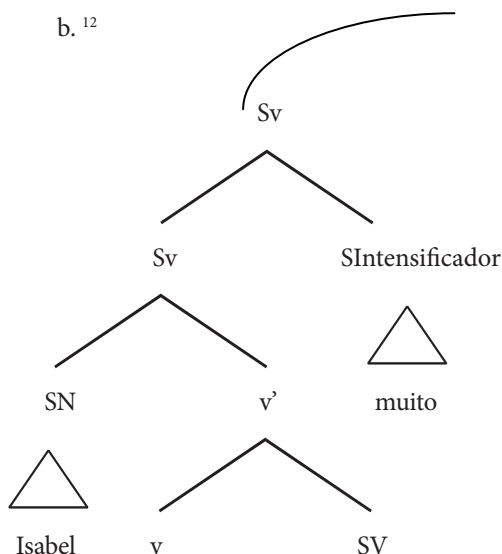
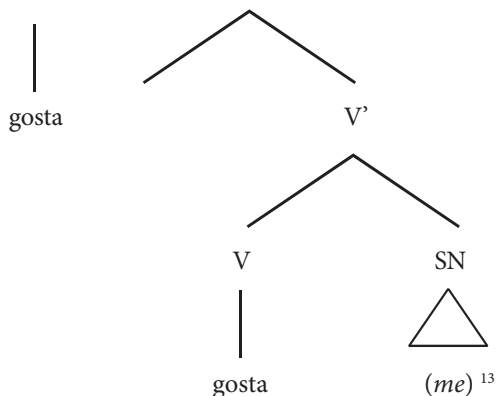
(4)a. Isabel **me** gosta muito[11]

---

10. Jonson, D.; Postal, P. (1980). *Arc-Pair Grammar*. Princeton: Princeton University Press.Frantz, D. (1981). *Grammatical Relations in Universal Grammar*. Bloomington, Ind.: Indiana University Linguistics Club. A APG opôs-se ao paradigma gerativo.

11. Dado extraído por Márcia Oliveira na cidade de Paty do Alferes, RJ. Propositalmente, insere-se um dado considerado *não culto/não normatizado* com o intuito de ratificar que a preocupação, nesse livro, é considerar fatos existentes na língua e não rotulá-los como *certo/errado*. Ver "caráter não-preconceituoso da linguística" na seção (1).

Em (4b) verificamos o modelo adotado pela APG – “R-graphs” (gráficos em raios). A linha horizontal – diagrama (4b) – divide a rede em *extratos*. No primeiro extrato (acima da linha), os números indicam a posição de sujeito (**1**), de objeto indireto (**3**), de predicado (**P**) e de adjunto (outros) da sentença (1a) – *Isabel gosta muito de mim*. No segundo extrato (abaixo da linha), os números indicam uma reavaliação da posição de objeto indireto (**3**), ascendendo para a posição de objeto direto (**2**): Isabel me gosta muito.

A abordagem gerativa em sua versão de Princípios e Parâmetros (P&P) – Chomsky (1981) – define relações gramaticais – como objeto direto – em termos estruturais, relacionando-os à propriedade de marcação sintagmática. Observe o exemplo (4), renumerado abaixo, e o tratamento dado por P&P:

(5)a. Isabel **me** gosta muito

12. A linha curva acima do sintagma verbal (Sv/SV) significa que, nesta estrutura, não estamos considerando o sintagma flexional – SF – que projeta a sentença, mas apenas enfatizando a estrutura interna da projeção sintagmática verbal, em que o objeto direto é projetado.

Em (5b) vê-se o verbo *gosta* com seus dois argumentos SNs (elementos exigidos pelo verbo): (i) o sintagma nominal *Isabel*, o argumento externo, na posição de especificador do verbo leve [Spec, Sv]; (ii) o SN pronominal *me*, o argumento interno, na posição de complemento do SV – objeto direto. O chamado advérbio de intensidade, *muito*, é tratado como um adjunto e projetado como um sintagma intensificador[14].

É sobre o tratamento sintagmático de categorias gramaticais (como o sintagma verbal, exemplificado em (5)), que trataremos neste livro, abordando o modelo de diagrama arbóreo (*árvores*), valorado em P&P. Detalhes iniciais sobre a estrutura X-Barra – como visto em (5b) acima – serão iniciados ainda neste capítulo.

Sobre Gramática Gerativa, ver sugestão de leituras em *leituras complementares* – capítulo 2 – ao final deste livro.

Sobre "Programas de Investigação Linguística Mentalista" ver sugestão de leituras em *leituras complementares* – capítulo 2 – ao final deste livro.

3.2. *A Estrutura de Constituinte e a Competência Linguística*

A abordagem gerativista em sua versão de Princípios e Parâmetros (P&P) prevê uma idealização abstrata para o conhecimento nativo que cada falante tem de sua língua materna. Esse conhecimento linguístico, que se desenvolve na primeira infância, independe dos ensinamentos da escola e é conhecido em P&P como *competência*. Segundo Trask (1993: 50-51, traduzido):

---

13. Em outra fase da derivação sintática, **me** será movido para a posição de núcleo da flexão [**me** gosta] – ver capítulo 5.
14. O detalhamento desta estrutura X-Barra (Sv/SV) será iniciado no capítulo 4.

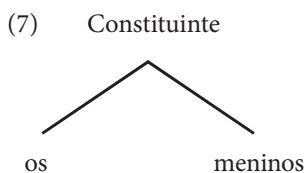
> *[...] O termo é especificamente definido para excluir fatores como limitações de memória, lapsos verbais, interrupções e dificuldades de processamento resultantes de recursividades múltiplas, ambigüidade, mudança na duração da fala ou uma sentença pragmaticamente não plausível. As descrições feitas por gramáticos gerativistas pretendem ser descrições gramaticais da competência lingüística. [...]*

O conhecimento inato que temos de nossa língua foi desenvolvido por meio de um sistema representado em nossa mente/cérebro que é rico e poderoso o suficiente para nos proporcionar *adquirir língua(s)* mesmo em face às limitações e possíveis inadequações de nossa experiência linguística.

Seguindo os pressupostos de P&P, ratificamos que a competência dos falantes nativos de uma língua possibilita que esses falantes percebam que as palavras se estruturam em níveis hierárquicos. Por exemplo: cada falante do português, escolarizado ou não, tem uma noção que as palavras, em uma dada sentença, assumem relações próximas com outra(s) palavra(s) e estas relações são construídas hierarquicamente até que toda a sentença seja *projetada*. Observe a sentença abaixo:

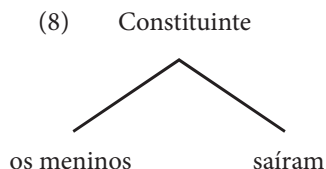
(6) Os meninos saíram.

Podemos afirmar que, em (6), a palavra *os* parece estar mais atada ao significado de *meninos* que ao significado de *saíram* como se vê na estrutura em:

(7) Constituinte

os meninos

Portanto, as palavras *os meninos* em *os meninos saíram* (6) formam um constituinte, que por sua vez se tornará em uma unidade maior (um outro constituinte) ao se atar à palavra *saíram*:

(8) Constituinte

os meninos saíram

Veja a definição de constituinte em:

(9) Constituinte –

Um grupo de palavras que funcionam juntas como uma unidade[15].

Os constituintes são também conhecidos como *sintagmas*.

A noção de constituinte é a noção mais importante e básica da teoria sintática.

Negrão, Scher & Viotti (2003: 88-90) apresentam evidências para a estrutura de constituintes, baseadas nas possibilidades de distribuição de elementos sintáticos em diversas posições na sentença: (i) topicalização, (ii) clivagem, (iii) deslocamento para a posição final da sentença; (iv) passivização.

> *[...] Os movimentos evidenciam o fato de que a sentença é estruturada em constituintes, precisamente porque não é possível deslocarem-se partes de constituintes, nem seqüências que não formem um constituinte [...].*
>
> *Negrão, Scher & Viotti (2003: 90)*

A seguir, em (6b), veja um "fragmento" de constituinte sendo deslocado para a periferia da sentença tornando a sentença agramatical:

(10) a. O João vai comprar o último livro do Chomsky na Border's amanhã.[16]

b. *[Último], o João vai comprar o livro do Chomsky amanhã na Border's.[17]

Vejamos, a seguir, outros exemplos de Negrão, Scher & Viotti (op. cit.) – centrados em movimento de constituintes – que ratificam a proposta de que a sentença é estruturada em constituintes *(sintagmas)*.

(i) *Topicalização* – deslocamentos de constituinte, para fins discursivos, para o início da sentença[18]:

---

15. Ver Carnie (2002: 30-31).
16. Negrão, Scher & Viotti (2003: 90, exemplo (12), renumerado).
17. Ibid. (2003: 90, exemplo (17a), renumerado).
18. Negrão, Scher & Viotti (2003: 90, exemplos (13a-e), renumerados); os grifos são nossos. Para maiores detalhes sobre *tópico*, ver capítulo 8 deste livro.

(11) a. Amanhã, o João vai comprar o último livro do Chomsky na Border's.
b. Na Border's, o João vai comprar o último livro do Chomsky amanhã.
c. O último livro do Chomsky, o João vai comprar na Border's amanhã.
d. Do Chomsky, o João vai comprar o último livro na Border's amanhã.
e. Comprar o último livro do Chomsky, o João vai amanhã, na Border's.

(ii) *Clivagem* – constituintes que são movidos para o início da sentença 'ensanduichados' entre o verbo *ser* e a conjunção *que*[19]:

(12) a. É o João que vai comprar o último livro do Chomsky na Border's amanhã.
b. É o último livro do Chomsky que o João vai comprar na Border's amanhã.
c. É na Border's que o João vai comprar o último livro do Chomsky amanhã.
d. É amanhã que o João vai comprar o último livro Chomsky na Border's.

(iii) *Deslocamento para o final da sentença* – alguns elementos, principalmente aqueles ditos "pesados" (longos), podem ser deslocados para o final da sentença[20]:

(13) a. O João contou [toda a história sobre aquele terrível mal-entendido] [para a Maria].
b. O João contou [para a Maria] [toda a história sobre aquele terrível mal-entendido].

(iv) *Passiva* – um verbo transitivo direto permite que o objeto direto sofra movimento chamado de *passivação*:

(14) a. O João vai comprar o último livro do Chomsky na Border's amanhã[21].
b. O último livro do Chomsky vai ser comprado pelo João amanhã na Border's[22].

Além do teste de movimento para corroborar a noção de constituinte e checar os elementos pertencentes a um determinado sintagma, Negrão, Scher & Viotti (2003: 91-93) apresentam ainda outras evidências que corroboram que as sentenças são formadas por um conjunto(s) de sintagma(s): (v) fragmentos de sentenças; (vi) pronominalização; (vii) elipse.

---

19. Ibid. (p. 90, exemplos (14a-d), renumerados); os grifos são nossos.
20. Ibid.(p. 90, exemplos (15a-b), renumerados); os grifos são nossos.
21. Ibid. (p. 90, exemplo (12), renumerado); o grifo é nosso.
22. Ibid. (p. 90, exemplo (16a), renumerado); o grifo é nosso.

(v) *Fragmentos de sentenças* – só constituintes podem servir como fragmentos de sentenças em respostas:

(15) a. O João vai comprar o último livro do Chomsky amanhã?[23]
b. Vai

> *[...] Notem que em [(15)], conseguimos isolar um constituinte – o verbo auxiliar vai – que não havíamos conseguido separar pelas construções que envolvem movimento. É importante sempre ter em mente que nem todos os constituintes são evidenciados pelas mesmas construções."*
>
> *Negrão, Scher & Viotti (2003: 91)*[24]

(vi) *Pronominalização* – as línguas naturais utilizam *proformas* para retomar 'elementos' na sentença ou no discurso. *"As proformas, no entanto, só substituem constituintes sintáticos."* – Negrão, Scher & Viotti (2003: 91).

(16) a. O João vai comprar o último livro do Chomsky na Border's amanhã.[25]
b. Ele vai comprar o último livro do Chomsky amanhã (o João).

(vii) *Elipse* – esse recurso evidencia sintagmas que têm o verbo como núcleo[26]:

(17) a. O João vai comprar o último livro do Chomsky na Border's amanhã e a Maria também [~~vai comprar o último livro do Chomsky na Border's amanhã~~].

b. O João vai comprar o último livro do Chomsky na Border's amanhã e a Maria também vai [~~comprar o último livro do Chomsky na Border's amanhã~~].

c. O João vai comprar o último livro do Chomsky na Border's amanhã e a Maria vai [~~comprar o último livro do Chomsky na Border's~~] na segunda-feira.

d. O João vai comprar o último livro do Chomsky na Border's amanhã e a Maria vai [~~comprar o último livro do Chomsky~~] na Brentano's.

---

23. Negrão, Scher & Viotti (2003: 91, exemplos (25 A-B), renumerados); os grifos são nossos.
24. O exemplo entre colchetes foi renumerado.
25. Ibid. (p. 91, exemplos (26a-b), renumerados); os grifos são nossos.
26. Ibid. (p. 92, exemplos (28a-d), renumerados).

Uma outra grande evidência para a análise sintática por meio de "estruturas de constituintes" está em um fato sintático/semântico chamado de *ambiguidade estrutural*[27]. Franchi et al. (1998) apresentam exemplos de análise sintática envolvendo este tipo de ambiguidade e ratificam a posição de que quando reconhecemos mais de um tipo de significado para uma dada sentença *"[... estamos construindo uma hipótese a respeito da estrutura relacional da expressão inteira. [...]"*[28].

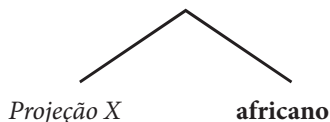
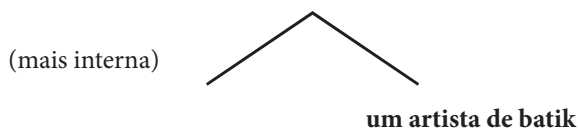
Atente para a ambiguidade existente na sentença abaixo:

(18) Márcia conhece [um artista de 'batik' africano]

Interpretação 1 – o artista de 'batik' é africano (de nacionalidade africana)
Interpretação 2 – o 'batik' é da África

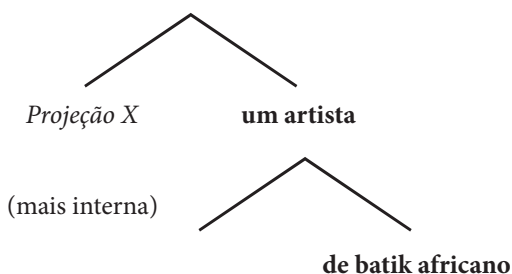
Em (18), vê-se que o sintagma *[um artista de 'batik' africano]* permite uma dupla interpretação ao sentido final da sentença. Essas duas interpretações corroboram a hipótese de que o(s) significado(s) que apreendemos de uma dada sentença não advém/advêm de uma *interpretação linear das palavras*[29], mas sim de uma construção estrutural que efetuamos para organizar essas palavras e projetá-las em uma sentença. Observe, em (19) e (20), um esboço das duas projeções sintagmáticas de *[um artista de 'batik' africano]* que resultam as duas leituras interpretativas de (18):

(19) Márcia conhece [um artista de 'batik' africano]

Interpretação 1 – o artista de batik é africano (de nacionalidade africana)
Projeções do sintagma
Projeção Y (mais externa)

27. Segundo Trask (1993: 13, traduzido), a ambiguidade estrutural pode ser definida como: *"[...] o fenômeno em que uma simples seqüência de palavras recebe dois ou mais significados distintamente nítidos. [...]"*.
28. Franchi et. al. (1998: 38).
29. Observe que as duas interpretações existentes em (18) são dadas a partir de uma única sequência linear de palavras.

[$_{SN}$ um artista [$_{SP}$ de batik] [$_{SA}$ africano]] [30]

(20) Márcia conhece [um artista de 'batik' africano]

Interpretação 2 – o 'batik' é africano
Projeções do sintagma

Projeção Y (mais externa)

[$_{SN}$ um artista [$_{SP}$ de batik [$_{SA}$ africano]]]

Logo, dependendo de como as palavras [*um, artista, de, batik, africano*] são combinadas internamente na formação de *[um artista de 'batik' africano]* teremos a interpretação (19) ou (20) como vistas acima.

Sobre "Estrutura de Constituinte e a Competência Linguística", ver sugestão de leituras em *leituras complementares* – capítulo 2 – ao final deste livro.

Após ratificarmos nossa posição de tratamento sintático por meio da análise de constituintes, passaremos a uma introdução do formalismo X-barra.

30. Sobre estas abreviaturas, ver tabela em (31) neste capítulo.

3.3. Introdução ao Formalismo X-barra: Categorias Sintáticas e Árvores (Estruturas)

O módulo X-barra assume um papel importante na teoria da gramática em sua versão de Princípios e Parâmetros (P&P), pois apresenta a organização de uma proposta para a estrutura sintagmática[31]. Neste capítulo, introduzimos aspectos da Teoria X-Barra; em outros capítulos, que se seguem a este, enfatizaremos a construção sintagmática do português falado no Brasil, com ênfase no português falado culto.

3.3.1. Categorias Sintáticas Lexicais e Funcionais

A teoria X-barra arquiteta como as palavras podem ser agrupadas em unidades maiores tais como sintagmas e sentenças. 'Ao olhar' para tipos de palavras, a teoria X-Barra toma emprestado um conjunto de terminologias da gramática tradicional como *nome* e *verbo*. Essas palavras são denominadas de *classes de palavras* ou *categorias sintáticas*.

Uma tarefa importante nos estudos de gramática é perceber a distinção entre *categorias lexicais* e *funcionais*.

3.1.1. Categorias Lexicais

As categorias lexicais são aquelas que correspondem a palavras de conteúdo e a teoria gramatical assume que existem quatro categorias lexicais: N(ome), V(erbo), A(djetivo) e P(preposição) – advérbios são tidos como um tipo de adjetivo[32]. As categorias lexicais são definidas pela combinação de apenas dois traços distintivos: nominal [+N] e verbal [+V] que fornecem quatro possibilidades como se vêem no quadro abaixo explicitado em Mioto et al (2004):[33]

31. Lembre-se de que a Teoria da Gramática assume uma visão modular de tratamento da sintaxe. Logo, o modelo P&P prevê várias subteorias, ou módulos, que tratam de aspectos específicos da sintaxe das línguas. A subteoria ou módulo X-barra é um desses módulos.
32. Ver capítulo 6 deste livro.
33. Miot et al. (2004: 53, (22), renumerado).

(21) Núcleos Lexicais

	[+N]	[-N]
[-V]	Nome	preposição
[+V]	Adjetivo	verbo

Mioto et al. (2004: 53) exemplificam os traços acima com o radical /am-/ que estabelece o sentido lexical da palavra *amor*, chamando nossa atenção para três classes de palavras derivadas desse radical[34]:

amar – identificada como verbo; traços [-*N*, +*V*]. Ex: (a) Eu a **amo**;

amor – identificada como nome; traços [+*N*, -*V*]. Ex.: (b) Ela é o meu **amor**.

amado – identificada como verbo ou adjetivo [+*N*, +*V*]. Exs.: (c) Aquela criança é muito **amada**; (d) Ele/a a/o teria **amado** para o resto da vida[35].

Os autores (op. cit.) apontam os traços nominais ou verbais nas palavras lexicais. Um dos traços nominais de uma palavra, por exemplo, é a exigência de concordância de gênero – veja **amada** no exemplo (c) acima. Um exemplo de traço verbal de uma palavra são os sufixos que apontam para categorias como tempo, número e pessoa – veja **amo** em (a).

Nomes, *verbos* e *adjetivos* têm pelo menos *um* valor positivo e se caracterizam nas línguas por geralmente possuírem um número indefinido de membros no dicionário mental dos falantes[36]. A *preposição* apresenta seus dois valores marcados como *negativo* e difere-se das outras classes por constituir um número bem reduzido de membros nas línguas[37]. As preposições, por seu duplo valor negativo, já apontam para uma distinção clara se comparadas às outras categorias lexicais – elas têm também valor de classe sintática funcional. Nós estudaremos as preposições com mais detalhes no capítulo 7.

---

34. Os exemplos são nossos.
35. Sobre formas participiais, ver capítulo 4 deste livro.
36. A classe dos adjetivos foge à regra, pois é uma classe inexistente ou com número muito restrito de membros em algumas línguas do mundo.
37. Linguisticamente deveríamos dizer *adposição*, pois esta categoria sintática pode, nas línguas do mundo combinar-se com 'nomes' ou 'verbos' de dois modos: (i) antes deles (preposição) – como em português; (ii) depois deles (posposição) – como em japonês. Adposições combinam-se a nomes e verbos a fim de construírem constituintes maiores.

Em sintaxe, uma característica das palavras lexicais – que formam núcleos sintagmáticos lexicais – é a de selecionar semanticamente seus argumentos – os elementos exigidos para sua composição sintática. Tomemos como exemplo os sintagmas verbais em:

(22) a. O ladrão pegou a polícia
b. A polícia foi pega pelo ladrão

Em (22a-b), o verbo *pegar* seleciona (exige) semanticamente dois argumentos: (i) um argumento interno, preenchido em (22a) por *a polícia* – o objeto direto da sentença; (ii) um argumento externo, preenchido em (22a) por *o ladrão* e em (22b) por *a polícia*.

Observe ainda o sintagma verbal abaixo:

(23) * A folha pegou a polícia

A composição do sintagma verbal em (23) tornou a sentença agramatical.

A agramaticalidade expressa em (23) nos ajuda a ratificar que um núcleo lexical impõe sérias restrições sobre seus argumentos e uma dessas restrições é a *s-seleção* (seleção semântica). O verbo *pegar* em (22-23), por exemplo, obriga que seus possíveis argumentos externos tenham a característica semântica [AGENTE/TEMA[38]]. Logo, a composição sintagmática de *pegar* em (23) tornou a sentença agramatical porque *a folha* não tem as especificações semânticas [AGENTE/TEMA], exigidas para o argumento externo de *pegou*, ferindo assim a *s-seleção* deste verbo.

Em teoria da gramática, as informações relativas à s-seleção foram cunhadas de *papel temático* e fazem parte de um dos módulos da gramática chamado de *Teoria dos Papéis Temáticos*.

Segundo Duarte & Brito (2003: 187):

> *A lista mínima de papéis temáticos relevantes para a descrição da estrutura argumental dos verbos da língua portuguesa inclui os papéis de Agente, Fonte, Experienciador, Locativo, Alvo e Tema.*

38. Um argumento externo de um dado verbo tem o traço semântico 'Tema', quando exerce a função de adjunto 'Paciente' do verbo por meio da função conhecida como 'agente da passiva' – ver *pelo ladrão* em (22b).

As autoras (op. cit.) chamam a atenção para o fato de que a lista de papéis temáticos varia em extensão de autor para autor.

Abaixo, descreve-se e exemplifica-se (de forma sucinta) os papéis temáticos Agente, Fonte, Experienciador, Locativo, Alvo e Tema – cf. Duarte & Brito (2003: 188-190):

(24) Lista de Papéis Temáticos Relevantes em Português

(i) Agente – o argumento que aponta para uma entidade controladora de uma dada situação. Este papel temático é atribuído, geralmente, a SNs [+humano]. Ex: *(a)* "**A polícia** pegou o ladrão".

(ii) Fonte – designa o argumento que se encontra no ponto de origem de uma dada situação, mas não a controla. Ex.: *(b)* "Ele comprou o livro **do João**"; *(c)* "**Terremotos** têm atingido impiedosamente regiões da Ásia[39]".

(iii) Experienciador – papel temático de um argumento que *"[...] designa a entidade que é a sede psicológica ou física de uma dada propriedade ou relação [...]*[40].Ex: *(d)* "**Aquele professor** sempre tosse durante suas falas"; *(e)* "T**odos nós** ficamos chocados com aquele crime"; *(f)* "**Eu** amo meus dois filhos".

(iv) Locativo – designa o argumento que exprime o lugar espacial de uma dada entidade. Ex.: *(g)* "Joana vive **em São Paulo**"; *(h)* "Ester encheu **a mala** com livros[41]".

(v) Alvo – é o argumento que designa a entidade para a qual alguém ou algo se transfere. Ex.: *(i)* "O rapaz foi **por ali**"; *(j)* "Marina ofereceu chocolates **para a amiga**[42]".

(vi) Tema – é o argumento que designa a entidade que muda de lugar, de posse ou de estado em predicações do tipo 'dinâmicas'. *"[...] O argumento com este papel pode designar uma*

---

39. *"[...] um argumento fonte pode designar uma força da Natureza, um lugar ou um ser animado que constituam o ponto de partida de uma mudança de estado, de lugar ou de posse."* – Duarte & Brito (2003: 189)
40. Duarte & Brito (2003: 189)
41. Observe que a sentença (h) "Ester encheu **a mala** com livros" pode ser parafraseada como: (h') "Ester colocou os livros **na mala** (enchendo-a)". Em (h') o SP [na mala] evidencia mais facilmente o papel temático locativo do SN "mala".
42. *"[...] A expressão com o papel de Alvo pode designar um ser humano, quando as frases descrevem situações de mudança de posse ou de comunicação linguística, ou um lugar, quando as frases descrevem situações de mudança de lugar."* – Duarte & Brito (2003: 190).

entidade criada pela atividade expressa pelo verbo [...] ou afectada por tal actividade[43]". Ex.: *(k)* "O piloto conseguiu posar **o helicóptero**"; *(l)* "O tempo amarelou **os livros** completamente"; *(m)* "**Felipe** caiu da moto ontem"; *(n)* "Eu amo **meus dois filhos**"[44].

Ao dizermos que um núcleo lexical *s-seleciona* seu(s) argumento(s), é preciso ainda dizer que o núcleo semanticamente selecionado também sofre restrições de caráter categorial. Veja o exemplo abaixo:

(25) * a polícia pegou pelo ladrão

A composição do sintagma verbal em (25) – tal como ocorreu em (23) – tornou a sentença agramatical. Observe que os dois argumentos do verbo *pegar* em (25) obedecem ao critério semântico de restrição de argumentos do verbo. Logo, perguntamos: "O que causa a agramaticalidade da sentença (25)?". Intuitivamente, todo falante nativo percebe que o que ocasiona a agramaticalidade em (25) é o fato do argumento interno do verbo *pegar* estar sendo preenchido por uma categoria preposicional e não por uma categoria nominal. Resumindo: um núcleo lexical tem como característica impor uma série de restrições sobre seus argumentos. Mioto et al. (2004) nos apresentam um exemplo de restrições de seleção por meio do núcleo lexical *chutar* [45]:

(26) a. O menino chutou a bola.
b. categoria [-N, +V]
nº de argumentos [__ , __]
c-seleção [DP, DP][46]
s-seleção [AGENTE, TEMA/PACIENTE]

Sobre "Classes de Palavras" e "Teoria dos Papéis Temáticos", ver sugestão de leituras em *leituras complementares* – capítulo 2 – ao final deste livro.

43. Duarte & Brito (2003: 190).
44. *"O papel de Tema pode também ser atribuído à entidade não controladora nem experienciadora de uma situação não dinâmica [...]"*. – Duarte & Brito (2003: 190).

45. Mioto et. al. (2004: 125); dado (13), renumerado.
46. Tome DP – do inglês "determinant phrase" (sintagma determinante) – como sinônimo de SN (sintagma nominal). Para detalhes, ver capítulo 5.

3.3.1.2. Categorias Funcionais

Diferentemente das categorias sintáticas lexicais, existem categorias que não carregam consigo um significado lexical, logo não selecionam argumentos semanticamente (*s-seleção*). Vamos observar (introdutoriamente neste capítulo, e mais especificamente em outros) que as categorias funcionais, apesar de não *s-selecionarem* argumentos, elas os *c-selecionam*. Considere, por exemplo, a palavra grifada na sentença abaixo:

(27) Antônio perguntou <u>se</u> vocês querem prova de recuperação

Nós teremos problemas em descrever o significado da palavra *se* na sentença acima se tivermos de fazer essa descrição nos mesmos moldes em que descreveríamos uma categoria lexical como *amar*. A melhor maneira de pensar acerca de palavras como *se* em (27) é 'preenchê-la' em uma determinada função na sentença. Por exemplo: *se* em (27) ocorre em uma posição oracional que possibilita a união de duas orações. É chamada de *conjunção* pela gramática tradicional. Em P&P *se* é chamada de <u>complementizador</u>, uma categoria sintática funcional[47].

Observe que, em (27), *se* encabeça uma sentença. Logo, nos mesmos termos que fizemos com as categorias lexicais, vamos dizer que *se* (27) seleciona um argumento (exige certo tipo de complementação). No entanto, o argumento que o complementizador *se* exige não é de natureza semântica, mas sim de natureza categorial. Daí dizermos que classes de palavras funcionais *c-selecionam* seu complemento:

(28) a. *se* (27) – complementizador; introduz um sintagma complementizador – SC
b. SC c-seleciona (seleção de categoria) um complemento sentencial

Ao dizermos que o sintagma complementizador *se* (27) *c-seleciona* uma *categoria* estamos afirmando que o complementizador exige um argumento de um determinado valor categorial (e não semântico). Veja o exemplo (27), renumerado em:

(29) Antônio perguntou [$_{SC}$ <u>se</u> [$_{SF}$ vocês querem prova de recuperação]

47. Ver capítulo 8.

Em (29) observamos que o sintagma complementizador exige que uma sentença entre em sua configuração sintática. Logo, o SC (como *se* em (29)) *c-seleciona* uma sentença:

(30) restrição de seleção da categoria funcional SC
c-seleção [SF]

O estudo do sintagma flexional – SF – será pormenorizado a partir do próximo capítulo. Quanto ao sintagma complementizador, nós o estudaremos com mais detalhes no capítulo 8. Em nossos estudos veremos ainda outras categorias funcionais como: *determinante* e *quantificador*.

3.3.2. *A Projeção X-Barra – Alguns Fundamentos*

Após termos introduzido as categorias lexicais e funcionais, estamos prontos para introduzir o esquema X-Barra que nos permite projetar sintagmaticamente todos os núcleos lexicais e funcionais que formam uma dada sentença. Começamos por dizer que o esquema X-Barra será exemplificado apenas com sentenças do português, mas lembramos ao leitor que este é um esquema que pretende ser único para qualquer língua do mundo. Logo, X-Barra prevê que a gramática universal possibilite que um ser humano, a princípio, tenha a possibilidade de falar todas as línguas do mundo, pois os humanos são dotados de um único esquema restritivo (sintático)[48].

X-Barra é um esquema restritivo que diz que todo sintagma é projeção de seu núcleo. Logo, um núcleo nominal, por exemplo, só pode gerar um sintagma nominal. A seguir, listamos os núcleos lexicais e funcionais que geram seus respectivos sintagmas. Apresentamos os nomes dos sintagmas em português e em inglês, pois boa parte da literatura gerativista no Brasil utiliza-se da terminologia sintagmática em língua inglesa, considerada como metalinguagem em X-Barra:

48. Logo, o fato de uma pessoa, mesmo poliglota (ou genial), estar restrita a um número X de línguas como falante (nativo ou não) não está relacionado a fatos de *competência*, mas sim a fatos de *performance* e a limitações de natureza física.

(31)

Categoria	**Sintagma**	**Phrase**
Nome	Sintagma Nominal - SN	Nominal Phrase - NP
Verbo	Sintagma Verbal - SV	Verbal Phrase - VP
Adjetivo	Sintagma Adjetival - SA	Adjectival Phrase - AP
Preposição	Sintagma Preposicional - SP	Preposicional Phrase - PP
Advérbio	Sintagma Adverbial - AdvP	Adverbial Phrase - AdvP
Complementizador	Sintagma Complementizador- SC	Complementizer Phrase – CP
Flexão	Sintagma Flexional - SF	Inflection Phrase - IP
Determinante	Sintagma Determinante - SD	Determinant Phrase - DP
Quantificador	Sintagma Quantificador - SQ	Quantifier Phrase - QP

Ratificando que cada sintagma é projeção de seu núcleo, vê-se, abaixo, o seguinte esquema:

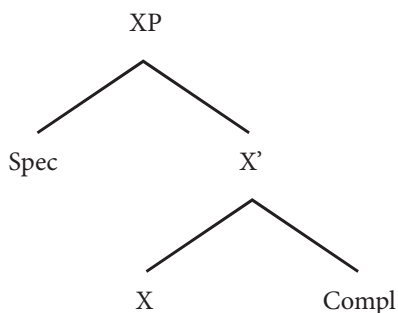
(32) X ➔ SX/XP[49]

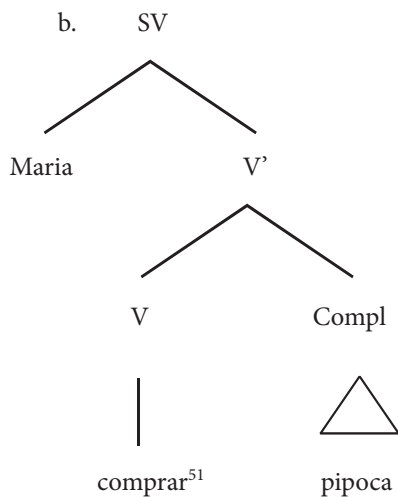
Exemplifica-se o esquema (32) com o sintagma verbal em:

(33) a. Maria *comprou* pipoca
b. X = comprar/ verbo ➔ SX/XP = SV/VP

No entanto, X-Barra precisa prever um esquema sintagmático que possibilite captar a imposição de que todos os argumentos dos núcleos sejam projetados, como se vê em *comprar* (33): o núcleo *comprar* exige que sua estruturação sintagmática se organize projetando dois argumentos: (i) *Maria* e (ii) *pipoca*. Para que haja *espaço estrutural* para essas projeções, X-Barra prevê que, entre o núcleo X e sua projeção máxima SX haja a projeção estrutural de uma categoria intermediária X', como se vê no esquema abaixo apresentado por Mioto et al. (2004)[50]:

49. SX= sintagma X; XP= X phrase.
50. Mioto et. al. (2004: 47); dado (13), renumerado.

(34)

Onde se vê *Spec*, leia-se *especificador*. Essa é a posição de elementos como *Maria* em sintagmas verbais como em (34). Onde se vê *Compl*, leia-se *complemento*. Essa é a posição de elementos como *pipoca* no sintagma verbal em (34). Logo, podemos preencher a estrutura X-Barra (simplificada), proposta em (34), com o sintagma verbal (33), renumerado em:

(35) a. Maria *comprou* pipoca

51. Note que projetamos, no SV, o verbo *comprou* em sua forma infinitiva (a forma verbal livre de flexão(ões)). A razão disso é que as marcas de flexão do verbo não são dadas no SV, mas sim na projeção funcional flexional – SF –, como veremos no capítulo 3.

Finalizamos ratificando que o esquema X-Barra apontado em (34), e exemplificado em (35), é exatamente o mesmo para cada núcleo lexical ou funcional apontado na tabela (31). Por ora, fiquemos com estas informações. Nos capítulos que se seguem a este, preencheremos paulatinamente o esquema X-Barra para cada núcleo lexical e funcional em português.

4. Considerações Finais

Nas seções acima ratificamos que nossos estudos sintáticos do português estarão centrados nas generalizações simbólicas de uma subteoria da gramática gerativa denominada de *teoria X-barra;* introduzimos noções básicas deste módulo da gramática. Ratificamos que, neste curso, fizemos uma escolha por um modelo formalista mentalista que advoga soluções em termos sintagmáticos como básicas para GU (gramática universal).

Nos próximos capítulos, detalharemos a sintaxe do português por meio de X-Barra e apresentaremos, na medida do possível, aspectos da sintaxe do português culto falado no Brasil – PB. A sintaxe do PB atesta mudanças significativas em várias áreas se comparada à sintaxe do português falado na Europa.

Capítulo 3

Introduzindo o sintagma verbal e flexional

1. A Categoria Lexical Verbo

A classe de palavra 'verbo' pode ser caracterizada em termos (i) semânticos, (ii) morfológicos e (iii) sintático/distribucionais – ver Givón (1984: 64-73)[1]. O V(erbo) (assim como o N(ome)) foi concebido na Grécia, por Platão, e, independentemente, na Índia, por Panini, no século V a.C.[2].

Um termo gramatical importante é "predicado" e esse termo tem intrínseca relação com V e seus argumentos. Entende-se como argumento:

> *[...] um sintagma nominal que carrega uma relação gramatical e semântica específica com o verbo e cuja presença explícita ou implícita é requerida por questões de boa formação das estruturas que contêm esses verbos. Argumentos podem ser identificados em termos de relações gramaticais (sujeito, objeto direto, etc.) ou em termos de papéis semânticos (agente, paciente, etc.). Alguns modelos distinguem* **argumentos internos** *e* **argumentos externos** *[...].*
>
> *Trask (1993, p. 20, traduzido)*

A teoria sintática – seguindo Frege (o pai da lógica moderna)[3]– prioriza o tratamento: predicado + argumentos:

Os predicados classificam-se conforme o número de lugares (argumentos) que exigem para formar uma proposição. Os predicados não se limitam a verbos, mas podem ser também adjetivos ou até nomes. Assim, podemos ter:

---

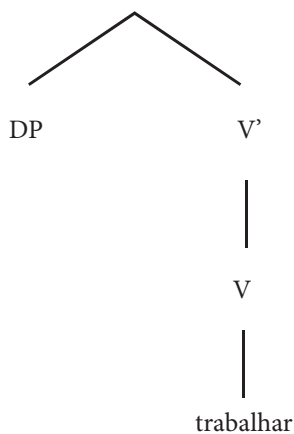
1. Sobre "classes de palavras" e a categoria verbo ver Shachter (1985).
2. É com Aristóteles, na Grécia, que temos a descoberta de categorias como tempo (T) – ligada a V – e gênero (G) – ligada a N –, as primeiras categorias gramaticais (funcionais) na história da gramática.
3. Friedrich Ludwig Gottlob Frege (1848-1925) foi um matemático, lógico e filósofo alemão que revolucionou a lógica matemática por meio do desenvolvimento do que se chamou de "cálculo de predicados" (ou "lógica de predicados"). Frege criou um sistema de representação simbólica para introduzir formalmente a estrutura dos enunciados lógicos e suas relações.

(10) a. predicados de um lugar: Sorrir x
Cair x
Homem x
Grande x

b. predicados de dois lugares: Ver x y
Matar x y
Pai x y
Orgulhoso x y

c. predicados de três lugares: Dar x y z
Colocar x y z
Doação (doação do dinheiro$_x$ ao orfanato$_y$ pela viúva$_z$)

Kato & Mioto (a sair, (1.4))

Logo, sintaticamente, os verbos podem ser estruturados de acordo com o número de seus argumentos e de acordo com seus papéis temáticos[4]. Abaixo, apresentam-se dois esquemas arbóreos que retomam as intuições da gramática tradicional[5]:

4. Reveja esses conceitos no capítulo 2, seção (3.1.1.).
5. Mioto et al. (2004: 146). Esquemas (43a-b), renumerados.

Em (1a), esquematiza-se um verbo que não possui argumento – como em *"Choveu ontem"*; em (1b), um verbo que possui apenas um argumento, no caso o externo (DP/NP) – como em *"Dália trabalha sem parar"*.

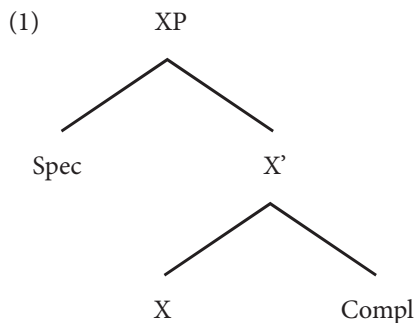
Em sintaxe do português, ao se tratar de V, trata-se também de F(lexão). No capítulo 2, introduzimos aspectos da composição da categoria lexical V e sua formação sintagmática – SV/VP –; introduzimos ainda a categoria funcional flexão – SF/IP. É a flexão verbal (expressa, em português, por meio de sufixos) que permite a organização do sintagma sentencial (em que vamos poder abordar conceitos funcionais como "sujeito", por exemplo).

2. X-Barra:
Construindo o Sintagma Verbal e o Sintagma Flexional

Como abordado no capítulo 2, as categorias lexicais são definidas pela combinação de apenas dois traços distintivos: nominal [+N] e verbal [+V]. O *verbo* é a categoria lexical que carrega o traço [+V] por excelência. Dissemos sobre a existência de categorias funcionais e uma delas está diretamente ligada à morfossintaxe do verbo: a *flexão*.

> *Embora os gregos estivessem mais interessados em lógica e retórica, o vocabulário criado para tratar de juízos de verdade e de falsidade era o da gramática, donde sua contribuição enorme para a descoberta das classes de palavras e das primeiras palavras funcionais/gramaticais. Compreende-se também porque* **tempo** *chamou logo a atenção de Aristóteles. Quando se lida com verdade e falsidade de juízos, nota-se que é o* **tempo** *que lhes confere valor de verdade. Uma sentença no infinitivo não é nem verdadeira, nem falsa.*
>
> *Chomsky e seus seguidores, utilizando-se de argumentos sintáticos e não lógicos, trataram a categoria* **tempo***, desde o início, como um constituinte central da sentença. Como a categoria* **tempo** *se manifesta como flexão (Flex) em muitas línguas ocidentais, o núcleo sentencial passou a ser tratado ora como* **flexão** *ora como* **tempo**. *A categoria flexão pode abrigar não apenas a* **flexão de tempo***, mas também a* **flexão de concordância**.
>
> *Kato & Mioto (a sair, (1.5.1.); os negritos são nossos)*

No capítulo 2, introduzimos ainda o esquema X-Barra que nos possibilita projetar todas as categorias gramaticais (lexicais e funcionais). Neste capítulo, iniciaremos

o preenchimento do esquema X-Barra por meio das categorias lexicais e funcionais do português. Para fins didáticos, repetimos, em (1), o esquema visto no capítulo 2 (29)[6]:

***2.1.** O Sintagma Verbal*

A fim de construirmos o sintagma verbal – SV/VP – dentro do esquema X-Barra, atentemos para o seguinte exercício: a construção do SV [Maria *comprou* pipoca]. Vamos seguir por etapas:

(i) Na construção do SV [Maria *comprou* pipoca], o ponto inicial é o léxico. Logo, o falante acessa uma dada *numeração (N)*[7]:

(2) a. [$_{SV}$ Maria *comprou* pipoca]
b. N = {Maria$_1$, comprou$_1$, pipoca$_1$}

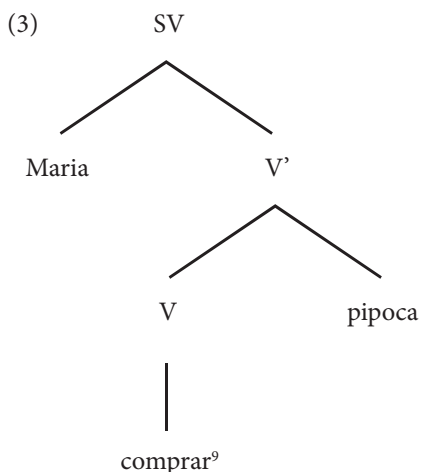
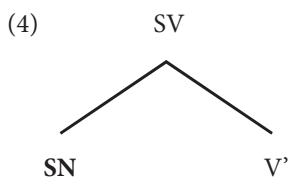
A *N* (2b) possibilita que o SV (2a) seja construído sem riscos de agramaticalidade porque possui itens que preenchem as *restrições de seleção* do verbo *comprou*:

(2) c. *categoria* [-N, +V]; *nº de argumentos* [__ , __]; *c-seleção* [SN, SN];
s-seleção [AGENTE, TEMA/PACIENTE]

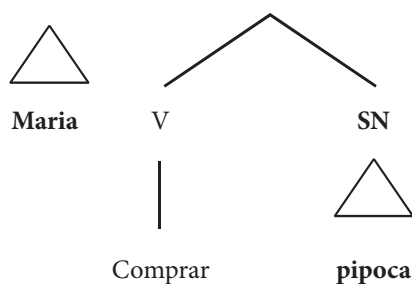
(ii) Iniciando a derivação sintática de (2a): (i) o verbo comprar (*comprou*) entra em composição sintática com seu argumento interno *pipoca*, formando uma categoria intermediária entre

6. Esquema X-Barra: Mioto et. al. (2004, p. 47); dado (13), renumerado.

7. Estamos usando o termo *numeração (N)*, proposto por Chomsky (1995, p. 225-235). A *N* é tida como o "ponto de partida" de qualquer derivação sintática; é um conjunto de itens lexicais com indicação do número de vezes que cada item lexical estará disponível para a computação (derivação sintática).

o núcleo da categoria – X' (V') – e sua projeção máxima, o sintagma – SV/VP. (ii) Os dois itens lexicais [*comprar*, *pipoca*] formam agora a *unidade V'*. V' entra em composição sintática com o argumento externo da projeção: *Maria*, possibilitando a realização da projeção máxima SV [Maria comprar pipoca]. O SV em (3) está *parcialmente projetado*[8].

(iii) Acima dissemos que o SV [Maria comprar pipoca] (3) está *parcialmente* projetado. A razão é que os núcleos nominais em (3) precisam seguir o mesmo esquema X-Barra seguido pelo verbo – veja o esquema em (1). Logo, os núcleos [+N] *Maria* e *pipoca* devem também ser projetados sintagmaticamente. Eles são argumentos do verbo *comprar*, mas, na composição sintática, formam, cada um, sua própria projeção sintagmática[10]

8. A projeção SV em (3) segue modelo GB. No entanto, à frente, neste livro, estruturas transitivas serão apresentadas em versão pré-minimalista/minimalista.

9. Note que projetamos, no SV, o verbo *comprou* no infinitivo (a forma não flexionada em português). A razão disso é que as marcas de flexão do verbo não serão dadas no SV, mas sim na projeção funcional flexional – SF –, que veremos mais à frente.

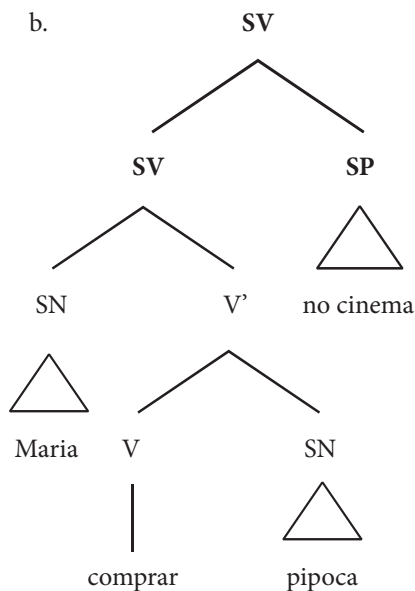
10. Por ora, projetaremos os sintagmas nominais em *triângulos*. Os triângulos significam que houve uma 'simplificação' na projeção desses SNs. O objetivo, em (4), é enfatizarmos o SV.

(iv) Antes de finalizarmos essas considerações iniciais sobre a projeção do SV, precisamos explicar como podemos, estruturalmente, prever que um sintagma verbal permita que, além de argumentos, termos adicionais, (conhecidos como *adjuntos*) entrem em sua composição sintagmática. Logo, atentemos para o seguinte SV abaixo e sua numeração:

(5) a. [$_{SV}$ Maria *comprou* pipoca no cinema]
b. N = {Maria$_1$, comprou$_1$, pipoca$_1$ no$_1$ cinema$_1$}

Em (5), o SV [Maria comprou pipoca no cinema] é formado a partir de uma numeração que, além de dois argumentos (*Maria* e *pipoca*), traz ainda itens lexicais que juntos se estruturam, no SV, como *adjuntos* – [$_{SP}$ *no* [$_{SN}$ *cimena*]]. Em X-Barra, adjuntos são explicados como elementos que estão *contidos* em um sintagma, mas não *incluídos* nesse sintagma[11]. Ao dizer que um *adjunto* não está incluído na projeção de um núcleo, prevê-se, em teoria X-Barra, que o *adjunto* está longe estruturalmente do núcleo da projeção onde se insere. Logo, *adjuntos* são projetados na parte mais alta de um sintagma – a projeção máxima – reduplicando-o a fim de serem inseridos. Vejamos como fica então a projeção X-Barra do SV [Maria *comprou* pipoca no cinema]:

(6) a. [$_{SV}$ Maria *comprou* pipoca no cinema]

11. A projeção de um núcleo inclui apenas seus argumentos; os adjuntos são ditos *contidos*, mas não *incluídos* na projeção de um dado núcleo. Para detalhes estruturais sobre essas duas relações (*inclusão* e *continência*) ver Mioto et al. (2004, p. 65-67).

b.

Observe que a projeção do *sintagma adjunto* [$_{SP}$ no cinema] no SV em (6) foi feita a partir da reduplicação da projeção máxima desse SV. Sobre "Adjunção" ver sugestão de leitura em *leituras complementares* (capítulo 3) ao final deste livro.

Um fato importante que se vê nos SVs em (4) e (6) é que o verbo foi projetado no infinitivo – *comprar*. Agora estamos no momento de pormenorizar a razão de não termos projetado a flexão *compr**ou*** nos SVs acima. Para tanto, introduzimos o sintagma funcional flexão – SF/ IP.

2.2. *O Sintagma Flexional*

Atente que na palavra *comprou/ compr-ou* há dois morfemas específicos: (i) um de natureza lexical [+V]: /**compr**/ (expresso pela raiz verbal); (ii) outro de natureza funcional [+Flex]: /-**ou**/ (expresso pelo sufixo). Logo, em *compr-ou* há uma junção de duas categorias de natureza lexical e funcional respectivamente.

Villalva (2003), descrevendo sobre a estrutura morfológica básica do português, apresenta a seguinte consideração sobre a flexão nessa língua românica[12]:

---

12. Na citação a seguir, a chamada para a nota de rodapé tem, no original, o número (17). O número (13) é uma alteração adaptada para este capítulo.

Em português, a flexão verbal gera as chamadas formas simples([13]) *e opera em duas categorias morfo-sintácticas:* **tempo-modo-aspecto***, que codifica morfologicamente informação sobre tempo, modo e aspecto, e* **pessoa-número***, que codifica a concordância com o sujeito frásico. Os valores de tempo-modo-aspecto (TMA) repartem-se por dois grupos: o primeiro é constituído por paradigmas que também flexionam-se em pessoa-número (cf. 10a) e no segundo integram-se as chamadas formas nominais do verbo (cf. 10b):*

(10) (a) *Pretérito mais-que-perfeito do indicativo*
Pretérito perfeito do indicativo
Pretérito imperfeito do indicativo
Presente do indicativo
Futuro do indicativo
Pretérito perfeito do conjuntivo
Presente do conjuntivo
Futuro do conjuntivo
Condicional
Imperativo – forma afirmativa
Imperativo – forma negativa
Infinitivo flexionado

(b) *Infinitivo*
Gerúndio
Particípio passado

Villalva (2003: 933)

As categorias *tempo/modo/aspecto*, gramaticalizadas por meio da flexão sufixal em português, são referidas na literatura como categorias TMA/TAM:

(i) o *tempo:* <u>presente</u>, <u>passado</u>, <u>futuro</u>;
(ii) o *aspecto*, expresso pelas terminologias <u>perfeito/imperfeito/mais-que-perfeito</u>;
(iii) o *modo:* c<u>onjuntivo (ou subjuntivo)</u>, <u>indicativo</u> e <u>imperativo</u>.

---

13. *As formas compostas, que integram o auxiliar ter e o particípio passado, são construções sintáticas.*

Em termos gerais, a categoria **Tempo** *serve para localizar as situações (eventos ou estados) expressas nas línguas em diferentes tipos de enunciados. [...]*

[..]

O **Aspecto***, por seu turno, fornece informações sobre a forma como é perspectivada ou focalizada a estrutura temporal interna de uma situação descrita pela frase, em particular, pela sua predicação. [...]*

Oliveira (2003a: 129)

Ao se falar em *modo* é necessário abordar o conceito de *modalidade*: *"[...] a gramaticalização de atitudes e opiniões dos falantes [...]"* – Oliveira (2003b: 245).

Em português, há que se observar que as classes TMA e pessoa-número (PN) são amalgamadas em um único morfema. Em /-**ou**/ *compr-ou* (6), por exemplo, vê-se que um único traço formal refere-se às categorias funcionais: TEMPO PASSADO, ASPECTO PERFEITO, MODO INDICATIVO, 3ª. PESSOA, SINGULAR.

Como já dito acima, a categoria *tempo* é tida como um constituinte central da sentença e, em teoria da sintaxe, o núcleo sentencial passou a ser tratado ou como *tem*po ou como *flexão*. A terminologia *flexão*, amplamente usada em P&P (GB) deve-se ao fato de que, em muitas línguas ocidentais, o *tempo* se manifesta por meio da *flexão*.

Sobre "Categorias de Flexão no Português" ver sugestão de leituras em *leituras complementares* – capítulo 3 – ao final deste livro.

A fim de explicitarmos o sintagma flexional – SF/IP –, vamos continuar de onde paramos: da projeção do SV [Maria comprou pipoca no cinema] em (6).

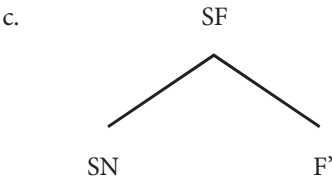
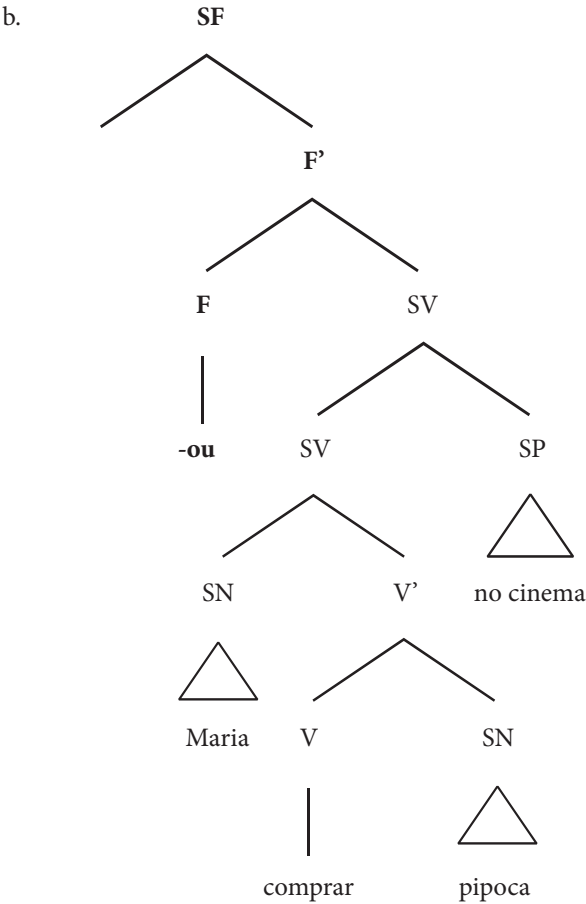
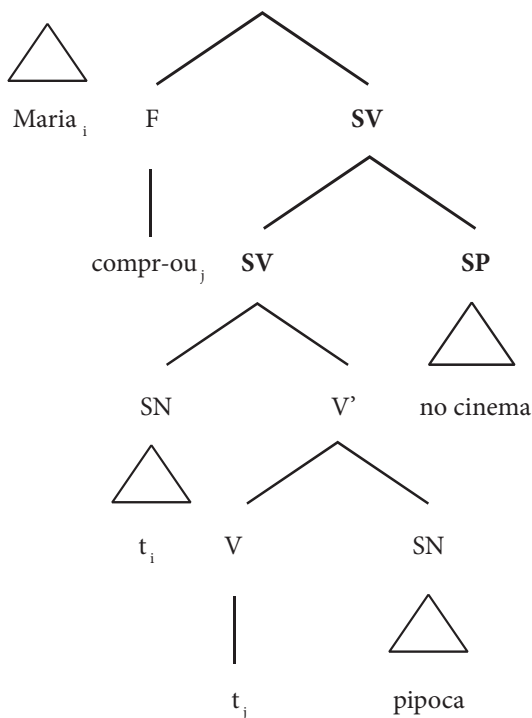
Observe que o SV em (6) está organizado, mas não podemos dizer que temos ainda uma sentença. A fim de obtermos uma sentença é necessário que o verbo projete um sintagma – no mesmo esquema X-Barra – de natureza funcional: o sintagma flexional – SF/IP. A seguir, damos continuidade às etapas (**I-IV**) iniciadas em (2.1.):

(v) Na construção da sentença [Maria *comprou* pipoca no cinema] (6), é necessário que haja uma projeção sintagmática funcional (flexão) do sintagma lexical (verbal), seguindo o esquema restritivo X-Barra. Duas coisas precisam ser ressaltadas na projeção do SF: **(i)** o núcleo do SF é preenchido com a flexão do verbo compr-**ou** – veja (7b); (**ii**) a construção do sintagma sentencial exige que alguns movimentos ocorram (de SV para

SF) a fim de que: (**a**) a ordem da sentença possa ser expressa; (**b**) o argumento externo do verbo mova-se de uma categoria lexical para uma categoria funcional organizando-se como o sujeito do SF – veja (7c):

(7)a. [$_{SF}$ Maria *comprou* pipoca no cinema]

b.

c.

Compare as estruturas em (7b-c): ao olharmos para (7b) podemos justificar a projeção funcional flexão: o verbo *comprar* precisa checar seus traços formais de flexão (de tempo e de concordância). No entanto, (7b) não expressa a ordem como a sentença é pronunciada em português. Em jargão teórico: "os níveis de interface fonética (PF) e semântica (LF) não interagem com a etapa da computação sintática vista em (7b), mas sim com a etapa vista em (7c)"[14]. Logo, para que os níveis de interface PF e LF possam ler e interpretar [$_{\textbf{SF}}$ Maria *comprou* pipoca no cinema]:

(i) o núcleo do verbo /compr/ é movido para o núcleo da flexão;

(ii) o argumento externo do verbo – [$_{SN}$ *Maria*] –, na posição de especificador (Spec) do VP, move-se para a posição [Spec, SF]. Nessa posição, Maria passa da função lexical de *argumento externo do verbo* para a função de *sujeito da sentença* – SF. Ver (2.2.1.).

14. PF "Phonetic Form" (Forma Fonética)/ LF "Logical Form" (Forma Lógica) – Níveis de *interface* que dizem respeito às interpretações fonéticas e semânticas a partir da derivação sintática – ver subseção (2.3.).

[...] o elemento movido ganha um índice arbitrário subscrito i, j, k *etc, e o lugar de onde o elemento foi movido vai conter um* vestígio *(*t, *do inglês trace) com o mesmo índice do elemento movido. [...]*

Mioto et al. (2004, p. 68)

Em P& P, a computação sintática expressa duas estruturas[15]:

(i) DS – Estrutura Profunda: Estrutura que expressa as projeções sintagmáticas, como se vê em (7b);

(ii) SS – Estrutura Superficial: Estrutura que expressa todos os movimentos realizados como se vê em (7c).

Daqui em diante, neste livro, vamos sempre "desenhar" a sentença – SF/IP – na estrutura SS.

Ao falarmos sobre SF, que é a projeção sentencial, é importante que se diga que a teoria gramatical tem solidificado a proposta de marcação de Caso abstrato. Em breves palavras, assume-se, desde Chomsky (1981) que, em uma dada sentença, SNs/SDs só podem ser realizados se recebem marcação de Caso de algum atribuidor.

A partir de agora, vamos nomear, na sentença, a categoria [+N] por excelência de SD/DP. Isto porque a categoria funcional determinante – SD – deve ser pressuposta mesmo que não realizada fonologicamente. O português falado no Brasil, raramente admite SNs sem introdução de um SD, mesmo, no caso de SNs 'nomes próprios', como em "*A Maria* foi lá ontem[16]".

Abaixo, apresentam-se os atribuidores dos *Casos nominativo*, *acusativo* e *oblíquo*, responsáveis pela atualização de um SN/SD em uma dada sentença.

Sobre *Caso abstrato*, ver sugestão de leitura em "A teoria do Caso" – *Leituras complementares* (capítulo 3) – ao final deste livro.

15. DS – "Deep Structure" (Estrutura Profunda); SS – "Superficial Structure" (Estrutura Superficial). O Programa Minimalista – a versão mais atual de P&P – aboliu esses níveis de representação da gramática.
16. Há exceção à regra, como se vê em falares da Bahia, por exemplo: "Maria foi lá ontem" (e não "A Maria foi lá ontem), "Caetano é bom homem" (ao invés de "O Caetano é um bom homem").

2.2.1. *O Caso Nominativo*

Caso é uma categoria gramatical com longa tradição; é sabido que inúmeras línguas marcam *caso morfológico* como se vê abaixo em quechua:

Huánuco quechua[17]

(8) a. **Juan-** **aywan** "Juan vai"
Juan-Nom vai

b. **Juan-** **Pedro-ta** **maqan** "Juan machuca Pedro"
Juan-Nom Pedro-Ac machuca

Em (8a-b), o SN **Juan**, argumento externo dos verbos **aywan** "vai" (8a) e **maqan** "machuca" (8b) recebe marcação de caso nominativo por meio do morfema ∅ [18]; diferentemente, em (8b), o SN **Pedro**, argumento interno do verbo **maqan** "machuca" tem marcação de caso acusativo (objeto direto) por meio do sufixo **–ta**.

A categoria caso é de caráter funcional e tem o papel de estabelecer funções gramaticais como, por exemplo: *sujeito*, *objeto direto* e *objeto indireto*. Logo, em teoria da gramática, prevê-se que, todas as línguas, mesmo as que não expressam o caso morfológico (como o que ocorre em quechua) tenham a marcação de *Caso abstrato* que é dado estruturalmente[19].

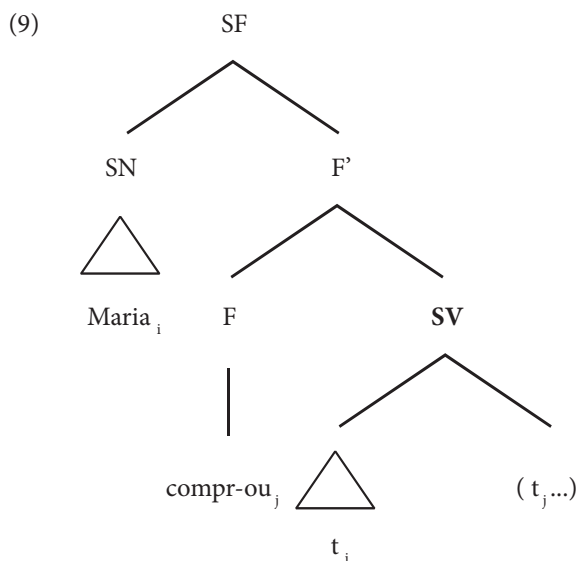
No capítulo 1 foi dito que o modelo de gramática que se está estudando é modular e que, neste livro, estaríamos centrados no módulo sintagmático. Afirmou-se ainda que outros módulos, ou subteorias, só seriam abordados (genericamente) à medida que apresentassem alguma intersecção com a Teoria X-Barra.

Nesta etapa de nossos estudos, após olharmos o sintagma flexional (SF) em sua projeção SS, é preciso dizer que, além de efetuar os movimentos que possibilitarão que a sentença possa ser lida e interpretada, a projeção SF permite que o argumento externo do verbo mova-se de sua posição de núcleo lexical, para uma posição de núcleo funcional. Esse movimento for-

17. Payne (1999:134); dados (6a-b), renumerados e traduzidos.

18. Chama-se de morfema ∅ a uma ausência morfológica significativa. No caso, em quechua, o caso é marcado por sufixos; logo, a ausência de um sufixo em um dado N é significativa para atribuir-lhe uma marcação casual: nominativo.

19. O Caso estrutural (abstrato) será marcado, neste livro, por letra maiúscula, diferindo-se do caso morfológico.

ma uma cadeia, como se vê em (7c): (*Maria*$_i$, *t*$_i$); logo, dizemos que o SD *Maria* recebe *Caso abstrato nominativo* em sua posição estrutural de especificador do SF:

Maria, em sua posição estrutural [Spec, SF] (9), não é mais o argumento externo do verbo em (7c), mas sim o sujeito da sentença em (7c). Logo, a posição estrutural do SD *Maria* (9) permite que o núcleo do SF – a flexão *-ou* – lhe atribua *Caso nominativo*. Em outras palavras, a flexão do verbo aponta, para um dado SD em cada sentença, a função de *sujeito*.

2.2.1.1. *A Noção de Sujeito*

Abaixo, ratificamos a noção de *sujeito* que assumimos neste livro, de acordo com a teoria da gramática:

(10) Sujeito: o SD(SN) (DP(NP)) que ocupa a posição de especificador do SF (IP) – [Spec, SF] –, exibindo a concordância com o verbo, além de marcar o Caso nominativo.

O Caso nominativo (e outros Casos) é "visível" em português quando representado por um pronome, como se vê em (11a):

(11) a. **Eu** morei em Lisboa

b. Nalvo, Edu e Waninha **me** visitaram em Lisboa

c. Waninha entregou para **mim**, em Lisboa, as encomendas de Paulinha

Em (11), a 1ª. pessoa do singular é expressa por diferentes formas: (i) **eu** (11a) – posição de sujeito; **me** (11b) – posição de objeto direto; **mim** (11c) – posição de objeto indireto ou oblíquo.

Retomando a noção de sujeito, observe as palavras de Kato & Mioto (a sair, (1.6.))[20]:

> *[...] é preciso estar atento para não aplicar a noção de sujeito apenas ao que é argumento externo, nem confundir a noção de argumento interno com a de complemento (objeto direto). Um argumento interno (29a,b), parte de um argumento interno (29c,d) ou, no limite, mesmo um adjunto (29e,f) pode acabar sendo o sujeito da sentença:*

(29) *a. Maria chegou [__].*

b. Maria foi assaltada __.

c. Maria parece [__] cansada.

d. Maria parece ([__]) estar __ cansada.

e. A Belina cabe muita gente [__].

f. Este apartamento bate bastante sol [__].

Os sujeitos (e as estruturas verbais) apontados por Kato & Mioto (op. cit.) serão explicitados no capítulo 4.

Em Berlink, Duarte & Oliveira (a sair) vê-se que o *sujeito em português* pode:

(i) *ter referência definida* (podendo ser *explícito* ou *nulo*);

(ii) *ter referência indefinida ou arbitrária* (podendo ser *explícito* ou *nulo*)

(iii) *não ter qualquer referência* (sujeito nulo)

Observe exemplos no conjunto I-III a seguir:

---

20. Na citação, o grifo é nosso; as palavras entre parênteses (objeto direto) são inserções nossas. Em (29a,b), *Maria* é argumento interno de *chegar* e *ser assaltada*, mas não é complemento (objeto) desses verbos. Para detalhes, ver *verbos inacusativos* no capítulo 4.

I – *Sujeito de Referência Definida*

(a) Sujeito Explícito

(12) a.[21] **os sindicatos** também devem levar... adiante... toda e qualquer... re reivindicação... dos seus... associados... (DID REC)

b. ... **essas representações** eram feitas sempre na parte escura das cavernas... (EF SP)

Os elementos em negrito nos dados (12a-b), de referências definidas e fonologicamente explícitos, ocupam a posição [Spec, SF]. São denominados de *sujeito simples* (ou *composto*, no caso de possuírem mais de um núcleo) pelas gramáticas normativas. Esses sujeitos, quando retomados no discurso, podem ser representados por um pronome pessoal, expresso ou nulo. Sendo nulos, são representados pelo símbolo **[ø]** como se vê em (13).

(b) Sujeito Nulo

(13) ***[ø]*** Queres comprar esta manteiga? ***[ø]*** É dos Açores! [22]

Os símbolos [ø] em (13) representam sujeitos de referências definidas (**tu**/**ela** (manteiga) respectivamente). No entanto, ao contrário de (12a-b), os sujeitos não são expressos fonologicamente; esses sujeitos nulos são denominados de *sujeito oculto* em nossas gramáticas.

II *– Sujeito de Referência Indefinida (Arbitrária)*

(a) Sujeito Explícito

(14) a. mas falava-**se** muito sobre o o o alto custo de vida...(DID SP) [23]

b. **A gente** observa que as frutas de outros estados são totalmente diferentes (DID RJ)

---

21. Berlink, Duarte & Oliveira (a sair); dados (31a-b), renumerados. Projeto NURC (Norma Urbana Culta): DID (Diálogo com Entrevistador); EF (Elocução Formal); SP (São Paulo).

22. Exemplo típico de uma 'falante português' – dado apreendido em um mercado em Lisboa (setembro de 2009).

23. Berlink, Duarte & Oliveira (a sair); dados (32a-c), renumerados. DID (Diálogo com Entrevistador); SP (São Paulo); RJ (Rio de Janeiro).

O pronome [**se**] e a expressão pronominal [**a gente**] em (14a-b) representam sujeitos de referências indefinidas. Em (14a), o argumento externo de *falava* está indeterminado (não se sabe quem falava). A estratégia para expressar a indeterminação em (14a) é o uso do verbo na terceira pessoa do singular com o pronome **se**, como se vêem nas gramáticas descritivas[24]. A sentença (14b) apresenta a expressão pronominal [**a gente**] que também veicula a noção de indeterminação – ver Berlink, Duarte & Oliveira (a sair; (3.3.)). Ainda segundo Berlink et al.:

> *[...] Tanto* a gente*, quanto* você*,* nós*,* tu *e* eu*, além do seu uso com referente definido, constituem importantes estratégias para indeterminar o sujeito [...]*[25]

(b) Sujeito Nulo

(15) ***[ø$_{arb}$]*** *dizem que o estatístico o estatístico é o homem que senta numa barra de gelo e bota a cabeça dele dentro do forno* (D2 REC)[26]

Em (15) apresenta-se sujeito de referência indefinida ou arbitrária, mas, diferentemente dos exemplos em (14a,b), em (15) o sujeito não é expresso fonologicamente. O símbolo ***[ø$_{arb}$]*** representa o sujeito nulo arbitrário.

III – *Sujeito sem Qualquer Referência*

(16) a. ... ***[ø$_{expl}$]*** *choveu muito uma temporada quando a gente ia com o SESC.* (DID POA)[27]

b. ***[ø$_{expl}$]*** *Parece que o Brasil tem quinze ou dezoito impostos.* (D2 RJ)

c. *...então* ***[ø$_{expl}$]*** *havia restaurantes que eles serviam assim um pouquinho de cada coisa...* (DID RJ)

---

24. Chama-se a atenção para o uso do pronome **se** também como elemento apassivador (passiva sintética). Neste caso, diferentemente de (14a) – em que o **se** ocorre com verbo intransitivo – o **se** apassivador ocorre com verbos tipicamente transitivos como em "Vendem-**se** frutas". Sobre verbos tipicamente transitivos (e intransitivos), ver capítulo 4.

25. Berlink, Duarte & Oliveira (a sair (3.3.)). Os negritos são nossos.

26. Berlink, Duarte & Oliveira (a sair); dado (33b), renumerado. D2 (Diálogo entre Informantes).

27. Berlink, Duarte & Oliveira (a sair); dados (33a,b,c), renumerados. DID (Diálogo com Entrevistador); D2 (Diálogo entre Informantes); RJ (Rio de Janeiro).

Em (16), apresentam-se exemplos de sujeitos nulos em português, que, diferentemente dos conjuntos (I-II) acima, não têm qualquer referência semântica (nem definida, nem indefinida). O símbolo ***[ø**$_{expl}$**]*** representa o *sujeito nulo expletivo, sem referência,* em sentenças com verbos do tipo *chover, parecer*, *haver* e outros. Sujeitos nulos não referenciais ***[ø**$_{expl}$**]*** – como (16) – diferem-se de sujeitos nulos de referência definida/ indefinida ***[ø]***/ ***[ø**$_{arb}$**]*** – como (13) e (15) – pelo importante fato de não serem projetados na sintaxe como argumentos externos do verbo; ***[ø**$_{expl}$**]*** não é uma posição argumental[28].

O que queremos ressaltar por ora é que, diferente da tradição gramatical, não chamaremos o sujeito de sentenças com sujeito nulo do tipo ***[ø**$_{expl}$**]*** – como em (16a,c) – de *sujeito inexistente*. Ratificamos que o sujeito é uma categoria funcional que desencadeia a concordância do verbo e ocupa a posição [Spec, SF] – ver (10) –; os verbos em (16) são 'finitos' (estão flexionados/ conjugados) e manifestam concordância com um elemento nulo de terceira pessoa ***[ø**$_{expl}$**]***: um sujeito fonologicamente não expresso, sem referencialidade discursiva, mas de natureza estritamente funcional (gramatical): um *expletivo*.

Seguindo Berlink, Duarte & Oliveira (a sair; sumário/ símbolos), os *sujeitos nulos*: (i) de referência definida, (ii) de referência indefinida (arbitrária) e (iii) sem qualquer referência (os sujeitos nulos não argumentais) serão representados, neste livro, respectivamente, pelos símbolos:

(17) **[ø]** sujeito nulo de referência definida – ver (13);
[ø$_{arb}$] sujeito nulo de referência indeterminada/ arbitrária – ver (15);
[ø$_{exp}$] sujeito nulo não referencial/não argumental/expletivo – ver (16).

Ressaltamos ainda que, sentenças com verbos do tipo *parecer* como (16b), renumerada abaixo:

(18) **[ø$_{exp}$]** Parece [que o Brasil tem quinze ou dezoito impostos]

---

28. Em outras palavras, **[ø$_{exp}$]** expressa que os verbos em (16a,b,c) não selecionaram semanticamente um argumento externo, como *Maria* em *"Maria comprou pipoca"* em (7c). Diferentemente de *comprar* (7c), as posições [Spec, SF] dos verbos em (16a,b,c) não foram preenchidas por SNs/SDs, movidos das posições [Spec, VP]; logo, as posições [Spec, SF] em (16a,b,c) projetam um elemento gramatical (funcional) de natureza 3ª. pessoa, fonologicamente nulo – ver subseção (2.2.1.1.1.).

não apresentam um sujeito do tipo oracional (chamado de "oração subordinada substantiva subjetiva" em nossa tradição gramatical). Em outras palavras, a sentença entre colchetes em (18) [*que o Brasil tem quinze ou dezoito impostos*] não é o sujeito do verbo *parece*; o sujeito do verbo *parece* em (18) é um sujeito nulo expletivo [$\boldsymbol{ø}_{\mathbf{exp}}$]. O verbo *parecer* é do tipo inacusativo: não projeta um argumento externo, mas sim um argumento interno; no caso de (18), a sentença encaixada [*que o Brasil tem quinze ou dezoito impostos*] é o argumento interno (não objeto direto) do verbo *parecer* – para detalhes deste tipo de verbo, ver capítulo 4.

Sentenças como (18) tipificam um dos parâmetros mais citados na literatura: o Parâmetro do Sujeito Nulo; muitas línguas, diferentemente do português, não permitem que o sujeito seja fonologicamente nulo. Nessas línguas, como o inglês, por exemplo, o sujeito precisa sempre ser fonologicamente expresso.

2.2.1.1.1. *O Parâmetro do Sujeito Nulo*

Sujeitos nulos (fonologicamente não expressos) – referenciais ou não (ver (13), (15) e (16a,b,c)) – são atestados em um conjunto de línguas do mundo, diferindo-se de outro grande conjunto que somente atesta sujeitos explícitos. Logo, a possibilidade de ocorrência de um *sujeito pronominal nulo* na sentença, como em (18), não é uma característica geral das línguas:

> *[...]Pelo contrário, há línguas, como o francês e o inglês, que representam foneticamente o sujeito pronominal, utilizando mesmo um pronome sem conteúdo semântico (chamado expletivo) diante de verbos que não selecionam um argumento externo, como parecer (<u>it</u> seems that..., <u>il</u> semble que...) e chover (it rains..., il pleut...) [...]; por outro lado, há línguas que apresentam o sujeito não argumental/ não referencial categoricamente nulo como é o caso do italiano e do espanhol ([$ø_{expl}$] piove, [$ø_{expl}$] llueve) e preferem igualmente o sujeito referencial nulo, ([ø] parlo, [ø] hablo), exceto em casos de ênfase e contraste. Pode-se dizer que o sujeito nulo nessas últimas línguas é a forma não marcada, em termos de freqüência, para a representação do sujeito pronominal definido. O português brasileiro atual apresenta um comportamento híbrido: prefere sujeitos referenciais expressos e os não referenciais nulos.*
>
> *Berlink, Duarte & Oliveira (a sair; (3.3.))*

Logo, enquanto a função *sujeito* aponta para um Princípio das línguas, a possibilidade das línguas apresentarem sujeito nulo ou não aponta para um Parâmetro (uma escolha).

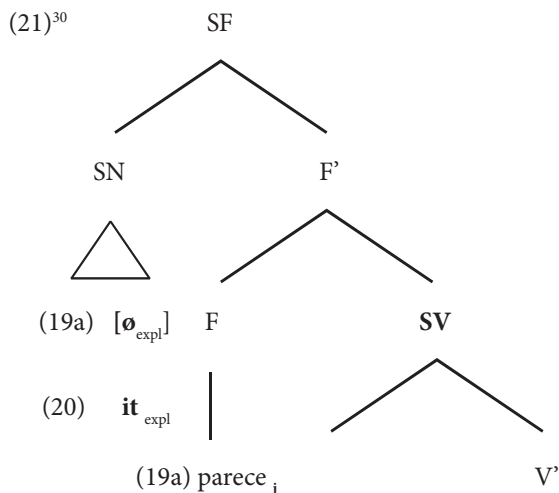
Atualmente, em teoria da gramática, fala-se em *Princípios Rígidos* e *Princípios Abertos* (os 'antigos' Parâmetros). Logo, o sujeito é um Princípio Rígido, imposto pela Gramática Universal (GU) a todas as línguas; no entanto, a opção de marcação desse sujeito como fonologicamente nulo ou não é um Princípio Aberto, uma parametrização de um Princípio Rígido[29].

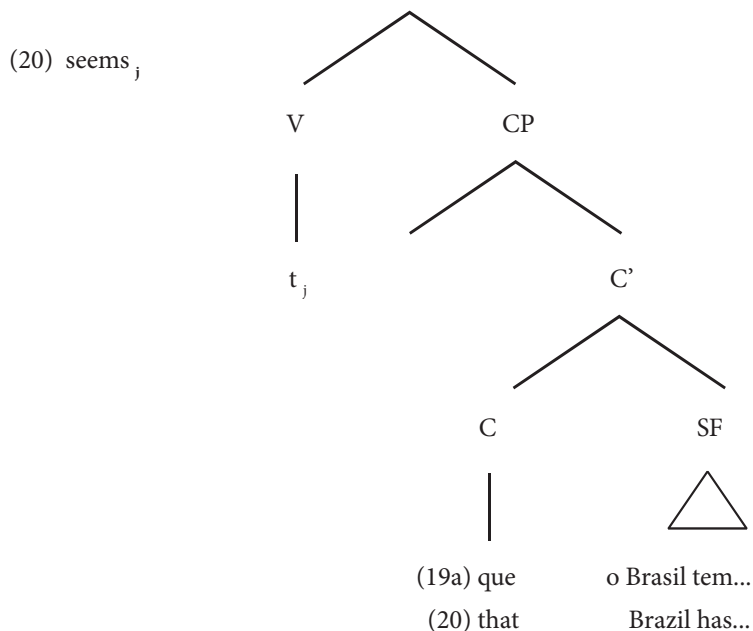
Tecnicamente, a obrigatoriedade da posição *sujeito* nas línguas foi proposta por meio do chamado "Princípio da Projeção Estendida" – Chomsky (1982). Atente para a representação arbórea da sentença (18), renumerada, acrescida da sentença correlata em inglês:

(19) a. [**ø**$_{exp}$] Parece que o Brasil tem quinze ou dezoito impostos

b. [*que o Brasil tem quinze ou dezoito impostos*] = "oração subordinada substantiva subjetiva" de acordo com a gramática tradicional.

c. */? [que o Brasil tem quinze ou dezoito impostos] parece

(20) **It** seems that Brazil has fifteen or eighteen taxes

29. Os Princípios Abertos são bem limitados, assim como os Princípios Rígidos, e expressam dois valores (positivo e negativo). Logo, se uma criança nasce em um ambiente linguístico em que não ouve, por exemplo, na primeira infância, sentenças com sujeito nulo, do tipo apresentado em (16), ela marcará o 'valor negativo' ao Princípio Aberto de Sujeito Nulo. Esse é o caso de crianças expostas, na primeira infância, a línguas como o inglês e o francês, por exemplo.

30. Na árvore, **SC (CP)** é o sintagma complementizador que tem como núcleo um complementizador (a conjunção 'que') – veja capítulo 2, seção (3.2).

Segundo a gramática tradicional (GT), a oração encaixada [*que o Brasil tem quinze ou dezoito impostos*] (19a) deve ser analisada como sujeito do verbo *parecer* (subordinada substantiva subjetiva) (19b). No entanto, o verbo *parecer* é inacusativo; este verbo não *s-seleciona* um argumento externo, mas sim um argumento interno: a sentença subordinada (19b)[31]. Observe que não podemos considerar a sentença encaixada [*que o Brasil tem quinze ou dezoito impostos*] como sujeito sentencial do verbo *parecer*, pois essa sentença não ocupa a posição canônica de sujeito na língua – anteposição ao verbo[32]. Atente ainda para o fato de que, se colocarmos essa sentença encaixada na posição canônica de sujeito, a nossa sentença fica agramatical ou marginal como se vê em (19c).

O sujeito do verbo *parecer* (oração principal/ matriz) (19a) é uma *categoria nula,* de natureza pronominal, mas sem qualquer referencialidade; essa categoria nula tem traços de 3ª. pessoa, [$\boldsymbol{\varnothing}_{\mathbf{exp}}$] – reveja sentenças (16a,b,c). Observe ainda que a sentença (19a) apresenta,

31. Para rever s-seleção, vá para o capítulo 2, seção (3.1.1.).
32. Português é uma língua de ordem **S**(ujeito) **V**(erbo) **O**(bjeto). O português europeu permite sujeitos pospostos ao verbo em algumas situações discursivas como: (a) *Chegou a Maria*. No entanto, sentenças como (a) não são produtivas no português falado no Brasil.

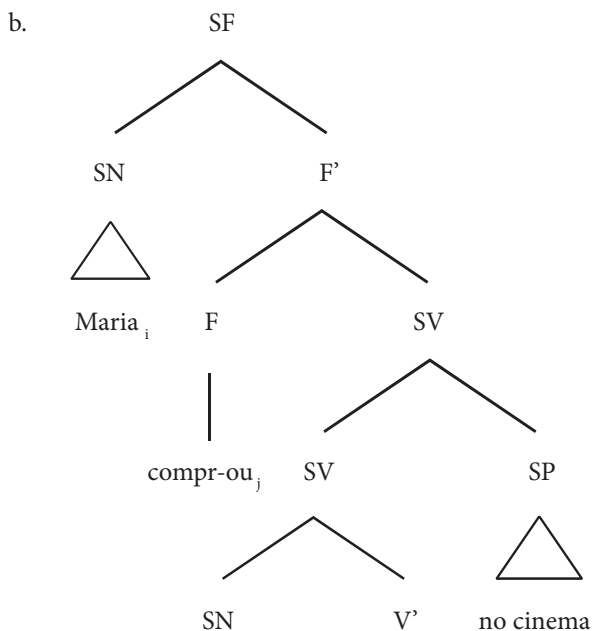
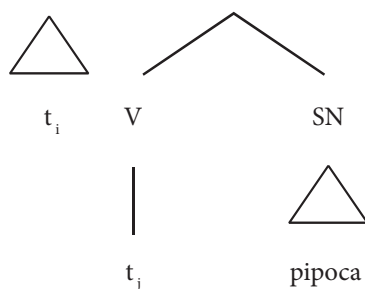
em inglês, um pronome explícito **it** (do tipo "expletivo" – um item funcional e não lexical) na posição de sujeito do verbo da matriz (19e). Logo o período composto (20), em inglês, corrobora o fato de que a sentença encaixada [*that she has learnt the lesson*] (*que ela aprendeu a lição*) não é o sujeito do verbo da matriz "seems" (*parece*). O sujeito do verbo da matriz é uma categoria pronominal expletiva, fonologicamente nula em português: [$\boldsymbol{\emptyset}_{\mathbf{exp}}$] – (19a) – e fonologicamente preenchida em inglês: **it** – (20). Línguas como o inglês têm sido chamadas de *"línguas não pro-drop"* (línguas que não permitem a queda do pro(nome)/ sujeito); diferentemente, línguas como o português têm sido chamadas de *"línguas pro-drop"* (línguas que permitem a queda do pro(nome)/ sujeito).

2.2.2. *O Caso Acusativo*

Na subseção (2.2.), após detalharmos o sintagma verbal e flexional respectivamente, discutimos sobre a noção de Caso abstrato: em uma dada sentença, SDs só podem ser realizados se recebem marcação de Caso de algum atribuidor.

Observe a sentença (7a-c), renumerada abaixo em:

(22) a. [$_{\mathbf{SF}}$ Maria *comprou* pipoca no cinema]

b.

Na sentença em (22), três SNs são projetados: *Maria*, *pipoca* e *cinema*. Isolando, por hora, o SN *pipoca* (que é 'encabeçado' pelo SP *em*) vemos que o SN *Maria* teve Caso nominativo atribuído pela flexão sendo, portanto, o sujeito da sentença. Vejamos agora o SN *pipoca*: este SN, ao ser projetado e bem aceito na sentença, teve também atribuição de Caso. Estamos no momento de dizer que os argumentos internos dos verbos, como o SN *pipoca*, recebem marcação de *Caso abstrato acusativo* na posição em que é projetado do léxico na sintaxe: a posição interna ao verbo. Logo, enquanto a flexão é a marcadora de *Caso nominativo* a um SN na sentença (por movimento deste SN/SD), o verbo é, diretamente (localmente), o marcador de Caso acusativo a um SN na sentença. O SN *pipoca* é o argumento interno do verbo, mas é o complemento (objeto direto) da sentença – SF/IP. O verbo da sentença em (22) – na estrutura SS –, atribui *Caso acusativo* ao SN argumento interno não preposicionado[33].

Versões mais modernas de P&P passam a projetar o SV transitivo (que tem objeto direto e/ou indireto) por meio de uma estrutura conhecida como 'Sv'. Logo, neste tipo de estrutura, a marcação de caso acusativo a um SN se dá por meio de *verbo leve*. Este assunto será tratado no capítulo 4.

Na sentença em (22), além dos SNs *Maria* e *pipoca*, vê-se a presença de outro SN: *cinema*. *Cinema* não é argumento do verbo *comprar*, no entanto, segundo a Teoria dos Casos, SNs só podem ser realizados em uma dada sentença se receberem marcação de Caso de algum atribuidor. Logo, SNs sem marcação de Caso nominativo ou acusativo,

---

33. Mioto et al. (2004, p. 178, exemplo (11)) apresenta a sentença "*A menina o viu no cinema*". Os autores chamam a atenção para o fato de que em sentenças como essa, a marcação de ACUSATIVO em português é explícita devido ao caso pronominal **o** (diferente do NOMINATIVO **ele**). No entanto, falares populares no Brasil cada vez mais atestam a não marcação explícita do acusativo como: *"A menina viu ele no cinema"*.

precisam ser introduzidos na sentença por um sintagma preposicional – SP (PP) – que lhes atribuirá Caso oblíquo.

2.2.3. *O Caso Oblíquo*

Em (2.2.1.) dissemos que a Teoria de Caso estabelece que todo SN pronunciado em uma dada sentença deve ser marcado com *Caso abstrato*. Vimos, naquela subseção, que a flexão atribui *Caso nominativo* ao SN que estiver na posição [Spec, SF]. Na subseção (2.2.2.) dissemos que o verbo transitivo atribui *Caso acusativo* ao SN que estiver em sua posição de complemento. Nesta subseção, ratificamos que um SN, projetado na sintaxe sem marcação de Caso nominativo ou acusativo, precisa ser introduzido por um SP (PP).

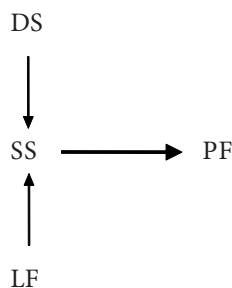
Logo, o SN *cinema* – (22) – tem marcação de Caso conhecida como *Caso oblíquo*. Voltaremos à marcação de Caso oblíquo quando tratarmos de: **(i)** verbos conhecidos como bitransitivos que exigem dois argumentos internos, um deles, SNs regidos por preposição (capítulo 4); **(ii)** sintagmas preposicionais (capítulo 8).

A seguir, apresentamos a organização da gramática de acordo com a teoria P&P.

2.3. *Traço Nuclear de Princípios e Parâmetros: o Modelo-T*

No capítulo 1, falamos sobre a autonomia da sintaxe; no capítulo 2, apresentamos a noção de constituinte introduzindo X-Barra; neste capítulo 3, olhamos um pouco mais detalhadamente a projeção sintagmática no português por meio do verbo e da flexão. Vimos, em (2.2.), que a sintaxe é expressa por dois estágios de derivação chamados de DS e SS e que a estrutura SS é a responsável por possibilitar as leituras de pronúncia e interpretação executadas pelos módulos de interface com a gramática: PF – forma fonética – e LF – forma fonológica. Logo, nosso modelo de teoria da gramática – P&P – defende que a relação entre a gramática (sintaxe) e os sistemas articulatórios e perceptuais não é direta[34]. A versão de P&P que estamos seguindo neste curso assume o que é conhecido como *Modelo T* de gramática[35]:

(21) *O Modelo-T da Teoria de Princípios e Parâmetros*

34. Como visto no capítulo 1 – seção (3.2) – seguimos o modelo P&P em sua versão não minimalista.
35. O esquema é uma adaptação de Hornstein et. al (2005, p. 23); esquema 6, renumerado.

Para exemplo de DS/SS ver (7b–c) na subseção (2.2.).

Sobre *estudos da gramática vistos por uma perspectiva internalizada* (visão mentalista), ver sugestão de leitura em *leituras complementares*, capítulo 3, ao final deste livro.

3. Considerações Finais

Nas seções acima vimos que, em teoria da gramática, prioriza-se o tratamento: predicado + argumentos: os predicados (os verbos por excelência) classificam-se conforme o número de lugares (argumentos) que exigem para formar uma proposição. Iniciamos, portanto, estudos sobre a classificação dos verbos em língua portuguesa, atentando para:

(i) o número de argumentos que os verbos requerem;
(ii) a natureza dos argumentos requeridos;
(iii) a distinção argumento externo/ interno.

Esses aspectos serão melhor desenvolvidos no capítulo que se segue a este.

Descrevemos ainda aspectos da categoria flexão em língua portuguesa, atentando para a teoria de Caso abstrato; esse fato nos possibilitou explicitar a noção de sujeito que se toma em teoria da gramática e que assumimos neste livro.

No próximo capítulo, apresentamos a classificação do verbo baseada no conceito de predicação.

Capítulo 4

O sintagma verbal (e flexional) e o conceito de predicação

1. A Classificação do Verbo Centrada no Conceito de Predicação

No capítulo anterior, vimos que, em teoria da gramática, prioriza-se o tratamento predicado + argumentos. Neste capítulo, abordamos a classificação do verbo – o predicado sentencial por excelência – baseando-nos no conceito de *predicação*:

> Predicar *é [...] atribuir propriedades a entidades ou estabelecer relações entre entidades. Assim, tanto predicamos quando atribuímos a propriedade de "ser inteligente" a um indivíduo de nome "João" (O João é inteligente) como quando dizemos O João escreveu um artigo, caso em que estabelecemos uma relação entre "escrever" e "um artigo" ou entre "o João" e "um artigo" através de "escrever".*
>
> *Isso significa que a* predicação *abrange não só a relação entre o que tradicionalmente se designa "sujeito" e "predicado" de uma frase ou* oração *mas também a relação que se estabelece entre um núcleo lexical, como um verbo, e os seus* argumentos.
>
> *Duarte & Brito (2003: 182)*

A palavra *predicado* é utilizada em nossos compêndios gramaticais para referir-se aos elementos que, em uma dada sentença, apontam para uma entidade gramatical que ocupa a função de sujeito. Um exemplo de predicado seria: "*o João <u>escreveu o livro</u>*", em que *escreveu o livro* declara algo sobre o sujeito *o João*.

Neste capítulo (e neste livro), seguimos a tradição (em teoria da sintaxe) que utiliza o termo *predicado* para:

[...] referir a noção semântica de predicado*,* predicador *ou* palavra predicativa*, recobrindo neste caso toda e qualquer palavra que tenha argumentos, lugares vazios ou valência própria.*

Duarte & Brito (2003: 183)

No capítulo 2 (seção 3.1.1.) vimos que um núcleo lexical verbal (um predicador por excelência) tem como característica impor uma série de restrições sobre seus argumentos: (i) o traço categorial [-N, +V]; (ii) o número de argumentos; o tipo de seleção categorial e semântica dos argumentos (c/s-seleção) – reveja o exemplo (23) no capítulo 2.

Neste capítulo, a fim de descrevermos a predicação em português, centramo-nos na característica "número de argumentos que um *predicador* requer"; nossa ênfase recai sobre o verbo – o predicador por excelência – nos centrando nos seguintes tipos de predicados[1]:

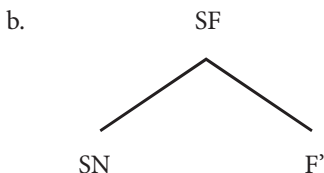
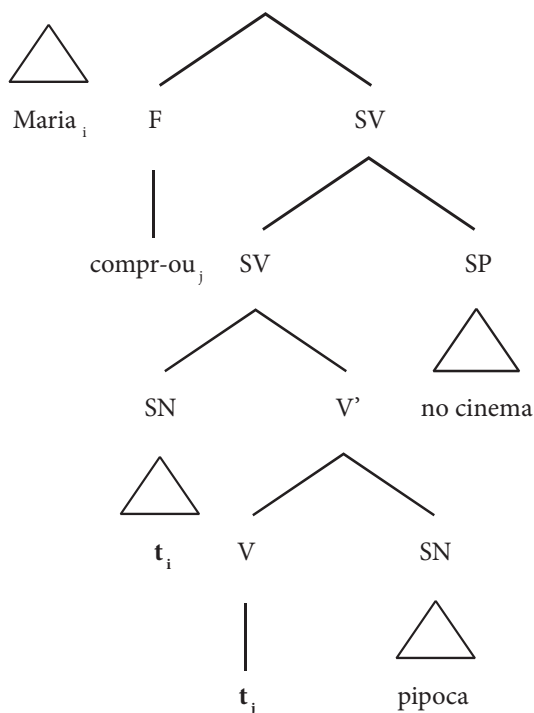
(i) verbos com mais de um argumento
(ii) verbos monoargumentais
(iii) verbos sem argumento

1.1. *Verbos com mais de um Argumento*

1.1.1. *Verbos Transitivos*

No capítulo 3 apresentamos detalhes sobre a projeção do SV e do SF e verificamos que um verbo pode projetar do léxico mais de um argumento, como visto na sentença (22), renumerada abaixo:

(1) a. [$_{SF}$ Maria *comprou* pipoca no cinema]

b.

1. Chamamos a atenção para a terminologia "predicados verbais" que não se refere, neste texto, à classificação conhecida nas Gramáticas Normativas como *predicado verbal* em oposição a *predicado nominal*. "Predicado verbal", neste texto, refere-se à descrição da estrutura argumental dos verbos.

Verbos como *comprar* em (1) são "típicos verbos transitivos":

(2) Verbos transitivos: verbos de ação usados na voz ativa que projetam um argumento externo 'Agente' (como *Maria*) e um argumento interno 'Tema' (como *pipoca*).

Em português (e em outras línguas *pro-drop*[2]), o argumento externo pode ser um sujeito nulo arbitrário ou referencial como se vê em (3) e (4) respectivamente[3]:

(3) a. [$\mathbf{ø_{arb}}$] Dizem que eles não criaram nada sozinhos

b.

2. Ver capítulo 3, subseção (2.2.1.1.1.).

3. No modelo GB, a representação de sujeitos nulos arbitrários ou referenciais, como se vêem em (3)-(4), se dá por meio de uma categoria vazia denominada pro (pequeno pro/'prozinho').

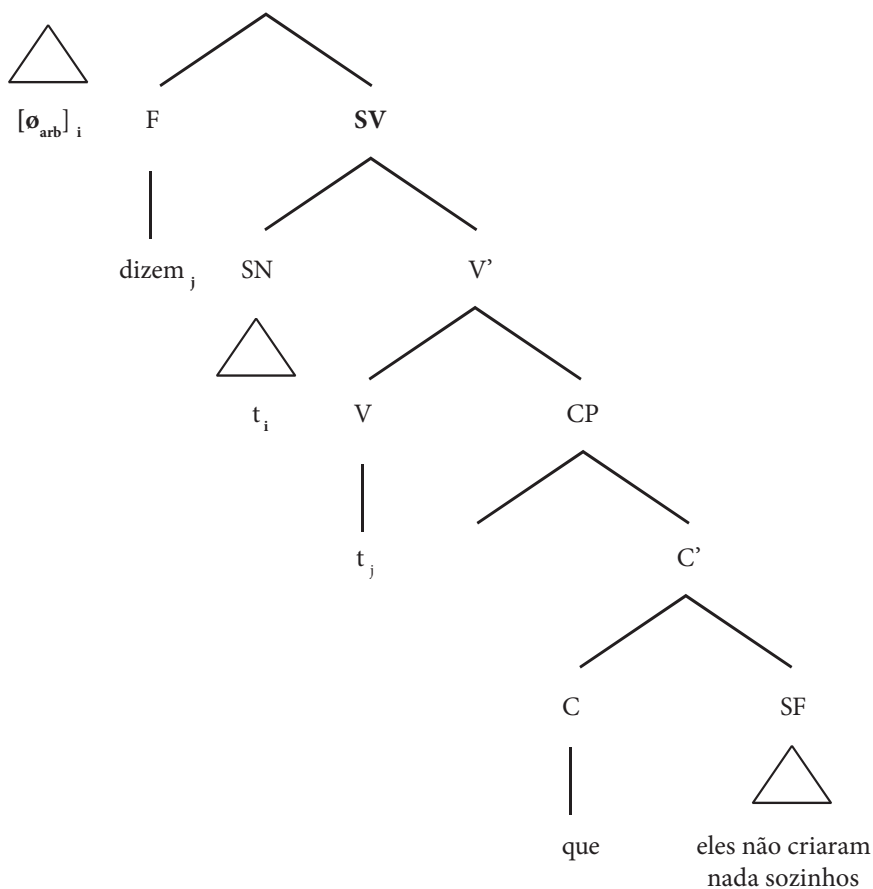
$[\text{ø}_{arb}]_i$ F **SV**

dizem $_j$ SN V'

t_i V CP

t_j C'

C SF

que eles não criaram nada sozinhos

(4) a. [**ø**] Queres castanhas assadas? [4]

b.

4. Sentença do português europeu.

1.1.2. *Verbos Bitransitivos*

Verbos bitransitivos são denominados pela gramática tradicional de *transitivos diretos e indiretos.*

(5) Verbos bitransitivos: Verbos que exigem (i) um argumento externo SN 'Agente' e (ii) dois argumentos internos: um SN 'Tema' (objeto direto) e um SP 'Alvo'/'Meta' ou 'Fonte' (objeto indireto).

> *[...]Representantes típicos dessa classe são os verbos de transferência de posse e os verbos de posicionamento, como ilustrado em (17)[...]*
>
> *(17) a. aí eu fico trabalhando em casa mas tomando conta toda hora preciso interromper no meio de um negócio para::...levar um ao banheiro para* dar *uma comida para outro::... (D2 SP 360)*
>
> *b. há um determinado momento em que eu vou* colocar *resumo na translação (EF POA 278)*

Cyrino, Nunes & Pagotto (a sair), subseção (2.4.3.)

Em construções bitransitivas, se um dos argumentos internos é um SN/SD, o outro SN/SD precisa, obrigatoriamente, ser introduzido por uma preposição como se vê no exemplo (6b) abaixo: *dar uma comida para o bebê*:

(6) a. "Vou dar-**lhe** comida ..."[5]
   b. Vou dar comida [$_{SP}$ *para o bebê*]

O SN preposicionado em predicações bitransitivas é chamado de objeto indireto (OI) pela tradição gramatical. O único caso, em português, em que um dos dois complementos internos de um verbo aparece sem preposição é quando o OI realiza-se como um pronome clítico dativo como se vê em (6a).

Um dos testes para identificação do OI é justamente substituir o SP que parece ter essa função gramatical na sentença – como se vê em [$_{SP}$ *para o bebê*] (6b) – pela forma dativa do pronome pessoal: *lhe* (6a)[6]. Observe as sentenças abaixo:

(7) a. José deu flores [$_{SP}$ *para a amig*a]
   b. José deu-**lhe** flores
(8) a. Eu dei uma espiada [$_{SP}$ *na TV*]
   b.* Eu dei-**lhe** uma espiada

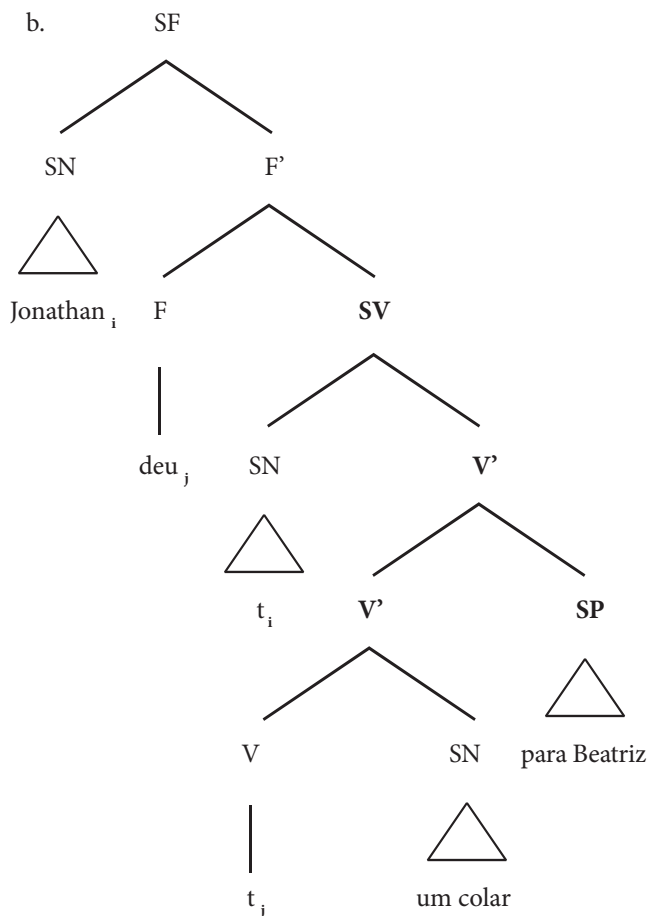
A agramaticalidade de (8b) aponta para o fato de que, embora (8a) tenha características de uma construção bitransitiva, essa sentença possui estrutura argumental diferenciada da de uma construção tipicamente bitransitiva – ver subseção (1.1.3.1.) neste capítulo.

Na Teoria P&P em sua versão 'Regência e Ligação' (GB), Chomsky (1981) propõe que os dois argumentos internos de verbos de três lugares, como *dar* em (7), sejam tratados como projeções intermediárias de V. Em outras palavras: entre o núcleo V e sua projeção máxima VP, haveria mais de um V' a fim de acomodar, além do objeto direto, o objeto indireto[7].

Observe, abaixo, a projeção do verbo *dar* com: (i) um argumento externo 'Agente' e (ii) dois argumentos internos: um SN 'Tema' (objeto direto) e um SP 'Alvo'/ 'Meta' (objeto indireto) :

---

5. Sentenças como **lhe** dativo são cada vez menos atestadas no português brasileiro.
6. Cf. Duarte (2003: 290).
7. Essa proposta é exemplificada em Mioto et al. (2004, p. 146; estrutura (43d)).

(9) a. [$_{\text{AGENTE}}$ *Jonathan*] *deu* [$_{\text{TEMA}}$ *um colar*] [$_{\text{ALVO/ META}}$ *para a Beatriz*]

Note que, em (9b), os dois argumentos internos apresentam uma diferenciação na Teoria X-Barra no modo como a vimos até agora. O SP [$_{\text{ALVO/META}}$ *para a Beatriz*] não é um adjunto do núcleo V e sim seu complemento; logo, segundo o esquema arbóreo proposto por Chomsky (1981), este SP não pode ocorrer em adjunção a SV.

Segundo o esquema X-Barra visto até agora, a única forma de derivar o argumento do verbo [$_{\text{SP}}$ *para a Beatriz*] é projetá-lo a partir de uma duplicação da categoria intermediária V'. No entanto, a duplicação de categoria intermediária

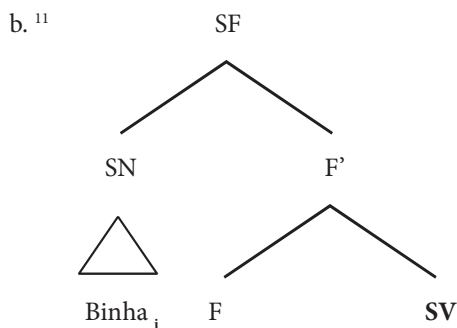
é problemática, pois o que ela informa é que um dos argumentos internos do verbo não é projetado diretamente por ele (o verbo), mas sim por uma categoria não lexical[8].

A informação que a projeção em (9b) fornece é a de que o SN $[_{TEMA}$ *um colar*], argumento interno, apresenta uma relação mais próxima com o verbo; o SP $[_{ALVO/META}$ *para a Beatriz*], nesta projeção, está mais afastado do núcleo verbal.

Larson (1988) apresenta uma contra-argumentação à proposta de estrutura do SV bitransitivo como vista em (9b). O autor (op. cit) propõe que o SP (“Alvo’/’Meta’ ou ‘Fonte’) – como $[_{SP\ ALVO/META}$ *para a Beatriz*] – é o que mantém uma relação de proximidade maior com o núcleo verbal, diferentemente do que a estrutura em (9b) atesta[9].

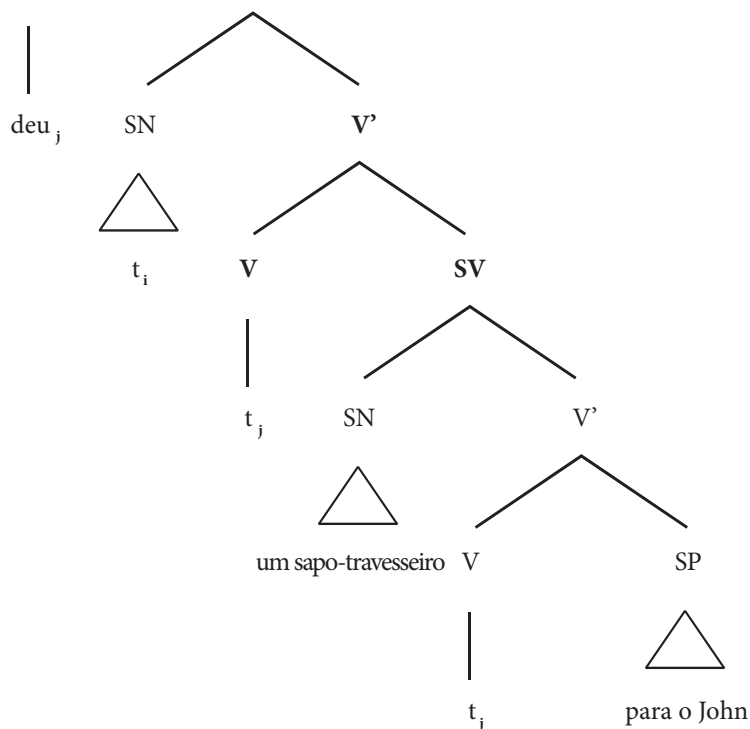
Seguindo Larson (1988), os argumentos internos de natureza SP em português (objeto indireto), como *para a Beatriz* em (9), passam a ser projetados como sintagmas ‘irmãos’ do núcleo V. Larson (op. cit.) consolida a noção de *concha SV (VP)*, como se vê abaixo na estrutura (10b)[10]:

(10) a. Binha deu um sapo-travesseiro para o John

b. [11]

8. As categorias intermediárias são eliminadas no ‘Programa Minimalista’. Seus proponentes ratificam que estruturas sintáticas devem ser construídas somente a partir de itens lexicais – cf. Hornstein, Nunes & Grohmann (2005, p. 7). V’ não é um item lexical.

9. Para um resumo da argumentação de Larson (1988), ver Hornstein, Nunes e Grohmann (2005: 92-97).

10. Larson (1988) implementa a proposta sobre ‘estrutura dativa’, apresentada em Chomsky (1975). De acordo com Chomsky (op. cit.), uma estrutura dativa (estrutura de objeto indireto) como “João enviou uma carta para Maria” deriva de uma forma ‘underlying’ em que o verbo e seu objeto indireto constroem um constituinte que exclui o objeto direto – cf. Larson (1988, p. 335).

11. O esquema em (10b) é adaptado de Larson (1988, p. 384); estrutura (79), renumerada.

Como se observa na projeção (10b), a partir de Larson (op. cit.), sequências bitransitivas começam a ser tratadas como um tipo de constituinte em que SNs 'Tema', como *um sapo-travesseiro* (objeto direto), são iniciados na projeção como argumentos externos do verbo; SPs 'Alvo'/'Meta' ou 'Fonte', como [$_{\text{ALVO}}$ *para o John*], funcionam como os argumentos internos da projeção inicial do verbo[12].

Observando o SV da estrutura em (10b) depreendem-se as seguintes etapas:

(i) o verbo *dar* projeta o seu argumento interno SP *para o John*, formando o nível V-barra *deu para o John*;

(ii) o 'complexo V-barra' projeta o SN *um sapo-travesseiro*, formando o SV interno *um sapo-travesseiro para o John*;

12. Note que, ao dizermos que o SN 'Tema' (objeto direto) é projetado como argumento externo do verbo, estamos dizendo que ele é projetado na posição de *sujeito estrutural* do SV: posição [*Espec, SV*]. Atente que não estamos dizendo que o SN *um sapo-travesseiro* (10) é o sujeito da sentença; o sujeito da sentença em (10) é o elemento que, ao final da derivação sintática, estiver na posição [Spec, SF] – no caso, o SN *Binha*.

(iii) o verbo *dar* (10) precisa ainda projetar mais um SN (*Binha*), visto ser este um verbo de três lugares;

(iv) o verbo se move da posição de núcleo do SV mais interno para a posição de núcleo do SV externo, onde assinala papel temático 'Agente' para o SN *Binha*, gerado em [Spec, VP (alto)]. O movimento do verbo, além de possibilitar a marcação de papel temático para o SN *Binha*, também possibilita a linearização, pois caso o verbo não sofresse movimento da posição de núcleo mais baixo para a posição de núcleo mais alto, a ordem final seria * [*Binha um sapo-travesseiro deu para o John*];

Larson (1988) possibilita, portanto, um tratamento estrutural para verbos de três lugares (bitransitivos).

Mais recentemente, a concha SV passou a ser relacionada a qualquer projeção transitiva por meio de uma estrutura que atribuirá à camada mais alta da 'concha' a função de *sintagma* '*verbo leve*' – Sv (vP) ("vepezinho") – ver subseção 1.1.4. neste capítulo.

1.1.3. *A Noção de Verbo Leve*

Acima, dissemos que a concha SV (proposta por Larson (1988)) passou a ser relacionada a qualquer projeção transitiva por meio de uma estrutura que atribui à camada mais alta do SV a função de *verbo leve* – ("vezinho"). A seguir, apresentamos a noção de *verbo leve* por meio de exemplificações em português.

Observe as construções abaixo[13]:

(11) a. A Maria deu bofetadas no João
b. A Maria esbofeteou o João

(12) a. A Maria deu beijos no João
b. A Maria beijou o João

As predicações em (11a)-(12a) apontam para similaridades com construções bitransitivas: vê-se um típico verbo bitransitivo – *dar* – que, 'aparentemen-

13. Cyrino, Nunes & Pagoto (a sair: dados (94)-(95), renumerados).

te', projeta: (i) dois argumentos internos – SN/SP; (ii) um NP argumento externo. No entanto, o verbo *dar* em (11a)-(12a) não é um verbo de transferência de posse, nem de posicionamento; ainda, os argumentos internos do verbo *dar* em (11a)-(12a) não têm marcação de papel temático 'Tema', nem 'Alvo'/'Meta' ou 'Fonte' – ver (5) acima. Os 'candidatos' a argumentos internos não preposicionados nas predicações em (11a)-(12a) são nominalizações – *bofetadas*, *beijos*[14].

A nominalização – como se vê (11a)-(12a), por exemplo – forma com o núcleo V uma relação semântica, organizando-se em uma "predicação complexa". Observe exemplos similares retirados da Gramática do Português Culto Falado no Brasil[15]:

(13) a. e olha quando eu começo a **dar** risada vou te contar (DID SP 234)

b. e eu aproveito pra... fazer minhas comprinhas **dar** um passeio também (DID POA 45)

c. quer dizer que **dá** trabalho (D2 SP 360)

d. às vezes a gente **dá** uma fugiDlnha:: até a casa deles bater um papinho assim né? (DID POA 45)

e. eu me lembro até que...quando nós fomos na:: (na viagem) era uma camionete... **dava** um cheiro de balaca queimada (DID POA 278)

f. então que que a gente fazia? a gente se agarrava NUM e **dava** impulso com pés para se agarrar com o outro né? (DID POA 278)

g. eu **dei** u::ma rápida olhada sabe? mas vi matérias assim interessantes para ela dentro de outras...ah:: carreiras (D2 SP 360)

h. do aumento do custo de vida, então **deu** quarenta e, quarenta e poucos por cento, né (D2 RJ 355)

i. a programação...havia sido planejada...mas não **deu** certo... (D2 SP 360)

(14) a. as duas coisas fazem parte do mundo e **têm** e passam a **ter** uma existência (EF SP 405)

b. ele vai **ter** poder sobre a vida dele (EF SP 405)

c. e eu pensei que ela fosse **ter** problema porque ela não fala muito... (D2 SP 360)

d. o professor não se relacionava com o estudante exatamente pro estudante **ter** medo **ter** pavor dele e respeitar... (DID SSA 231)

---

14. Segundo Margarida Basílio, a nominalização *"[...] é determinada por uma relação paradigmática geral entre nomes e verbos na língua. (...) Mais especificamente, a nominalização consiste num processo de associação lexical sistemática entre nomes e verbos."* – Basílio (1980: 73-74).

15. Cyrino, Nunes & Pagotto (a sair); subseção (2.4.6.); exemplos (35)-(36), renumerados.

e. então se eu comer muito na hora do café não vou **ter** vontade de almoçar... (DID RJ 328)

f. ele **tem** uma capacidade de usar ao máximo os recursos, ou deles ou conseguidos de fora (EF RJ 379)

g. uma coisa é dizer que a arte na época... **tinha** fun-ção... pragmática... porque é isso que a gente vem dizendo até agora certo? (EF SP 405)

h. não **tem** importância que a gente chama de análise ou chama de interpretação o importante é que o processo se realize (EF POA 278)

i. é FUNdo ali.., **tinha** uns três metros de profundidade... (DID POA 45)

Segundo Cyrino, Nunes & Pagotto (a sair); subseção (2.4.6.):

> *Verbos como dar e ter nas sentenças acima parecem adquirir sua significação quase que exclusivamente de seu complemento. Isso fica transparente nos casos em que a projeção de V´ nucleada por esses elementos pode ser parafraseada por um único verbo, como em dar uma risada ~ rir, dar um passeio ~ passear, ter existência ~ existir ou ter medo ~ temer, por exemplo. [...]*

Verbos como: **(i)** *dar* em construções como as exemplificadas em (11a), (12a), (13) e **(ii)** *ter* em construções como (14) são denominados de *verbos leves* na literatura.

Voltemos aos pares (11)-(12) renumerados em:

(15) a. A Maria deu bofetadas no João
b. A Maria esbofeteou o João

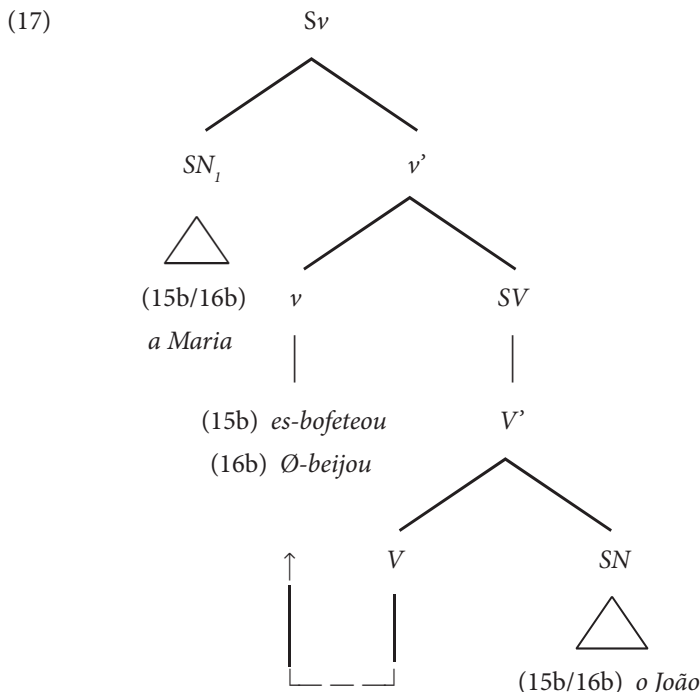
(16) a. A Maria deu beijos no João
b. A Maria beijou o João

Observa-se que os pares (15b)-(16b) são legítimas paráfrases dos pares (15a)-(16a). Logo, se esses pares sentenciais são correlatos semânticos eles devem ter a mesma configuração estrutural:

> *[...] Pesquisas recentes argumentam que estruturas transitivas como [(15b)] e [(16b)] também envolvem um verbo leve abstrato que pode ser ou não associado a algum morfema específico [...]*
>
> *Cyrino, Pagotto & Nunes (a sair: 28-29)*[16]

16. A numeração, na citação, foi mudada: os números (15b)-(16b) correspondem aos números (94)-(95)

Predicações do tipo 'transitivas' passam, portanto, a ser associadas em P&P (em modelos recentes) a uma estrutura como em[17]:

(17)

A estrutura em (17) permite que se apreenda o "paralelismo sintático e semântico" de sentenças como (15)-(16): o argumento externo do verbo leve – *v*(ezinho) – é o agente que desencadeia o evento: [*A Maria*] em (15)-(16).

Em português, o *verbo leve*:

(i) pode estar associado a um morfema específico – como *-es* em *A Maria esbofeteou o João* (15b);

(ii) pode ser um item lexical autônomo – como *beijou* em *A Maria beijou o João* (16b).

Como se vê na estrutura em (17), o verbo leve é analisado como um 'afixo' – Ø- ou es-. O afixo desencadeia "[...] o movimento do núcleo de seu complemento para que suas propriedades afixais sejam satisfeitas. [...]" – Cyrino, Pagotto & Nunes (a sair: 29).

no original.

17. Cyrino, Pagotto & Nunes (a sair: 30); estrutura (100), renumerada (número dos dados na estrutura também renumerados).

Em português brasileiro, o verbo leve 'item lexical autônomo', seguido de nominalização – como *dar* em (15a)-(16a) – é uma construção cada vez mais atestada; ela vem sendo analisada como similar a construções bitransitivas. A seguir, propomos diferenças na estrutura desses dois tipos de predicação.

1.1.3.1. *Diferenças entre Construções Bitransitivas e Construções com Verbos Leves*

Como já dito, construções com *verbo leve,* seguido de nominalização – daqui em diante, CVLs – são bastante comuns em português brasileiro, especialmente as que se formam com o verbo *dar* – cf. Scher (2004).

Observe os exemplos (13a/d), renumerados em:

(18) a. ... e olha quando eu começo a **dar** risada vou te contar
b. às vezes a gente **dá** uma fugiDlnha:: até a casa deles pra bater um papinho assim né?

O verbo leve *dar* que forma as CVLs [*dar risada*] (18a) e [*dar uma fugiDInha*] (18b) tem conteúdo mais gramatical do que semântico. Esse verbo constrói predicações complexas com seu complemento, sendo o responsável pela atribuição de tempo da construção. A seguir apresentamos uma definição de CVLs:

(19) <u>Construções com verbos leves (CVLs)</u>:

> *[...] CVLs têm a forma geral dar uma Xada em Y, ou seja, apresentam a forma V X PP, e admitem paráfrases com a forma verbal correspondente à nominalização que se associa a dar. Veja os exemplos em (1) e (2).*
>
> *(1) O Pedro deu uma incrementada na receita*
> *(2) O Pedro incrementou a receita*
>
> *Na sentença em (1) com a forma dar uma X***ada** *em Y, X se representa por increment- e Y por a receita – dar uma increment***ada** *na (em + a) receita. Essa sentença pode ser parafraseada por (2), em que o verbo tem a mesma raiz da nominalização em (1).*
>
> *Scher (2004: (2.2.))*

É preciso, na análise sintática do português, atentar para o fato de que CVLs, em muitos casos, assimilam-se grandemente a construções bitransitivas como se vêem nos pares em:

(20) Kiko deu uma florzinha [$_{SP}$ *para a avó Dália*]
(21) Kiko deu uma espiada [$_{SP}$ *no computador* da avó Dália]

Análises convencionais não diferenciam construções bitransitivas – daqui em diante, CBs – de CVLs. Em (21), o verbo *dar* apresenta – como em (20) – dois argumentos internos: um SN e um SP. No entanto, a literatura atesta que CBs – (como (20)) têm propriedades *aspectuais*, *temáticas* e de *subcategorização* diferenciadas dessas propriedades em CVLs (como (21)).

A seguir, apresentamos um resumo das principais diferenças entre CBs e CVLs apontadas em Scher (2004), tomando como foco o verbo *dar* [18].

Diferenças Aspectuais entre CBs e CVLs

Segundo Scher (2004), CBs – como *"Kiko deu uma florzinha para a avó Dália"* (20):

> *[...] denotam eventualidades dinâmicas, instantâneas e télicas, já que não se desenvolvem em um período único indiferenciado, não pressupõem nenhuma duração, e levam a uma mudança de estado que se realiza em um objeto afetado [...].*[19]
>
> *Scher (2004: 86)*

Em (20), *a avó Dália* é *"[...] um objeto afetado [...]"*, característica de um SP em posição de objeto indireto[20]. Diferentemente, CVLs – como *"Kiko deu uma espiada [$_{SP}$ no computador] da avó Dália"* (21) – expressam:

> *[...] uma eventualidade dinâmica, durativa e atélica [...]*
>
> *Scher (2004: 86)*

18. Resumimos, a seguir, Scher (2004); subseções (2.3): **"**O que as CVLs não são"; (2.3.1.) "CVLs não são sentenças bitransitivas".
19. *"As situações dinâmicas distinguem-se entre si por tenderem ou não para um fim (i.e. por serem, respectivamente,* télicas *ou* atélicas*), por terem ou não duração e por terem ou não estado resultante."* – Duarte & Brito (2003: 192).
20. Cf. Scher (2004: 86).

Observe que, em (21), não há uma mudança de estado que se realiza em um objeto afetado como se dá em (20).

Em (21), é possível identificar uma estrutura interna de um período que consiste de *"[...] estágios sucessivos que ocorrem em momentos diferentes [21]"*.

Diferenças de Relação Temática e Estrutura Argumental entre CBs e CVLs

Observe as sentenças em:

(22) a. Carlos comprou um colar de capim dourado do feirante para presentear a amiga
b. Relações temáticas de *comprar*: [$_{AGENTE}$ *Carlos*] [$_{TEMA}$ *colar de ...*] [$_{FONTE}$ *do feirante*]

(23) a. Hellena desenhou a maquete para o cliente
b. Relações temáticas de *desenhar*: [$_{AGENTE}$ *Hellena*] [$_{TEMA}$ *a maquete*] [$_{ALVO/META}$ *para o cliente*]

Em (22b) e (23b), observa-se que verbos bitransitivos – como *comprar* e *desenhar* – associam-se a papéis temáticos relevantes para a sua predicação: (1) 'Agente'; (2) 'Tema'; (3)'Alvo/Meta' ou 'Fonte' – ver lista de papéis temáticos no capítulo 2.

Observe agora as sentenças em:

(24) José deu uma varrida na sala[22]
(25) A Maria deu uma empurrada no carrinho[23]

Em (24) e (25):

> *[...] A forma verbal 'deu' não estabelece a associação entre os papéis temáticos relevantes e os NPs das sentenças, por si só, ou seja (...) a interpretação não depende apenas do papel que o verbo 'dar' desempenha nessas sentenças, mas depende, crucialmente, das nominalizações [...]*
>
> *Scher (2004: 84)*

21. Cf. Scher (2004: 86).
22. Scher (2004: 84; sentença (14), renumerada).
23. Scher (2004: 84; sentença (15), renumerada).

As diferenças de relação temática que se vêem entre paradigmas como (22)-(23) e (24)-(25) indicam que as estruturas que compõem essas predicações com verbo *dar* não sejam as mesmas[24].

Scher (2004: 90-91) destaca ainda que CBs e CVLs não têm as mesmas propriedades de subcategorização e que este fato pode ser atestado por meio de fenômenos como a 'passivização' e a 'formação de interrogativas'. Veja os dados (20)-(21) renumerados em (26a)-(27a):

(26) a. Kiko deu [$_{SN}$ uma florzinha] [$_{SP}$ para a avó Dália]
b. Uma florzinha foi dada (por Kiko) para a avó Dália
c. O que $_{i}$ o Kiko deu __t$_{i}$ para a avó Dália?

(27) a. Kiko deu [$_{SN}$ uma espiada no computador da avó Dália]
b. * Uma espiada no computador da avó Dália foi dada (por Kiko)
c. * O que$_{i}$ Kiko deu __t$_{i}$ no computador da avó Dália?

Como argumentado por Scher (op. cit.), CBs permitem a voz passiva – o sujeito da sentença apassivada é o complemento interno do verbo (o objeto direto na voz ativa) – ver *uma florzinha* em (26b). CBs também permitem que o complemento direto da predicação seja o foco de uma pergunta – ver *o quê? (Kiko deu ...)* em (26c). Diferentemente, não é possível o alçamento do candidato a complemento interno direto de uma CVL para a posição de sujeito por meio da apassivação – ver **uma espiada* em (27b). Ainda: em uma CVL, a nominalização não pode ser movida para a periferia da sentença a fim de se tornar o foco de uma pergunta – ver **o quê? (Kiko deu ...)* (27c).

O objetivo de Scher (op. cit.) – demonstrado por testes similares como os que se vêem em (26)-(27) – é apontar para o fato de que, em CVLs, o aparente argumento interno do verbo não apresenta um comportamento típico de 'complemento do verbo'. A nominalização que se segue ao verbo em uma CVL tem característica de elemento predicador e não de argumento interno (objeto direto).

24. É importante dizer que, em Scher (2004), as diferenças entre CBs e CVLs, não são tratadas dentro do modelo P&P (módulo X-barra). Em sua tese de doutorado, Scher sugere a análise de CVLs a partir da associação de noções internas ao Modelo da *Morfologia Distribuída* – ver Halle & Marantz (1993). Logo, nossa proposta de 'árvore' para descrição de CVLs neste livro – ver estrutura (42b) em (1.2.2.) – não reproduz a proposta teórica de Scher (op. cit.). Assumimos, portanto, a inteira responsabilidade pela descrição teórica (X-barra) que fazemos de predicações do tipo CVLs neste livro.

Observe as palavras de Scher (2004: 92):

> *[...] Não quero dizer [...] que o verbo dar leve seja totalmente desprovido de propriedades predicativas, mas quero ressaltar a participação importante das nominalizações na formação dessas construções.*

Neste livro, corroboramos a proposta de Scher (2004) de que, em *verbos leves seguidos de nominalização*, a nominalização não é argumento interno do verbo leve. Logo, tratamos CVLs como uma estrutura do tipo monoargumental e não como uma estrutura transitiva – ver (1.2.2.).

1.1.4. *Estrutura Sv/SV Aplicada a Verbos com mais de um Argumento*

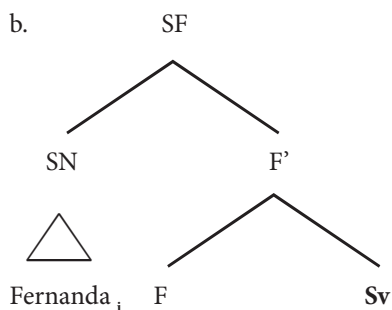
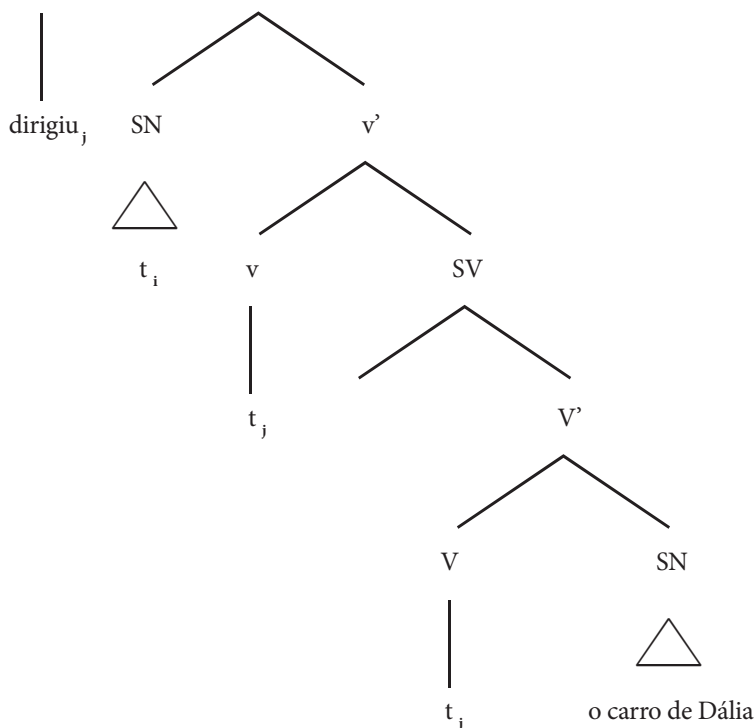
Vejamos agora como distintas predicações do tipo 'transitivas' – construções com verbos que projetam mais de um argumento – podem ser captadas dentro da estrutura transitiva de *verbo leve* como vista (17) acima.

1.1.4.1. *Verbos Transitivos*

Verbos transitivos, como definidos em (2), são verbos de dois lugares: projetam um argumento externo 'Agente' e um argumento interno 'Tema'.

A projeção de típicos verbos transitivos, que assumimos neste livro, é vista em:

(28) a. Fernanda dirigiu o carro de Dália

b.

c. O carro de Dália foi dirigido por Fernanda

Observe que a projeção em (28b) está uniformizada de acordo com a proposta Sv/SV vista em (17).

Atente para as etapas da derivação apreendidas em (28):

(i) Em (28b), o SN *o carro de Dália* é projetado como um argumento interno do verbo *dirigir*;

(ii) o verbo *dirigir* sobe para o núcleo de Sv a fim de associar-se a um prefixo 'verbo leve' fonologicamente nulo – ver estrutura em (17);

(iii) o verbo leve *dirigir* marca Caso acusativo para o SN *o carro de Dália* – a prova disto é que o SN *o carro de Dália* pode aparecer em uma estrutura passiva – ver (28c)[25];

(iv) o verbo *dirigir* , em v(ezinho), projeta o argumento externo da predicação: o SN *Fernanda;*

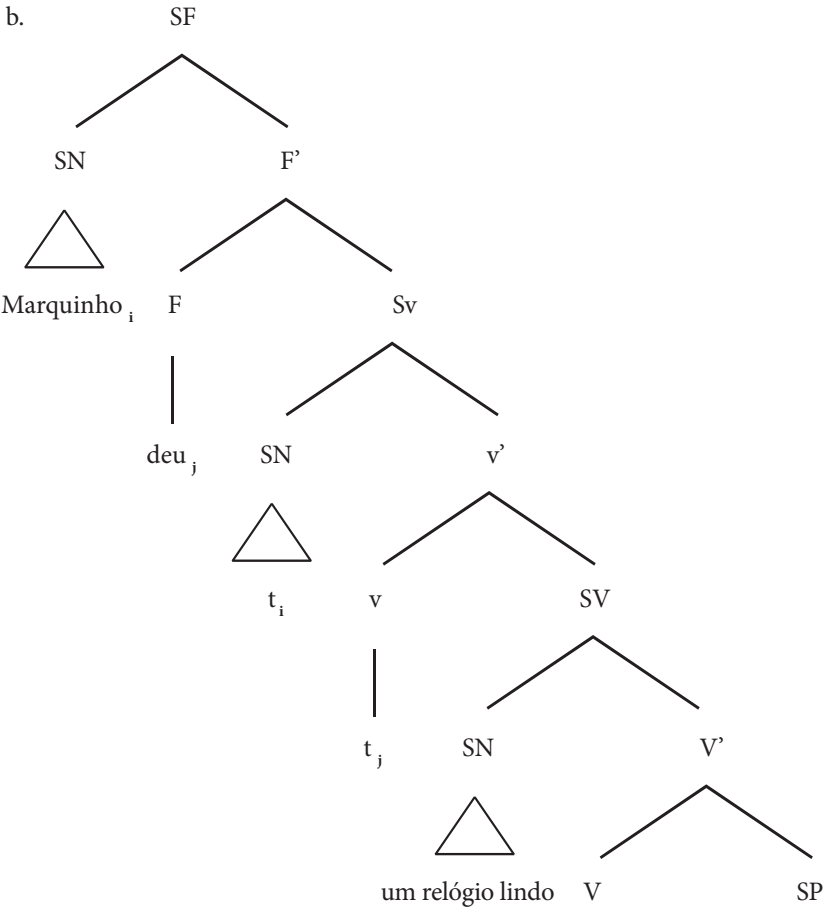
25. Estruturas de apassivação serão tratadas em (1.2.3.1.2.).

(v) os núcleos em Sv sobem para núcleo de flexão e para [Spec, SF] a fim de possibilitarem a checagem de traços funcionais que projetam a sentença.

1.1.4.2. Verbos Bitransitivos

Verbos bitransitivos, como definidos em (5), são verbos de três lugares: projetam um argumento externo SN 'Agente'; um argumento interno SN 'Tema'; um argumento interno SP 'Alvo'/'Meta' ou 'Fonte'.

A projeção de típicos verbos bitransitivos, que assumimos neste livro, é vista em:

(29) a. Marquinho deu um relógio lindo para Márcia

c. Um relógio lindo foi dado para Márcia (por Marquinho)

Observe que a projeção bitransitiva em (29b) está uniformizada de acordo com a proposta Sv/SV vista em (17).

Atente para as etapas da derivação apreendidas em (29b):

(i) o verbo *dar* projeta, a partir do núcleo SV, o seu argumento interno SP *para Márcia*, formando o nível V-barra *deu para Márcia*;

(ii) o 'complexo V-barra' projeta o SN *um relógio lindo*, formando o SV interno *um relógio lindo para Márcia*;

(iii) o verbo *dar* sobe de núcleo de SV para núcleo de Sv a fim de associar-se a um prefixo 'verbo leve' fonologicamente nulo – ver estrutura em (17);

(iv) o verbo leve *dar* marca Caso acusativo para o SN *um relógio lindo* – a prova disto é que o SN *um relógio lindo* pode aparecer em uma estrutura passiva – ver (29c);

(v) o verbo *dar* , em v(ezinho), projeta o argumento externo da predicação: o SN *Marquinho;*

(vi) os núcleos em Sv sobem para núcleo de flexão e para [Spec, SF] a fim de possibilitarem a checagem de traços funcionais que projetam a sentença.

A estrutura binária Sv/SV em construções bitransitivas permite que se capte o interessante fato de que o V(erbo) e o argumento interno SP formam um constituinte sintático. As 'expressões idiomáticas' envolvendo V(erbo) e seu argumento SP em construções bitransitivas, apontadas na literatura, são um forte argumento para a projeção do argumento SP como o argumento mais interno (e próximo ao verbo) nas projeções bitransitivas. Abaixo, exemplificam-se expressões idiomáticas formadas pelo verbo e seu argumento interno preposicionado[26]:

26. Cyrino, Pagotto & Nunes (a sair: 33); dados (113a,b,c), renumerados.

(30) a. O João *levou* a firma *ao abismo*.
b. O João *mandou* a sogra *às favas*.
c. A Maria *mandou* o namorado *pra PQP*.

Note que a interpretação semântica dos SNs objetos diretos acima – *a firma*, *a sogra*, *o namorado* – é estreitamente dependente de V e SP – *levou ao abismo*, *mandou às favas*, *mandou pra PQP* – ver Cyrino, Pagotto & Nunes (a sair: 33).

1.1.4.3. *Verbos do Tipo 'Psicológicos'*

A literatura aponta ainda, além das estruturas transitivas e bitransitivas descritas acima, outra classe de verbos que projeta mais de um argumento: a dos "verbos psicológicos".

Observe os exemplos a seguir[27]:

(31) a. O João preocupou/entristeceu a Maria
b. *A Maria foi preocupada/entristecida pelo João

Segundo Cyrino, Pagotto & Nunes (a sair: 36), verbos como *preocupar* em (31) têm comportamento sintático bem distinto de verbos tipicamente transitivos como *beliscar*. Veja o exemplo fornecido pelos autores (op. cit.)[28]:

(32) a. O João beijou/beliscou a Maria
b. A Maria foi beijada/beliscada pelo João

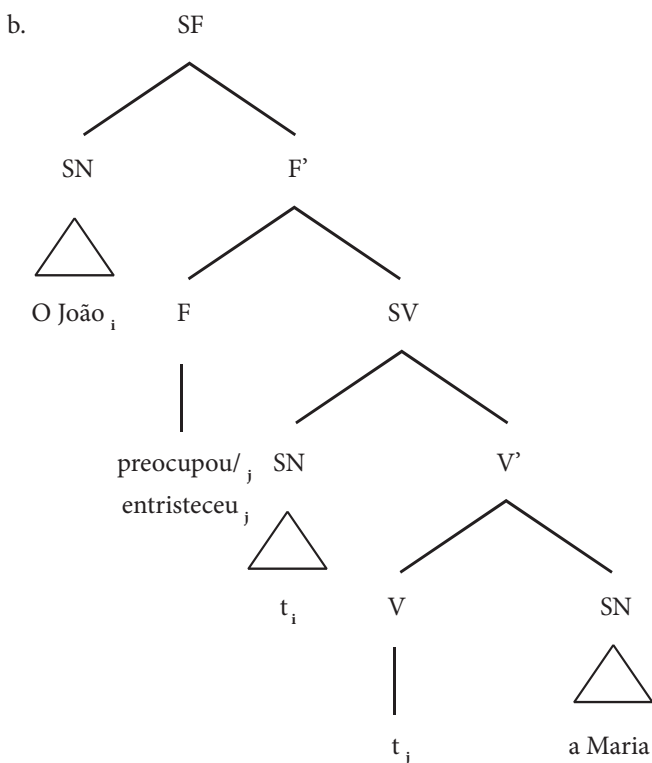
> *[...] Verbos que prototipicamente demandam um argumento externo, como em [(32a)], geralmente admitem construções passivas, como ilustrado em [(32b)]. Verbos psicológicos como os de [(31a)], por outro lado, são bastante refratários à passivização, como se pode ver em [(31b)].*
>
> *Cyrino, Pagotto & Nunes (a sair: 36[29])*

27. Cyrino, Pagotto & Nunes (a sair); dado (120), renumerado.
28. Ibid. Dado (119), renumerado.
29. Os dados em [ ] são renumerações dos dados (119) e (120) do original.

Logo, seguindo a literatura, descrevemos verbos do tipo psicológicos – como *preocupar/entristecer* (31a) – como verbos que projetam dois argumentos internos, mas não projetam argumento externo. Atente para o fato de que 'verbos psicológicos' não se inserem perfeitamente na descrição de típicos verbos transitivos como apontado em (2) ao início deste capítulo, pois não projetam argumento externo 'Agente'.

Observe o dado (31a) renumerado abaixo, seguido de sua estrutura:

(33) a. O João preocupou/entristeceu a Maria

b.

Em (33b), observa-se que verbos psicológicos não são projetados em uma estrutura Sv/SV; verbos do tipo psicológicos projetam apenas a estrutura interna SV. A camada Sv diz respeito apenas à inserção de SNs 'Agente' – argumento externo – em uma dada predicação, e SNs 'Agente' não ocorrem em predicações com verbo psi-

colágico. Pela estrutura em (33b), percebe-se que verbos psicológicos projetam dois argumentos internos de natureza SN.

Observe que ao dizermos que os verbos *preocupar/entristecer* (31) projetam dois argumentos internos, corroboramos que, na camada SV, projetam-se apenas argumentos internos – veja exemplo (29) e sua estrutura.

Ver lista de 'verbos psicológicos' no capítulo 5, abaixo do exemplo (47).

Ao finalizarmos esta seção (1.1.), chamamos a atenção do leitor para as palavras de Cyrino, Pagotto & Nunes (a sair: 36) no tocante ao preenchimento das posições de especificador e complemento dentro de SV:

> *[..] o preenchimento das posições de especificador e complemento dentro de SV depende fundamentalmente das relações semânticas estabelecidas e é em certa medida independente da presença de Sv na estrutura.*

A seguir, passamos à descrição dos verbos chamados 'monoargumentais': verbos que projetam apenas um argumento.

1.2. *Verbos Monoargumentais*

Os estudos gerativistas descrevem diferentes tipos de verbos ditos monoargumentais: verbos que projetam apenas um argumento. Alguns desses verbos têm sido chamados pela tradição gramatical de *verbos intransitivos*.

Neste livro apresentamos as seguintes subclasses de verbos monoargumentais:

(i) verbos inergativos
(ii) verbos leves seguidos de nominalização – CVLs
(iii) verbos inacusativos

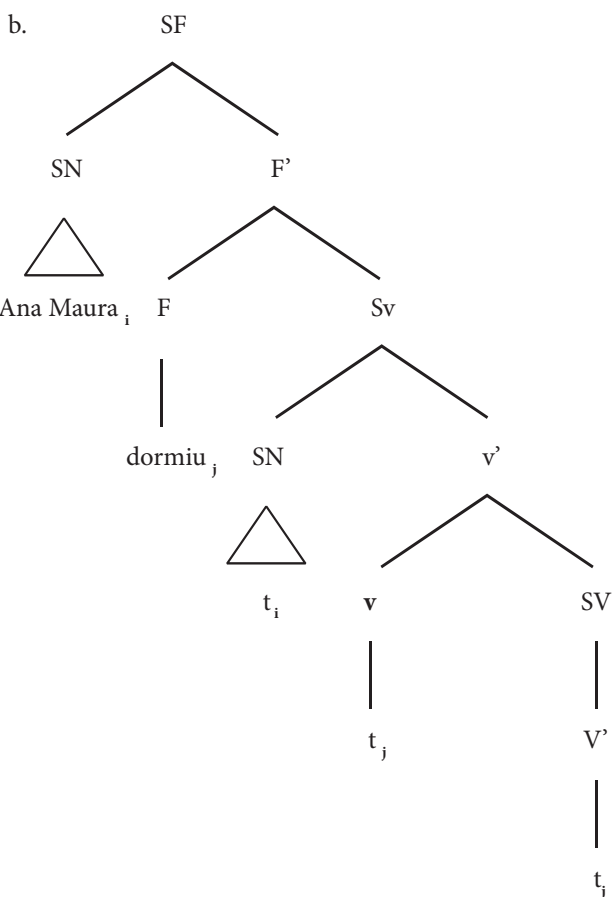
Observe os exemplos a seguir:

(34) a. Verbo Inergativo: ele *tossiu*
b. CVL: ela *deu uma chorada* (para o feirante diminuir o preço da blusa)
c. Verbo Inacusativo: a pedra *rolou*

A seguir, observam-se estas três subclasses de verbos.

1.2.1. *Inergativos*

Verbos inergativos são verbos com "sujeito *agentivo*" e que, aparentemente, não manifestam nenhum complemento. Verbos como *correr*, *cantar*, *dançar*, *dormir* e *sonhar* são considerados os clássicos verbos *inergativo*s. Observe a sentença abaixo:

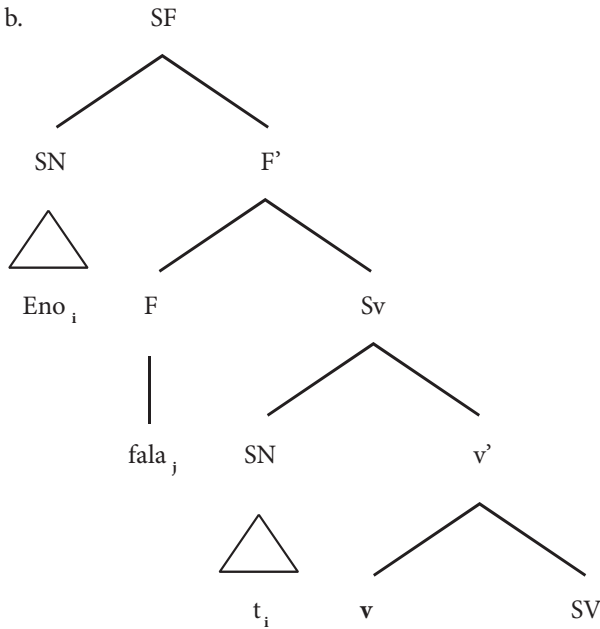
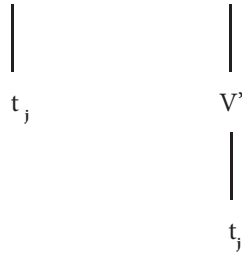
(35) a. Ana Maura dormiu

O verbo *dormir* (35) é um verbo *inergativo*. Trata-se de um *verbo leve* analisado como verbo com 'afixo' Ø- que desencadeia o movimento do núcleo de seu comple-

mento (SV) para que suas propriedades afixais sejam satisfeitas – ver estrutura (17). O movimento do verbo do núcleo de SV para o núcleo da categoria funcional Sv abre ainda espaço para a projeção de um SN do tipo 'Agente' na posição de especificador de Sv – no caso de (35), o SN *Ana Maura*.

Observe que, pela estrutura em (35b), verbos inergativos são tratados como 'transitivos': projetam um argumento externo com papel temático 'Agente'.

Baker (1988) e Hale & Keyser (1993) propuseram que verbos inergativos são formados pela incorporação de um complemento dentro de um verbo agentivo. Esses autores basearam-se em muitas línguas em que estes verbos são transitivos e manifestam um SN argumento interno com a mesma base morfológica e/ou semântica do verbo.

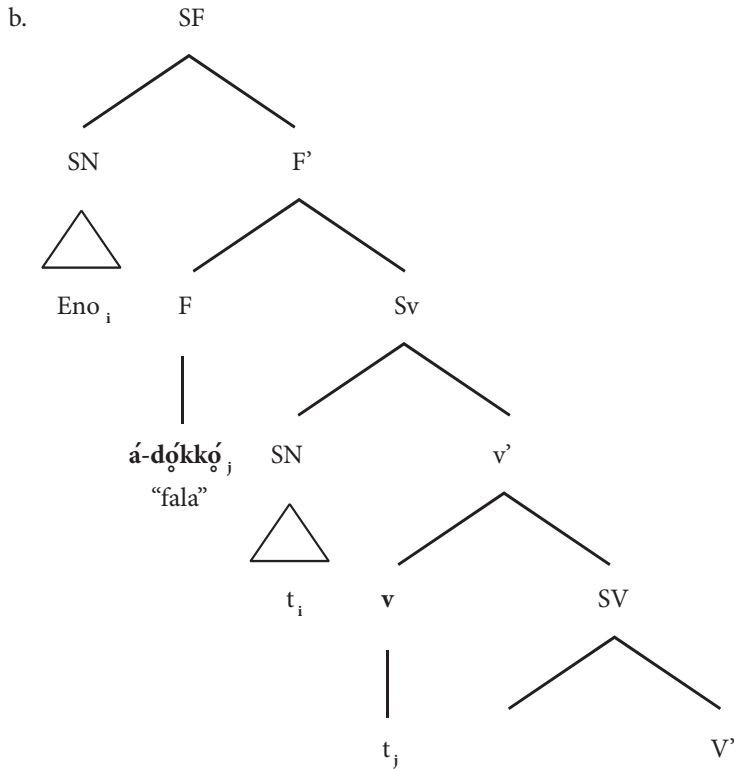
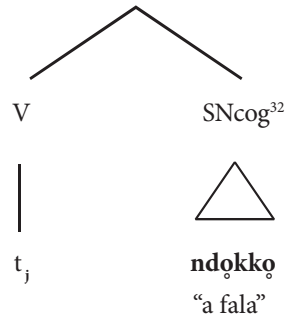
Observe, em (36) e (37), a comparação entre um típico verbo inergativo em português e seu similar transitivo em ibíbio[30]:

(36) a. Eno fala (alto) (muito) (pouco)

30. A língua ibíbio é falada no sudeste da Nigéria. O dado (38) em ibíbio é *dado de trabalho de campo* da autora deste livro.

(37) a. **Enọ á-dọ́kkọ́ ńdọ́kkọ́** [31]

Enọ á- dọ́kkọ́ ńdọ́kkọ́

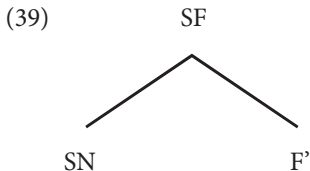
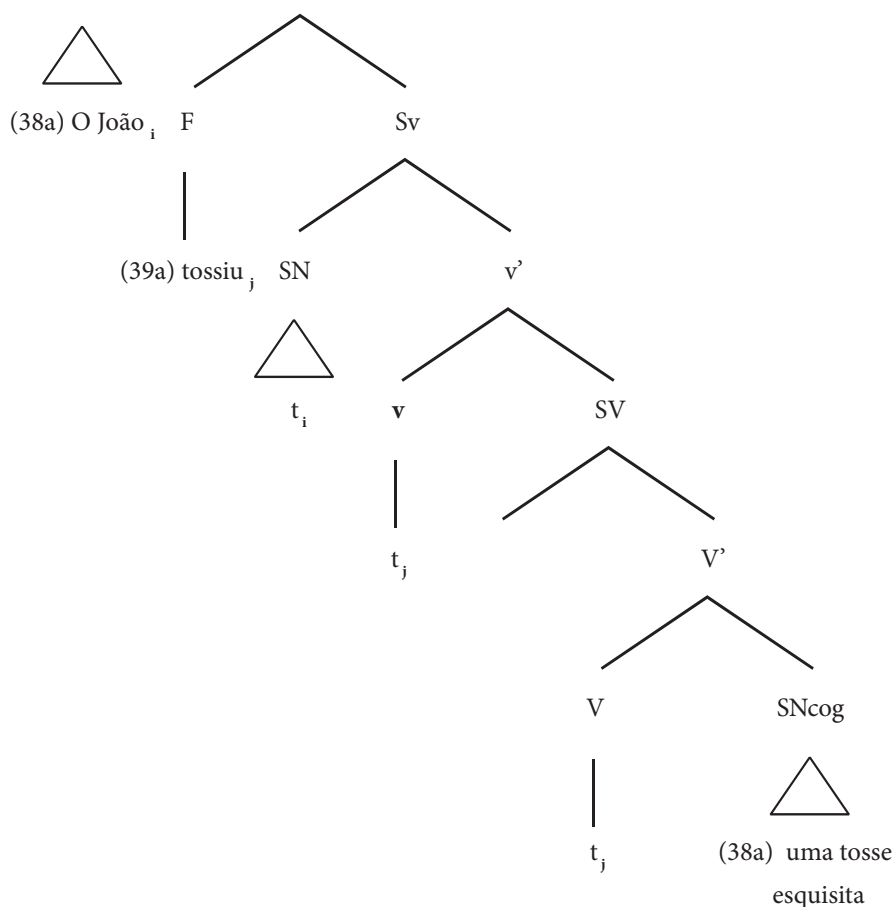
Eno 3sing/sujeito- falar fala

"Eno fala a fala/ Eno é falante"

b.

31. O dado, repetido na segunda linha visa a detalhar a *glosa*, apresentada na terceira linha. A glosa é a interpretação linguística dos morfemas nesta língua: **[3sing/suj]** significa a marca de concordância do verbo com o sujeito – 3ª. pessoa do singular. O diacrítico (´) significa tom alto.

Em português, o verbo *falar* é um exemplar de verbo inergativo: possui argumento externo ('Agente'/'Ator') e não manifesta argumento interno (36b). Em ibíbio, este mesmo verbo *falar* manifesta dois argumentos: um externo ('Agente') e um interno (uma nominalização) – ver (37b). A língua ibíbio apresenta vários exemplos de complementos subcategorizados por verbos que seriam "intransitivos" em português. Estes tipos de complementos verbais em línguas africanas, como se vê em (37) acima, são chamados de "bound-complements" por alguns africanistas e geralmente são derivados ou relacionados semanticamente ao verbo[33]. Logo, a língua ibíbio é um dos exemplares de línguas que corroboram análises como as de Baker (op. cit.) e Hale & Keyser (op. cit.): verbos inergativos são *transitivos escondidos*, resultado da incorporação de um SN complemento em um verbo agentivo.

No entanto, mesmo em português, é possível encontrar estrutura como a vista acima em ibíbio (37b). São os ditos verbos inergativos seguidos de "objetos cognatos" como se vêem em[34]:

(38) a. O João tossiu uma tosse esquisita
b. O João espirrou um espirro escandaloso
c. O João riu uma risada escandalosa

(39)

32. SNcog – Sintagma Nominal Cognato; este SN argumento interno do verbo possui a mesma base morfológica e/ou semântica do verbo.
33. Cf. Dickson (1995). "Bound-complements" – complementos atados/ ligados.
34. Cyrino, Pagotto & Nunes (a sair); dados (109a,b,c), renumerados. A estrutura em (40) é nossa.

Segundo Cyrino, Pagotto & Nunes (a sair: 32), o fato de o verbo leve ser o responsável pela atribuição de Caso acusativo, a estrutura Sv permite que um verbo inergativo tome um complemento. Este fato é exemplificado por meio da estrutura (39) em que o verbo *tossir* toma o objeto cognato "uma tosse esquisita" como complemento. No entanto, em nossa estrutura em (39) – e em (37b) – optamos por denominar o argumento interno do verbo inergativo de sintagma nominal cognato – [SNcog].

A razão de denominarmos o argumento interno do verbo inergativo de [SNcog] deve-se ao fato de que esses SNs não podem ocorrer em construções passivas. Atente para a tentativa de apassivação das sentenças (38) em[35]:

35. Sobre 'voz passiva', ver subseção (1.2.2.1.2.) neste capítulo.

(40) a. * Uma tosse esquisita foi tossida (pelo João)
b. * Um espirro escandaloso foi espirrado (pelo João)
c. * Uma risada escandalosa foi rida (pelo João)

Logo, apesar de o verbo inergativo ser tratado como verbo leve e permitir, portanto, um complemento, o complemento de um verbo inergativo não pode ser alçado para a posição de sujeito sentencial – possivelmente por este SN não ter atribuição de papel teta 'Tema'[36].

O teste sintático de 'apassivação' aplicado a SNs complementos internos de verbos inergativos aponta para o fato de que esses SNs não são 'argumentos internos plenos' como o são os SNs complementos de verbos transitivos; veja o exemplo do SN *pedra* em:

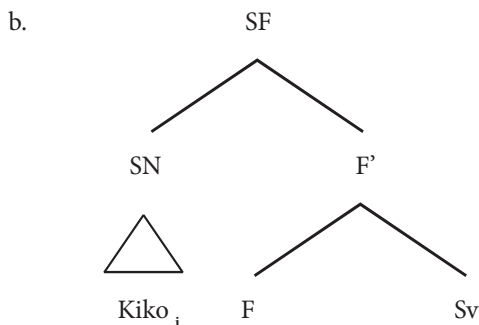
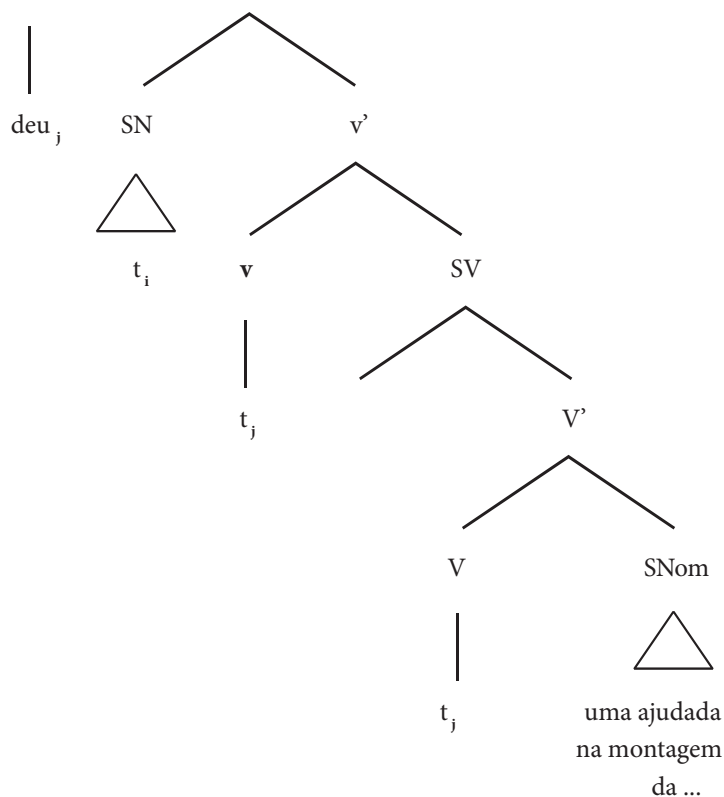
(41) a. João$_{AGENTE}$ atirou [SN$_{TEMA}$ a pedra]
b. [SN$_{TEMA}$ a pedra] foi atirada ($_{AGENTE}$ por João)

1.2.2. ***Construções CVLs***

Construções CVLs, como descritas em (1.1.3.1.), atestam um verbo leve seguido de nominalização. A nominalização que se segue a um verbo leve, nestas construções, apresenta características de predicador e não de argumento interno de um predicador.

A projeção de CVLs, que assumimos neste livro, é vista em[37]:

(42) a. Kiko deu [$_{SN}$ uma ajudada] [$_{SP}$ *na montagem da árvore de Natal*]

b.

36. A projeção de um SN cognato merece tratamento especial (e este vem sendo observado na literatura nos últimos anos). No entanto, dentro do escopo deste livro, apenas nos limitamos a descrever este SN complemento interno de verbo.
37. Ver nota (24).

c. * Uma ajudada na montagem da Árvore de Natal foi dada por Kiko

Em (42), vê-se um caso de verbo leve (*dar*) que toma um SN 'Agente' como argumento externo: *Kiko*. No entanto, o candidato a argumento interno do verbo leve não é um típico SN, mas sim uma nominalização: *uma ajudada (na ...).*

SNs nominalizados não são atestados em construções passivas – ver (42c) – o que corrobora o fato de que essas nominalizações não sejam analisadas como argumentos internos não preposicionados do verbo leve.

Logo, inserimos as CVLs na classe dos predicados monoargumentais.

1.2.3. *Inacusativos*

Verbos inacusativos assemelham-se a CVLs e a verbos inergativos por serem do tipo monoargumentais. No entanto, verbos inacusativos diferem-se dessas outras

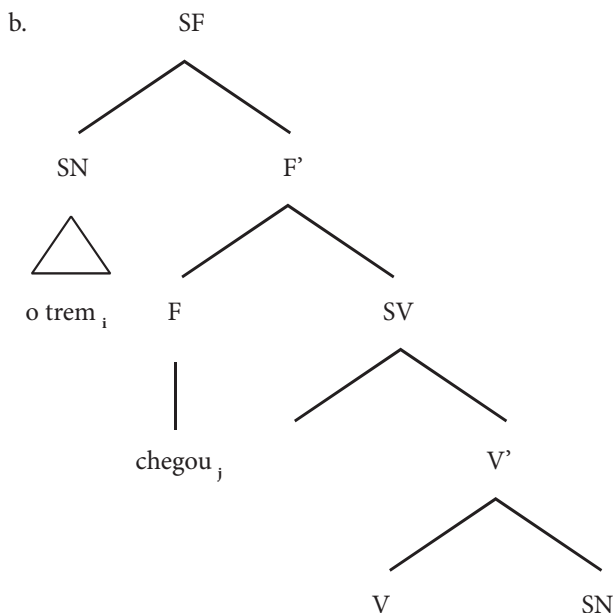
construções com relação ao tipo de argumento que apresentam. Enquanto verbos inergativos e CVLs atestam um único argumento – externo – de natureza semântica 'Agente', verbos inacusativos atestam um complemento sem marcação temática. Observe as sentenças abaixo:

(43) a. O trem chegou
b. Chegou o trem
c.* O trem foi chegado

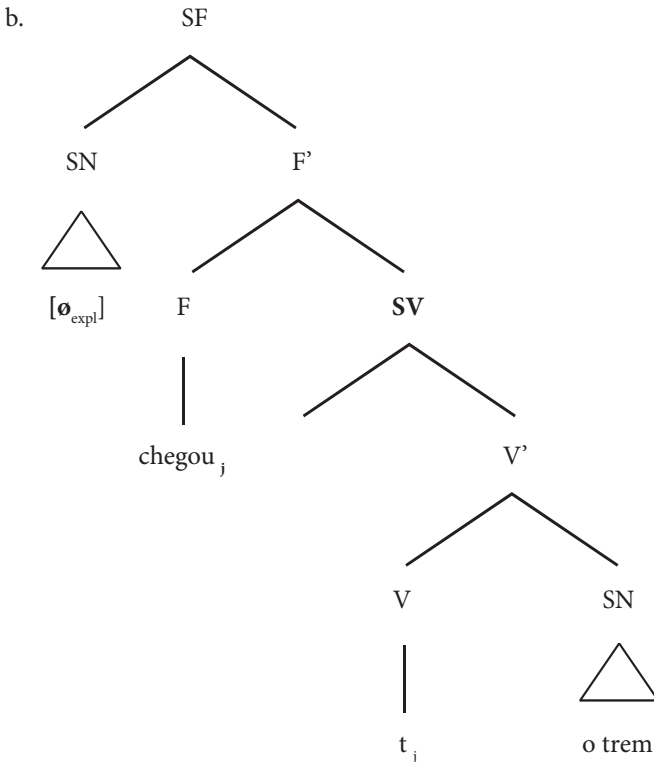
Diferentemente dos inergativos e das CVLs, verbos inacusativos, como *chegou* em (43a-c) – não projetam argumentos externos. Em outras palavras, o SN *o trem* (43) é projetado inicialmente no SV como complemento do verbo *chegar* – a ordem em (43b) atesta este fato. Observe, no entanto, que o argumento interno do verbo *chegar* – *trem* – não recebe atribuição de Caso acusativo não podendo, portanto, ser o sujeito em uma construção do tipo *apassivação* – ver (43c).

Veja a projeção da sentença (42a) renumerada em:

(44) a. O trem chegou

b.

Observe, pela estrutura em (44b), que verbos inacusativos não preenchem a posição [Spec, VP]. Em outras palavras, verbos inacusativos não projetam argumento externo do tipo 'Agente' e este fato é evidenciado pela projeção em (44b). Já que não projetam argumentos externos, verbos inacusativos não são do tipo *verbos leves*: não se movem para uma camada funcional Sv.

O português é uma língua de ordem S(ujeito) V(erbo). A aparente ordem V(erbo) S(ujeito) expressa em (43b), renumerada abaixo, corrobora o fato de que o SN *o trem* em (43b) não é o sujeito da sentença, mas o complemento interno do verbo inacusativo *chegou*:

(45) a. Chegou o trem

Observe que o sujeito da sentença em (45) é um sujeito nulo do tipo [**ø**$_{expl}$]; logo a ordem sentencial em (45) ainda é S(ujeito) V(erbo) – reveja a noção de sujeito no capítulo 3, subseção (2.2.1.1.).

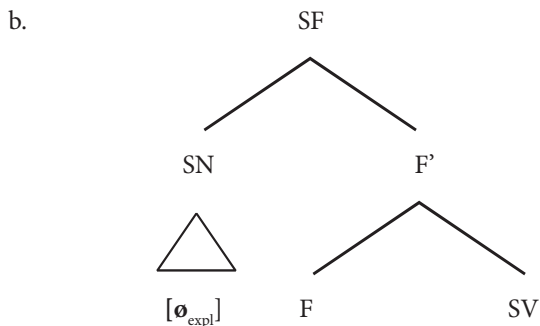
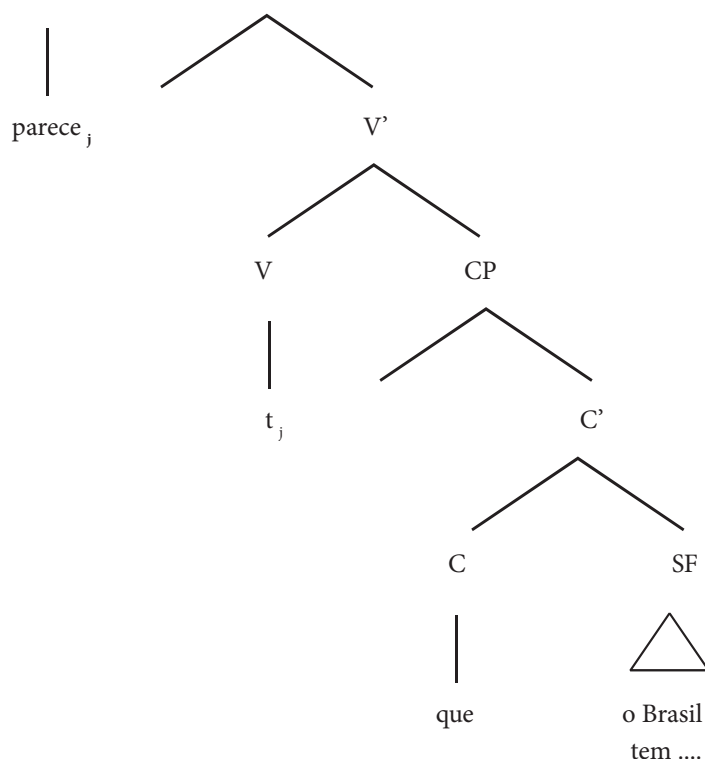
Do exposto acima, percebe-se que SNs ligados a predicações do tipo monoargumentais têm relações distintas com os verbos aos quais se ligam.

Em verbos inacusativos:

> *[...] se um DP [(sintagma nominal)] aparece na posição de sujeito de um verbo desta classe, este DP não é o argumento externo deste verbo. Vemos aqui a necessidade de reforçar a diferença entre ser sujeito da sentença e ser argumento externo do verbo. [...].*
>
> *Mioto et al. (2004)*[38]

É preciso ainda apontar outra característica importante de verbos inacusativos: verbos inacusativos não marcam Caso acusativo a seus SNs complementos internos. Este fato é corroborado pelas estruturas inacusativas – como se vêem em (44b/45b) – em que o verbo não se projeta em uma camada Sv. Note que é o v(ezinho) o atribuidor de Caso acusativo a um dado SN. Logo, há uma diferença entre ser argumento interno de um verbo e ser argumento interno de um verbo com marcação de Caso acusativo.

Observe novamente o dado (19a) e sua estrutura em (21) – capítulo 3 –, renumerados em:

(46) a. [**ø**$_{exp}$] Parece que o Brasil tem quinze ou dezoito impostos

38. Mioto et al. (2004, p.148; os parênteses são nossos).

Em (46), exemplifica-se um típico verbo inacusativo. *Parece* projeta um argumento interno do tipo sentencial: o sintagma complementizador (SC) *que o Brasil tem quinze ou dezoito impostos*; no entanto, dada a impossibilidade de *parece* atribuir Caso acusativo ao SC interno, este SC não é um objeto direto (do tipo sentencial)[39].

Verbos como *parece* (46) enquadram-se na chamada hipótese inacusativa. Logo o nome inacusativo *"[...] deriva da inabilidade de este tipo de verbo atribuir Caso acusativo, mesmo tendo um DP (SN) complemento [...]"* [40].

Chama-se a atenção para o seguinte fato: em português, toda sentença chamada de *subordinada substantiva subjetiva* é exemplo de argumento interno (sentencial)

---

39. Este SC não é tampouco um sujeito oracional como afirmam nossos compêndios gramaticais. O verbo *parece* não projeta uma camada Sv, logo o SC interno não 'nasce' como argumento externo do verbo – sobre este aspecto, rever subseção (2.2.1.1.1.) no capítulo 3.
40. Mioto et al. (2004, p.147-8); os parênteses são nossos.

de um verbo inacusativo da sentença matriz[41]. A fim de reiterarmos esta afirmação, observe as características de *sentenças subordinadas substantivas subjetivas*, dadas por Bechara (2006, p. 484):

> *"[...] A oração substantiva subjetiva apresenta as seguintes características: Estar o verbo da oração principal na 3ª. pessoa do singular e num destes quatro casos:*
>
> *a) verbo na voz reflexiva de sentido passivo:*
>
> *Sabe-se que tudo vai bem.*
>
> *b) verbo na voz passiva (ser, estar, ficar) seguidos de particípio:*
>
> *Ficou provado que estava inocente*
>
> *c) verbos ser, estar, ficar seguidos de substantivo ou adjetivo:*
>
> *É verdade que sairemos cedo.*
>
> *Foi bom que fugissem.*
>
> *Está claro que consentirei.*
>
> *Ficou claro que consentirei.*
>
> *Ficou certo que me telefonariam.*
>
> *d) verbo do tipo parece, consta, ocorre, urge, importa, convém, dói, punge, acontece:*
>
> *Parece que vai chover*
>
> *Urge que estudem.*
>
> *Cumpre que façamos com cuidado todos os exercícios.*
>
> *Acontece que todos já foram punidos."*

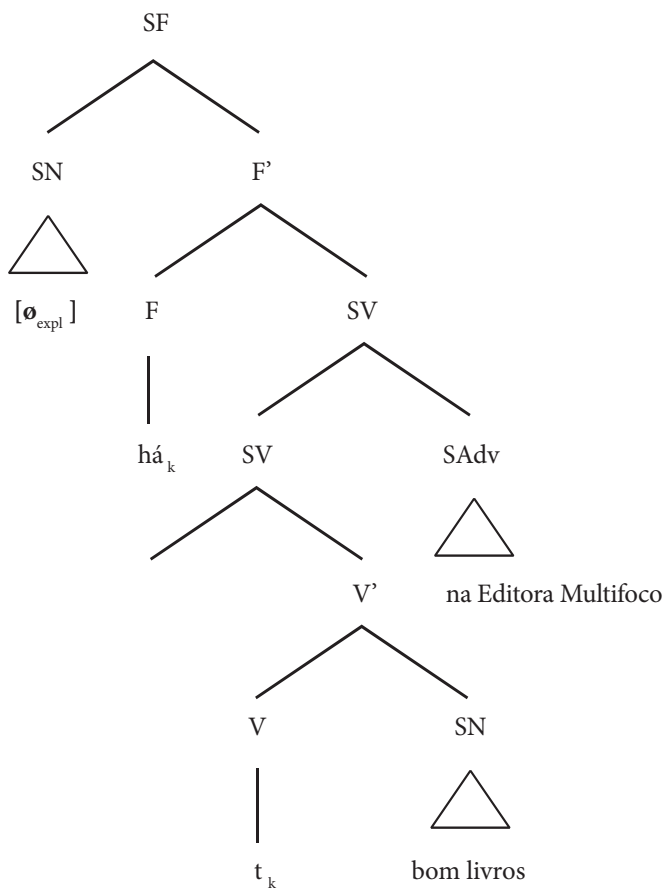
Note que, em todos os exemplos da citação acima – Bechara (op. cit.) – os verbos das sentenças matrizes são verbos do tipo inacusativo. As sentenças subordinadas a esses verbos não são geradas como seus argumentos externos, mas sim como seus argumentos internos.

Inserem-se na subclasse dos verbos monoargumentais inacusativos, o verbo *haver*, exprimindo 'existência' ou 'acontecimento'. Esse verbo é denominado de *verbo impessoal* pela tradição gramatical[42].

Observe o exemplo a seguir:

---

41. Ratificamos que ao dizermos "argumento interno" não estamos necessariamente dizendo que este complemento é o objeto direto da sentença.
42. Cf. Infante (1995: 354-355).

(47) a. Há bons livros na Editora Multifoco

A seguir detalhamos uma grande subclasse de verbos inacusativos: os chamados *verbos de alçamento*.

1.2.3.1. *Verbos de Alçamento*

A grande maioria das construções monoargumentais do tipo inacusativas ocorre dentro da subclasse dos *verbos de alçamento*: (i) verbos de ligação (copulativos) e (ii) verbos auxiliares.

> *Os verbos de alçamento vão, portanto, englobar os chamados verbos de ligação, como os exemplificados em (32), e também os verbos auxiliares, como os exemplificados*

em (33), já que eles não estão associados a papéis temáticos e seus sujeitos são argumentos do verbo "principal".

(32) a. *eu **sou** assim meio chata pra essas coisas né? (DID RJ 328)*

b. *eu acho que teatro **está** bem mais caro (DID SP 234)*

c. *tem muita gente que **fica** chateada ou pelo menos desapontada...né? (D2 SP 360)*

d. *sei lá **ando** muito cansada não tenho ido mais a teatro (DID SP 234)*

e. *ele **permanece** fiel a essa comunicação, mas utilizando as suas palavras, sem alterar o sentido (EF POA 278)*

(33) a. *nós estamos aqui para esclarecer as dúvidas que **vão** surgindo (EF POA 278)*

b. *agora na escola ele aprendeu rapidamente a ler...e começou a ler os livros que nós já **tínhamos** lido para ele (D2 SP 360)*

c. *quando nós falamos em instrumentos de avaliação nós logo **devemos** pensar que níveis de pensamento esses instrumentos estão nos permitindo avaliar (EF POA 278)*

d. *mas realmente a cadeia de supermercados aqui é de de de de de Recife provavelmente é superior a qualquer uma do país...isso vocês **podem** julgar lá vendo... (D2 REC 05)*

Cyrino, Pagotto & Nunes (a sair: 13).

1.2.3.1.1. *Verbos Copulativos (Verbos de Ligação)*

Em português, os verbos *ser*, *estar*, *permanecer*, *parecer* (e alguns outros, em condições especiais) são chamados de *verbos de ligação*. Verbos de ligação são *cópulas*, ou *verbos copulativos,* que unem dois sintagmas de natureza [+N] com função de sujeito e predicado em uma oração chamada de *pequena oração*[43]. Logo, verbos copulativos não são o centro da predicação nas sentenças em que estão inseridos e este fato foi bem capturado pela 'gramática tradicional' que denomina esses predicados de *predicados nominais*.

É importante notar que, em muitas línguas, a cópula (COP) pode não ser verbo, como se vê abaixo com um exemplo em *hauçá* (Nigéria)[44]:

---

43. Pequena oração é uma tradução do termo em inglês *Small Clause*.
44. Schachter (1985:55). Dados (166a-b), renumerados e traduzidos. Os negritos são nossos.

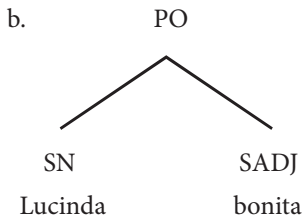
(48) a. Ita yarinya **ce**
ela garota COP
"ela é uma garota"

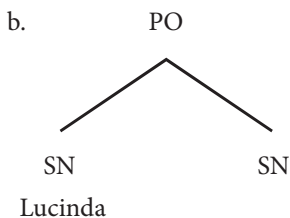
b. Shi yaro **ne**
ele garoto COP
"ele é um garoto"

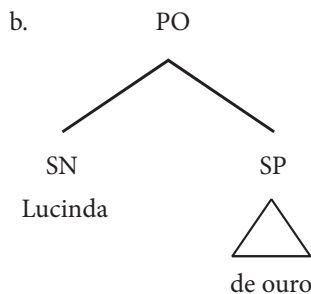
Em *hauçá*, o elemento copulativo não é um verbo, mas uma partícula funcional. '**Ce**' é a cópula usada com feminino singular e '**ne**' a usada em todos os outros casos[45].

As principais características de verbos copulativos, como as cópulas do português, são: (**i**) têm pouco significado independente; (**ii**) relacionam um *SN sujeito* a um *SADJ/ SN/SP predicado* – chamados de *predicativos* pela GT; (**iii**) os dois sintagmas de natureza [+N] (sujeito e predicado) formam uma predicação ou uma *pequena oração* – "small clause" (SC ou PO)[46]:

(49) a. Lucinda **é** bonita

b.

(50) a. Lucinda **é** uma gata

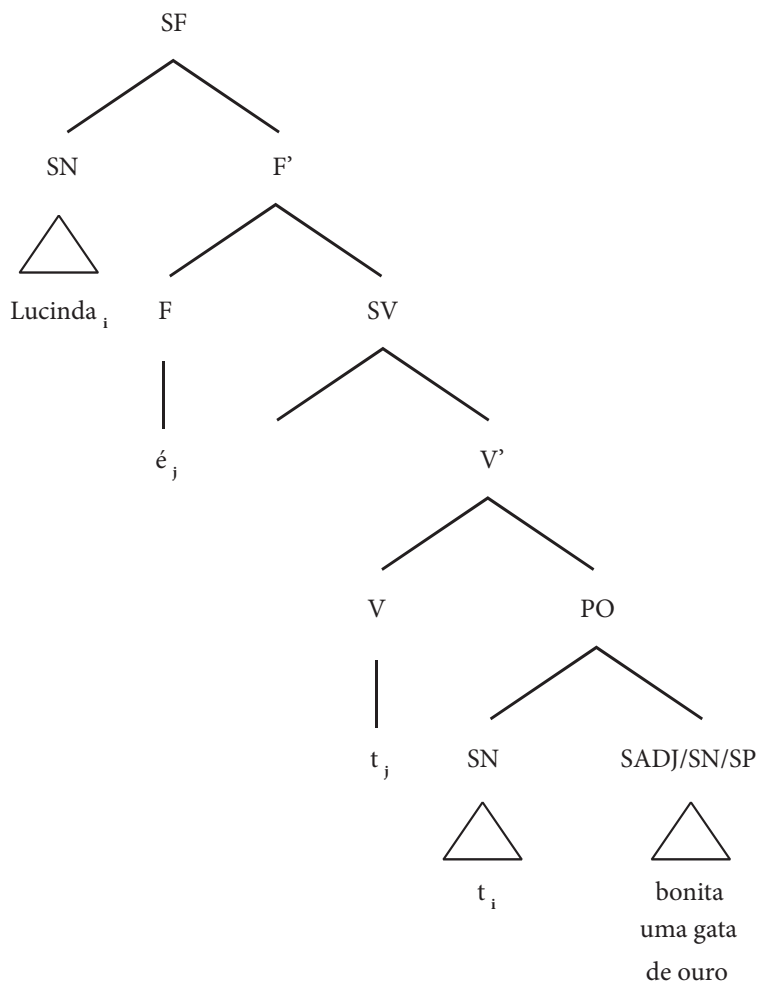
b.

45. Schachter (1985, p. 55).
46. Sobre "Pequena Oração", ver Mioto et al. (2004, p.156-158).

(51) a. A Lucinda **é** de ouro

Observe que os diagramas (49b-51b) – POs – representam o fato de que o SADJ *bonita* (49a), o SN *uma gata* (50a) e o SP *de ouro* (51a) são predicações que se fazem sobre o SN *Lucinda* (sujeito dessas predicações). Logo, PO é uma noção introduzida na teoria gramatical a fim de expressar uma predicação que se estabelece entre um constituinte que é sujeito e outro que é predicado sem que o núcleo dessa predicação seja um verbo. Note, no entanto, que a presença do verbo copulativo *ser* nas sentenças (49)-(51) não pode ser ignorada. Chamamos a atenção do leitor para o fato de que, nos gráficos em (49b-51b), a projeção sintagmática é PO e não SF (sintagma flexional).

Verbos copulativos (de ligação) como *ser* em (49a)-(51a) devem ser inseridos na classificação de verbos inacusativos que selecionam uma sentença (mas não do tipo Sintagma complementizador (SC) como visto em (46)). As sentenças que os verbos inacusativos copulativos selecionam são sentenças do tipo PO – pequena-oração ("small clause").

Observe o diagrama simplificado das sentenças (49)-(51) renumeradas:

(52) a. Lucinda **é** bonita
b. Lucinda **é** uma gata
c. Lucinda **é** de ouro

(53) a-b-c'.

Note que o SN sujeito do sintagma sentencial (SF) – *Lucinda* –, em (53a-c'), não foi gerado, nessas sentenças, como argumento externo do verbo *ser*. Como os demais verbos inacusativos, verbos copulativos não geram um argumento externo, mas sim um argumento interno; logo, verbos copulativos não são movidos para uma camada Sv.

O SN *Lucinda* (53a-c') é gerado dentro de uma PO que é o complemento do verbo *ser*. Na posição interna a uma PO, *Lucinda* (53a-c') não recebe marcação de *Caso acusativo* pelo verbo *ser*, por este ser inacusativo; o SN *Lucinda* (53a-c') é movido para a posição [Spec, IP] a fim de receber o *Caso nominativo* por meio da flexão ver-

bal. Em outras palavras, o SN *Lucinda* (53a-c') foi "alçado" para a posição de sujeito da sentença – posição [Spec, SF].

É preciso, no entanto, que o leitor esteja atento para o fato de que a estrutura PO, como apresentada nesta subseção, apresenta problemas quanto ao esquema X-Barra[47]. Voltaremos às projeções do tipo PO quando falarmos sobre o sintagma adjetivo no capítulo 6.

1.2.3.1.2. *Verbos Auxiliares*

Na subseção acima, vimos que os sujeitos manifestos em construções copulares são resultado da subida (alçamento) de um SN de dentro de uma predicação interna ao verbo. Outra subclasse típica de *verbos de alçamento* são os *verbos auxiliares*.

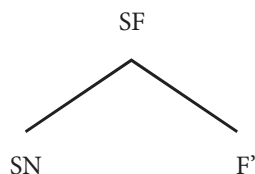
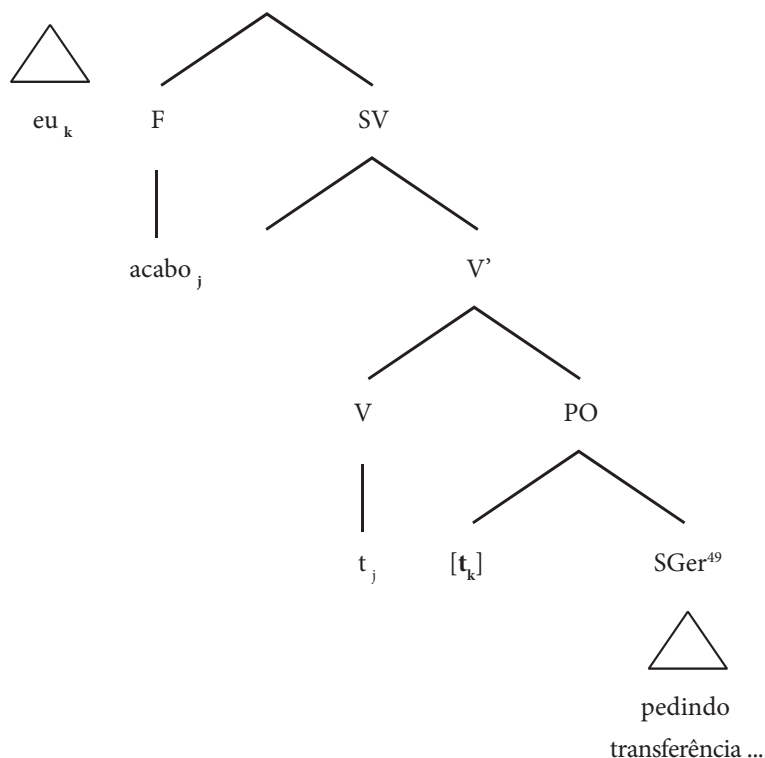
(54) Características de verbos auxiliares

(i) são verbos vazios de significado;

(ii) são verbos seguidos imediatamente por um verbo pleno em sua 'forma nominal': gerúndio, particípio ou infinitivo.

Observe a sentença abaixo com o verbo auxiliar *acabo*, seguida por seu respectivo esquema arbóreo[48]:

(55) a. eu se puder ainda **acabo** ca ...pedindo transferência pra Universidade *Federal do Paraná...* (D2 RJ 355)

b. [...] eu acabo pedindo transferência pra Universidade Federal do Paraná ...

47. Observe que POs, como apresentadas nos esquemas desta subseção, ferem X-Barra por não representarem uma estrutura sintagmática organizada a partir de um núcleo. "Qual seria o núcleo de um sintagma PO?"
48. Cyrino, Pagotto & Nunes (a sair: 14); exemplo (34a). A estrutura em (52b) é nossa.

O exemplo (55) apresenta uma construção de alçamento. O *verbo inacusativo auxiliar acabar (acabo)* (esvaziado de significado) apresenta um complemento do tipo PO "pequena oração". Observe que a PO organiza-se com um SN do tipo 'sujeito' – *eu* – e um predicado do tipo '*sentença reduzida de gerúndo*'[50]. O sujeito – *eu* – da PO é "alçado para a posição [Spec, SF] da sentença principal, que contém o verbo auxiliar *acabar*: *"eu acabo* ..."; nesta posição, há espaço para o alçamento do SN por ser uma posição apta para a marcação de Caso.

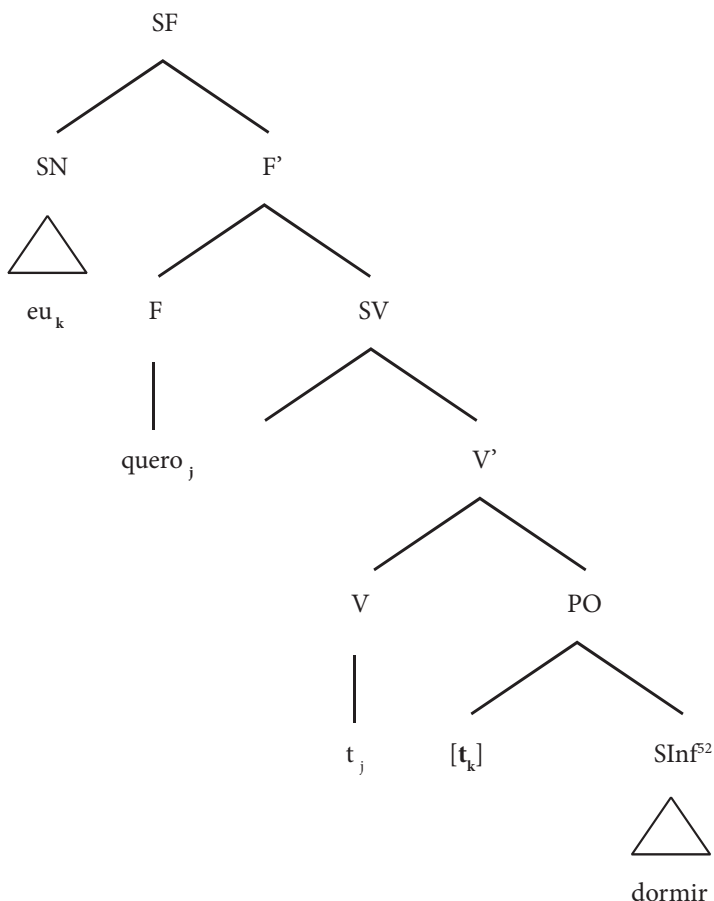
Note que estamos tomando o verbo *pedindo* (em sua forma no gerúndio) (55) como uma categoria do tipo [+N] e não [+V]. Por tratarmos *pedindo* como uma categoria [+N] é que podemos inseri-la em uma predicação do tipo PO.

Observe outro exemplo de estrutura de alçamento por meio de verbo auxiliar, seguido de verbo pleno em sua forma reduzida de infinitivo:

---

49. SGer – Sintagma Gerúndio (uma oração do tipo reduzida, no sentido da gramática tradicional).
50. A gramática tradicional chama esta oração de "oração subordinada reduzida de gerúndio".

(56) a. Eu quero dormir[51]

b.

Em (56), o verbo auxiliar (modal) *querer (quero)* apresenta um complemento oracional do tipo "oração reduzida" – sem conjunção e com o verbo em uma forma nominal do tipo infinitivo: "dormir"[53]. O sujeito da sentença reduzida *[eu]* em "*[eu] dormir*" será "alçado para a posição [Spec, SF] da sentença principal que contém o

51. *Quero* em *"eu quero dormir"* é um auxiliar do tipo 'modal'. Outro auxiliar deste tipo é *poder* em *"eu não posso dormir"*. Observe, no entanto, que *quero* pode ser um verbo pleno como se exemplifica em construções do tipo *eu quero chocolate*.

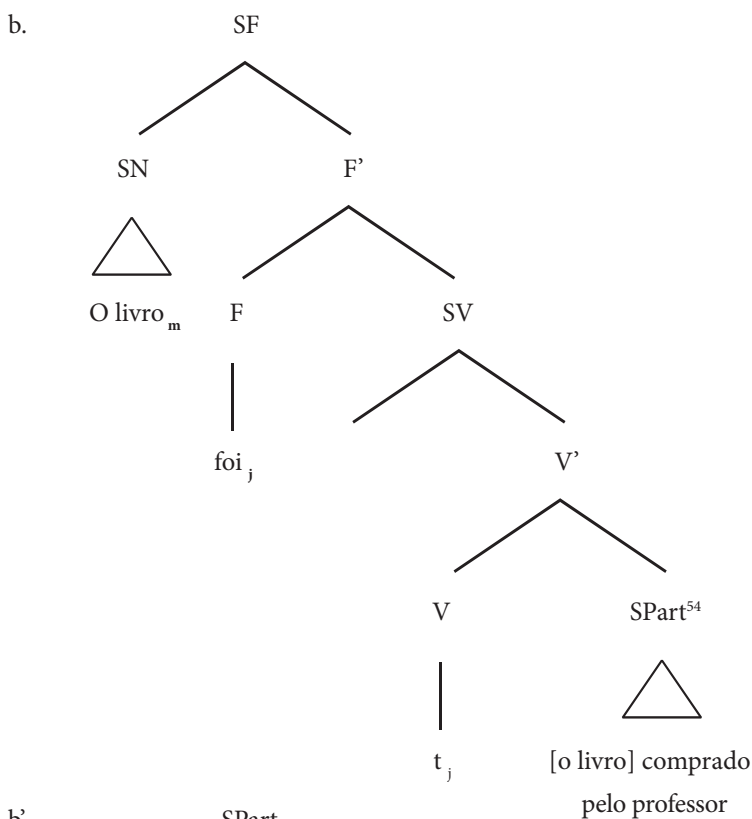
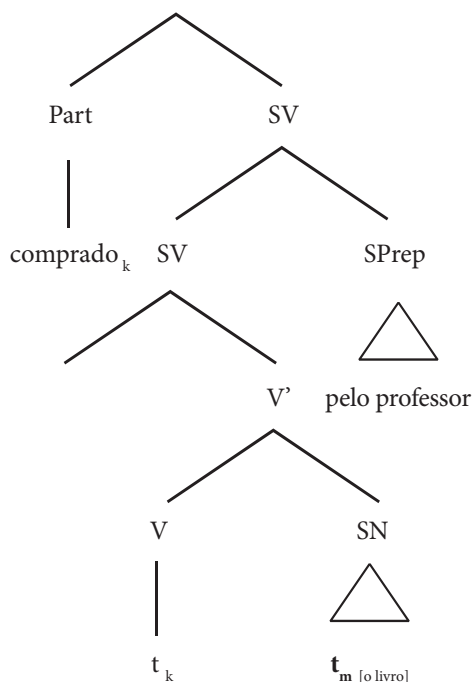
52. SGer – Sintagma Gerúndio (uma oração do tipo reduzida, no sentido da gramática tradicional).

53. A gramática tradicional chama esta oração de "oração subordinada reduzida de infinitivo".

verbo auxiliar: *"eu quero"*; nesta posição, há espaço para o alçamento do SN por ser uma posição apta para a marcação de Caso.

Note que estamos tomando o verbo *dormir* (em sua forma no infinitivo não flexionado) (56) como uma categoria do tipo [+N] e não [+V]. Por tratarmos *dormir* como uma categoria [+N] é que podemos inseri-la em uma predicação do tipo PO.

Ao tratarmos de verbos auxiliares, é preciso atentar para as *construções passivas*. Observe a sentença a seguir e sua representação arbórea:

(57) a. O livro foi comprado pelo professor

54. SPart – Sintagma Particípio (uma oração do tipo reduzida, no sentido da gramática tradicional).

A sentença (57) exemplifica uma construção de alçamento. O verbo auxiliar *ser (foi)* (esvaziado de significado) apresenta um complemento oracional do tipo "oração reduzida" – sem conjunção e com o verbo em uma forma nominal do tipo particípio: "comprado".

Note que, em (57b), o SN *o livro* é gerado dentro de uma sentença *particípio* (SPart) que funciona como argumento interno do verbo *ser* (*foi*) da sentença matriz. O verbo encaixado *comprar (comprado)*, como o auxiliar, é do tipo inacusativo, logo não assinala *Caso acusativo* para o SN *o livro*.

Como visto no início da subseção (1.2.3.), o SN interno a um verbo inacusativo pode ou não mover-se para a posição de sujeito de uma sentença – veja (43) renumerado:

(58) a. O trem chegou
b. Chegou o trem

Em (58a), o SN *o trem* sofreu movimento para a posição de sujeito sentencial.

Voltemos à estrutura passiva em (57).

De acordo com Cyrino, Pagotto & Nunes (a sair: 6):

> *[...] A distinção semântica mais fundamental entre ativas e passivas na verdade diz respeito ao argumento externo. Em construções ativas, o papel temático de agente é obrigatoriamente atribuído ao argumento externo; já em construções passivas, o papel temático de agente é opcional e, se presente, é realizado estruturalmente como um adjunto (o agente da passiva na terminologia tradicional). [...].*

Em (57) o SN *o livro*, argumento interno do verbo inacusativo *comprar* (*comprado*), move-se para a posição de sujeito do verbo auxiliar – movimento conhecido como 'alçamento'. Observe ainda que, em (57), [*o professor*] é o SN com papel teta 'Agente'; este SN é inserido na sentença passiva pelo SP [*pelo professor*], na posição de adjunto do verbo **comprado** – ver (57b').

A construção passiva realizada com verbo auxiliar e exemplificada em (57) é chamada de *passiva sintática* – cf. Duarte (2003b: 522-530).

(59) <u>Passiva Sintática</u> – uma construção *passiva sintática* é formada por verbo auxiliar mais verbo pleno em sua forma nominal conhecida como *particípio*. O verbo no particípio, em uma dada construção passiva sintática, tem uma forma alternante transitiva ou bitransitiva[55].

A característica de uma construção passiva sintática de atestar formas alternantes transitivas/bitransitivas pode ser vista em:

(60) a. Fernanda <u>comprou</u> duas botas na Feira da Ladra por 2 euros!
b. Duas botas foram <u>compradas</u> na Feira da Ladra (por Fernanda) (por 2 euros)!

(61) a. A amiga Dália <u>emprestou</u> a mesinha de computador para Márcia
b. A mesinha de computador foi <u>emprestada</u> para Márcia (pela amiga Dália)

Em (60b), (61b), os verbos *compradas/emprestada*, são formas alternantes das formas transitiva/bitransitiva, respectivamente, *comprar/emprestar* em (60a), (61a).

Similar às construções passivas sintáticas, estão as *passivas adjetivais*. As construções passivas adjetivais, tais como as sintáticas, são construções de alçamento.

55. cf. Duarte (2003b: 522-530).

(62) Passiva Adjetivas – uma construção *passiva adjetival* é formada por verbo copulativo mais verbo pleno em sua forma nominal conhecida como *particípio*. O verbo no particípio, em uma dada construção passiva sintática, tem uma forma alternante inacusativa[56].

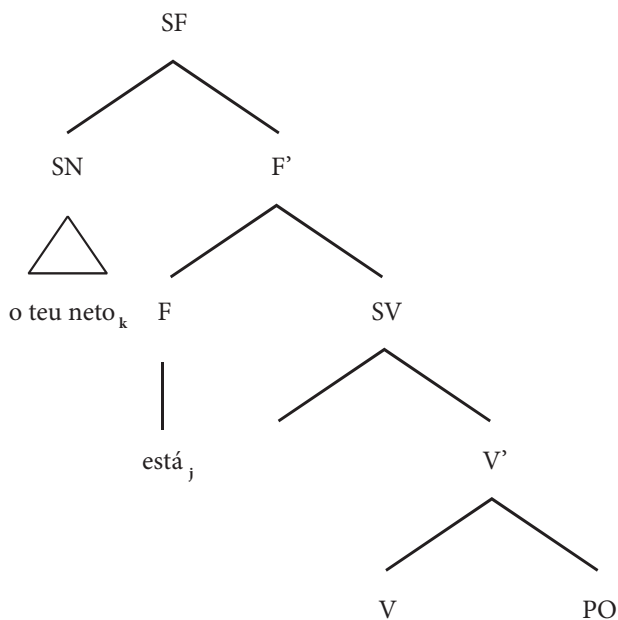
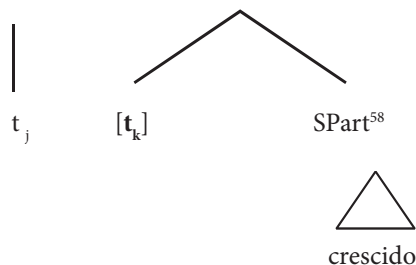
A característica de uma construção passiva adjetiva de atestar uma forma alternante inacusativa pode ser vista em:

(63) a. O neto de Evanilde cresceu bastante

b. O teu neto está (muito) crescido[57]

Em (63b), o verbo *crescido* é uma forma alternante da forma inacusativa *crescer (cresceu)* em (63a).

Neste livro, trataremos as estruturas das passivas adjetivais como estruturas similares a estruturas com verbos copulativos como se exemplifica abaixo por meio do dado (63b), renumerado:

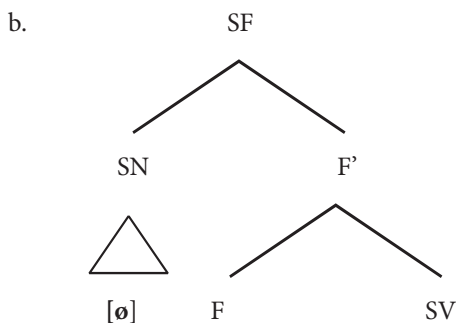
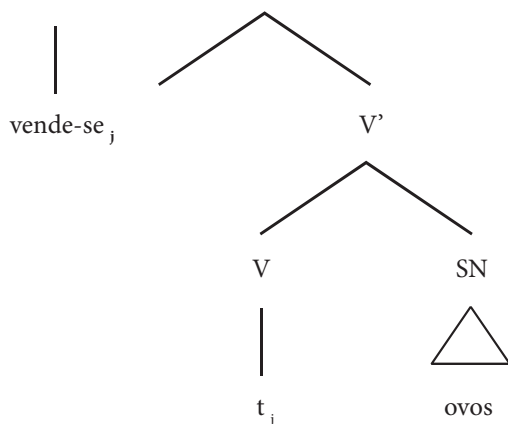
(64) a. O teu neto está (muito) crescido

56. cf. Duarte (2003b: 534).
57. Duarte (2003b: 535); dado (57)(a), renumerado.

Observe que, em (64), o SN o *teu neto* é alçado da posição de sujeito da PO para a posição de sujeito do verbo copulativo *estar (está)*.

Abrimos um parêntese nesta subseção, dedicada a construções inacusativas com verbos de alçamento, para exemplificar outro tipo de construção passiva, que no português brasileiro, não atesta alçamento. Trata-se da *passiva reflexiva* ou *passiva de –se*:

> *Paralelamente às passivas sintácticas [...] existem em português (e nas restantes línguas românicas)* passivas de –se*, a que a tradição gramatical tem chamado passivas pronominais ou passivas reflexas [...].*
>
> *Duarte (2003b: 531)*

Observe uma construção *passiva de –se* em:

(65) a. Vende-se ovos

b.

58. SPart – Sintagma Particípio. Seguimos Duarte (2003b: 535) que assume que os verbos que ocorrem nas passivas adjetivais são **verbos copulativos** e não verbos auxiliares.

A sentença em (65) aponta para um clássico dilema entre a gramática normativa e o português falado no Brasil. No português brasileiro, opta-se pelo uso do verbo no singular em construções *passivas –se*, como se vê em (65); isso se dá mesmo que o SN ligado ao verbo seguido de *–se* esteja no plural. De acordo com a gramática normativa, a construção em (65) deveria ser: *vendem-se ovos*. Isto porque a gramática normativa entende que *ovos* em (65) é o sujeito da sentença[59]. No entanto, *ovos*, na construção em (65), não pode ser classificado como o sujeito da sentença, mas sim o argumento interno do verbo *vender*. Em (65), o argumento do verbo inacusativo permanece em sua posição original – posposto ao verbo – e o sujeito da sentença é um SN nulo de natureza 3ª. pessoa do singular.

Logo, pela descrição acima, percebe-se que o uso brasileiro opta pela posição interna ao VP de SNs complementos em construções do tipo *passivas –se*. O sujeito da sentença, nessas construções é então um sujeito nulo.

Em português europeu, os SNs complementos de verbos inacusativos, em passivas *–se*, têm sua ordem preferencial antepostos ao verbo; ou seja, os SNs em passivas *–se* são preferencialmente "alçados" para a posição de sujeito da sentença, como se vêem em dados de Duarte (2003b: 531)[60]:

(66) a. Os artigos publicaram-se propositadamente no último número da revista
b. O canivete usou-se para cortar o pão

59. A gramática normativa, neste ponto, faz uma estreita relação (semântica) entre *passivas –se* com *passivas sintáticas*. Em *passivas sintáticas*, a sentença (65) seria *"ovos são vendidos"*.
60. Dados (44a-b), renumerados.

Do exposto acima, aponta-se a seguinte definição para *passivas –se* no português brasileiro:

(67) Passivas –se: uma construção *passiva -se* é formada por uma formal verbal inacusativa alternante de uma forma verbal transitiva, como *vender*. O verbo inacusativo, em uma passiva –se, atesta um amálgama com um pronome clítico *se* e é seguido por um complemento.

Na descrição acima, observa-se que, na estrutura em (65b), o índice (**j**), subscrito ao verbo *vende-se,* aponta para uma *cadeia*, ou seja, para um movimento de um núcleo de verbo para uma posição de núcleo da flexão; nesta posição ocorre um tipo de incorporação de núcleo de pronome (*se*): há um 'amálgama' de um conjunto morfológico verbo+flexão na posição I. Este pronome *se* é um equivalente ao SN 'Agente' que pode se manifestar-se como adjunto adverbial em construções de passivas sintáticas.

Ao término desta subseção que trata sobre verbos auxiliares, é importante atentar para o fato de que as *passivas sintáticas* operam restrições sobre os verbos com que podem ocorrer:

> *Nas passivas sintácticas apenas podem ocorrer formas participiais de verbos ditransitivos e transitivos. Como a agramaticalidade dos exemplos (33) mostra, não podem ocorrer em passivas sintácticas formas participiais de verbos inergativos (cf. (33a)), de verbos inacusativos (cf. (33b)) e de verbos que selecionam argumentos internos preposicionados (cf. (33c)) ou que assumem superficialmente uma forma preposicional (cf. (33d)):*
>
> *(33) (a) *O João foi tossido (pelo fumo).*
> *(b) *O telhado foi caído (pelo vendaval).*
> *(c) *O João foi telefonado (pelo Pedro).*
> *(d) *O espetáculo foi gostado (pelos críticos).*
>
> *Duarte (2003b: 529)*

Logo, as passivas sintáticas constituem um importante papel para a checagem de um verbo transitivo ou bitransitivo.

Verbos inacusativos, tratados nesta subseção, podem apresentar uma característica interessante: exibir uma variante causativa transitiva como se vê a seguir.

1.2.3.2. Verbos de Alternância Causativa

Verbos de alternância exibem duas variantes: uma exibe menos um argumento do que a outra. Nesta subseção, apontamos os verbos de alternância causativa[61].

Verbos tipicamente *causativos de mudança de estado* são os verbos que aceitam alternância causativa. Os verbos *abrir, afundar, aumentar, derreter, fechar, reprovar, terminar* exibem uma variante causativa transitiva e uma variante não causativa inacusativa – ver Duarte (2003b: 306).

Abaixo, veja um exemplo de alternância causativa:

(68) a. Joana *abriu* aquela porta – *variante transitiva*
b. Aquela porta *abriu* – *variante inacusativa*

Em (68a), o verbo *abrir* apresenta a variante transitiva, exibindo argumento externo 'Agente' e argumento interno 'Tema'. Diferentemente, o verbo *abrir* em (68b) exibe a variante inacusativa, atestando apenas um argumento interno.

Sobre *construções inacusativas*, ver sugestão de leitura em *Leituras complementares* (capítulo 4) – ao final deste livro.

1.3. Verbos sem Argumento

Nas seções (1.2.) e (1.3.) tratamos sobre os verbos com mais de um argumento e sobre os verbos monoargumentais. Nesta seção, abordamos sobre os verbos que não selecionam argumentos.

Verbos sem argumentos são tratados, pela gramática normativa, dentro da classe dos chamados verbos impessoais. Esses verbos são apontados como[62]:

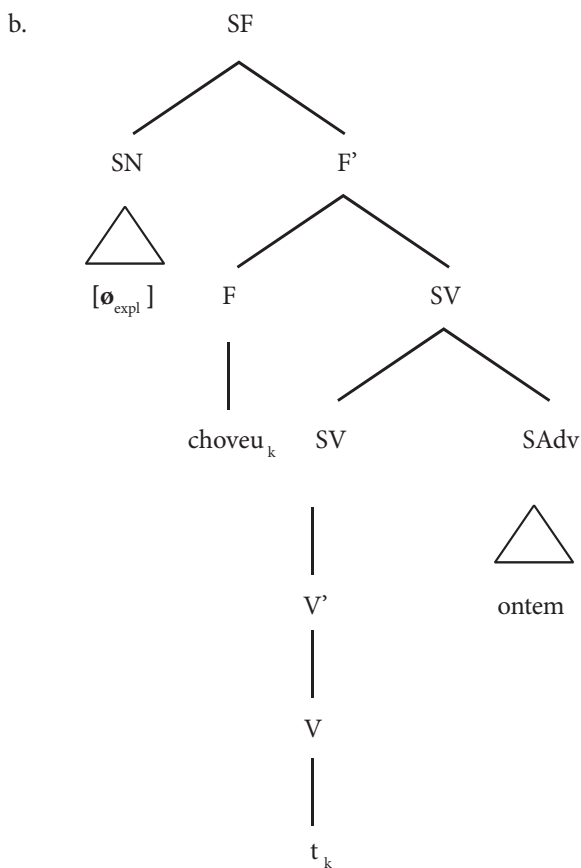
(i) verbos que exprimem fenômenos da natureza como *anoitecer*, *amanhecer*, etc[63];

(ii) os verbos *estar*, *fazer*, *haver* e *ser* quando se relacionam com tempo ou fenômeno natural – ex.: "Já é tarde"; "Há anos que estudo Lingüística".

61. Em Duarte (2003b: 306-308) vê-se ainda *verbos de alternância locativa.*
62. Cf. Infante (1995, p. 354-55).
63. Observe as palavras de Infante (1995: 354):
"Quando usados de forma figurada, esses verbos podem ter sujeito determinado: Choviam *papéis sobre a multidão alvoroçada."*

O verbo *haver*, exprimindo existência ou acontecimento, também é tratado como verbo impessoal pelos gramáticos, no entanto, como apontado em (1.2.3.), este verbo é um verbo monoargumental do tipo inacusativo.

Observe um exemplo de *verbo impessoal* com seu respectivo diagrama:

(69) a. Choveu ontem

Observe que um verbo sem argumento não abre espaço para projeção, nem de argumento externo, nem de argumento interno. Como não projeta argumento externo, este verbo não se move para o núcleo de uma camada funcional Sv, projetando-se apenas na camada SV. A posição de sujeito de verbos sem argumento, como *chover* em (69), é preenchida com um sujeito nulo do tipo expletivo.

Sobre *aspectos da predicação em português*, ver sugestão de leitura em *Leituras complementares* (capítulo 4) – ao final deste livro.

2. Considerações Finais

Neste capítulo atentamos para a classificação do verbo, centrada no conceito de predicação. Tomando como critério de análise da predicação a característica: "número de argumentos que um *predicador* requer", descrevemos os verbos com mais de um argumento, os verbos monoargumentais e os verbos sem argumentos.

A análise sintática dos verbos em português centrou-se na projeção dos verbos em torno de camadas. Dependendo do tipo de argumentos que tomam e ainda da informação de papel teta que cada verbo apresenta, relacionada a seus argumentos, o sintagma verbal poderá ser projetado: **(i)** por duas camadas – uma camada nucleada por um verbo semanticamente pleno (SV) e uma camada nucleada por um verbo leve (Sv); **(ii)** por uma camada nucleada por um verbo semanticamente pleno (SV).

No próximo capítulo enfatizamos o sintagma nominal – SN –, uma categoria lexical importante na composição do verbo e da sentença; apresentamos ainda considerações sobre a projeção funcional do SN, o sintagma determinante – SD.

Capítulo 5

Análise do sintagma nominal e do sintagma determinante: *As orações com função [+N]*

1. A Categoria 'Nome'

Neste livro, nossa ênfase recai sobre a predicação – ver capítulos 3 e 4 –, e neste capítulo, especificamente, tratamos sobre o *nome*, a categoria que se organiza como argumento de predicadores[1]. O termo *nome* é usado neste capítulo, e em todos os outros, no seu sentido tradicional, abrangendo a classe denominada pelos gramáticos de *substantivo*.

São três as categorias funcionais atestadas, morfologicamente, nas palavras [+N] – *nomes/ pronomes* – em nossa língua:

- em *nomes* e *pronomes* (1) *gênero*, (2) *número*
- em *pronomes pessoais* (3) *caso morfológico*

Abaixo, exemplificam-se as categorias *gênero* e *número*, marcadas a partir do núcleo da projeção do sintagma *menino*:

(1) a. [$_{SD}$ [$_{SN}$ O menino bonito]]
b. [$_{SD\ [SN}$ Os meninos bonitos]]
c. [$_{SD}$ [$_{SN}$ A menina bonita]]
d. [$_{SD}$ [$_{SN}$ As meninas bonitas]]

Tomando, em (1a), *menino* como a forma *default*, observam-se as raízes mais os afixos *menino(s)/a(s)* que referem-se às categorias funcionais *gênero* e *número*.

1. Os *nomes*, como argumentos, podem ser inseridos na predicação por meio de *preposições*. No entanto, a categoria *preposição* está fora do escopo deste capítulo.

Neste capítulo consideraremos a ocorrência sintática dos sintagmas nominais – SNs –, atentando para outras categorias que entram na composição deste sintagma como se vê acima por meio das palavras chamadas de: determinante (SD) e adjetivo (SAdj). As categorias SD e SAdj manifestam o fenômeno de concordância de *gênero* e *número* com o núcleo *nome*, como se vêem nos exemplos (1) por meio das palavras *o(s)/a(s)* (SD) e *bonito(s)/a(s)* (SAdj). O 'quantificador' (SQ) também atesta concordância de gênero e número com o nome – ver subseção (2.1.2.).

Antes de prosseguirmos, queremos esclarecer que, nas predicações em português, dois tipos de 'concordância' são atestadas: a concordância nominal e a verbal. A concordância nominal, exemplificada em (1) é chamada de *Concord (Conc)* pela literatura em língua inglesa; já a concordância verbal, que trataremos brevemente em (1.2.), é chamada, pela literatura em língua inglesa, de *Agreement (Agr)*.

A seguir, apresentamos duas grandes características que os *nomes* apresentam em sua relação com o elemento predicador em uma dada sentença: *caso* e *concordância – Agreement (Agr)*.

1.1. *Caso Morfológico*

Uma categoria gramatical importante atrelada a *nomes* nas línguas é o *caso morfológico*[2]. Em línguas que marcam *caso morfológico*, os nomes carregam as relações gramaticais/semânticas, que os ligam à predicação, explicitamente marcadas em sua morfologia. *Quechua, alemão*, *russo*, *latim*, *basco*, *finlandês, turco, bikol* são alguns exemplos de línguas que exibem um elaborado sistema de *caso*.

Línguas casuais podem atestar cerca de três a seis formas distintas (algumas vezes uma dúzia ou mais); trata-se de um interessante fenômeno de flexão nos *nomes* dessas línguas. Veja o exemplo abaixo em *bikol* (Filipinas)[3]:

(2) nag-ta'ó **'ang**-laláke **ning**-líbro **sa**-babáye
ACT- dar Nom-homem Ac-livro Dat-mulher[4]
"O homem deu um livro para a mulher"

2. No capítulo 3, subseção (2.2.1.), introduzimos a noção de *caso morfológico* com um exemplo da língua quechua – ver dado (8) naquele capítulo.
3. Givón (1984, p. 62); as glosas e a tradução livre do dado foram versificadas para o português.
4. Abreviaturas: *Ac* – caso acusativo (nome com função de objeto direto); *Nom* – caso nominativo (nome com função de sujeito); *Dat* – caso dativo (nome com função de objeto indireto). ACT (?) (não informado pelo autor).

Em (2), observam-se a marcação de caso morfológico em bikol: (i) nominativo – **'ang**-; (ii)acusativo – **ning**- ;(iii) dativo – **sa**-. O caso nessa língua é lexicalizado por meio de prefixos atados à raiz de nomes.

A marcação de caso morfológico não se dá nos *nomes* em português, mas os pronomes pessoais exibem o fenômeno, como se vê em:

(3) a. Eu fui ao Rio no mês passado
b. Meu irmão me levou à Rodoviária Novo Rio
c. Tia Aurea entregou as encomendas para mim

Em (3), o pronome pessoal 1S (1ª. pessoa do singular) manifesta os casos nominativo (sujeito) *eu* (3a), acusativo (objeto direto) *me* (3b) e dativo (objeto indireto) *mim* (3c).

A marcação de caso morfológico no sistema pronominal do português pode ser explicada como um 'resquício do sistema casual' do latim[5]. No entanto, um dos fatos importantes a ser dito sobre o português falado no Brasil (PB) é que a marcação de caso pronominal está em franco processo de desaparecimento. As marcações de caso no sistema de pronomes pessoais em PB vêm sendo substituídas pelas formas 'default nominativas'[6]. Veja os exemplos a seguir:

(4) a. _Você visitou seu irmão Marcelo no Rio?
a' _ Sim visitei **ø**/ _ Sim, eu visitei **ele** (PB)
b. _ Sim, visitei-o (PE)
b'_ Sim, eu o visitei (PB)

Em (4), percebe-se que o SN *Marcelo* ocorre como objeto direto da sentença. No português falado no Brasil – PB – ao se substituir um nome 'objeto direto' (como *Marcelo*) por um pronome, atesta-se a marcação de *caso default nominativo* como se vê em

5. O latim antigo e clássico atestava um rico sistema de caso morfológico: *nominativo, acusativo, dativo, vocativo, ablativo, genitivo* – ver Melasso (2008). Nas *línguas românicas/latinas* – um grupo de idiomas provenientes da evolução do latim (especificamente do latim vulgar, falado pelas classes populares) – a marcação de caso morfológico deixou de ocorrer nos nomes, mas permaneceu no sistema pronominal.

6. A expressão *default nominativa* (*caso default nominativo*) refere-se ao fato de que o caso nominativo, nas predicações em PB, tem sido o caso marcado nos pronomes pessoais, que vêm omitindo sistematicamente as outras marcações casuais como 'acusativo' e 'dativo'. Exemplos do PB popular são: (i) "Martinha vai ajudar **ele**, tá?" (ao invés de *"Martinha vai* ajudá-lo*")*; (ii) *"Não judia d'*eu*"* (ao invés de *"Não judia* de mim*"*).

(4a'): **ele**. O falante brasileiro mais escolarizado, a fim de evitar a marca de nominativo *ele*, ainda bem estigmatizada (como exemplificado em (4a')), opta por apresentar um objeto nulo, representado por **ø**. O pronome pessoal objeto com marcação de caso acusativo – como exemplificado em (4b) *visitei-**o*** – é parte da gramática do português europeu (PE), mas não da do brasileiro. Em PB, pronomes pessoais com marcação do tipo acusativa são atestados na modalidade da língua escrita; na língua falada, o caso acusativo é atestado entre falantes em uma enunciação extremamente formal, como se exemplifica em (4b'). No entanto, neste caso, ainda, é preciso atentar para a posição do clítico, que em PB, é preferencialmente proclítica – compare os dados (4b) e (4b').

Como já apontado nos capítulos 3 e 4 deste livro, advoga-se, em teoria da sintaxe, que todas as línguas marcam a categoria *Caso* a NPs inseridos em uma dada predicação. Logo, tanto línguas com *morfologia explícita de cas*o, como línguas com *caso morfológico do tipo nulo* atestam Caso (abstrato)[7].

A seguir, tratamos resumidamente de uma relação importante entre *nomes argumentos* do tipo 'sujeito' com o predicador verbal: a relação *Agreement (Agr)* – concordância verbal.

1.2. *'Agreement' (Concordância verbal)*

Chamamos de *Agreement (Agr)* uma marca morfológica expressa no verbo, manifestando concordância com um dos nomes/pronomes argumentos da predicação.

Em português, o verbo manifesta o fenômeno *Agreement (Agr)* com o argumento que ocupa a posição de sujeito da sentença; esse nome pode ser fonologicamente preenchido ou não.

Sobre a definição de sujeito que tomamos neste livro e ainda sobre o "P*arâmetro do Sujeito Nulo*" ver subseções (2.21.1.) e (2.2.1.1.1.), respectivamente, no capítulo 3.

Sobre a projeção de *Agreement (Agr)* na sentença, ver *"O Sintagma Flexional"* em (2.2.) no capítulo 3.

2. X-Barra e os Sintagmas Nominal e Determinante

Como vimos no capítulo 2, as categorias lexicais são definidas pela combinação de apenas dois traços distintivos: [+N] e [+V]. O *nome* (e o *pronome*) é a classe de palavra que carrega o traço [+N] por excelência; neste capítulo, além do sintagma nominal –

7. Ver subseções (2.2.1.) (2.2.2.) e (2.2.3.) no capítulo 3

projeção máxima de um nome, abordamos também uma outra categoria de natureza funcional que tem dominância sobre o SN: o sintagma determinante – SD.

2.1. *O Sintagma Nominal*

Ao iniciarmos nossas considerações sobre o sintagma nominal – SN/ NP –, vamos defini-lo por meio de suas propriedades de ocorrência sintática, ou seja, por meio de sua distribucionalidade.

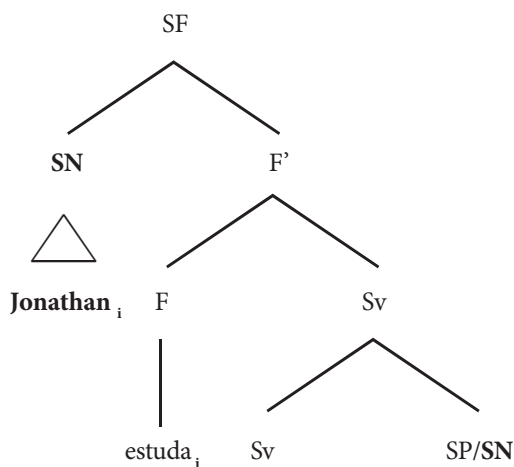
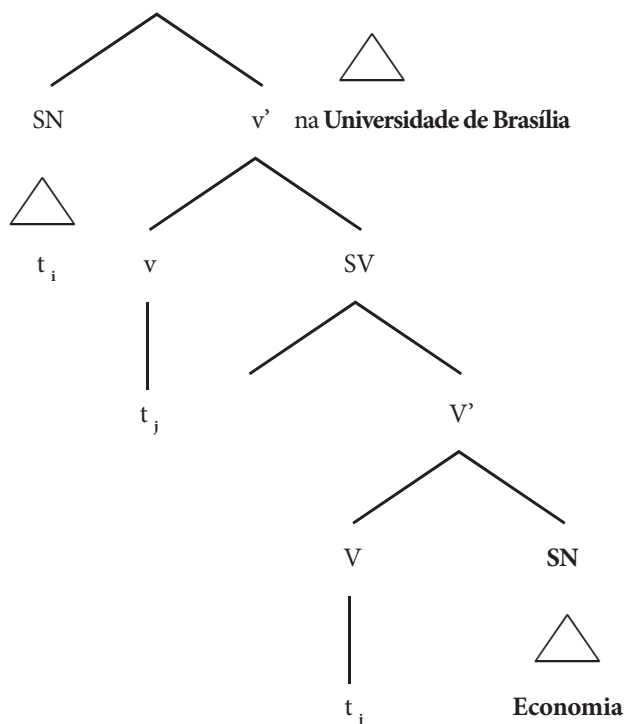
Chamamos de SN um sintagma cujo núcleo é uma categoria *nome* – substantivo ou pronome – que ocorre nas seguintes posições sintáticas:

(5)

1. argumento externo do verbo;
2. sujeito da sentença;
3. argumento interno do verbo;
4. objeto da sentença;
5. elemento regido por preposição;
6. elemento predicador em uma predicação sem verbo.

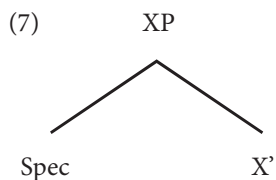
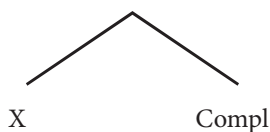
Na estrutura abaixo, exemplificam-se as posições (1-5) do SN apresentadas acima:

(6) a. Jonathan estuda Economia na Universidade de Brasília

b.

➧ SN *Jonathan* – gerado como argumento externo do verbo leve *estudar*; movido para a posição [Spec, SF] a fim de receber o Caso nominativo da flexão (sujeito). A cadeia [**Jonathan**$_i$, **t** $_i$] apresenta as duas posições do SN *Jonathan* – posições 1-2 apontadas em (5).

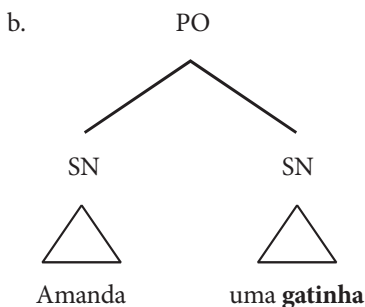
➧ SN *Economia* – gerado como argumento interno do verbo estudar; recebe Caso acusativo do verbo leve, assumindo a função de objeto da sentença – posições 3-4 apontadas em (4).

➧ SN *Universidade de Brasília* – gerado como complemento da preposição *em* – posição 5, apontada em (4).

Observe que o esquema (6b) demonstra que, como o verbo (e outras categorias), o SN segue o esquema X-Barra visto no capítulo 1, subseção (3.2.):

No entanto, em (6b), por questões de simplificação, por hora, apresentamos os SNs por meio de triangulações.

A seguir, exemplificamos o *nome* como núcleo de uma predicação – posição 6 apontada em (5):

(8) a. Amanda é <u>uma gatinha</u>

b.

No capítulo 4, subseção (1.2.3.1.1.), vimos que *nomes* com a função de núcleos de uma predicação (PO) – como *gatinha* em (7) – ocorrem em sentenças com verbos copulativos – intransitivos inacusativos. No entanto, na PO, nomes como *uma gatinha* (8b) são os predicados de uma predicação que se dá sem verbo.

2.1.1. *Sintagmas Nominais com Núcleos Pronominais Clíticos*

Em (1.1.) apresentamos o *caso morfológico* em português, marcado no sistema de pronomes pessoais da língua. Veja, abaixo, exemplos dos *casos nominativo*, *acusativo* (objetivo) e *dativo* (oblíquo) por meio do pronome pessoal 1S:

(9) a. <u>Eu</u> fui ao Rio no mês passado
b. Meu irmão <u>me</u> levou à Rodoviária
c. Helena entregou as encomendas para <u>mim</u>

Lobato (1986: 450) apresenta o que chama de *"indícios de caso no repertório dos pronomes (manifestos)"* como se vê abaixo em[8]:

(10)[9] **Indícios de caso morfológico no repertório dos pronomes (manifestos) em português**

Pessoa / Número	Caso Nominativo	Caso Objetivo	Caso Oblíquo
1S	eu	me	mim
1P	nós	nos	-
2S	tu	te	ti
2S	você	você	lhe
3S	ele/ela	o, a	lhe
3P	eles/elas	os, as	lhes

Em (11)-(13), apresentamos exemplo da tabela em (10) por meio da categoria pronominal pessoal 3P:

Caso morfológico *3P*: **eles/ os/ lhes**

(11) *Caso Nominativo: 3P 'eles'*

a. [$_{SN}$ Cecília e Jair] enviaram os livros aos amigos

b. [$_{SN}$ **Eles**] enviaram os livros aos amigos

(12) *Caso Acusativo (Objetivo): 3P 'os'*

a. Cecília e Jair enviaram [$_{SD}$ os [$_{SN}$ livros]] aos amigos

b. Cecília e Jair enviram-**nos**[10] aos amigos

(13) *Caso Dativo (Oblíquo)): 3P 'lhes'*

a. Cecília e Jair enviaram os livros [$_{SP}$ **a** [$_{SD}$ **os** [$_{SN}$ **amigos**]]]

b. Cecília e Jair enviaram-**lhes** os livros[11]

8. Diferentemente de Lobato (op. cit.), neste livro, o *caso morfológico* é escrito com letra minúscula. Reservaremos as letras maiúsculas para *Caso* quando nos referirmos ao *Caso abstrato*.
9. O 'desenho' da tabela e a disposição das colunas é uma readaptação do que se vê em Lobato (op. cit.).
10. Observe que o pronome acusativo é **os** e não **nos**. A forma **nos** é resultante da aplicação de uma regra ortográfica que obriga a inserção no fonema /n/ ao pronome acusativo **o** devido a sua proximidade com a consoante **m** que marca, na ortografia, a nasalidade da vogal /ã/.
11. Expressões como estas são hoje raras no português falado em muitas regiões brasileiras que apontam um decréscimo ou mesmo um não uso do *lhe* dativo. Sentenças como (13b) são então substituídas pela expressão

Chamamos a atenção do leitor para um fato importante: formas clíticas 'objetivas' de 1ª/2ª. pessoas *me/te/nos* marcam outras funções sintáticas além da marcação de objeto direto (clítico objetivo).

Veja o exemplo abaixo:

(14)a. Ela **me/te** viu – (*caso objetivo/ acusativo*)

Em (14), *me/te*, 1ª./2ª. pessoas/ caso objetivo, marcam os pronomes em posição de objeto. No entanto em:

(15) Ela **me/te** deu o livro – (forma objetiva/acusativa marcando *caso dativo*)

As formas *me/te* marcam pronomes que funcionam como dativo, mas que por razões morfossintáticas são explicitados na sentença pela marca morfofonológica 'objetivo'. Em outras palavras, mesmo exibindo a marca de clítico objetivo, os pronomes *me/te* em (15) não podem ser analisados como objeto direto da sentença, mas sim como objeto indireto.

Veja ainda outro exemplo de uma forma clítica nomeada como 'clítico objetivo' – *me* – sendo inserida em uma sentença sem objeto direto:

(16) Eu **me** acordei cedo[12]

Em (16), o clítico é parte da realização morfológica do verbo *acordar* e não complemento (objeto) deste verbo.

Observe, na citação abaixo, a observação de Freire (2005) que ratifica o que apontamos acima acerca das formas pronominais clíticas de primeira e de segunda pessoas:

*Quanto às formas pronominais átonas, no português padrão estabeleceu-se uma distinção entre a terceira pessoa e as demais. Na primeira e na segunda pessoas, os clíticos **me**, **te**, **nos** e **vos** desempenham as funções acusativa, dativa e reflexiva, enquanto há uma especialização na terceira pessoa: **o** e flexões para a função acusativa; **lhe** e flexão para a função dativa; **se** para a função reflexiva. Vejam-se os exemplos:*

similar: *"Cecília e Jair enviaram os livros para eles"*.

12. *Acordar* como verbo pronominal – *se acordar* – é parte da sintaxe de falantes do norte do Brasil. Ex.: falantes do Pará.

(35) A moça não me cumprimentou
A moça não te cumprimentou = *FUNÇÃO ACUSATIVA*
A moça não nos cumprimentou
A moça não vos cumprimentou

(36) Ninguém me emprestou o livro
Ninguém te emprestou o livro
Ninguém nos emprestou o livro = *FUNÇÃO DATIVA*
Ninguém vos emprestou o livro
Ninguém lhe emprestou o livro

(37) Eu me feri com a ferramenta
Tu te feriste com a ferramenta
Nós nos ferimos com a ferramenta = *FUNÇÃO REFLEXIVA*
Vós vos feristes com a ferramenta
Ele se feriu com a ferramenta

Freire (2005: 19)

Na citação acima, enfatiza-se o português 'padrão' escrito, o que se vê pela inserção da forma *vos*, já não mais atestada nem mesmo no português europeu.

Há ainda que se dizer que o português brasileiro vem atestando a não marcação do caso objetivo, que se vê no quadro em (10). Observe os exemplos (12a-b), renumerados abaixo, seguidos dos exemplos (c/c'):

(17) *Caso Acusativo (Objetivo): 3P 'os'*
a. Cecília e Jair enviaram [$_{SD}$ os [$_{SN}$ livros]] aos amigos
b. Cecília e Jair enviram-**nos** aos amigos
c. Cecília e Jair enviaram **ø** aos amigos
c'. Cecília e Jair enviaram **eles** aos amigos

Em (17b), o clítico *nos* é um exemplo típico da modalidade escrita; quando visto na fala, é exemplo de uma fala culta ou extremamente policiada (ex.: professores universitários, jornalistas). Como já apontado na nota 6, a forma nominativa tem sido a forma

default no português falado no Brasil que vem marcando esse caso nas aparições dos pronomes pessoais como se vê em (17c'). No entanto, uma recorrência grande em português do Brasil é o objeto nulo, como se vê em (17c). Uma das hipóteses de explicação do atestado número de ocorrências de casos de objeto nulo no português brasileiro é que os falantes que evitam o clítico objetivo, evitam também a sua substituição pela forma *default* nominativa, como (17c'), ainda muito estigmatizada na língua.

Sobre a forma *default* nominativa para casos de pronomes em posição de objeto – ver (17c') – Mattoso Câmara (1972) aborda o emprego do pronome *ele* (e suas variantes de feminino e plural) como um acusativo do PB. Embora o autor (op. cit.) afirme que esse uso consiste em um dos traços mais característicos de nossa língua, posiciona-se contrário a esse uso. Para Mattoso Câmara, trata-se de um "erro" visto na linguagem literária brasileira para a caracterização da "língua do povo", mas que consiste em um traço que se manifesta na linguagem oral em todos os níveis sociais. Convém ressaltar que este texto de Mattoso foi escrito em meados da década de 1950, quando não havia, no Brasil, muitos estudos linguísticos sobre o PB, principalmente sobre a questão do uso.

Ratificamos que, um fato importante atestado em PB no tocante ao marcador objetivo, mesmo na fala dos cultos, é a perda dos clíticos acusativos de terceira pessoa:

> *[...] Esse processo deu origem a uma extensão dos contextos em que o objeto nulo é aceito em português brasileiro quando comparado ao português europeu, (cf.* Raposo, *1986), bem como ao aparecimento de pronomes tônicos na posição de objeto direto, construção agramatical em português europeu.*
>
> *Como os estudos variacionistas [...] têm evidenciado, os clíticos acusativos de terceira pessoa não fazem parte do vernáculo [...] do português brasileiro. Ao contrário, o uso dessas formas está associado a aprendizado escolar, revela grau de instrução elevado e é identificado com língua escrita e estilo formal.*
>
> *Nunes (2007: 207)*

Sobre "Objeto Nulo e Clíticos", ver sugestão de leituras em *leituras complementares* – capítulo 5 – ao final deste livro.

Atente, a seguir, para o dado (13a-b), renumerado, com inserção da sentença (13c):

(18) *Caso Dativo (Oblíquo)): 3P 'lhes'*

a. Cecília e Jair enviaram os livros [$_{SP}$ **a** [$_{SD}$ **os** [$_{SN}$ **amigos**]]]

b. Cecília e Jair enviaram-**lhes** os livros[13]

c. Cecília e Jair enviaram os livros **para os amigos**

Como já apontado na nota 13, expressões como (18b), com a expressão do clítico dativo *lhe* são hoje raras no português falado em muitas regiões brasileiras. O brasileiro opta pela expressão preposicionada do dativo como se vê em (18c). Sobre a expressão do dativo em PB, voltaremos ao assunto no capítulo 6.

Dados como os que se vêem em (14) e (15) exemplificam o fenômeno de marcação de *caso morfológico* no sistema pronominal do português, caso típico das línguas românicas, que por conta deste fenômeno exibem um aspecto sintático conhecido como "clitização pronominal".

***2.1.1.1.** Clitização Pronominal no Português e nas Línguas Românicas*

As gramáticas normativas apresentam os clíticos como "pronomes oblíquos"/ "pronomes átonos" – cf. Bechara (2006, p. 173-181).

Vejamos uma definição linguística para a categoria pronominal 'clíticos' – Trask (1993)[14]:

> *Um item que exibe comportamento intermediário entre aquele de uma palavra e aquele de um afixo. Tipicamente, um clítico tem a forma fonológica de uma palavra separada, mas não pode receber acento e é obrigado a ocupar uma posição particular na sentença em que está fonologicamente atado a uma palavra adjacente a ele. Esta palavra recebe o nome de* palavra hóspede. *[...] Clíticos são, algumas vezes, divididos em* proclíticos*, que são atados a um hóspede que o segue [...], e em* enclíticos*, que são atados a um hóspede que o precede.*

A definição acima nos permite relembrar um tópico de nossas gramáticas chamado "colocação dos pronomes oblíquos átonos"/ "topologia pronominal".

Quanto à topologia pronominal, nossas gramáticas falam de *próclise*, de *ênclise* e ainda de *mesóclise*. Vejamos definições e exemplos a seguir retiradas de Nicola & Infante (1999)[15]:

---

13. Expressões como estas são hoje raras no português falado em muitas regiões brasileiras que apontam um decréscimo ou mesmo um não uso do *lhe* dativo. Sentenças como (13b) são então substituídas pela expressão similar: *"Cecília e Jair enviaram os livros para eles"*.

14. Trask (1993: 46-47); traduzido.

15. Nicola & Infante (1999: 206-207); exemplos (a), (b), (c), renumerados.

[(19)] ***Ênclise*** *– Ocorre quando o pronome átono está colocado depois do verbo que complementa. É, no português europeu, a colocação mais normal, como nos exemplos:*

*a. Disseram-**me** a verdade*
*b. Conheci-**os** há pouco*
*c. A rapariga sentou-**se** à mesa*

[(20)] ***Próclise*** *– Ocorre quando o pronome átono está colocado antes do verbo que complementa. É a tendência do português brasileiro.*

*a. Não **nos** disseram a verdade*
*b. A moça **se** penteou*
*c. Eu **te** prometo sinceridade absoluta*

[(21)] ***Mesóclise*** *– Ocorre com as formas verbais do futuro do presente e do futuro do pretérito, em que o pronome surge no interior do verbo:*

*a. Dir-**se**-ia que tal construção é desusada no Brasil*
*b. Contar-**me**-ão a verdade quando chegar lá*

Pela definição e exemplos de *mesóclise* oferecidos em (21), na citação acima, chamamos a atenção para os seguintes aspectos:

(i) o fenômeno descrito como *mesóclise* não é previsto linguisticamente. Em outras palavras, as descrições de línguas do mundo não atestam *clíticos* que aparecem em uma posição que divide a raiz de sua flexão em uma *palavra hóspede*, como apontado em (21a-b);

(ii) a colocação *mesoclítica* descrita em nossas gramáticas é clara ao enfatizar que pronomes clíticos em português só ocorrem atados a formas verbais no futuro do presente e do pretérito o que nos suscita a seguinte pergunta: "por que a posição mesoclítica só é atestada nestes tempos verbais"?

Embora a mesóclise esteja fora da gramática falada dos brasileiros, ela é ainda bem atestada na modalidade da língua escrita dos brasileiros. Nosso objetivo, portanto, é apontar para argumentações linguísticas claras que evidenciam que a posição *mesoclíti-*

ca do pronome átono em português não é um caso de colocação de pronome clítico no "interior do verbo" – pois como já apresentado, clíticos não têm a característica de se interporem entre a raiz/radical de uma palavra e seu(s) afixo(s).

Observe, a seguir, a forma:

(22) *Amar-**te**-ei*

Em (22) temos claramente três morfemas: (i) *amar,* (ii) ***te***, (iii) *-ei*. O morfema -**ei** é um "sufixo baú" que carrega as marcas de TEMPO, ASPECTO, MODO, PESSOA e NÚMERO do verbo *amar* (a raiz da palavra *amarei*); **te** é o pronome clítico acusativo (objetivo) – ver (10). O pronome clítico em português só ocorre nesta posição "medial" – entre a raiz do verbo e sua flexão – quando a flexão do verbo expressa *tempo futuro*. Este fato pode ser explicado por um processo de mudança linguística, descrito por Chagas (2002: 159):

> *O verbo* haver *também se gramaticalizou na formação do futuro do indicativo na România ocidental, o que abrange a Itália, a França e a Península Ibérica. Em vez da forma latina amábó do futuro do indicativo ("amarei"), gradativamente ganhou espaço nas línguas românicas uma locução formada do verbo habeo e do infinitivo do verbo principal. Surge então a forma amare habeo. Inicialmente tínhamos aí duas palavras, mas com o passar do tempo elas se transformaram em uma única palavra. Isso é o que ocorreu plenamente no francês, no espanhol e no italiano, em que os dois elementos se soldaram de forma indissolúvel, produzindo, respectivamente,* amerai, amare e ameró.

A partir da informação acima de que o *tempo futuro* em línguas românicas, historicamente, foi marcado por uma perífrase verbal (*verbo principal* + *haver flexionado no futuro*), vejamos um possível estágio do processo de marcação do tempo futuro em português por meio da expressão verbal vista em (22) – *amar-**te**-ei* – renumerada em:

(23) a. Amar-te-ei
b. Amar-**te** haverei
b'. Amar-**te**-ei

O objetivo, em (23) é atestar que, o que chamaríamos de *mesóclise* do clítico **te** em (23a) seria, historicamente, uma forma *enclítica*, atada ao verbo principal *amar*.

O verbo *haver* (auxiliar) carrega, neste momento da história das línguas românicas, as marcas de flexão do tempo futuro da perífrase verbal, como se vê em (23b). Um dos processos da mudança linguística foi a perda de material morfofonológico na palavra haverei como se vê em (23b').

Chagas (2002), ao descrever o processo de mudança linguística na marcação de futuro das línguas românicas ocidentais, o faz por meio da abordagem teórica conhecida como "gramaticalização". Segundo esta teoria, a mudança linguística pode ser explicada por uma gradação em que temos palavras independentes em um extremo da linha de um determinado tempo e morfemas flexionais em um outro extremo. Abaixo, em (24), um exemplo de gradação da mudança apontada em (23b)-(23b'), renumerados em:

(24) a.Amar-**te** haverei
a'. Amar-**te**-ei

(25) gradação (>) de gramaticalidade do futuro em português[16]:
- elemento com conteúdo *haver* >
- palavra gramatical *haver* >
- clítico **ei*[17]
- *afixo flexional -ei*

Em português, atestam-se duas formas de expressão do tempo futuro (na língua falada); essas formas coocorrem em variedades diferentes:

(26) a. <u>português europeu (PE)</u>: *Amar-**te**-ia*
b. <u>português brasileiro (PB)</u>: *eu vou **te** amar/ eu **te** amarei*

Em PE, a terminação –**ia** (26a) pode ser separada da raiz verbal por meio do clítico **te** "*[...] o que indica que lá esse processo de "soldagem" dos dois elementos ainda não está terminado [...]*"Chagas (2002, p. 159).

Em PB:

16. A "gradação" expressa em (25) é uma 'construção' da autora deste livro.
17. O asterisco antes da forma *__ei__ visa a indicar que tal palavra é uma proposta de reconstrução histórica. Esta é uma prática de linguistas da *linguística histórica*.

> *[...] Esse tipo de futuro tem uso muito restrito no vernáculo e praticamente já foi substituído pela forma perifrástica com o verbo ir como auxiliar, ou seja, formas como vou viajar são muito mais comuns do que viajarei.*
>
> *Chagas (2002: 159)*

Sobre *gramaticalização*, ver sugestão de leitura em *leituras complementares* – capítulo 5 – ao final deste livro.

2.1.1.2. *Sintagmas Nominais Clíticos e X-Barra*

A cliticização pronominal das línguas românicas apresenta uma mudança morfossintática significativa na expressão do sintagma nominal – SN. Veja o exemplo abaixo de Mioto et al. (2004)[18]:

(27) A Maria $\textbf{me}_i$ encontrou $\textbf{t}_i$ ontem

Em (27), o índice subscrito (**i**) aponta para uma *cadeia*, ou seja, para um movimento de um SN de uma posição de complemento do verbo para uma posição de núcleo da flexão. Em outras palavras: o verbo *encontrar* (27) exige um argumento interno de natureza pronominal 1S. No entanto, devido às características morfofonológicas e sintáticas da categoria 1S – clítico **me** – ocorre um tipo de incorporação de núcleo: *"[...] o clítico vai se amalgamar ao conjunto morfológico verbo+flexão na posição I (núcleo de IP – sintagma flexional (SF))."*[19]

Logo, *SNs pronomes clíticos* ocasionam sensíveis modificações na estrutura sintática em que se inserem; encerramos esta subseção com as palavras de Mioto et al (2004)[20]:

> *Não entraremos aqui na formulação exata do que está acontecendo com estes elementos (pois este é um curso introdutório), que saem da posição de complemento de V, uma posição de projeção máxima, e chegam a uma posição de núcleo, como I (F(lexão)). Salientaremos somente que esta propriedade – a de começar a sua história como XP e de terminar como X – que torna os clíticos os elementos especiais que eles são, e que nos faz reservar tratamento especial e muita literatura para eles.*

18. Mioto et. al. (2004, p. 254, exemplo (7a), renumerado.)
19. Ibid. Os parênteses são nossos.
20. Ibid. Os parênteses são nossos.

Sobre *teoria do movimento,* ver sugestão de leitura em *leituras complementares* – capítulo 5 – ao final deste livro.

***2.1.2.** O Sintagma Nominal Maximamente Estendido*

Lemle (1984: 97-99), Lobato (1986: 119-121) e Perini (1989: 155) descrevem um conjunto de categorias gramaticais que entram na composição sintagmática dos *nomes* possibilitando sua expansão. Logo, os autores (op. cit.) denominam de *SN maximamente estendido/ SN máximo/ SN expandido* o conjunto dessas categorias, mais a categoria *nome*.

Observe um exemplo de *SN expandido* oferecido por Perini (op. cit.)[21]:

(28) todos os meus muitos valentes <u>amigos</u> alagoanos

Em (28), percebe-se que, ao redor do núcleo [$_{SN}$ *amigos*], agregam-se várias categorias de comportamento sintático diverso como apontadas em:

(29) a. todos
b. os
c. meus
d. muitos
e. valentes
f. alagoanos

A afirmação de que os termos agregados ao redor do núcleo [$_{SN}$ a*migos*] em (29) têm comportamento sintático diverso é ratificada pela distribuição desses elementos em torno do *nome*: a maioria apresenta uma posição rigidamente determinada dentro da sequência do SN. Perini (1984) nos fornece uma boa exemplificação[22]:

(30) a. *meus os <u>amigos</u> alagoanos
b. * os meus alagoanos <u>amigos</u>
c. * meus <u>amigos</u> alagoanos, etc.

21. Perini (1984, p. 148, dado (5), renumerado). O grifo é nosso.
22. Perini (1984: 148); dados (3)- (4), renumerados. Os grifos são nossos.

Por outro lado, em certos casos a transposição é possível, como em:

(31) a. todos os meus amigos
b. os meus amigos todos

Lemle (1984) cria um exemplo de SN maximamente estendido[23]:

(32) Todos aqueles meus outros dez primeiros estranhos poemas

O objetivo de Lemle (op. cit.) ao criar o *SN máximo* apontado em (32) é, segundo a autora, apresentar as sete posições pré-nominais possíveis de serem preenchidas, como se vêem abaixo:

(33) [24]

1 TODOS	2 AQUELES	3 MEUS	4 OUTROS	5 DEZ	6 PRIMEIROS	7 ESTRANHOS POEMAS
ambos	este(s)	teu(s)	mesmo(s)	um	segundo(s)	
	esse	seu		dois	terceiro	
	o	nosso		.	.	
	um	vosso		.	.	
	algum			.	.	
	nenhum			vário		
	cada			diverso		
				muito		
				pouco		

Lemle (1998: 98) chama a atenção para a nomenclatura gramatical tradicional atribuída às categorias em (33), argumentando sobre sua inadequação. Segundo a autora (op. cit.) a gramática tradicional: **(i)** reúne sobre uma mesma nomenclatura categorias distribucionalmente distintas; **(ii)** separa em categorias distintas elementos distribucionalmente idênticos. Abaixo, em (34)-(35), resumimos a argumentação apresentada em Lemle (1984: 98):

(34) *Categorias distribucionalmente distintas tratadas pela mesma nomenclatura*

23. Lemle (1984: 98); exemplo (146). Dado renumerado e adaptado; o grifo é nosso.
24. Lemle (1984: 98; (146)).

Categorias que se distribuem por quatro posições em (33) – **1** (*todos*), **2** (*algum*), **4** (*outros*) e **5** (*vário*) – são todas chamadas de pronomes indefinido pelos gramáticos.

(35) *Categorias distribucionalmente idênticas tratadas por nomenclaturas distintas*

a. Na posição **2** em (33), ocorrem termos tradicionalmente classificados em três classes de palavras distintas, segundo a gramática tradicional: (i) artigos (*o, um*), (ii) pronomes demonstrativos (*aqueles, estes, esse*), (iii) pronomes indefinidos (*algum, nenhum, cada*).

b. Na posição **5** em (33), ocorrem termos tradicionalmente classificados em duas classes de palavras distintas, segundo a gramática tradicional: (i) numerais cardinais (*dez, um, dois*), pronomes indefinidos (*vário, diverso, muito, pouco*).

Chamamos a atenção do leitor para a nomenclatura pronome indefinido usada pela gramática tradicional e apontada em (34) e (35a-b) acima. Segundo a gramática tradicional:

> *Os pronomes indefinidos referem-se à terceira pessoa do discurso de forma vaga, imprecisa ou genérica. [...] formam um grupo bastante numeroso. Alguns são variáveis, outros, invariáveis.*
>
> *Pasquale & Ulisses (2003: 288)*

Atente que a definição acima não pode ser dita científica, pois não apresenta *caráter explícito*: é imprecisa e não coerente. Imprecisa, por apresentar expressões como *forma vaga*, *grupo bastante numeroso*. Não é coerente, pois não atenta para o caráter sintático (distribucional) desses elementos, como apontado em (34)-(35)[25].

Segundo Lemle (1984: 97-99), Lobato (1986: 119-121) e Perini (1989: 155), as diversas categorias que organizam o *SN estendido,* como visto em (33), podem ser categorizadas em três classes sintagmáticas:

(36) a. **Sintagma Adjetivo – SAdj**:

> *[...] as colunas de 3 a 7 do sintagma nominal [(em (33))] são posicionalmente intercambiáveis com os adjetivos, tanto quanto antepostos, quanto quando pospostos ao nome. A conclusão a*

25. Sobre o *Caráter Explícito da Linguística,* ver Capítulo 2, subseção (1.1).

que esta verificação nos leva é simplesmente a de que esses elementos devem ser considerados adjetivos. Como adjetivos podem vir numerosos deles enfileirados.

Lemle (1984)[26]

b. **Sintagma Quantificador – SQ**:

[...]os elementos da coluna 1 [(em (33))], todos e ambos serão chamados de quantificadores.

Lemle (1984)[27]

c. **Sintagma Determinte – SD**:

[...]os elementos da coluna 2 [(em (33))], ou seja, os artigos definidos, os artigos indefinidos, os demonstrativos e os indefinidos nenhum, algum, certo e cada. [...]

Lemle (1984)[28]

Voltaremos aos elementos das colunas **1**, **3-7**, em (33), em capítulos específicos. Neste capítulo, a categoria que enfocamos, relacionada ao chamado *SN estendido*, é o sintagma determinante – SD, expresso pelas palavras da coluna **2** em (33).

2.2. *O Sintagma Determinante*

Na subseção (2.1.2.) tratamos do *SN estendido*, descrevendo categorias que se organizam em torno do núcleo *nome*: uma delas é o determinante. Nesta subseção, enfocamos o sintagma determinante – SD.

O SD é um sintagma projetado a partir do núcleo determinante. Em português, como visto em (36c), chamamos de *determinantes* as seguintes classes de palavras e itens lexicais:

(37) a. **artigos** – *o(s), a(s), um(uns), uma(s)*

26. Lemle (1984:99). Os parênteses são nossos; os grifos são nossos.
27. Ibid. Os parênteses são nossos; os grifos são nossos.
28. Ibid. Os parênteses são nossos; os grifos são nossos.

b. **pronomes demonstrativos adjetivos**[29]– *aquele(a)(s), esse(a)(s), estes(a)(s)*

c. **pronomes indefinidos adjetivos** – *nenhum, algum, certo e cada.*

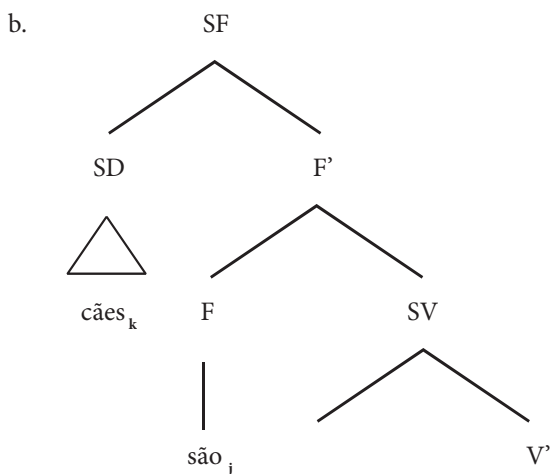
O SD é um sintagma de natureza funcional, diferentemente do SN, que é um sintagma lexical. Segundo Mioto et al. (2004)[30]:

> *[...]O DP (SD) domina o NP (SN) atuando sobre ele de modo paralelo ao que faz o IP (SF) com o VP (SV): O DP constrói a referencialidade do NP (SN), conferindo-lhe estatuto de argumento. Esta é a razão pela qual chamamos os argumentos de DP (SD) em vez de NP (SN). A categoria lexical NP (SN) é dominada por uma categoria funcional DP (SD) de modo paralelo à categoria VP (SV), que é dominada por IP (SF). [...]*

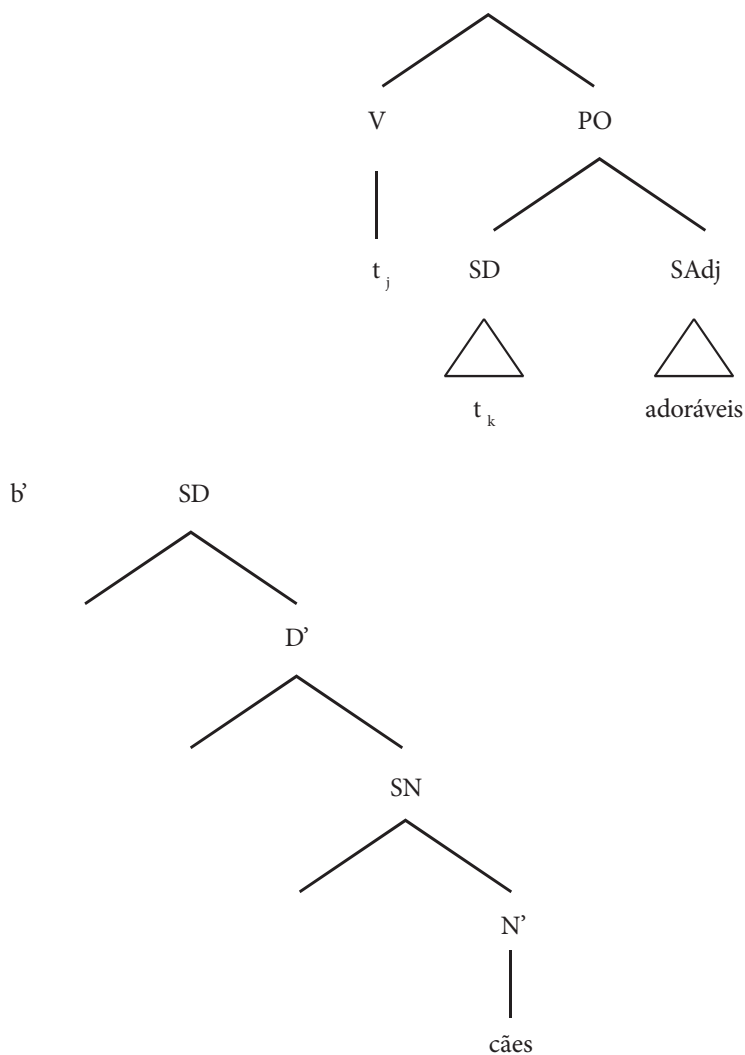
Em P&P, mesmo em SNs que são projeção de nomes nus, postula-se um determinante do tipo nulo.

Abaixo, apresentamos um SDs, inseridos dentro do esquema X-Barra[31]:

(38) a. Cães são adoráveis

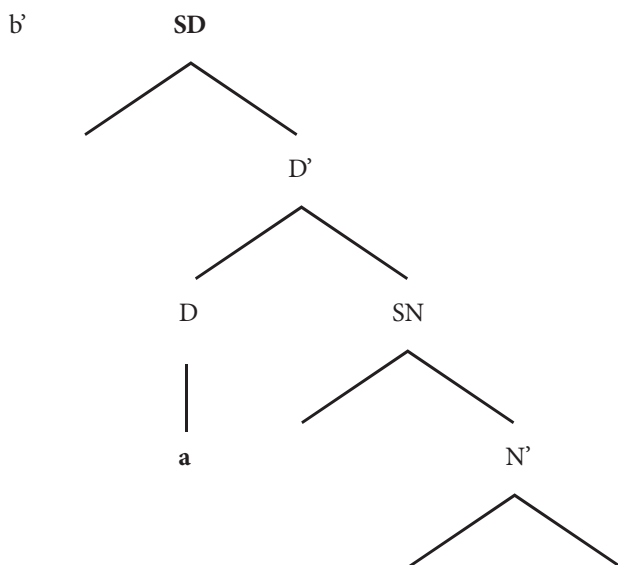
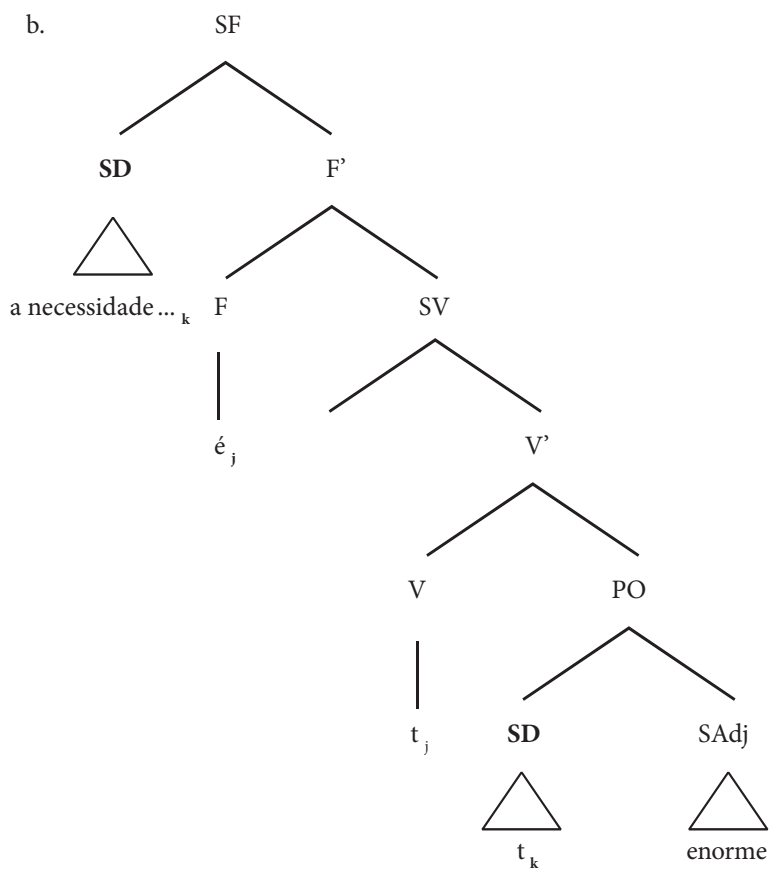
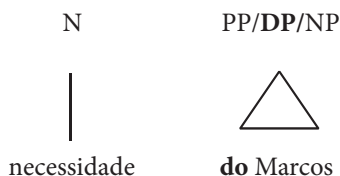
b.

29. São denominados pronomes demonstrativos/ indefinidos adjetivos os pronomes que acompanham um nome, como se vêem nos SDs: [$_{SD}$ aquele **menino**]; [[$_{SD}$ certa **pessoa**] **ficou de me entregar o livro e não o fez**].

30. Mioto et al. (2004, p. 62). Os parênteses são nossos.

31. Sobre o esquema X-Barra, ver Capítulo 2, seção (3.2.)

Oberve que *cães* em (38) é projetado como *nome nu (bare nouns)* – a ausência de determinante permite a leitura de genericidade do argumento 'cães'. No entanto, seguindo a literatura em P&P, mesmo SN *nomes nus* são projetados pelo núcleo da categoria funcional determinante como desenvolvido em (38b').

A seguir, apresentamos mais um exemplo da projeção SD/SN:

(39) a. **A** necessidade d**o** Marcos é enorme

b.
SF
SD
F'
a necessidade ... k
F
SV
é j
V'
V
PO
t j
SD
SAdj
t k
enorme
b'
SD
D'
D
SN
a
N'

Em (39), o SN *necessidade* é projetado a partir do SD *a*; o SN *Marcos* é projetado a partir do SD *o*.

Na próxima seção, tratamos sobre as orações encaixadas (subordinadas) com valor de *nome*.

3. Orações [+N]

Nesta seção tratamos brevemente de um conjunto de sentenças de valor [+N] que funciona como argumento de um núcleo sintagmático de uma oração matriz/ principal. Observe os exemplos abaixo:

(40) [*Helena disse* [*que enviou os documentos ontem*]]

Em (40), a sentença [*que enviou os documentos ontem*] funciona como *argumento interno* do verbo *disse* (sentença principal/ matriz), sendo o *objeto direto* da sentença matriz [*Helena disse*].

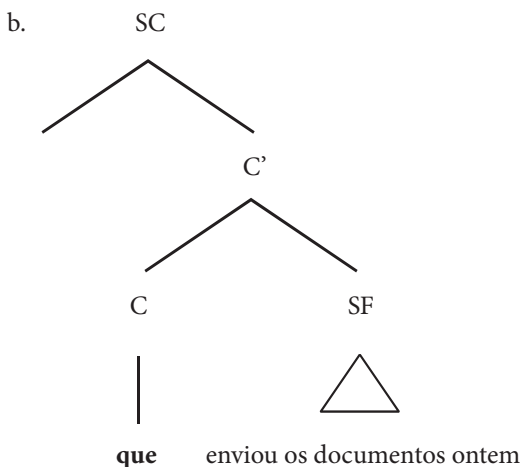
A tradição lusobrasileira denomina orações do tipo exemplificado em (40) de *orações subordinadas substantivas*; esta nomenclatura se dá porque essas orações têm uma distribuição aproximada da das expressões nominais[32]. Logo, neste livro, nos referimos a estas sentenças como orações [+N][33].

Orações [+N] ativam, em orações finitas, um sintagma de natureza funcional chamado de sintagma complementizador – SC/ CP.

O SC é uma projeção do núcleo C(omplementizador). O *complementizador* é o marcador da subordinação oracional, que segue, como qualquer núcleo (lexical ou funcional), o esquema X-Barra como se vê abaixo, por meio do SC (35) [*Helena disse* [***que*** *enviou os documentos ontem*]], renumerado:

---

32. Sobre orações *subordinadas substantivas* no português brasileiro, ver: Bechara (2006); Luft (2005); Neto & Infante (2003); Pasqualle & Ulisses (2003). No português europeu, ver Duarte (2003c).
33. Bechara (2006: 464), denomina tais sentenças de: "*orações complexas de transposição substantiva*".

(41)a. [...] [SC ***que*** [SF *enviou os documentos ontem*]]

Em português, **que** é o complementizador que introduz a maioria das sentenças [+N] finitas (com flexão verbal).

Nossa língua atesta, ainda, em orações finitas, o complementizador **se** que ocorre em construções em que o verbo da oração matriz seleciona: (i) sentenças interrogativas do tipo não-QU[34]; (ii) sentenças que expressam dúvida (os verbos que as selecionam estão sob escopo da 'Negação') – cf. Duarte (2003c: 597).

Observe as orações [+N] a seguir, introduzidas por complementizador **se**:

Oração [+N] Pergunta Não-QU/ Pergunta Indireta

(42) a. Você sabe [$_{SC}$ **se** ele vai viajar amanhã]?

b. Hellena me perguntou [$_{SC}$ **se** está fazendo frio em Lisboa]

Oração [+N] que expressa dúvida (verbo da matriz sob escopo da 'Negação')

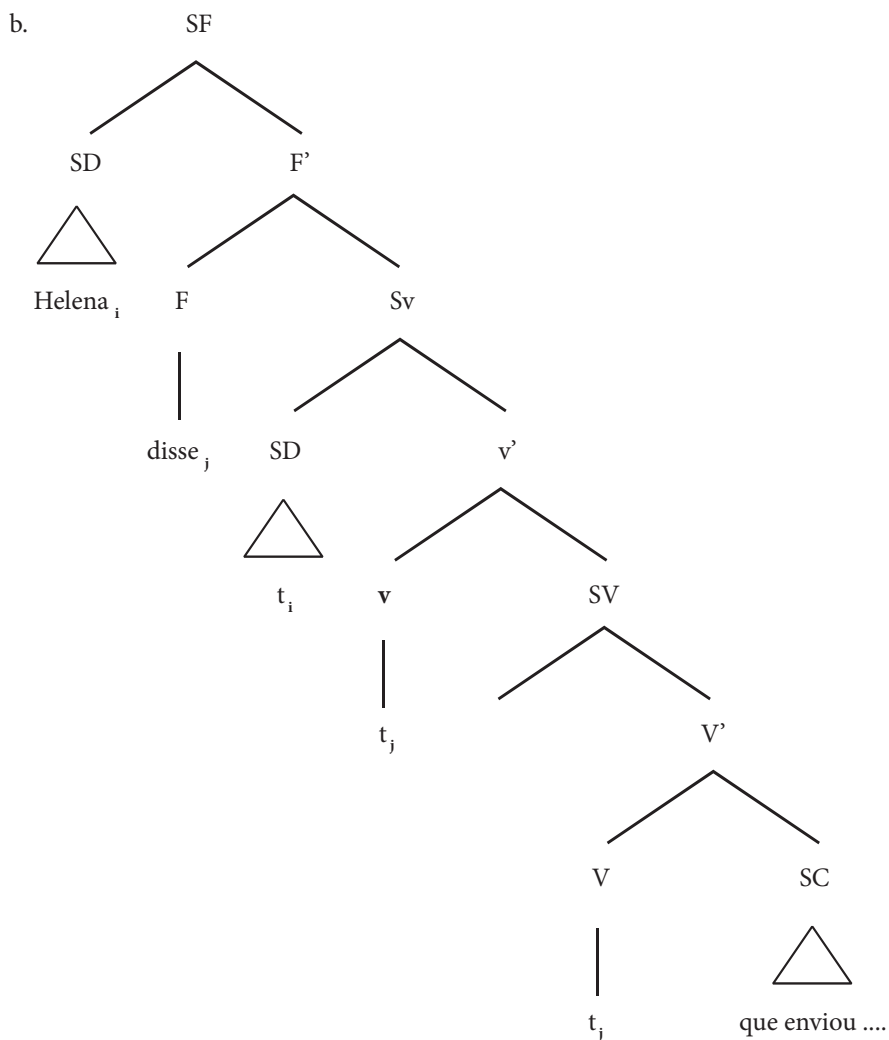
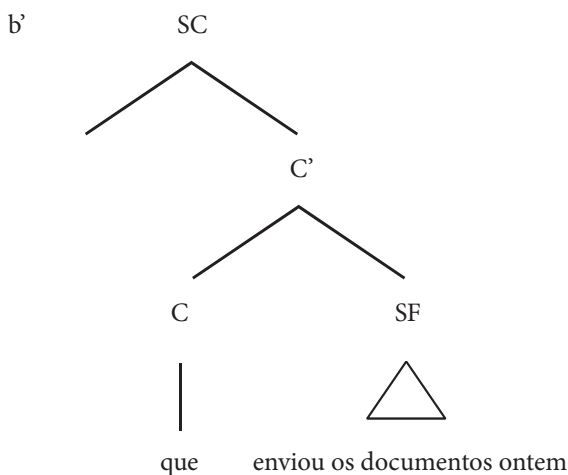
(43)a. Não sei [$_{SC}$ **se** Fernando voltará para aquele país]

34. Sentenças [+N] do tipo QU não são introduzidas por complementizador como se vê em (i) *"Você sabe [quem vai viajar amanhã?]"*. Perguntas e sentenças QU serão tratadas no capítulo 8.

Que/se, introduzindo orações [+N], são, tradicionalmente, denominados de *conjunção integrante*. Ver (Bechara 2006: 463).

Sentenças [+N] podem ter a função de *complemento de verbos transitivos* como se vê por meio do esquema X-Barra da oração (40), renumerada em:

(44) a. [$_{SF}$ *Helena disse* [$_{SC}$ *que* [$_{SF}$ *enviou os documentos ontem*]]]

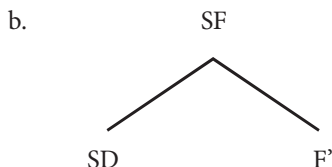
b.

Observe que, em (44):

(a) a sentença [$_{SC}$ *que enviou os documentos ontem*] é gerada como argumento interno do verbo leve *dizer* (que é parte da sentença matriz/principal);

(b) a sentença [$_{SC}$ *que enviou os documentos ontem*] recebe *Caso acusativo* do verbo leve *dizer* (da sentença matriz); logo, essa sentença funciona como objeto da sentença matriz [*Helena disse*][35];

(c) a sentença [$_{SC}$ *que enviou os documentos ontem*] é denominada, em nossa tradição gramatical, de oração *subordinada substantiva objetiva direta*[36].

Sentenças [+N] podem ter a função de *complemento de verbos bitransitivos*, funcionando como o objeto indireto do verbo da matriz. Veja o esquema X-Barra da oração a seguir:

(45) a. [Eles nos autorizaram [$_{SP}$ a [$_{SC}$ que [$_{SF}$ consultássemos aqueles livros]]]]

35. Sobre *Caso (abstrato) Acusativo* ver capítulo 3, subseção (2.2.2.).
36. Ver Nicola & Infante (1997: 314); Luft (2005: 112); Neto & Infante (2003: 405); Pasqualle & Ulisses (2003: 406).

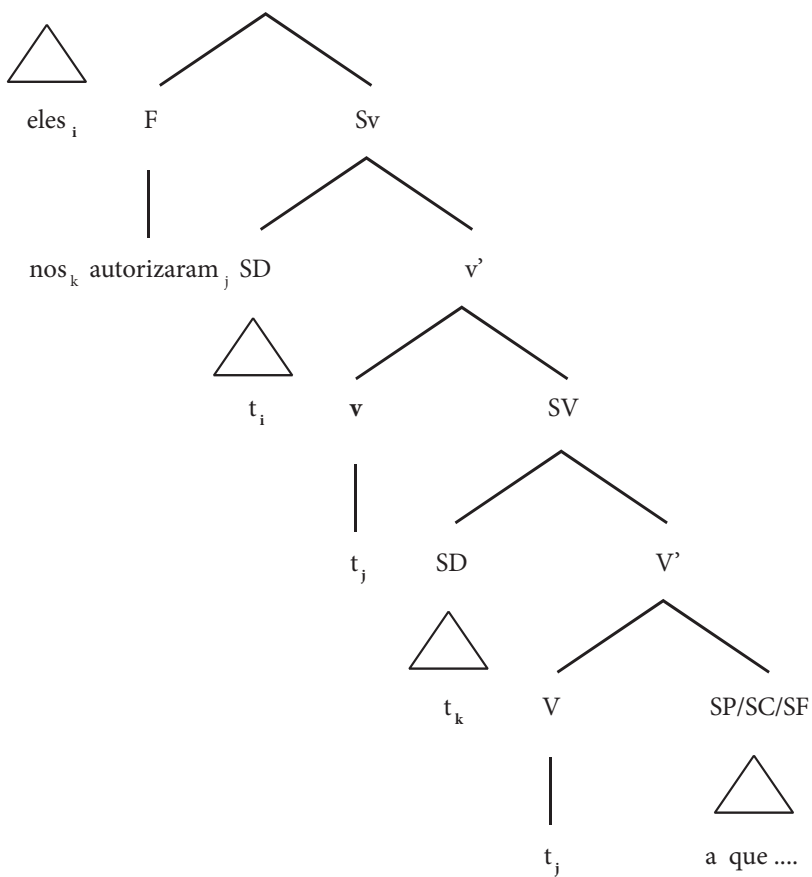
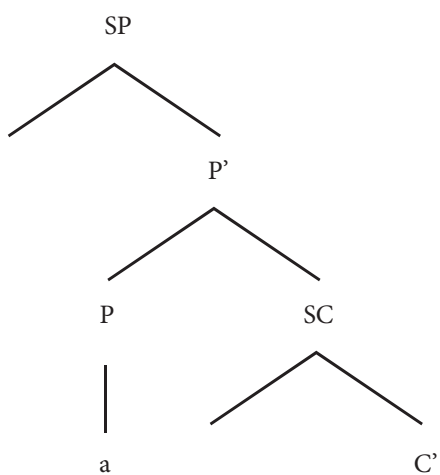
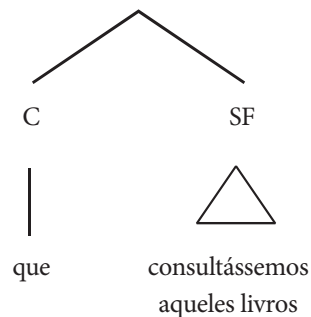
eles $_i$ F Sv

nos $_k$ autorizaram $_j$ SD v'

t $_i$ **v** SV

t $_j$ SD V'

t $_k$ V SP/SC/SF

t $_j$ a que ....

Em (45), observemos que:

a sentença [$_{SP}$ ***a*** [$_{SC}$ ***que*** *consultássemos aqueles livros*]] é gerada na camada interna da estrutura Sv/SV como *argumento interno preposicionado* do verbo; logo, funciona como *complemento preposicionado* (objeto indireto) da sentença matriz [*Eles nos autorizaram*];

(a) a sentença [$_{SP}$ ***a*** [$_{SC}$ ***que*** *consultássemos aqueles livros*]] é introduzida pelo SP [$_{SP}$ **a**] que precede o SC [$_{SC}$ ***que*** *consultássemos aqueles livros*]; o SC necessita de um índice funcional **a** (preposicional) que marque seu status de sentença nominal com marcação de "objeto indireto";

(b) a sentença [$_{SP}$ ***a*** [$_{SC}$ ***que*** *consultássemos aqueles livros*]] é denominada em nossa tradição gramatical de oração *subordinada substantiva objetiva indireta*[37]*;*

(c) o verbo *autorizar* é um verbo de três lugares – bitransitivo. Esse verbo projeta ainda, em SV, na posição [Spec, SV], o argumento interno não preposicionado *nos* – "objeto direto". Por ser, de natureza morfológica, um elemento clítico, este SD *nos* 'sobe' para núcleo do sintagma flexão (SF); nessa posição, amalgama-se com o núcleo do verbo leve, também movido para a posição de núcleo de SF;

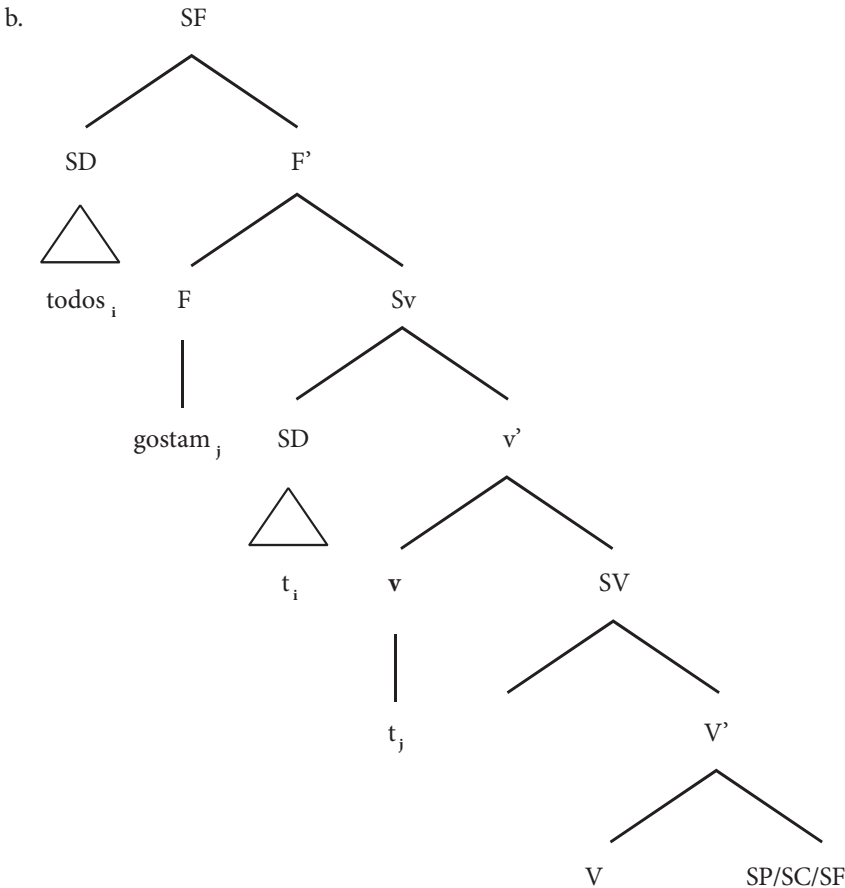
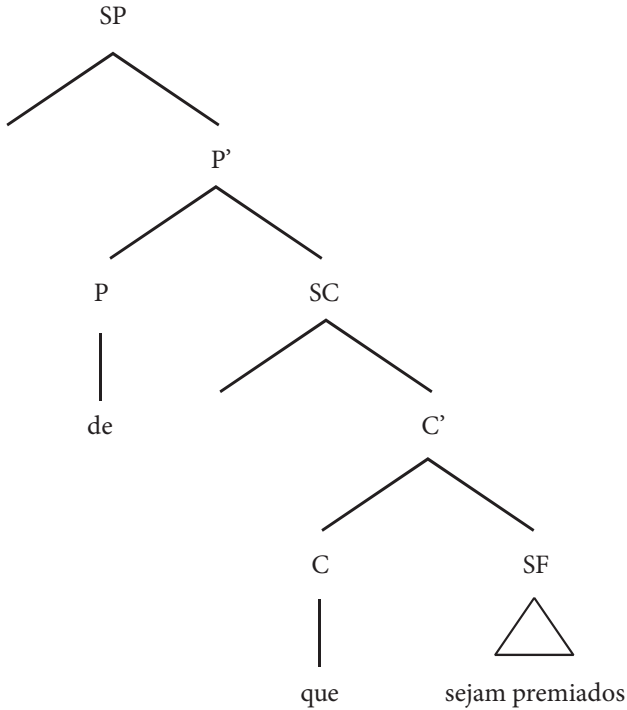
(d) o verbo *autorizar* move-se para a camada Sv e nesta estrutura projeta o argumento externo *eles*.

Um fato interessante a ser observado com relação a sentenças [+N] do tipo objeto indireto (OI), como se vê em (45), é que elas são inseridas pela típica preposição **a** 'dativa'. No entanto, em português brasileiro, a literatura atesta que a preposição **a** 'dativa' vem sendo cada vez mais destituída da fala. Logo, uma dada sentença como em (40) *[Eles*

37. Ver Nicola & Infante (1997: 315); Luft (2005: 113); Pasqualle & Ulisses (2003: 407).

nos autorizaram $[_{SP}$ *a* $[_{SC}$ *que* $[_{SF}$ *consultássemos aqueles livros]]]]*, seria proferida, como: *[Eles nos autorizaram* $[_{SP}$ *pra* $[_{SC}$ *que* $[_{SF}$ *nós consultássemos aqueles livros]]]]*. A sentença em (45), introduzida por preposição **a** 'dativa' é um exemplo do português brasileiro culto 'escrito' e não falado.

Sentenças [+N] podem ter a função de *complemento de verbos transitivos que selecionam complemento preposicionado do tipo 'complemento oblíquo'*. Veja o esquema X-Barra da oração a seguir[38]:

(46) a. [*Todos gostam* $[_{SP}$ *de* $[_{SC}$ *que* $[_{SF}$ *sejam premiados*]]]]

38. Bechara (2006: 464, exemplo (c), renumerado); o gráfico, em (46b), é nosso.

Observamos, em (46), que:

(a) a sentença [$_{SP}$ ***de*** [$_{SC}$ ***que*** *sejam premiados*]] é gerada como *argumento interno preposicionado* do verbo leve *gostar* (da sentença matriz);

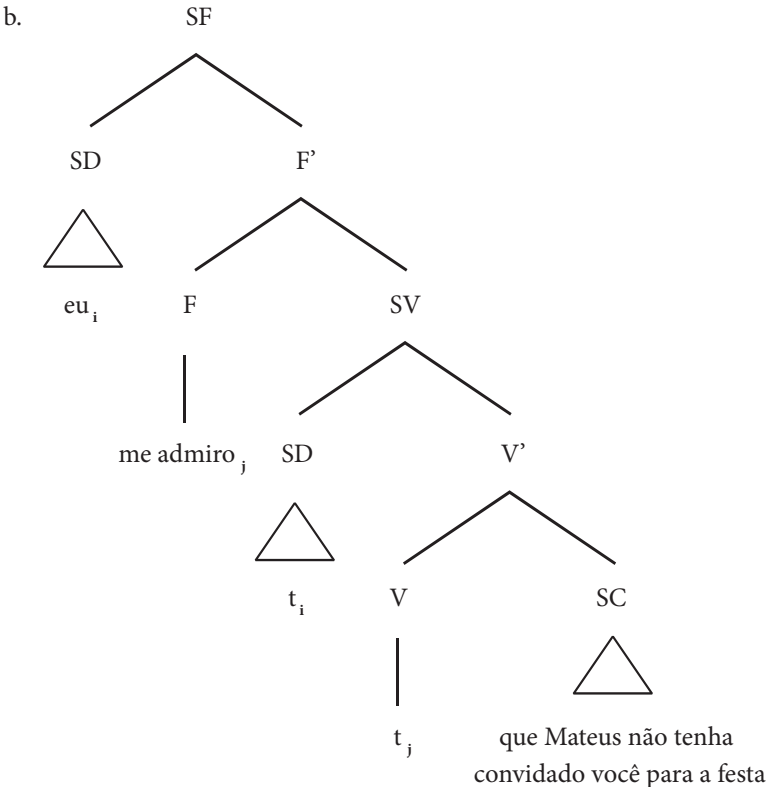
(b) a sentença [$_{SP}$ ***de*** [$_{SC}$ ***que*** *sejam premiados*]] recebe *Caso oblíquo* da preposição **de** e funciona como *complemento relativo* da sentença matriz [t*odos gostam*].

Note que verbos transitivos como *gostar* (46) (e outros regidos por preposição como **de**) é considerado em muitas gramáticas normativas como *verbo transitivo indireto*; logo o complemento de verbos como *gostar* (46) é dito *objeto indireto* – cf Pasquale & Ulisses (2003: 407). Neste livro, seguimos a proposta que se vê em Be-

chara (2006: 464) de distinguir *complemento relativo* de *objeto indireto*. Chamamos de objeto indireto ao complemento preposicionado (incluindo o complemento oracional) em construções bitransitivas, que atestam os traços semânticos 'Alvo/Meta' ou 'Fonte' – ver capítulo 4. O complemento preposicionado sentencial [$_{SP}$ ***de*** [$_{SC}$ ***que*** *sejam premiados*] (46) não atesta nenhum dos dois papéis temáticos previstos para objeto indireto: 'Alvo/Meta' ou 'Fonte'.

Sentenças [+N] podem ser complemento de verbos psicológicos como se vê por meio do esquema X-Barra da oração em:

(47) a. [Eu me admiro [$_{SC}$ que [$_{SF}$ Mateus não tenha convidado você pra festa]]]]

b.

Em (47), observamos que:

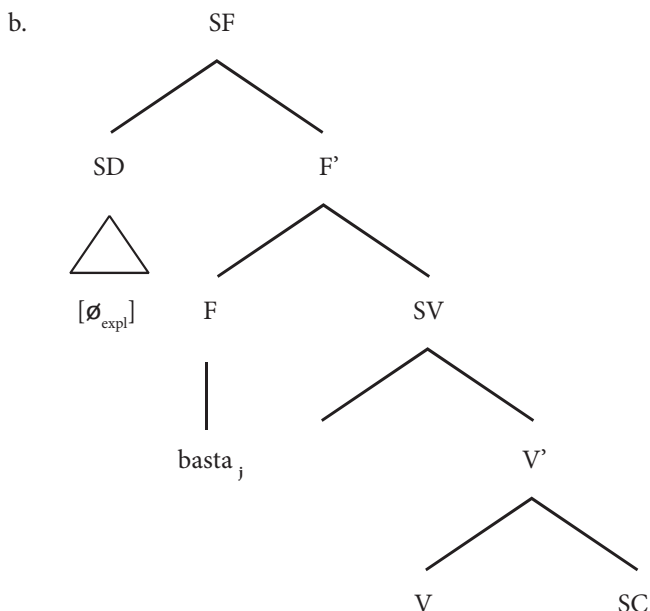
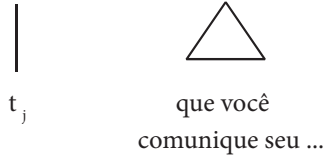
(a) a sentença *[$_{SC}$ que [$_{SF}$ Mateus não tenha convidado você pra festa]]* é gerada como um dos dois argumentos internos do verbo psicológico *se admirar* (um verbo pronominal). Verbos psicológicos não projetam argumentos externos 'Agente' e por esta razão sua projeção estrutural difere-se da projeção estrutural de verbos transitivos;

(b) quando dizemos que o verbo *se admirar* projeta dois argumentos internos, dizemos que esses argumentos são projetados em SV; logo, o argumento SD *eu* é o outro argumento interno do verbo *se admirar*.

Alguns exemplos de verbos psicológicos que podem exibir uma sentença [+N] como complemento, como se vê em (47), são: *aborrecer, agradar, admirar, afligir, alegrar, assustar, aterrorizar, cansar, comover, contrariar, desagradar, descontar, entristecer, espantar, incomodar, inquietar, irritar, impressionar, interessar, ofender, perturbar, preocupar, surpreender* – cf. Duarte (2003(c): 601; 607).

Orações [+N] podem funcionar como complemento de um verbo inacusativo, como exemplificamos em:

(48) a. [Basta [$_{SC}$ que [$_{SF}$ você comunique seu e-mail pra eles]]]

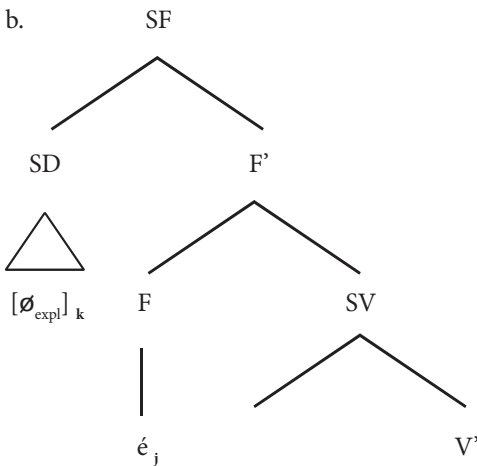
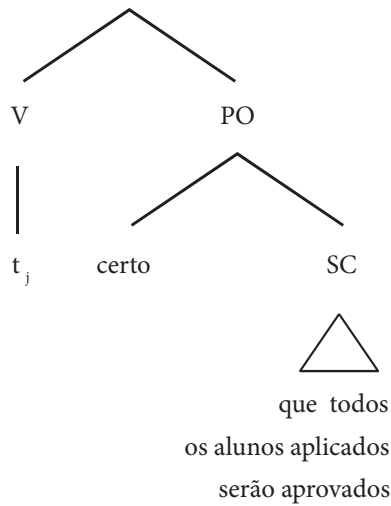
b.

Em (48), observa-se que:

(a) o verbo *bastar* – oração principal – é um verbo do tipo monoargumental que seleciona apenas um argumento – não 'Agente'; esse argumento é interno. Portanto, *bastar* é um verbo inacusativo;

(b) o argumento interno do verbo *bastar* é a sentença [+N] *[$_{SC}$ que [$_{SF}$ você comunique seu e-mail pra eles]]* que não recebe marcação de Caso acusativo desse verbo. Logo, a sentença [+N], em (48), não pode ser considerada como objeto direto sentencial como se afirma em algumas gramáticas da língua.

Verbos inacusativos do tipo 'copulativos' podem ainda selecionar orações [+N]. Essas orações são organizadas estruturalmente como um dos sintagmas que compõem uma projeção do tipo *pequena oração* (PO). A seguir, vejamos um exemplo de sentença [+N] projetada em uma PO:

(49) a. [É certo [$_{SC}$ que [$_{SF}$ todos os alunos aplicados serão aprovados]]]]

b.

Em (49), observa-se que:

(a) o verbo inacusativo copulativo *é* – oração principal – é um verbo do tipo monoargumental que seleciona apenas um argumento interno – uma PO;

(b) a sentença [+N] *[$_{SC}$ que [$_{SF}$ todos os alunos aplicados serão aprovados]]* é projetada como um dos sintagmas organizadores da predicação PO; o outro elemento que compõe a PO é o sintagma *certo*.

No capítulo 4, subseção (1.2.3), reapresentamos o verbo inacusativo *parecer* que seleciona uma sentença [+N] como argumento interno[39]. Ratificamos, novamente, a análise já apresentada anteriormente que considera a sentença [+N], selecionada por este verbo, seu argumento interno sem marcação de Caso acusativo. Logo, sentenças [+N] ligadas a *parecer* e outros verbos inacusativos não funcionam como sujeito desses verbos.

Nos parágrafos acima, descrevemos orações [+N] selecionadas por verbos. No entanto, orações [+N] podem ainda ser selecionas por uma categoria [+N] como exemplificamos em:

(50) a. [*Eu tenho a impressão* [$_{SP}$ *de* [$_{SC}$ *que* [$_{SF}$ *vou voltar àquele lugar*]]]]

39. Considerações sobre o verbo *parecer*, que seleciona uma sentença [+N], foram introduzidas, neste livro, no capítulo 3, subseção (2.2.1.1.1.), exemplo (19).

b.

SF

SD F’

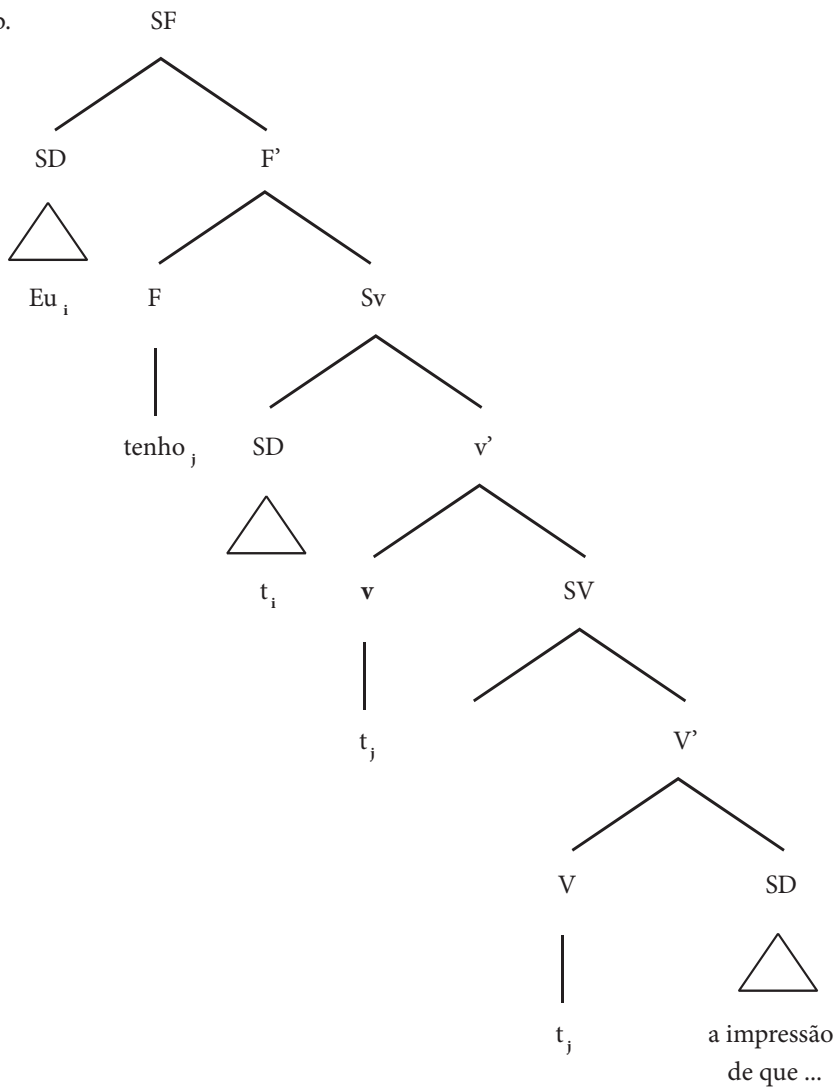
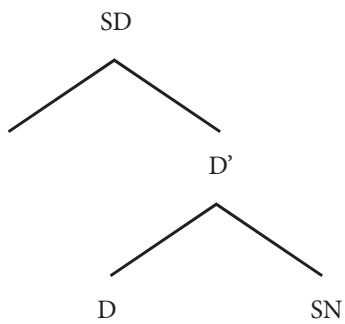
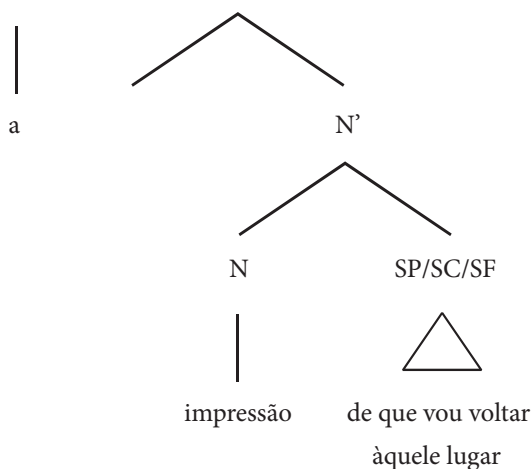
Eu $_i$ F Sv

tenho $_j$ SD v’

t_i **v** SV

t_j V’

V SD

t_j a impressão de que ...

b’

Pelo diagrama em (50), vê-se que:

(a) a sentença [$_{SP}$ ***de*** [$_{SC}$ ***que*** *vou voltar àquele lugar*]] é gerada como *argumento preposicionado* do nome *impressão* (objeto direto do verbo leve da sentença matriz);

(b) a sentença [$_{SC}$ ***que*** *vou voltar àquele lugar*]] recebe *Caso oblíquo* da preposição **de** e funciona como *complemento nominal* do objeto direto da sentença matriz [*eu tenho a impressão*];

(c) a sentença [$_{SP}$ ***de*** [$_{SP}$ ***que*** *vou voltar àquele lugar*]] é denominada em nossa tradição gramatical de oração *subordinada substantiva completiva nominal* [40].

Para ler mais sobre *nomes* e *pronomes*, ver indicação de 'textos' em leituras complementares – capítulo 5 – ao final deste livro.

4. Considerações Finais

Neste capítulo consideramos a ocorrência sintática dos sintagmas nominais (SNs), atentando para outras categorias que entram em sua composição: os sintagmas quantificador (SQ), determinante (SD) e adjetivo (SAdj). Enfatizamos o SD, ratificando análises que o tomam como uma categoria funcional do SN. Logo, mesmo em SNs em que o SD não esteja explícito, nossa análise segue a análise corrente na literatura que propõe que todo SN é projeção de uma categoria funcional determinante.

40. Ver Nicola & Infante (1997: 315); Luft (2005: 113); Pasqualle & Ulisses (2003: 407).

Ainda, neste capítulo, apresentamos uma rápida descrição das sentenças complexas em português com valor [+N]. Propusemos, de modo geral, que tais sentenças funcionam como argumentos de verbos de mais de um lugar e de verbos inacusativos (de um lugar); essas sentenças podem também ser selecionadas por nomes, funcionado, portanto, como seus complementos.

No próximo capítulo, descrevemos com mais detalhes sobre a categoria sintagmática adjetivo.

Capítulo 6

Análise do sintagma ‘adjetivo’:

Considerações sobre as orações adjetivas

1. Introduzindo a Categoria ‘Adjetivo’

Neste capítulo, introduzimos a categoria *adjetivo* e sua projeção sintagmática – SAdj – além de apresentarmos algumas considerações sobre a categoria *advérbio*, analisada, neste livro, como um ‘tipo de adjetivo’. A descrição da categoria adjetivo em português precisa ainda atentar para a projeção oracional do tipo *oração adjetiv*a (ou *relativa*). Nesta seção, apresentamos a categoria *adjetivo*.

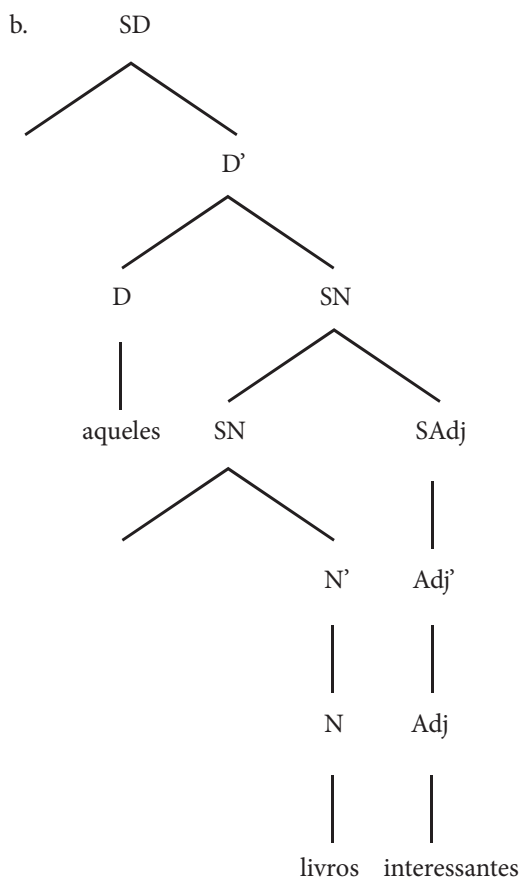
Em (1), apresentamos uma definição de adjetivo de acordo com Lemle (1984)[1]:

(1) Adjetivos

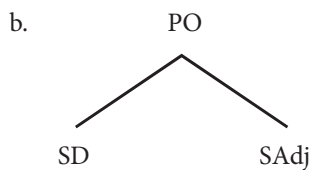
> *Os adjetivos se caracterizam morfologicamente por receberem as mesmas marcas de gênero e número que distinguem os nomes, com a diferença de que estas marcas, no adjetivo, resultam de regras de concordância. Sintaticamente os adjetivos se adjungem aos nomes (são colocados como adjuntos dos nomes) ou a eles se ligam por intermédio de um verbo copulativo, e seu papel semântico é o de expressarem uma qualidade do referente do nome.*

Veja, a seguir, um exemplo de *adjetivo* inserido dentro de um SN maximamente estendido:

(2) a.[[$_{SD}$ Aquele*s*] [$_{SN}$ **livros**] [$_{SAdj}$ *interessantes*] estão sobre a mesa][2]

1. Lemle (1984: 97); os parênteses são nossos.
2. Na árvore em (2b), não projetamos a sentença (o SF), mas sim o SN maximamente estendido a fim de enfatizarmos o **SAdj**.

Em (2b), vê-se a projeção maximamente estendida do SN *livros*; nessa projeção, o adjetivo *interessantes* é adjunto do nome.

Observe agora a projeção sintagmática em que se insere o adjetivo *interessantes* na sentença em:

(3) a. Aqueles livros são *interessantes*

Em (3b), se vê que o adjetivo compõe uma projeção sem verbo, chamada de pequena oração – PO.

As projeções do SAdj *interessantes* em (2) e (3) exemplificam a definição dessa categoria apresentada em (1): adjetivos podem ser projetados em uma sentença como adjuntos de um nome ou como integrantes de uma PO.

Lemle (1984: 102) aponta outra característica dos *adjetivos*:

> *[...] todo adjetivo que pode modificar um nome referente a um ser humano pode exercer papel de nome, incorporando o conceito de pessoa ao seu próprio sentido, que passa a ser: uma pessoa com a qualidade expressa pelo adjetivo.*

Abaixo, vemos uma exemplificação oferecida por Lemle (op. cit.)[3]:

> *(4) os ricos, os pobres, os bons, os maus, o morto, o sábio, o avarento, os brasileiros, os cariocas, o careca.*

Neste livro, tomaremos como *SAdj* não apenas a categoria *adjetivo*, mas também outras categorias que exercem a função de *categorias modificadoras* do nome.

1.1. *O Sintagma Adjetivo*

No capítulo 5 – subseção (2.1.2.) – observamos sete posições pré-nominais que podem ser preenchidas em um dado SN chamado de *SN maximamente estendido*. Repetimos, abaixo, a tabela em (28), daquele capítulo, renumerada:

3. Lemle (1984: 102); dado (155), renumerado.

(5)

1 TODOS	2 AQUELES	3 MEUS	4 OUTROS	5 DEZ	6 PRIMEIROS	7 ESTRANHOS POEMAS
ambos	este(s)	teu(s)	mesmo(s)	um	segundo(s)	
	esse	seu		dois	terceiro	
	o	nosso		.	.	
	um	vosso		.	.	
	algum			.	.	
	nenhum			vário		
	cada			diverso		
				muito		
				pouco		

Como abordado no capítulo 5, as categorias das colunas 3 a 7 – em (5) – são posicionalmente intercambiáveis com os *adjetivos* (colocados antes ou depois do *nome*). Logo, categorias nestas posições devem ser consideradas *adjetivos* – cf. Lemle (1984: 99). Revendo ainda o capítulo 5, consideramos que apenas três categorias sintagmáticas podem girar em torno do núcleo do sintagma nominal (SN) em uma dada projeção sintática:

(6) (i) Sintagma quantificador – SQ
(ii) Sintagma Determinante – SD
(iii) Sintagma Adjetivo – SAdj

As categorias SQ e SD só podem ser preenchidas apenas uma vez dentro de uma dada projeção nominal; no entanto, a categoria *adjetiv*o – SAdj – pode ser preenchida mais de uma vez dentro de um dado SN (um fato sintático particular da classe dos *adjetivos*).

Atente para o *SN maximamente estendido* (com as projeções SQ, SD e SAdj) em:

(7) a. [[[$_{SQ}$ *Todos*] [$_{SD}$ *aqueles*] [$_{SAdj}$ *interessantes*] [$_{SN}$ ***livros***]] estavam escritos nas referências bibliográficas do curso de gramática]

b. ... [$_{SD}$ Aqueles] [$_{SAdj}$ interessantes] [$_{SN}$ **livros**]] ...
[teus]
[mesmos]
[dois]
[primeiros]

c.   ... [$_{\text{SD}}$ *Aqueles*] [$_{\text{SAdj}}$ *teus dois interessantes*] [$_{\text{SN}}$ **livros**]] ...
c'. ... [$_{\text{SD}}$ *Aqueles*] [$_{\text{SAdj}}$ *teus mesmos*] [$_{\text{SN}}$ **livros**]] ...
c''. ... [$_{\text{SD}}$ *Aqueles*] [$_{\text{SAdj}}$ *teus primeiros interessantes*] [$_{\text{SN}}$ **livros**]] ...

Em (7), vê-se que a "posição canônica de adjetivo" – posição **7** em (5) – pode ser preenchida ou acompanhada por categorias gramaticais rotuladas por diversos nomes pela gramática tradicional – como "numeral" (*dois*), "pronomes possessivos" (*teus*), etc. Portanto, (7b) aponta para o seguinte fato sintático: o *SAdj* pode ser substituído por categorias que assumem a função de *modificador* do nome como se vê em (7) com os SAdjs modificadores de **livros**. Daí, assumirmos que, funcionalmente, todas as categorias exemplificadas em (7b) – as categorias que preenchem as colunas 3 a 7 em (5) – são *categorias adjetivai*s. Observe ainda que os *adjetivos* têm a característica de poderem aparecer mais de uma vez, modificando o mesmo *nome*, e é exatamente isso que vemos em (7c).

Note que a gramática tradicional capta a noção de algumas categorias pronominais serem tratadas como *adjetivos*:

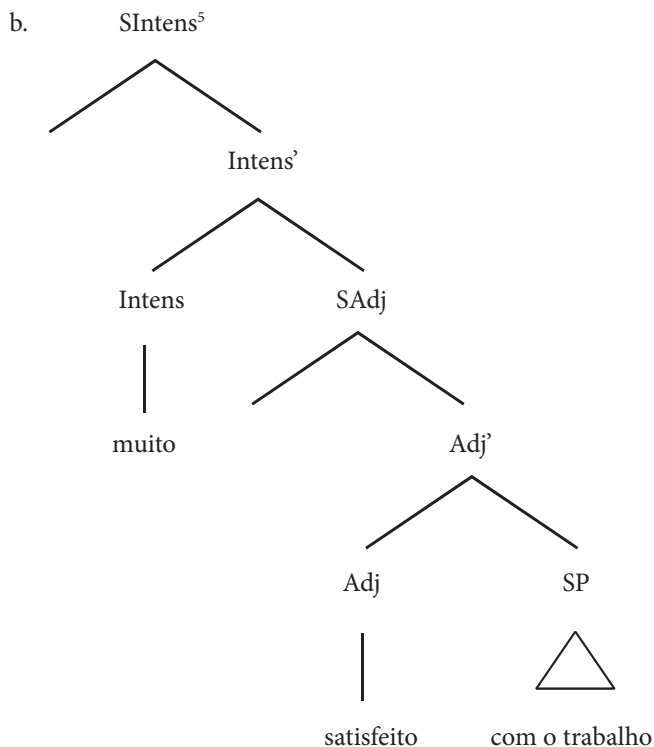
> *[...] Também há pronomes que acompanham os substantivos a fim de caracterizá-los ou determiná-los, atuando em funções típicas dos adjetivos. São, justamente por isso, chamados de* pronomes adjetivos. *[...]*
>
> *Pasquale & Ulisses (2003: 276)*

1.1.1. *O Sintagma Adjetivo Máximo*

A fim de descrevermos o *SAdj* com eficácia, trataremos das funções internas deste sintagma da mesma forma que o fizemos com o SN no capítulo 5. Veremos que o *SAdj* pode estabelecer um *SAdj máximo* – cf. Perini (1989: 123-196) – como se exemplifica em[4]:

(8) a. [$_{\text{SInt}}$ muito [$_{\text{SAdj}}$ satisfeito] [$_{\text{SP}}$ com o trabalho]]

4. Perini (1989: 192); dado (138), renumerado. Os colchetes e nomes dos sintagmas em (8a) são inserções nossas. O gráfico em (8b) é nosso; (8b) visa a demonstrar apenas o *SAdj máximo* e não a oração em que está inserido – SF.

b.

Em (8), vemos exemplo das três funções que compreendem o que chamamos de *SAdj máximo* – ver Perini (op. cit.): (i) o sintagma intensificador – *SInt – muito*, tratado como *advérbio* pela gramática tradicional; (ii) o núcleo do SAdj *satisfeito*; o complemento do SAdj, o sintagma preposicional (SP*) com o trabalho*.

Segundo Perini (1989:192)[6]:

> *[...] O intensificador [...] é desempenhado por uma classe provavelmente fechada, e relativamente pequena, embora não tão pequena [...]. Exemplos são:* muito, realmente, bem, bastante, um tanto, (um) pouco, algo, completamente, *etc. A função de Int se caracteriza por ocorrer em primeiro lugar no SAdj máximo.*
>
> *[...]*

5. Sintens = Sintagma Intensificador.
6. Perini (1989: 139); os parênteses são nossos.

O CSA (complemento do SAdj)[...] é sempre desempenhado por sintagma preposicionado, isto é, preposição + SN. Define-se posicionalmente por ocupar o terceiro lugar no SAdj máximo.

Em (10), apresentamos a organização do sintagma adjetivo maximamente estendido em português:

(10) **SAj máximo** – *SInt + núcleo do SAdj + complemento do SAdj*

1.1.2. *A Inserção de Adjetivos nas Sentenças*

Como apontado em (1) e (2), as duas maneiras de se inserir um SAdj em uma sentença em português são como:

(i) adjunto de um nome;
(ii) participante de uma predicação do tipo *pequena oração* – PO

Observe o comportamento sintático do adjetivo *atrasado* nas sentenças (11) e (12) abaixo:

(11) a. $[_{SD}$ O aluno $[_{SAdj}$ <u>atrasado</u>]] chegou

b.

t_j t_i

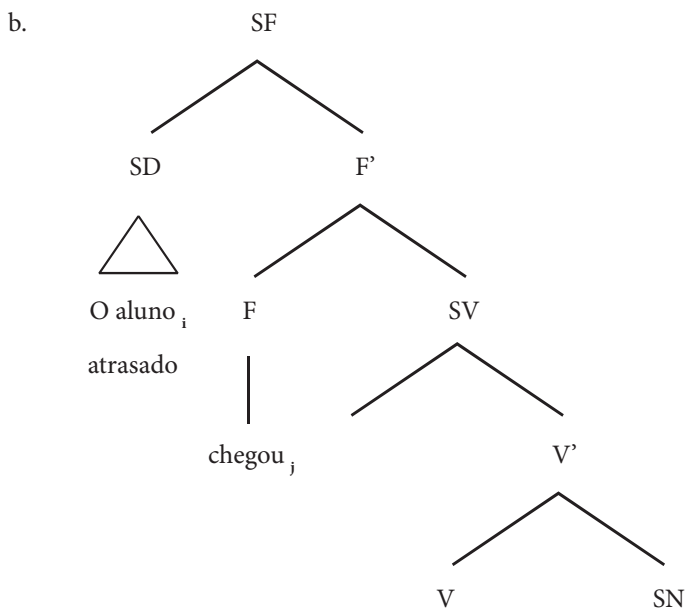
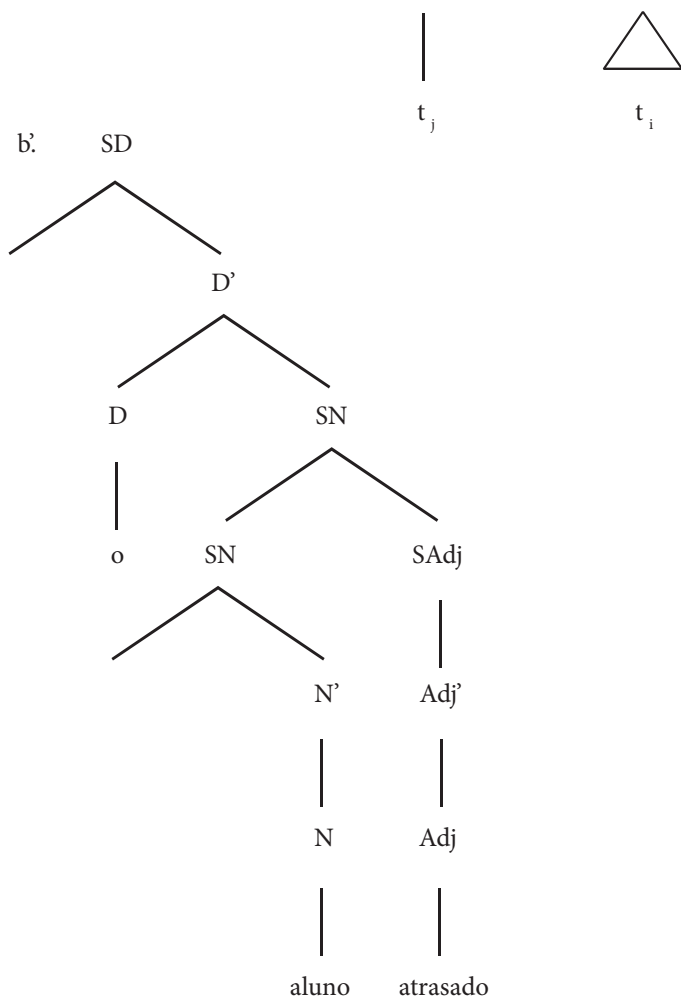
b'. SD

D'

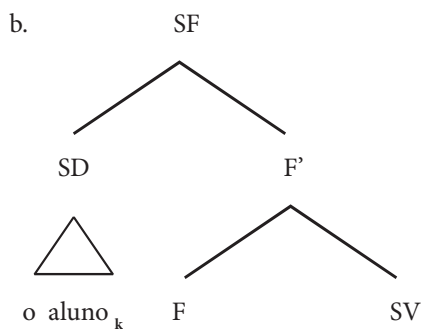
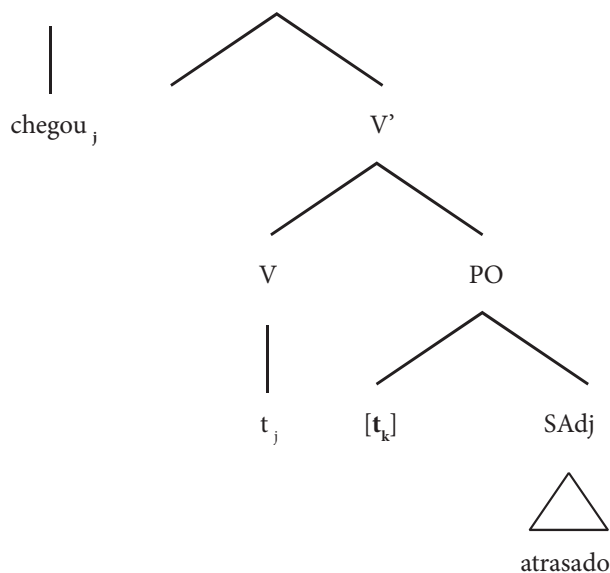
D SN

o SN SAdj

N' Adj'

N Adj

aluno atrasado

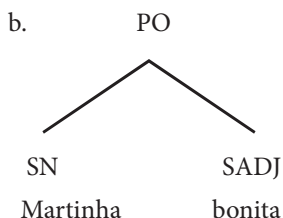
(12) a. O aluno $_i$ chegou [$_{SC}$ t_i atrasado]

b.

Em (11), o adjetivo *atrasado* é projetado dentro do SN maximamente expandido, como adjunto do núcleo *aluno*; em (12), *atrasado* não é mais adjunto de um nome, mas participante de uma predicação. Ele insere-se em uma construção do tipo *pequena oração*, projetada por uma categoria funcional. Abaixo, detalhamos a projeção PO.

1.1.2.1. *A Projeção 'Pequena Oração'*

Apresentaram-se, no capítulo 4, subseção (1.2.3.1.1.), sintagmas de natureza [+N] formando uma predicação chamada de *pequena oração – PO*. Veja o exemplo a seguir:

(13) a. Martinha **é** bonita

b.

Observe que POs , em português – ver (13a) – inserem-se em uma sentença com verbo inacusativo copulativo como *ser* em *"Martinha é bonita"*. O adjetivo *bonita* não é adjunto do nome *Martinha*, mas constitui, em conjunto com *Martinha* uma predicação.

Observe ainda que a PO, como projetada em (13b), não obedece ao esquema restritivo X-barra.

A literatura em P&P propõe que POs são sentenças do mesmo tipo que o são sentenças finitas e infinitivas. Vimos, no capítulo 3, que verbos finitos projetam um sintagma flexional de natureza funcional FLEXÃO – SF. Da mesma forma, POs são consideradas, dentro do Modelo X-barra, uma projeção de um núcleo funcional. Logo, a pergunta que se faz é?

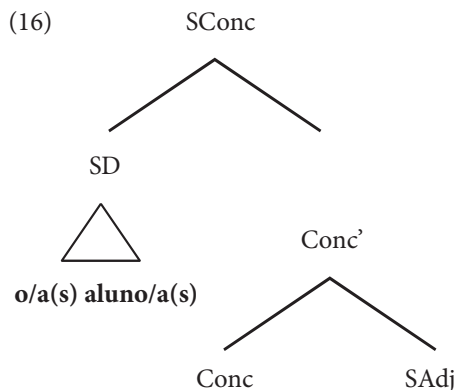
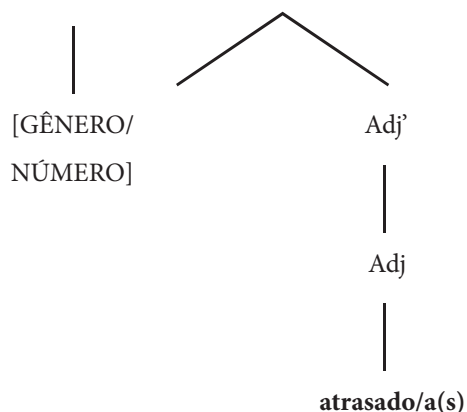
(14) *Que núcleo funcional projeta uma sentença do tipo PO como em (13)?*

A resposta, encontrada na literatura, para a pergunta que explicitamos em (14) é que POs projetam um núcleo funcional CONCORD (CONCORDÂNCIA).

A proposta de POs serem projetadas por um núcleo CONCORDÂNCIA, que seguimos neste livro, vem da observação de línguas românicas – ver Haegeman (1999: 123-126) e seus exemplos sobre PO em francês.

Observe as POs em (15) e suas projeções em (16):

(15) a. [$_{SF}$ O aluno$_{i}$ estava [$_{PO}$ t_{i} *atrasado*]]
b. [$_{SF}$ Os alunos$_{i}$ estavam [$_{PO}$ t_{i} *atrasados*]]
c. [$_{SF}$ A aluna$_{i}$ estava [$_{PO}$ t_{i} *atrasada*]]
d. [$_{SF}$ As alunas$_{i}$ estavam [$_{PO}$ t_{i} *atrasadas*]]

(16)

O adjetivo *atrasado/a(s)* (16) manifesta concordância explícita com o nome *aluno/a(s)* em estruturas POs, selecionadas por verbos copulativos. Logo, assume-se que, em português (e em línguas românicas, como se vê em Haegeman(1999)), POs são projeções do núcleo CONCORDÂNCIA que carrega os traços dos morfemas funcionais: (i) GÊNERO e (ii) NÚMERO. Logo, passamos a projetar o sintagma concordância – *SConc* – como a projeção máxima do núcleo CONCORDÂNCIA.

O núcleo CONCORDÂNCIA seleciona, em predicações PO como em (15): (i) o *adjetivo* (ou qualquer sintagma que funcione como adjetivo na PO) como seu complemento; (ii) um SD como seu argumento externo – ver (16).

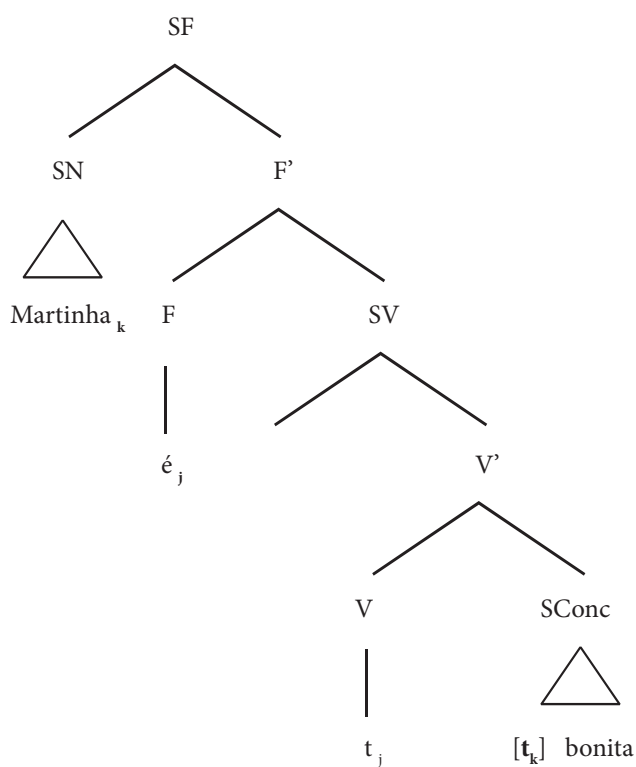
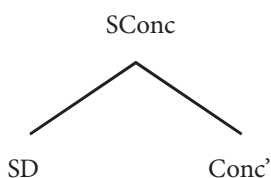
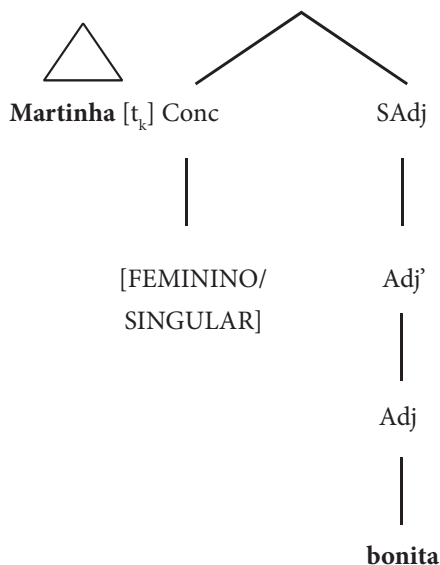
É preciso atentar para o fato de que POs (*pequenas orações*) são inseridas, em português, dentro de uma projeção sentencial com verbo copulativo. Os verbos copulativos como *ser* em *Martinha é bonita* (13) têm um esvaziamento semântico e são chamados pela Gramática Tradicional de *verbos de ligação* – cf. Bechara (2006: 426). Por ligarem um nome a uma qualidade (chamada de *predicativo* – do sujeito ou do objeto), os verbos de ligação (cópulas) são denominados pela Gramática Tradicional de *predicados nominais*. No entanto, Bechara (op. cit.) chama a atenção para a inadequação da terminologia *predicado nominal* para predicados com verbos copulativos (de ligação):

> *[...] do ponto de vista funcional e formal, tais verbos apresentam todas as condições necessárias à classe dos verbos, incluindo-se aí os morfemas de gênero, número, pessoa, tempo e modo; daí acompanharmos neste livro os lingüistas e gramáticos que defendem*

a não-distinção entre o 'predicado verbal' e o 'predicado nominal' incluindo também a desnecessidade de distinguir o 'predicado verbo-nominal' [...]. Toda relação predicativa que se estabelece na oração tem por núcleo um verbo.

Bechara (2006: 426)

A Teoria X-Barra capta a argumentação que se vê na citação acima – Bechara (op. cit.). Observe a projeção da sentença (13), renumerada em:

(17) a. Martinha é bonita

A predicação como um todo em (17) não pode ser considerada *nominal*, pois há a presença do verbo *ser*: um verbo do tipo *intransitivo inacusativo*. Este verbo não projeta argumento externo e projeta uma PO como seu complemento; o *SConc* capta a predicação interna que ocorre entre [*Martinha*, *bonita*]. Para explicação sobre o movimento do SD *Lucinda* para [Spc, SF], ver capítulo 4, subseção (1.2.3.1.1.).

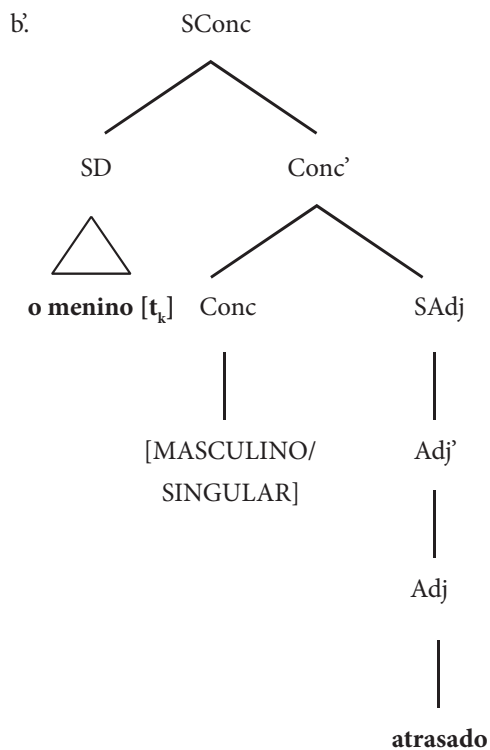
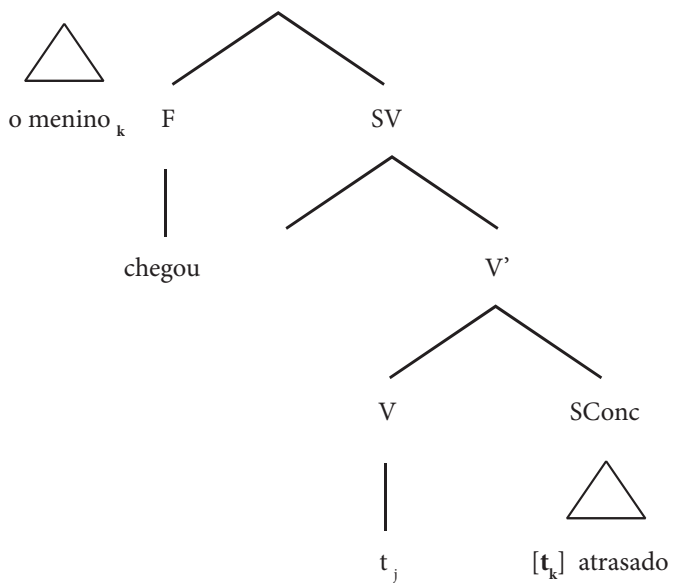
Como apontado em Bechara (2006: 426), a definição de *predicado nominal* para sentenças com verbos de ligação – ver (17) – é inadequada; também o é a definição chamada de *predicado verbo-nominal*. Os chamados *predicados verbos-nominais* são tão *verbais* quanto os chamados *predicados nominais*, descritos pela projeção em (17). Na sentença (15a), renumerada abaixo, apresentamos uma oração com um predicado descrito como *verbo-nominal* pela Gramática Tradicional:

(18) a. O menino$_i$ chegou [$_{SC}$ t$_i$ atrasado]

b.

o menino k
F
SV
chegou
V’
V
SConc
t j
[tk] atrasado

b’.

SConc
SD
Conc’
o menino [tk]
Conc
SAdj
[MASCULINO/
SINGULAR]
Adj’
Adj
atrasado

Observe que, como a sentença em (18) tem um verbo que não é chamado de "verbo de ligação" – *chegar* –, mas possui um *adjetivo* em posição de 'não-adjunto de nome' – *atrasado* –, a Gramática Tradicional denomina a predicação em (18) de *verbo-nominal*. Mas, de novo, como argumentado por Bechara (2006), sentenças como (17) e (18) não são nominais, mas sim verbais.

Observe que o verbo *chegar* em (18) é do mesmo tipo que *ser* em (17): verbos inacusativos. Como *ser* em (17), o verbo *chegar* em (18) projeta um argumento interno de natureza PO[7].

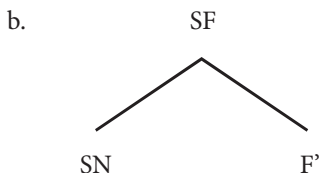
O verbo *chegar* (18), portador de FLEXÃO, projeta o sintagma funcional SF; o SD *o aluno* move-se de sua posição [Spec, Conc] para a posição [Spec, SF] a fim de checar o *Caso nominativo* do núcleo da categoria SF. Nesta posição, o SD *o aluno* age como o sujeito da sentença *"O aluno chegou atrasado"*. Lembre-se de que o SD *o aluno* não pode receber *Caso acusativo* do verbo *chegar,* pois *chegar* é do tipo inacusativo.

Como argumentado acima, *predicativos* não são o núcleo de uma predicação verbal em português, mas sim o complemento do núcleo CONCORDÂNCIA de uma predicação chamada de PO; POs podem funcionar como argumento interno de um verbo intransitivo do tipo inacusativo, como exemplificado em (17)-(18). Logo, o predicado sentencial das orações em (17) e (18) é *verbal* e não *nominal* ou *verbo-nominal*, respectivamente, como definidos pela Gramática Tradicional.

Antes de finalizarmos esta subseção sobre POs, é preciso ainda apontar que essas predicações de natureza [+N] podem ser projetadas como adjuntos de verbos e não apenas como seus complementos como exemplificado em (17) e (18).

Observe a sentença abaixo:

(19)a. [$_{\textbf{SF}}$ **O auditório** $_{i}$ ouviu os conferencistas [$_{SC}$ t_i **atento**]]

b.

7. Para uma boa argumentação sobre o verbo *chegar* como intransitivo inacusativo, ver Mito et al. (2004: 158-164).

o auditório $_i$ F Sv

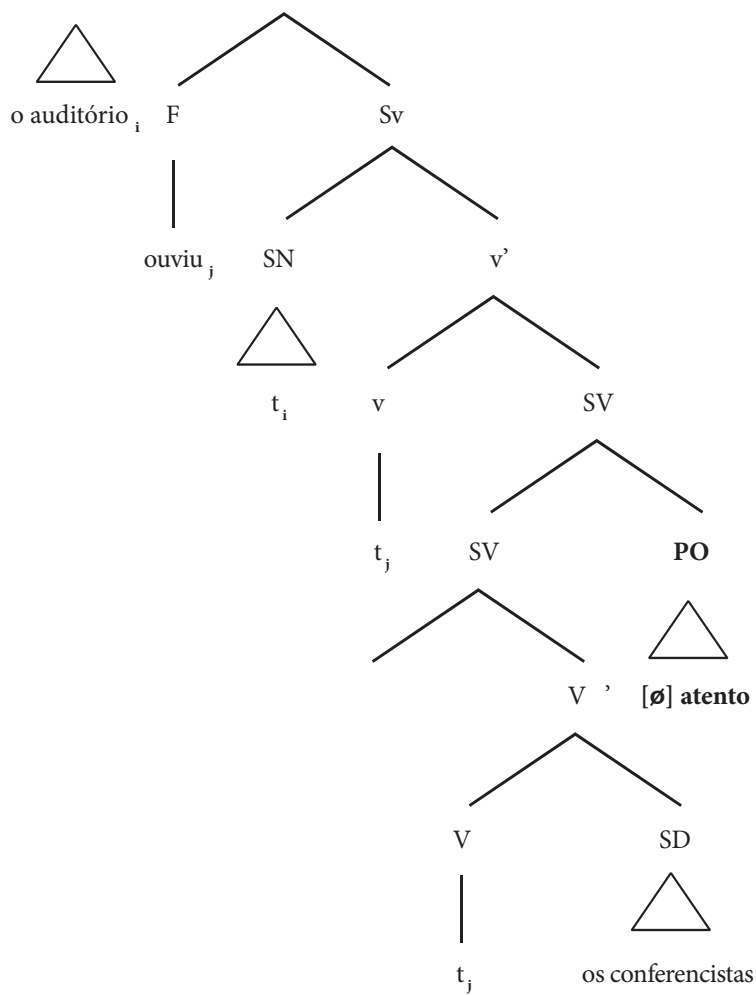
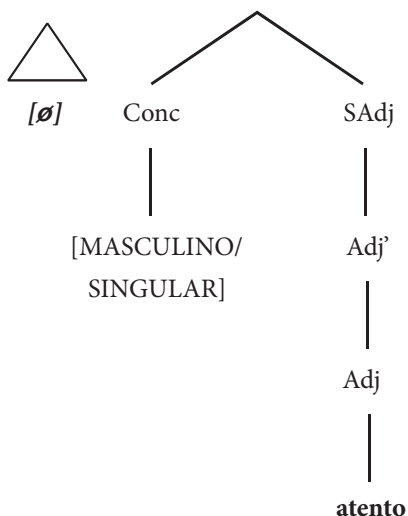
ouviu $_j$ SN v'

t_i v SV

t_j SV **PO**

V ' **[ø] atento**

V SD

t_j os conferencistas

Em (19) tem-se mais um caso denominado pela Gramática Tradicional de *predicado verbo-nominal*. Ratificamos, no entanto que – como em (17) e (18) – a predicação sentencial em (19) se dá por meio de um verbo: o verbo leve *ouvir*; esse verbo, além de seus argumentos: (i) externo *o auditório* e (ii) interno *os conferencistas*, projeta uma PO como seu adjunto: *[ø] atento.*

Um fato importante precisa ser dito sobre a PO adjunto em (19). Em (19), o adjetivo *atento* não expressa CONCORDÂNCIA com um SD explícito, mas sim com um SD de natureza pronome nulo 'referencial' [ø] . Embora [ø] expresse relações semânticas com o sujeito sentencial *o auditório*, o SD *o auditório* não foi projetado do léxico na sentença dentro da PO, mas sim como argumento externo do verbo leve *ouvir* – ver a projeção em (19b).

Um outro aspecto que corrobora a análise de que o SD *o auditório* (19) não foi 'alçado' de dentro da PO é que a PO em (19) encontra-se em uma estrutura conhecida na literatura como 'ilha'/'fronteira'/'barreira. O movimento de qualquer elemento de dentro de estruturas do tipo 'ilha' não pode ser processado (ou é processado com dificuldade). Em (19), se o SD *o auditório* tivesse sido projetado inicialmente na sentença na posição [Spec, PO], esse SD não poderia ter sido alçado à posição de [Spec, SF] – Sobre o conceito de 'ilha', ver o texto clássico de Ross (1967).

Recapitulando o que vimos na subseção (1.1.2.): SAdjs podem ser inseridos em sentenças em português como *adjuntos de um nome* ou como *complementos do nú-*

cleo Conc em uma PO. Sobre a PO, esta estrutura pode ser um complemento ou um adjunto do verbo da oração em que é projetada.

A seguir, comentamos sobre uma categoria que tem sido considerada pela literatura como uma classe dos adjetivos – a categoria *advérbio*.

2. Considerações sobre a Categoria Advérbio

Começamos esta seção dizendo que a razão de introduzirmos a classe de palavra *advérbio* neste capítulo sobre *adjetivo* deve-se ao fato de que, ratificamos a posição de um conjunto de pesquisadores em P&P que advogam que a categoria *advérbio* é parte da classe dos *adjetivos*.

A seguir, introduzimos algumas considerações sobre a categoria *advérbio*. Primeiramente, nos concentramos na definição de *advérbio* pela Gramática Tradicional visando a apontar que muitas palavras que são definidas como integrantes dessa categoria o são apenas por critérios semânticos; sintaticamente, muitas palavras ditas *advérbios* apresentam comportamento muito distinto umas das outras. Em segundo lugar, argumentamos a favor da divisão da chamada categoria *advérbios* em distintas categorias gramaticais.

2.1. A Gramática Tradicional e a Categoria Advérbio

O *advérbio* é definido em nossas gramáticas com base em dois critérios: (i) semântico e (ii) sintático (relacionado às categorias sobre as quais o advérbio se refere – cf. Lobato (1976: 99).

Bechara (2006: 287) define o *advérbio* como uma palavra modificadora que se refere geralmente ao verbo, ao adjetivo, a um advérbio (como intensificador) ou a uma declaração inteira. Ainda segundo este mesmo autor, o advérbio é *"[...] a expressão modificadora que por si só denota uma circunstância (de lugar, de tempo, modo, intensidade, condição, etc.) [...]"* – Bechara (2006: 287).

Mattoso Câmara (1975: 124), após apontar um quadro descritivo (e histórico) dos *advérbios* em português, afirma:

> *O quadro teórico que acabamos de apreciar, no âmbito dos advérbios em português, é teórico até certo ponto. Perturbam em parte as suas linhas gerais a extrema mobilidade semântica e funcional que caracteriza os advérbios. Ela é inerente a essas palavras. [...]*

Bechara (2006: 287) corrobora as palavras de Mattoso Câmara (pp. cit.) exemplificando o escopo (efeito semântico) de advérbios em português sobre: (i) o *verbo*; (ii) o *adjetivo*; (iii) o *advérbio*; (iv) toda a *oração*; (v) o *nome*, como se vêem abaixo em exemplos do autor[8]:

(20) a. José *escreve* <u>bem</u> (escopo sobre o verbo)
b. José é <u>muito</u> *bom* escritor (escopo sobre o adjetivo)
c. <u>Felizmente</u> *José chegou* (escopo sobre toda a sentença)
d. *Pessoas* <u>assim</u> não merecem nossa atenção (escopo sobre o nome)

Como apontado no início desta seção, os *advérbios* são definidos por critérios semânticos pela Gramática Tradicional; logo, *assim* (20d) é dito um *advérbio de modo*.

Chamamos ainda a atenção do leitor para as palavras do linguista Thomas Payne em seu clássico "Descrevendo a morfossintaxe de um língua – um guia para linguistas de campo":

> *O advérbio é uma categoria "catadora". Qualquer palavra com conteúdo semântico [...] que não é claramente um nome, um verbo ou um adjetivo é frequentemente colocada dentro da classe do advérbio. Semanticamente, formas que têm sido chamadas de advérbios cobrem um conjunto extremamente amplo de conceitos. [...] Também, eles funcionam tipicamente na oração ou no nível do discurso, ou seja, seu efeito semântico (escopo) é relevante para orações inteiras ou para unidades maiores que simples sintagmas. [...]*
>
> *Payne (1997: 69, traduzido)*

Polli (2002) em seu trabalho sobre advérbios sufixados com *–mente* em português afirma que um dos poucos tópicos que não apresentam divergência entre os estudos sobre a categoria *advérbio* em português são os *advérbios* terminados pelo sufixo *–mente*. Logo, Polli (op. cit.) restringe seu objeto de estudo sobre *advérbio* em português concentrando-se nas palavras terminadas pelo sufixo *–mente*. No entanto, observe as palavras do autor (op. cit.):

> *[...] Mesmo assim, tive dificuldades, pois também são vários os tipos de advérbios com essa terminação no nosso idioma. Mais uma delimitação foi necessária e acabei ficando com "apenas"*

8. Os itálicos e os sublinhados são nossos. Os itálicos representam a categoria sob o escopo do *advérbio* (que está sublinhado). A parte entre parênteses (após o exemplo) é inserção nossa.

os advérbios de modo (cuidadosamente), de domínio (matematicamente), de grau (completamente), epistêmicos (possivelmente), avaliativos (infelizmente) e pragmáticos (francamente). Várias propriedades sobre a interpretação e distribuição desses advérbios na sentença foram encontradas. Algumas eu nem podia imaginar que existissem. [...]

(Polli 2002; Apresentação)

Lobato (1988: 93-96) ratifica a heterogeneidade da classe de palavras *advérbio*, propondo que ela deve ser dividida em classes distintas. A afirmação da autora (op. cit.) firma-se em argumentação feita a partir de testes sobre o *advérbio*, baseados em critérios estipulados pela própria Gramática Tradicional para a definição da categoria: critérios semânticos, morfológicos e sintáticos – cf. Lobato (1976: 99). Os testes propostos por Lobato (op. cit.) são readaptados na proposta de exercício sobre a categoria no final deste livro – ver em 'exercícios do capítulo 6'.

2.2. *A Teoria da Gramática e a Categoria Advérbio*

Um conjunto de linguistas em P&P propõe que não há uma definição de traços específicos para a codificação de um sintagma adverbial (SAdv) no léxico da mente humana e que os sintagmas adverbiais são simples casos da categoria *adjetivo* – cf. Radford (1988), Haegeman (1999)[9].

2.2.1. *Advérbios: uma Subclasse de Adjetivos*

A proposta de que *advérbios* sejam considerados como uma subclasse de *adjetivos* está embasada na forte relação morfológica entre itens dessas duas classes, envolvendo *adjetivos* e *advérbios de modo*. A proposta baseia-se ainda na relação idêntica de elementos que entram na composição de sintagmas adjetivais e adverbiais (como seus modificadores ou como seus complementos).

(i) Relação Morfológica entre adjetivos e advérbios de modo

9. Sobre *Categorias Lexicais*, ver (3.1.1.) no capítulo 2.

(a) Palavras ditas adverbiais terminadas em –mente: em português, *advérbios* terminados em –*mente* só podem ser derivados de raízes adjetivais; qualquer novo adjetivo criado permite a forma dita adverbial em –mente (ex.: *sutilmente*).

(b) Palavras com a mesma forma: *adjetivos* e *advérbios de modo* podem repartir a mesma forma, como se vêem abaixo em:

(21) a. Marina chutou a bola **alto**
b. Marina é **alta**

(22) a. Os alunos estão **meio** cansados de sintaxe
b. Agora são meio dia e **meia** (hora)

(ii) Relação Sintática entre adjetivos e advérbios

Adjetivos e *advérbios* permitem o mesmo conjunto de modificadores, como se vêem em:

(23) Ele estuda [**muito** bem]
(24) Ela está [**muito** feliz]

O SInt *muito* modifica tanto o advérbio *bem* em (23), quanto o adjetivo *feliz* em (24).

Adjetivos e *advérbios* permitem o mesmo tipo de complementos preposicionados como se observa em:

(25) Ela é [independente **de mim**]
(26) Ela agiu [independentemente **de mim**]

Em (25), o SP *de mim* é complemento do SAdj *independente*; em (26), do SAdv *independentemente*.

Mioto et al. (2004: 55) – citando Radford (1988)) – dizem que:

> *[...] advérbios e adjetivos estão em distribuição complementar, no sentido de que os últimos modificam nominais, enquanto os primeiros modificam constituintes não nominais (verbais, adjetivais, preposicionais, etc.) [...].*

Como já dissemos anteriormente, neste livro, seguimos a corrente de linguistas que advogam a não existência de traços específicos para a codificação de um sintagma adverbial (SAdv) no léxico da mente humana. Observe o sintagma *alto* (21a), renumerado em:

(27) a. Marina chutou a bola [$_{\text{SMan}}$ **alto**]
b. João é [$_{\text{PO}}$ **alto**]
c. Maria é [$_{\text{PO}}$ **alta**]

Dizemos que *alto* em (27a) é um *sintagma de maneira* (SMan), inserido como adjunto do verbo *chutar*. No entanto, *alto* em (27b) e *alta* em (27c) são SAdjs, inseridos em *pequenas orações* – POs; *alto(a)* em (27b-c) manifestam CONCORDÂNCIA com *João/ Maria*, diferentemente de *alto* em (27a), que não manifesta CONCORDÂNCIA.

Ao não nomearmos o sintagma *alto* em (27a) como *advérbio* e optarmos por descrevê-lo como *SMan,* o fazemos ratificando propostas linguísticas que apontam para a necessidade da distinção de várias categorias dentro da chamada categoria *advérbio*.

Como dito acima, Lobato (1976: 99), e ainda em (1988: 93-96), propõe uma consulta a gramáticas escolares do português procurando classificar o inventário de *advérbios* por elas apresentado (segundo critérios semânticos, sintáticos e morfológicos). A autora (pp. cit.) conclui, a partir deste 'exercício', que a categoria deveria ser subdividida em outras classes. Em Lobato (1988: 96), vê-se a seguinte proposta de subdivisão para a chamada classe dos *advérbios*[10]:

(28) **Subdivisão de Categorias ditas Adverbiais**

(i) <u>Elementos modais</u> – que se caracterizam por serem categorias com incidência sobre toda a sentença. Ex.: *possivelmente*, *surpreendentemente*, etc.

(ii) <u>Elementos temporais e locativos</u> – que se caracterizam por incidirem sobre a ação ou estado expresso pelo verbo; têm grande mobilidade na oração e são morfemas invariáveis no limite entre gramatical e lexical. Ex.: *aqui, ali, antigamente, logo, hoje.*

(iii) <u>Elementos de caráter pronominal</u> – que se caracterizam por, morfologicamente, pertencerem à mesma classe dos pronomes relativos (que, quem, qual, cujo, etc.). Ex.: *quanto, quão, por que, onde, como, quando*.

10. As categorias abaixo são propostas por Lobato (1988: 96); no entanto, o texto em que as apresentamos – numerado como (28) – é uma adaptação nossa.

(iv) <u>Elementos intensificadores</u> – se caracterizam por não poderem ser núcleo de sintagma dito adverbial e por ocuparem tipicamente a posição imediata antes do adjetivo a que se referem (ex.: *muito feliz*) e imediatamente depois do verbo a que se referem (ex.: *trabalham muito*); são palavras gramaticais variáveis (ex.: *muitíssimo, pouquíssimo)*.

(v) <u>Elementos de maneira</u> – se caracterizam por subcategorizarem os verbos da língua aos quais podem se referir; ocupam tipicamente a posição final da oração e são morfemas lexicais variáveis em grau (ex.: *lentissimamente, devagarissimamente*).

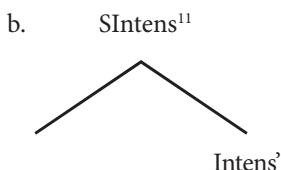
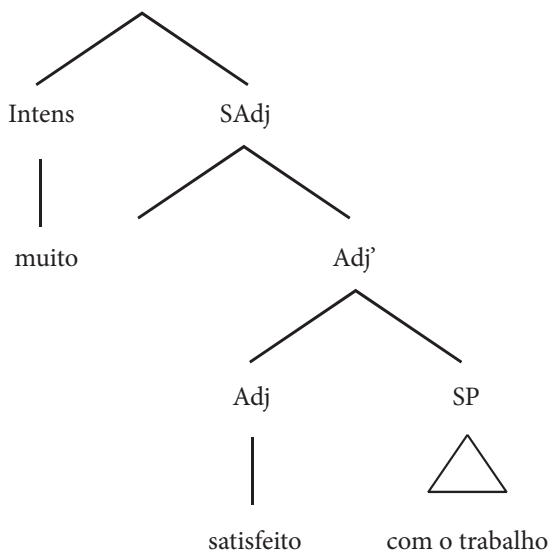
Segundo Lobato (1988: 96), além das categorias (i)-(v) vistas em (28), outros itens definidos como *advérbios* ainda poderiam ser desdobrados em outras classes. A autora (op. cit.) cita: *sim/ não; realmente; acaso/ porventura; menos/ mais/ já; nunca/ jamais.*

Ratificamos que a proposta de Lobato (op. cit.), apresentada em (28), justifica-se pelo fato de não podermos tratar por apenas uma categoria – *advérbio* – sintagmas que têm distribuição morfossintática tão heterogênea como se vê em (28). A Gramática Tradicional chama palavras terminadas em –*mente* de *advérbios de modo*, mas como argumentado por Lobato (1988), palavras terminadas em –*mente* constituem um conjunto bem mais amplo, apresentando os seguintes aspectos:

- elemento modal (*possivelmente*) – ver (28i)
- elemento locativo (*antigamente*) – ver (28ii)
- elementos de maneira (*lentissimamente*) – ver (28v)
- outros sentidos (*realmente*).

Abaixo, exemplificamos a proposta adotada neste livro quanto à categoria *advérbio*. Sintagmas como *muito*, por exemplo, passam a ser considerados como SInt e não como *advérbio de intensidade*. Veja o exemplo (8), renumerado em:

(29) a. [$_{\mathbf{SInt}}$ muito [$_{\mathbf{SAdj}}$ satisfeito] [$_{\mathbf{SP}}$ com o trabalho]]

b. SIntens[11]

11. Sintens = Sintagma Intensificador.

Em (28), *muito* é tratado como a projeção de um sintagma intensificador – SInt.

Ao final desta subseção citamos ainda Brito (2003: 417; nota 107):

> *O advérbio é, historicamente, uma categoria derivada; por isso, não facilmente caracterizável através de uma combinação dos traços N e V, como fizemos para os nomes, os verbos, os adjetivos, as preposições. A generalidade dos advérbios dêiticos de lugar e de tempo do português atual tem a sua origem em expressões nominais ou preposicionais latinas contendo demonstrativos (cf. aí, cá, hoje, agora). Outros advérbios formaram-se a partir do antigo ablativo instrumental de adjectivos latinos (cf. bem, mal, longe, tarde).*

3. Orações com Função de Adjetivo

Em português, como em muitas línguas, vê-se a ocorrência de orações com função adjetival. Tradicionalmente, essas orações são chamadas de *orações relativas* – ver Brito & Duarte (2003).

Observe o exemplo em:

(30) a. [$_{SF}$ O livro [$_{SC}$ que estava na mesa] desapareceu]

b. [$_{SF}$ O livro [$_{SAdj}$ azul] desapareceu]

Em (30a), a sentença [$_{SC}$ *que estava na mesa]* funciona como um adjetivo (uma sentença modificadora) do SD *o livro* da oração matriz; diferentemente, em (30b), o elemento que modifica o SD *o livro* é a categoria 'adjetivo' *azul*.

O que distingue uma oração relativa de outras sentenças subordinadas – como as que apresentamos na seção (3) do capítulo 5 – é um elemento chamado de *pivô* na literatura:

> *Uma sentença relativa é conectada ao material circundante por um constituinte que funciona como pivô. O pivô é um constituinte semanticamente partilhado pela matriz e pela relativa. Se o pivô, normalmente um sintagma nominal, é realizado na sentença matriz, ele é reconhecido como um antecedente. O papel temático e a função sintática que o constituinte pivô desempenha na sentença relativa são em princípio independentes de seu papel semântico e de sua função sintática fora da relativa.*
>
> *de Vries (2003)*[12]

Orações relativas são convencionalmente divididas em dois tipos: (i) *restritivas* – em que a oração é essencial para a identificação do referente do SD; (ii) *não-restritivas* – em que a oração somente acrescenta mais informações sobre o SD, sem que isto esteja sendo requerido como informação[13]. As sentenças abaixo exemplificam uma oração *relativa restritiva* e *não restritiva* respectivamente:

(31) Os nigerianos [que têm visão transcultural e de unidade] vencerão a crise.

(32) Os nigerianos, [que têm visão transcultural e de unidade], vencerão a crise.

Em Linguística, dize-se que as relativas podem ser introduzidas por *relativizador* ou por *pronome relativo*. Frequentemente, o *relativizador* tem a mesma forma de um *complementizador* (a conjunção integrante *que*), como se vêem em (31) e (32).

Em português, além de relativizadores, orações relativas podem também ser inseridas por *pronome(s) relativo(s)* como se vê grifado em:

(33) O mês de setembro de 2001, [no qual caíram as torres gêmeas americanas], ficou marcado na História.

12. Texto baseado em de Vries (2003: 14).
13. Ver Trask (1993: 238).

Segundo Payne (1997: 333; traduzido):

> *Pronomes relativos são tipicamente similares a outros pronomes na língua como pronomes interrogativos do tipo Qu ou pronomes usados para se referir a itens não específicos ou indefinidos. Pronomes relativos podem ser pensados como combinando as funções de claros relativizadores e de pronomes internos que se referem ao NP relativizado [...].*

Um outro tipo de construção relativa atestado na literatura, e realizada em português, são as chamadas *relativas livres*. Segundo Negrão (1994: 1037):

> *As relativas livres distinguem-se das relativas ordinárias por serem uma oração introduzida por palavra Qu-, cujo núcleo (antecedente) não está presente, como em:*
> *(1) A educação dá o que a sociedade pede.*
>
> *Intuitivamente, as relativas livres poderiam ser caracterizadas como uma oração subordinada que desempenha função sintática na oração matriz, da qual é um constituinte argumental, introduzida por palavra Qu- que, por sua vez, é constituinte da oração encaixada, nela desempenhando uma função sintática.*

3.1. *Análise Sintática das Relativas dentro da Literatura Gerativista*

Ao dissertarmos sobre relativas na língua portuguesa, lembramos ao leitor que estamos adotando o quadro teórico da Gramática Gerativa em sua versão P&P.
A literatura gerativista aponta que a relativização envolve movimento de constituinte-Q[14]:

(34) a. A moça [**com quem** Pedro falou] é bonita

b.[$_{SF}$ A moça [$_{CP}$ **com quem** $_i$ [$_{SF}$ Pedro falou v_i]] é bonita]
└──→ **operador** └──→ **variável**

O sintagma-Q em (34) *com* **quem**, movido para a esquerda da sentença [$_{SF}$ *Pedro falou* v_i], deixa um vazio em seu lugar. Esse vazio fonológico é interpretado, sintatica-

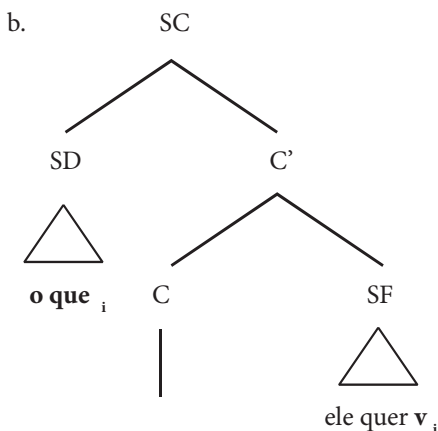
14. Voltaremos com detalhes sobre este assunto no capítulo 8. Por ora, lembre-se apenas de que constituintes-Q são sintagmas que têm comportamentos semelhantes a pronomes do tipo QU.

mente, como um *vestígio* do sintagma-Q movido e, semanticamente, como uma *variável lógica* cujo valor é interpretado pelo elemento movido, um *operador lógico* nessa posição.

Segundo a Teoria X-Barra, o SC – sintagma complementizador – é uma categoria funcional que, como as categorias lexicais, também projeta uma posição de núcleo, de complemento e de especificador, como visto no capítulo 4 – seção (3).

Ao contrário das categorias lexicais, a posição de especificador (Spec) de SC não é uma posição temática (posição de SDs argumentos), constituindo um lugar aberto para elementos que se movem de dentro da sentença. Logo, o SC é uma categoria funcional que pode abrigar elementos movidos como se vê em:

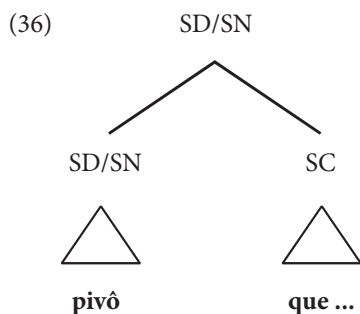
(35) a. Eu vou comprar [**o que** $_i$ ele quer v $_i$]

b.

O especificador do SC é o lugar destinado a receber o pivô que se origina dentro do SF relativo – cf. Mioto & Negrão (2007:161). Observe que o diagrama em (35b) demonstra o movimento do constituinte-Q de uma posição argumental (posição-A) para uma posição não argumental (posição A-barra). Veja a posição da variável lógica (**v** $_i$) definindo que o constituinte-Q é interpretado na posição de onde foi movido.

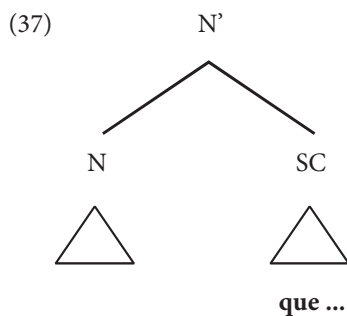
3.1.1. *A Relação da Relativa com o Pivô*

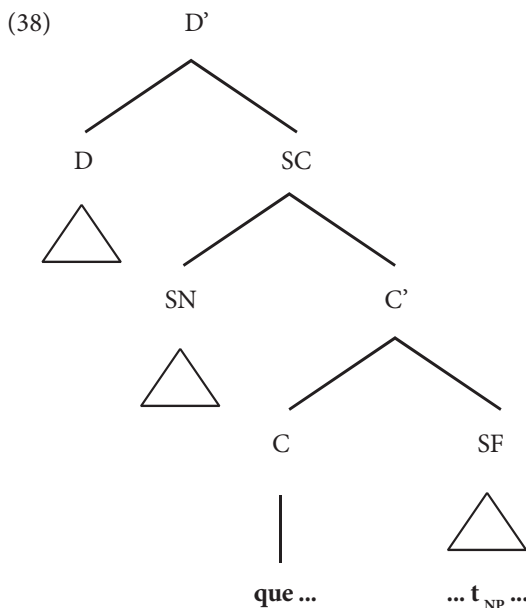
Quanto à forma como o SC relativo se relaciona com o pivô, realizado na sentença matriz, existem duas concepções opostas dentro da literatura: (i) uma delas encara o SC

relativo como um adjunto do pivô (do SD (ou SN) antecedente da relativa); (ii) a outra concebe que existe uma relação de complementação entre o SC e o pivô.

(i) Relação de Adjunção entre o SC relativo e o pivô [15]

(ii) Relação de Complementação entre o SC relativo e o pivô [16]

A relação de complementação se resolve de dois modos diferentes:

(a) O primeiro modo é que o SC é complemento de N' como se vê em:

(b) O segundo modo é que o SC é complemento do determinante como se vê em:

15. A representação é de Mioto & Negrão (2007: 160); (3a), renumerada. Sintagmas traduzidos.
16. As representações são de Mioto & Negrão (2007: 160); (3b,c), renumeradas. Sintagmas traduzidos.

Neste livro, assumimos a opção de tratar o SC relativo em português em estrutura de adjunção ao pivô externo, como visto em (36). Entendemos que as orações relativas têm comportamento de adjetivos, logo são adjuntos sentencias de um dado SD/SN de uma oração matriz.

A seguir, apresentamos as estratégias de relativização em Português.

3.2. *Estratégias de Relativização no Português*

Assumimos a análise que se vê na literatura que as orações relativas em português envolvem o movimento de morfema Q:

(39) a. A pessoa [**que** admiro] saiu da cidade

b. Aquele livro [**cujas** folhas estão amareladas] é uma raridade

c. A moça [**com quem** José falou] mora em Brasília

d. A casa [**onde/ em que** Helena mora] custou muito caro

Nas orações (39a-b), não é tão claro advogar se ocorreu movimento de dentro da oração relativizada; no entanto, em (39c-d), o movimento do constituinte-Q para o iní-

cio da subordinada é visível. O argumento principal para a análise por movimento de orações como em (39) é de natureza lexical. Observe a sentença em

(40) a. A moça [com quem Jonathan falou] é competente

b. $[_{SF}$ A moça $[_{SC}$ **com quem** $_i$ $[_{SF}$ Jonathan falou v_i]] é competente]]

O verbo *falar* (40) seleciona categorialmente um argumento interno, SP *com quem*, atribuindo-lhe o papel temático de TEMA. Logo, o sintagma *com quem* não pode ser basicamente projetado numa posição inicial de SC, pois, semanticamente, e argumentalmente, projeta-se como argumento interno do Sv. Logo, o sintagma *com quem* deve estar contido no Sv: por movimento, esse sintagma desloca-se para a periferia esquerda da sentença, deixando um vestígio na posição subjacente. Nas orações relativas, é estabelecida uma relação formal entre o *constituinte deslocado* por Movimento Q para a posição inicial da relativa e o seu *vestígio*.

Em português, ocorrem três tipos de subordinadas relativas:

(i) *relativas restritivas*,
(ii) *relativas não-restritivas* (ou apositivas),
(iii) *relativas livres*

Observe os exemplos das relativas a seguir:

Relativas Restritivas
(41) A estudante [com quem Pedro falou] estuda Linguística

Relativas Não- Restritiva (Apositiva)
(42) A estudante, [com quem Pedro falou], estuda Linguística

Relativa Livre
(43) João procura [quem estuda Linguística]

3.2.1. *Relativas Restritivas e Não-Restritivas (Apositivas)*

Negrão (1992), retomando Cooper (1983), caracteriza a diferença entre as *relativas restritivas* e as *relativas não-restritivas* (apositivas) no português brasileiro.

Observe as sentenças a seguir:

(44)a. A moça [com quem Juan falou] estuda Teatro
(45)a. A moça, [com quem Juan falou], estuda Teatro

Segundo Negrão (op. cit.), sentenças *relativas restritivas* como (44) têm uma contribuição semântica e estruturação sintática distintas de sentenças *relativas não-restritivas* como (45).

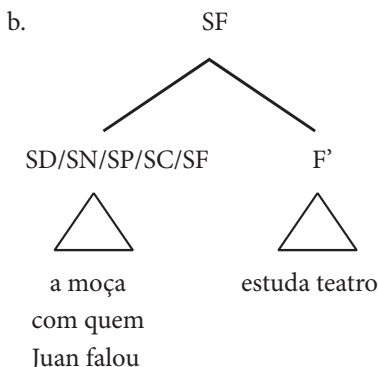
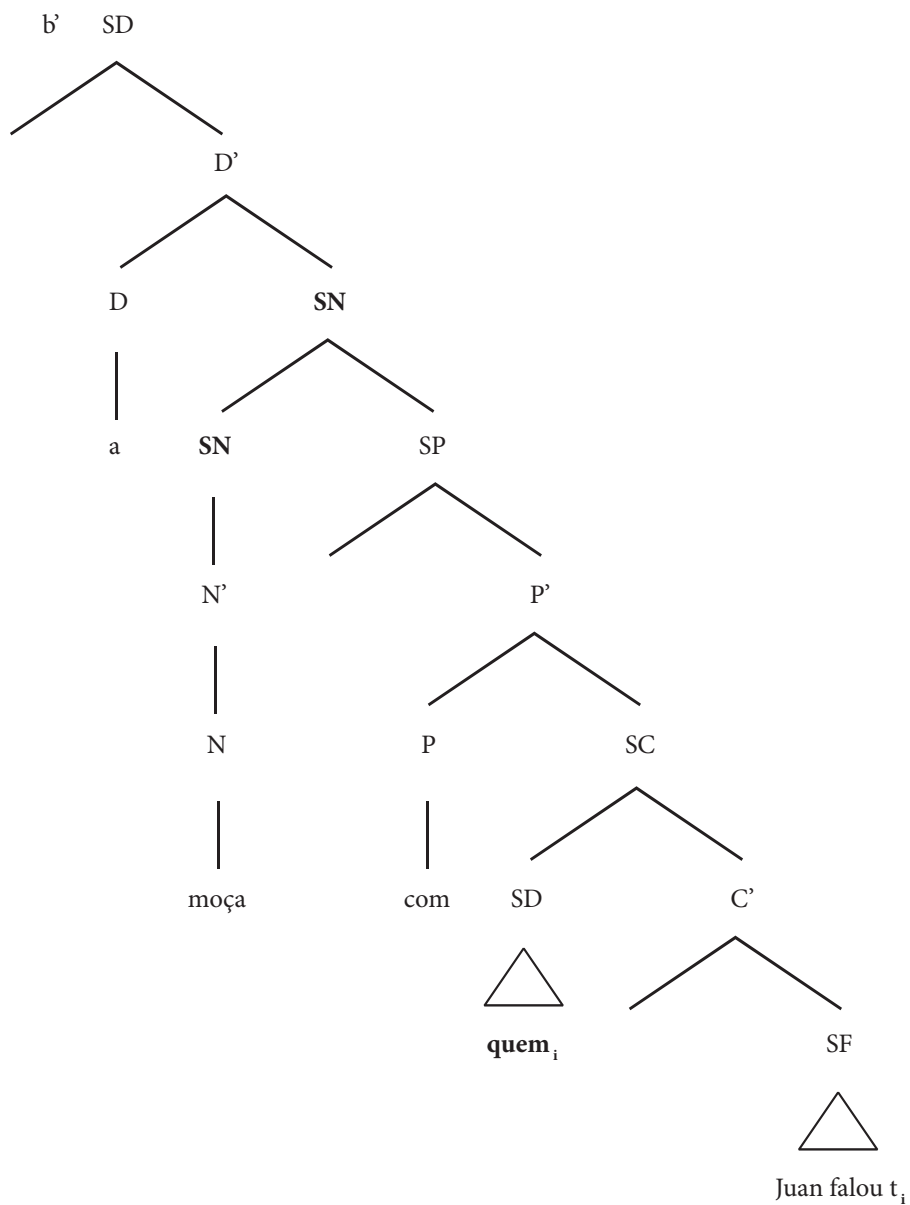
Semanticamente, a sentença (44) tem a ela associada a interpretação de que existe "uma moça", no universo do discurso, com a propriedade de ser a pessoa com quem Juan falou; e essa moça estuda Teatro. Diferentemente, a sentença (45) – não-restritiva (apositiva) – desencadeia a interpretação de que há "uma única moça" no universo do discurso, e essa estudante foi a pessoa com quem Juan falou; e ela estuda Teatro.

Em (44), há uma moça com quem Juan falou, mas podem existir outras moças no universo do discurso. Em (45) não. Só há uma moça no universo do discurso na *apositiva*, exemplificada em (45), e essa interpretação é captada pela fonologia, por meio de pausa ao se expressar a relativa apositiva. A pausa é expressa na ortografia por meio de vírgulas.

As diferenças de interpretação observadas em *relativas restritivas* e *não-restritivas* (apositivas) levam Negrão (1992) a propor que as sentenças *relativas restritivas* são adjuntas a SN, ao passo que as *apositivas* são adjuntas a SD. Neste livro, seguimos a análise de Negrão (op. cit.).

Observe os exemplos abaixo e suas estruturas:

Oração *relativa restritiva*: adjunção a um dado SN da sentença matriz

(46) a. A moça [com quem Juan falou] estuda Teatro

Oração *relativa apositiva*: adjunção a um dado SD da sentença matriz

(47)a. A moça, [com quem Juan falou], estuda Teatro

b'.

SD

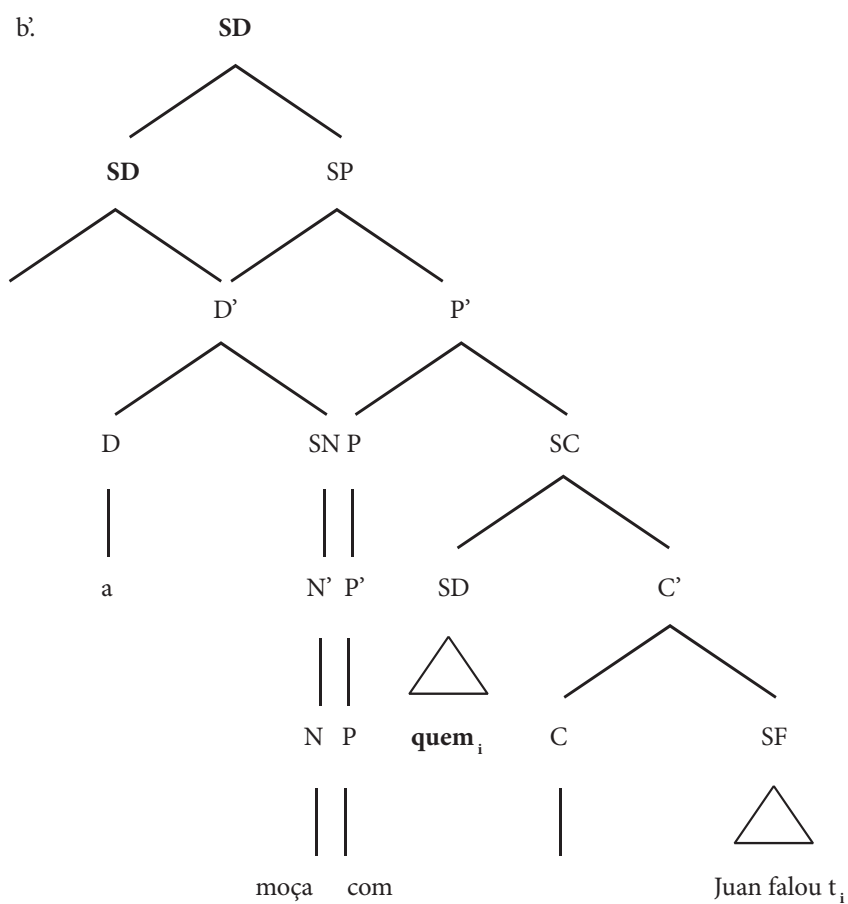
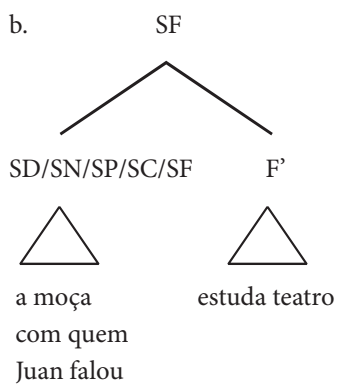
SD SP

D' P'

D SN P SC

a N' P' SD C'

N P **quem** $_i$ C SF

moça com Juan falou t $_i$

3.2.2. *Relativas Livres*

Quando o núcleo da relativa é um nome superordenado (pessoa, coisa, lugar, etc.), este núcleo pode ser explícito, aparecendo como pivô externo da relativa – relativa com antecedente (RA) – ou pode ocorrer a construção que a literatura convencionou chamar de *relativa livre* (RL):

(48) a. Não conheço **a pessoa** [**que** a Maria admira] RA
b. Não conheço [**quem** a Maria admira] RL

(49) a. Mariana viu **a coisa** [**que** eu comprei] RA
b. Mariana viu [**o que** eu comprei] RL

(50) a. Ele não conhece **o lugar** [**onde** você estuda] RA
b. Ele não conhece [**onde** você estuda] RL

As RLs atestam três grandes propriedades:

(i) restrição de morfemas Q,
(ii) natureza argumental,
(iii) efeito de conformidade categorial.

(i) Restrição de Morfemas Q

As RLs comportam apenas alguns dos morfemas Q que são empregues nas relativas com antecedentes. São eles: *quem, o que* (precedidos ou não de preposição) e *onde*, exemplificados em (48b), (49b) e (50b) respectivamente. Nessas orações, as RLs não exibem seu núcleo, a não ser: (i) na morfologia ou (ii) no determinante do morfema introdutor da relativa:

(a) <u>Introdutores da relativa livre exibindo o pivô externo por meio da morfologia</u>
quem [+ pessoa] – ver (48b)
onde [+ lugar] – ver (50b)

(b) Introdutor da relativa livre exibindo o pivô externo por meio do determinante **o que** [- **pessoa**] – ver (49b)

(ii) Natureza Argumental

As RLs têm, em seu todo, uma natureza argumental, com uma relação temática e uma função sintática própria. Elas podem ocupar a posição de sujeito da oração superior como em:

(51)[**Quem** quer falar com você] telefonou
RLs podem ocupar a posição de objeto direto da oração matriz como em:

(52) Eu admiro [**quem** mantém o bom humor]

(53) Eu fiz [**o que** era melhor para todos]

Podem também ocupar a posição de objeto preposicionado da oração principal como se vê em:

(54) Eu ajudei [**a quem** estava precisando mais]
RLs podem ainda ocupar a posição de adjunto da sentença matriz:

(55) Ela colocou as roupas sem passar [**onde** eu coloco os livros]

A propriedade de ter uma natureza argumental aproxima as RLs de outro tipo de subordinadas: as *completivas interrogativas*. Observe as sentenças (56) e (57) abaixo:

Relativa Livre
(56) Eu fiz [**o que** todos esperavam]

Completiva Interrogativa
(57) Ela não perguntou [**quanto** custou a encomenda]

Em (56) e (57), as sentenças encaixadas ocupam posições argumentais das sentenças matriz: objeto direto.

Bresnan & Grimshaw (1978) descrevem diferenças empíricas no comportamento distribucional, sintático e morfológico de RLs – como (56) – quando comparadas a completivas interrogativas – como (57). Uma das diferenças apresentadas pelas autoras (op. cit.) diz respeito à "restrição de morfemas Q" vista acima.

Mioto & Negrão (2007: 164-165) apontam que o português brasileiro conta com dois testes para distinguir relativas livres – como se vê em (56) – de sentenças completivas interrogativas – como exemplificada em (57). A seguir, descrevemos esses testes.

Testes para distinguir RLs de complementos interrogativos

(a) Sentenças completivas interrogativas têm a possibilidade de ter o núcleo da posição Complementizador preenchido; relativas livres não preenchem o núcleo de SC[17]:

(58) Eu perguntei [o que **que** ele quer]

(59) *Eu vou comprar [o que **que** ele quer]

Em (58) e (59) observam-se que o que distingue formalmente uma RL de uma oração interrogativa é o preenchimento do sintagma complementizador (SC): em (58) – *complemento interrogativo* – o SC tem preenchimento duplo: o núcleo C é preenchido pelo complementizador **que** e a posição [especificador] é preenchida pela expressão-Q **o que**. Em (59) – RL –, o SC só pode ter preenchido apenas a posição [especificador] pela expressão-Q **o que**.

(b) Completivas interrogativas podem ter elemento clivado; a clivagem é impossível em RLs[18]:

(60) Eu perguntei o que é que ele quer

(61)* Eu vou comprar o que é que ele quer

Clivadas são um tipo de 'ensanduichamento' de um dado elemento da sentença, na periferia esquerda da sentença. Uma clivagem canônica apresenta o elemento movido, entre um verbo copulativo e um elemento *que*; no entanto, o elemento movido pode anteceder a cópula como se vê em (60), esquematizado em:

17. Mioto & Negrão (2007: 164); dados (12a-b), renumerados; a ordem das orações foi invertida.
18. Mioto & Negrão (2007: 165); dados (12c-d), renumerados; a ordem das orações foi invertida.

(62) a. **o que é que** ....

b. o que (elemento movido) + cópula + elemento que

Em geral, elementos clivados – como **o que** em (60) – apresentam leitura de foco – sobre foco, veja capítulo 8.

Voltando aos testes que distinguem construções RLs de construções completivas, RLs não permitem que um dado elemento de sua sentença seja alçado para a periferia por meio de uma estrutura clivada como se vê pela agramaticalidade de (61).

As comprovações empíricas em favor da distinção entre completivas interrogativas e relativas livres têm um objetivo. Para Bresnan & Grimshaw (1978), as relativas têm uma propriedade sintática que as caracteriza de maneira única: o "efeito de conformidade categorial".

(iii) Efeito de Conformidade Categorial

Bresnan & Grimshaw (1978: 337-338) apontam uma propriedade sintática das RLs que as distinguem de forma única de outras subordinadas: o efeito de conformidade categorial. Trata-se de uma postulação que diz que os morfemas Q que iniciam uma RL têm de estar em conformidade com a estrutura argumental dos dois verbos envolvidos na construção. Observe a sentença abaixo:

(63) a. Eu admiro [**quem** sempre mantém a esperança]
└──➤ **quem**: objeto do verbo da matriz

a'. Eu admiro [**quem** sempre mantém a esperança]
└──➤ **quem**: sujeito do verbo da RL

Em (63), observamos que o pivô **quem**, semanticamente partilhado pela matriz e pela relativa, tem seu papel temático e função sintática determinados pelo verbo da sentença matriz – *admirar*. No entanto, na oração relativa há um papel semântico e uma função sintática independentes, associados ao pivô e determinados pelo verbo *manter*.

Sobre Orações Relativas e Teoria da Gramática, ver sugestão de leitura em leitura complementar, capítulo 6, ao final deste livro.

4. Considerações Finais

Nas seções acima detalhamos o SAdj, apresentando: (i) as maneiras como ele pode ser inserido em sentenças do português, (ii) a sua projeção sintagmática máxima. Detalhamos ainda a sua estrutura quando inserido como núcleo de uma predicação denominada de *pequena oração*. Tecemos considerações sobre a categoria chamada *advérbio*, propondo, de acordo com alguns linguistas, que esta categoria não é marcada no léxico das línguas e que deve ser dividida em categorias distintas.

Na seção quatro apresentamos a projeção oracional que funciona como *adjetivo* na língua portuguesa – a *oração relativa* – apresentando um resumo das estratégias de relativização no português que inclui as *relativas restritivas*, *não-restritivas* e *livres*.

No próximo capítulo, descrevemos sobre as categorias 'preposição' e 'quantificador'.

Capítulo 7

Considerações sobre o sintagma preposicional e o sintagma quantificador

1. Introduzindo o Capítulo

Neste capítulo tratamos de aspectos do sintagma preposicional e do sintagma quantificador. Na seção (2) introduzimos as preposições de um modo geral e projetamos o sintagma preposicional dentro do quadro da Teoria da Gramática. Na seção (3), abordamos, de modo breve, o sintagma quantificador inserindo-o nos quadros da Semântica Formal e da Teoria da Gramática.

2. O Sintagma Preposicional

Nesta seção, tratamos especificamente das preposições que formam o núcleo do sintagma preposicional. Em (2.1.) introduzimos a categoria preposição e em (2.2.) enfatizamos a preposição dentro da Teoria da Gramática.

2.1. *Introduzindo a Categoria Preposição*

As preposições têm sido tratadas pelas gramáticas normativas como uma "classe fechada" (ou seja, como uma categoria gramatical com poucos membros), sendo definidas como uma unidade linguística desprovida de independência – cf. Bechara (2006: 296-305). O número de preposições listado nas gramáticas está em torno de 15 a 18 itens lexicais. À listagem das preposições, se incluem o que Bechara (2006: 299) chama de "unidades convertidas em preposições" e as "locuções prepositivas" – grupo de palavras com valor e emprego de uma preposição[1].

1. Sobre "unidades convertidas em preposições", Bechara (2006) afirma:
"No sentido inverso à criação de advérbios ou locuções adverbiais mediante o emprego de preposições combinadas como substantivos

Na tabela abaixo – adaptada de Bechara (2006: 305) – apontamos as principais preposições (em negrito), bem como as “unidades convertidas em preposições” e as locuções prepositivas do português:

(1) **Principais ‘preposições’, ‘unidades convertidas em preposições’ e ‘locuções prepositivas’**

a	**de**	exceto
abaixo de	de acordo com	fora de
acerca de, cerca de	debaixo de	junto a
acima de	de cima de	junto de
a fim de	de conformidade com	mediante
à frente de	defronte de	na conta de
ante	dentre	não obstante
antes de	dentro	**para**
ao lado de	dentro de	para com
ao longo de	dentro em	**per**
ao redor de	**desde, dês**	**por**
a par com	detrás de	por baixo de
apesar de	diante de	por cima de
após	durante	por defronte de
após de	**em**	por dentro de
a respeito de	embaixo de	por detrás de
à roda de	em cima de	por diante de
até	em favor de	por meio de
até a	em frente de	quanto a, enquanto a
atrás de	em lugar de	segundo
através de	em prol de	**sem**
com	em razão de	sem embargo de
como	em troco de	**sob**
conforme	em vez de	**sobre**
consoante	**entre**	**trás**
contra		***perante***[2]

*(à noite, de tarde, com prazer, etc.), certos advérbios ou outras palavras transpostas à classe de advérbio, e certos adjetivos imobilizados no masculino podem converter-se em preposição: 'Fora os alunos ninguém mais pôde entrar no salão'; 'Após a chuva vieram os prejuízos'.; 'Os negociantes foram soltos mediante fiança'; 'Durante o jogo, a torcida cantava o hino do clube'. Também podem converter-se em preposição adjetivos como 'exceto', 'salvo', 'visto', 'conforme', 'segundo', 'consoante', 'mediante' e os quantificadores indefinidos 'mais' ou 'menos' quando estão empregados para exprimir não a quantificação, mas a soma e subtração ('*mais *estes reais', '*menos *estes reais', 'ele mais o pai'"*. Bechara (2006: 209, 301); exemplos dispostos em paragrafação e acentuação diferenciada. Os grifos são nossos.

2. “Perante” não é listada como preposição por Bechara (2006), mas o é por outros gramáticos.

As preposições (e locuções prepositivas) são palavras invariáveis, o que as diferem de *nomes*, *verbos* e *adjetivos*, mas as aproximam da categoria dita *advérbio* e das *conjunções* (complementizadores).

Preposições são "elementos de ligadura/ junção" e as gramáticas apontam que a categoria preposicional liga apenas palavras ou expressões e não sentenças como se vêem nos exemplos abaixo, adaptados de Bechara (2006)[3]:

(2) a. livro **de** história
b. útil **a** todos
c. alguns **de** vocês
d. necessito **de** ajuda
e. referentemente **ao** assunto
f. ai **de** mim!

No entanto, segundo Ilari et al. (2008: 626):

> *Constata-se, [...], que a preposição pode 'acrescentar um adjunto a uma oração completa', ou, de maneira equivalente, que 'a preposição pode formar constituintes que se adjungem a uma oração completa', e isso contraria a opinião corrente, segundo a qual dos dois lados de uma preposição encontraremos sempre 'palavras' e não 'sentenças'.*

Observe os exemplos abaixo dos autores (op. cit.)[4]:

(3) O Palmeiras está vencendo o Corinthians **para** alívio dos palestrinos
(4) *Não dá para ver coisa nenhuma* ***com*** *tanto prédio!* [D2 RJ 158]

Em (3) e (4) as preposições **para** e **com** ligam orações a expressões. As orações "*O Palmeiras está vencendo o Corinthians/ Não dá para ver coisa nenhuma*" são ligadas às expressões "*para alívio dos palestrinos/ tanto prédio*", respectivamente.

3. Bechara (2006: 297).
4. Ilari et al (2008: 625-626); exemplos (0-5), (0-6), renumerados. Os dados são extraídos do corpus compartilhado do Projeto NURC (Norma Urbana Culta).

Brito (2003: 392) alerta para o que chama de "processo de reanálise das preposições", que podem comportar-se como complementizadores, como é o caso da preposição *para*, que introduz orações infinitivas. Veja o exemplo (5) abaixo em português europeu (PE) e o dado correspondente em português brasileiro (PB)[5]:

(5) Eu disse <u>para</u> tu vires – PE
(6) Eu disse <u>para</u> você vir – PB

Pela característica das preposições de serem elementos de junção, a maioria de suas ocorrências (bem como das locuções prepositivas) não se dá de forma isolada, devendo ser seguida por outro sintagma. No entanto, algumas preposições fogem à regra:

> *[...] alguma preposições e locuções prepositivas podem surgir sozinhas, sendo de presumir que os seus argumentos sejam nulos:*
> *(a) Vá em frente.*
> *(b) o supermercado fica mesmo ao pé.*
> *(c) Estou contra.*
> *Brito (2003: 392)*

Observe que o exemplo (b) da citação acima é uma expressão do português europeu.

No capítulo 5, seção (3), vimos que orações complexas em português são introduzidas por complementizadores – SC – e que alguns SCs requerem uma preposição, como se vê em[6]:

(7) Aquela senhora dedica sua atenção [**a** que todos sejam bem atendidos]

Logo, (7), exemplifica que uma dada preposição, em português, também se une a complementizador a fim de ligar orações. Isto se dá por razões de marcação de Caso oblíquo (ou dativo) por meio de preposições.

As preposições em português podem se amalgamar – combinarem-se ou contraírem-se – com outras palavras. A seguir, apresentamos um quadro das preposições 'amalgamáveis' em português – Ilari et al. (2008: 645-646):

5. O exemplo (5) é o dado (1), renumerado, de Brito (2003: 392); o grifo é nosso. O exemplo em (6) é nosso.
6. Observe que, em (7), a preposição não liga as duas orações do período, mas sim acompanha o SC nesse processo de ligadura. Logo, os exemplos da preposição em (5)-(6) diferem-se do exemplo em (7).

(8) **Preposições Amalgamáveis** [7]

PREPOSIÇÃO	para	por	com	em	de
			ARTIGOS		
a (s)	pra (s)	pela (s)	co'a (s)	na (s)	da (s)
o (s)	pro (s)	pelo (s)	co'o (s)	no (s)	do (s)
uma (s)	pruma (s)	Ø	Cuma (s)	numa (s)	duma (s)
um (s)	prum (s)	Ø	cum (s)	num (s)	dum (s)
			PRONOMES DEMONSTRATIVOS		
isso / isto	Ø	Ø	Ø	nisso / nisto	disso / disto
essa (s) / esta (s)	Ø	Ø	Ø	nessa (s) / nesta (s)	dessa (s) / desta (s)
esse (s) / este (s)	Ø	Ø	Ø	nesse (s) / neste (s)	desse (s) / deste (s)
aquilo	praquilo	Ø	Ø	naquilo	daquilo
aquela (s)	praquela (s)	Ø	Ø	naquela (s)	daquela (s)
aquele (s)	praquele (s)	Ø	Ø	naquele (s)	daquele (s)
			PRONOMES		
ela (s)	prela (s)	Ø	Ø	nela (s)	dela (s)
ele (s)	prele(s)	Ø	Ø	nele (s)	dele (s)
você (s)	procê	Ø	Ø	nocê	docê
alguma (s)	Ø	Ø	Ø	nalguma (s)	Ø
algum (s)	Ø	Ø	Ø	nalgum (s)	Ø
outra (s)	Ø	Ø	Ø	noutra (s)	Ø
outro (s)	Ø	Ø	Ø	noutro (s)	Ø
			ADVÉRBIOS		
aqui / ali / aí	Ø	Ø	Ø	Ø	daqui / dali / daí
onde	Ø	Ø	Ø	Ø	donde

2.2. *A Categoria Preposição e a Teoria da Gramática*

Como já apontado, a Teoria da Gramática distingue categorias lexicais de funcionais; as categorias lexicais são aquelas que correspondem a palavras de conteúdo.

7. Ilari *et al* (2008: 645-646); quadro (1.4 e 1.5). Os autores chamam a seguinte nota de rodapé (10) ao quadro (1.5): *"Muitas das formas que apresentamos aqui não estão presentes na gramática mas são muito comuns na oralidade, algumas outras formas, como "praqui", que também podem ser aceitáveis não estão indicadas na tabela. Duas observações: 1) em casos como* comigo, contigo, conosco *e* convosco *houve a contração de uma preposição com um pronome já amalgamado a uma preposição que teve seu sentido esvaziado: me* + cum = mecum > mecu > mico > migo > com + migo = comigo*; 2) por analogia com as formas de* em + *artigo, presencia-se a criação de* ni*, como em ni mim, já apontada por Pontes (1992)".*

As preposições são apontadas como participantes do quadro das categorias lexicais; vê-se ainda que, diferentemente das categorias 'nome', 'verbo' e 'adjetivo', a categoria 'preposição' apresenta dois valores negativos [-V, -N]. Estes valores apontam para o fato de que, apesar das preposições apresentarem caráter lexical, elas também podem ser inseridas em uma classe sintática funcional. A seguir, discorremos sobre o caráter lexical e funcional das preposições.

2.2.1. *Preposições como Núcleos Lexicais*

Ao enfatizar-se a preposição como pertencente ao quadro das categorias lexicais, leva-se em consideração o fato de que, além de c-selecionar seu "complemento estrutural" – selecionar a c(ategoria) que entra em sua complementação estrutural –, as preposições também s-selecionam seu "complemento estrutural" – selecionam s(emanticamente) o SD)[8].

Veja os exemplos abaixo de Mioto et al (2004)[9]:

(9) a. Maria desmaiou **sobre** a mesa
b.* Maria desmaiou **sobre** a quinta-feira
(10) a. Maria desmaiou **na** mesa
b. Maria desmaiou **na** quinta-feira

Segundo os autores (op. cit.), o paradigma em (9)-(10) aponta para o fato de que *sobre* e *na* são preposições lexicais: s-selecionam e c-selecionam a categoria que requerem. Como se vê em (9)-(10), as preposições c-selecionam um SD ("a mesa" e "a quinta feira", respectivamente). No entanto o SD c-selecionado pela preposição precisa ser compatível com as propriedades semânticas dessa preposição. Observemos as palavras de Mioto et al (2004: 82) sobre o paradigma acima[10]:

> *A questão principal deste paradigma é: por que [(9b]) é mal formada e [(9a)] não é? A resposta é que 'sobre' é uma preposição lexical que s-seleciona lugar como complemento, pro-*

8. Note que estamos nos referindo ao "complemento estrutural" do SP, ou seja, nos referimos à categoria SD, selecionada por P'. Não estamos aqui tratando do SP como complemento do verbo ('indireto' ou 'relativo'), nem como complemento do nome ("complemento nominal").
9. Mioto et al (2004: 82); dados (57), (58), renumerados. O negrito é nosso.
10. A numeração entre colchetes, na citação, é adaptada a este texto.

priedade que não é compatível com o DP 'a quinta-feira', mas é compatível com o DP 'a mesa'. Por sua vez, a preposição 'em' s-seleciona tanto lugar como tempo e, por isso, as duas sentenças de [(10)] são bem formadas.

Logo, uma preposição é dita 'lexical', quando, além de selecionar um SD (SN), ela também fixa o papel semântico deste SD (SN); uma preposição lexical é imprescindível no lugar da sentença onde se insere.

2.2.2. *Preposições como Núcleos Funcionais*

Diferentemente da preposição lexical, a literatura aponta que a preposição funcional é aquela que se limita a apenas c-selecionar seu complemento, como se vê em[11]:

(11) José gosta [$_{SP}$ de pintura]

Ao dizer-se, em (11), que a preposição *de* é de caráter funcional, enfatiza-se que a preposição *de* apenas seleciona um SD, sem, contudo, restringir-lhe o papel semântico. Exemplo: "José gosta de nuvens", "José gosta de chocolate", etc. No entanto, em português do Brasil, inúmeros exemplos demonstram que os papéis semânticos das preposições ditas funcionais pode ser apontado[12].

Observe abaixo a preposição *de* em:

(12) a. Ele comprou o livro [$_{SP}$ da Maria] (e o enviou para José)

a'. SP "Fonte/ Origem" – o SP "de Maria" indica um início do percurso do evento expresso pelo verbo

(13) a. Ele comprou [$_{SD}$ o livro [$_{SP}$ da Maria]]

a'. SP "Posse" – o SP "da Maria" indica que "o livro" é possuído pela Maria[13]

---

11. Segundo Mioto et al (2004: 82): *"[... devemos levar em conta que a categoria* preposição *engloba núcleos de duas naturezas: existem preposições que são funcionais, isto é, que se limitam a c-selecionar seu complemento [...]".*
12. Talvez a exceção seja a preposição "de" que, em alguns contextos parece ser mesmo desprovida de s-seleção como em "gosta de sorvete/ animais/ João/ etc". Sobre o caráter [+ funcional] da preposição "de", ver Ilari, Castilho et al. (2008) que tratam "de" como a preposição mais "gramaticalizada" do português.
13. A literatura aponta que a preposição *de* em sentenças como (13a) traduz o caso "genitivo" do latim - ver Ilari et al. (2008); subseção (4.1.2.).

(14) a. Eles saíram [$_{SP}$ de manhã]

a'. SP "Tempo" – o SP "de manhã" indica um sintagma com valor semântico 'Tempo'.

Logo, existem bons argumentos para enquadrarmos as preposições no quadro dos núcleos lexicais. Mesmo as preposições ditas funcionais, como *de*, parecem apontar para algum papel semântico, mantendo então seu caráter lexical.

Nesta seção, não podemos deixar de lado um aspecto da literatura que aponta os traços [-N, -V] das preposições. Esta classe de palavras atesta ainda características de núcleos funcionais.

Sobre o 'papel funcional' das preposições, há que se levar em conta o papel das preposições na marcação casual de SDs (*nomes*) em uma dada sentença. Observe os exemplos abaixo em português europeu (PE) e em português brasileiro (PB):

(15) a. Dei um livro [$_{SP}$ à Inês] (PE)

b. **SP a** "Meta/ Alvo"

c. Dei-<u>lhe</u> um livro

(16) a. Dei um livro para Inês (PB)

b. **SP para** "Meta/ Alvo"

c. Dei um livro <u>para ela</u>

Observe que, nos exemplos (15) e (16), o verbo *dar* é o item lexical crucial (e não necessariamente a preposição *a/para*) para a marcação do papel temático associado ao SD *Inês*. Este fato é corroborado, principalmente em PE, pela possibilidade de omissão da preposição, sendo o SD (que a preposição liga ao verbo) substituído pelo clítico dativo *lhe* – ver (15c). Exemplos com a preposição *a*, como (15a), são casos clássicos de preposição do tipo 'funcional' em português.

Observe que, preposições consideradas tipicamente lexicais não podem ser omitidas da sentença, nem o SD que elas introduzem pode ser substituído por um pronome clítico com marcação de caso. Como exemplo veja a preposição *sobre* em (9a), renumerado:

(17) a. Maria desmaiou **sobre** a mesa

b.* Maria desmaiou a mesa

c. * Maria desmaiou-lhe

Voltando aos dados (15), (16), outro fato importante precisa ser dito. Em PB, como a marcação de caso nos clíticos está em franco desaparecimento, o uso da preposição é imprescindível, mesmo quando se opta por substituir um *nome* por um *pronome* (no caso, um pronome nominativo *ela* e não o dativo *lhe*) como se vê em (16c). Dados como (16c) nos permitem propor que preposições como *para* em PB são mais lexicais do que funcionais, diferentemente de *a* no PE. Observe ainda, pelos dados em (15) e (16), que em PB, a preposição *a* dativa vem sendo preterida pela preposição *para* dativa. Voltamos a este assunto à frente.

Atente para mais um paradigma em PE e PB, exemplificando as preposições funcionais *a/para/de*:

(18) a. Comprei um livro [$_{SP}$ à Inês] (PE)
b. **SP a** "Meta/ Alvo"
c. Comprei-<u>lhe</u> um livro (comprei para ela/ Inês)

(19) a. Comprei um livro [$_{SP}$ à Inês] (PE)
b. **SP a** "Fonte"
c. Comprei-<u>lhe</u> um livro (comprei um livro dela/ da Inês. A proveniência do livro era Inês)

(20) a. Comprei um livro [$_{SP}$ para Inês] (PB)
b. **SP para** "Meta/ Alvo"
c. Comprei um livro <u>pra ela</u>

(21) a. Comprei um livro [$_{SP}$ da Inês] (PB)
b. **SP de** "Fonte"[14]
c. Comprei um livro <u>dela</u> (da Inês)

O verbo *comprar* em (18)-(21) é o item lexical crucial (e não necessariamente as preposições *a/para/de*) para a marcação dos papéis temáticos associados ao SD *Inês*. Este fato é corroborado, principalmente em PE, pela possibilidade de omissão da preposição

14. Atente que, na oração em (21a), o SP *da Inês* ainda poderia ter papel temático 'posse' (caso genitivo). Neste exemplo, no entanto o papel temático é 'Fonte' – a 'proveniência' do livro era Inês.

a, sendo o SD que ela liga ao verbo, substituído pelo clítico dativo *lhe* – ver (18/19c). Exemplos de preposição como *a* em (18/19a) são casos clássicos de preposição do tipo 'funcional' em português.

Em PB, como a marcação de caso nos clíticos está em franco desaparecimento, o uso da preposição é imprescindível, mesmo quando se opta por substituir o *nome* que a preposição liga ao verbo *comprar* por um *pronome* (no caso, um pronome nominativo *ela* e não o dativo *lhe*) como se vêem em (20/21c). Dados como (20/21c) nos permitem propor que preposições como *para* e *de* em PB são mais lexicais do que funcionais, diferentemente de *a* no PE. Observe ainda, pelos dados em (18)-(21) que, enquanto em PE o dativo é marcado unicamente pela preposição *a*, em PB, essa marcação se dá por meio de *para* ('Meta/ Alvo') e de *de* (Fonte').

As diferenças na marcação do caso dativo em PB e PE são evidentes, como se observa nos paradigmas (15)-(16) e (18)-(21), e elas vêm sendo alvo de diversos estudos. Citamos em PB, entre outros, os seguintes trabalhos relacionados à marcação do dativo: Torres Moais & Berlink (2007) e Freire (2000).

Torres Morais & Berlink (2007: 62, 63) apresentam dois importantes processos de mudança no marcador oblíquo, que se encontram exemplificados nos paradigmas (15)-(16) e (18)-(21) acima:

(i) perda gradativa das formas *clíticas de 3ª. pessoa (lhe/lhes)*

> *[...] as quais são substituídas ou pela forma preposicionada do complemento (a ele/ eles, a ela/ elas) ou pela forma pronominal nula [...]*
>
> *Torres Morais & Berlink (2007: 62, 63)*

Observe mais exemplos em PB e PE respectivamente:

(22) [15] **PE**
O miúdo deu-*lhe* o brinquedo.

15. Torres Morais & Berlink (2006); exemplo (1b), renumerado.

(23) **PB**
O menino deu o brinquedo *a/para ele/a*

(ii) substituição da preposição **a** pela preposição **para** ou **de**

> *[...] com os verbos ditransitivos em que o argumento dativo é interpretado como meta/ recipiente ou fonte/ origem [...]*
>
> *Torres Morais & Berlink (2007: 62, 63)*

Atente para mais estes dados:

(24) **PE**
a. O miúdo deu o brinquedo *ao amigo* [16] (*ao amigo* – 'Meta/ Alvo')
b. Alguns daqueles jovens compraram flores *à florista* para as amigas (*à florista* – 'Fonte')

(25) **PB**
a. O menino deu o brinquedo *para o amigo* (*para o amigo* –'Meta/ Alvo')
b. Alguns daqueles jovens compraram flores *da florista* para as amigas (*da florista* –'Fonte')

A mudança na marcação da preposição **a** para **para** e **de** em PB reflete uma das reorganizações do português brasileiro se comparado ao português europeu.

Outros dois fatores podem ainda ser apontados no tocante à reorganização da marcação do complemento dativo (ou oblíquo) em PB:

(iii) A ausência do fenômeno 'redobro do clítico' em PB
Em espanhol e em PE ocorre o fenômeno do "redobro do clítico".

> *[...] no PE, o redobro do clítico ocorre obrigatoriamente na presença das formas pronominais a ele, a ela, a eles, a ela.*
>
> *Torres Morais & Berlink (2007: 79)*

16. Torres Morais & Berlink (2006); exemplo (1a), renumerado; o caso semântico é inserção nossa.

(26)[17] **PE**

a. O José deu-**lhe** o doce **a ela**

b. * O José deu o doce **a ela**

(16) **PB**

a. O José deu o doce **para ela**

b. *O José deu-**lhe** o doce **para ela**

(iv) O uso do *lhe* como objeto direto em PB

As formas *lhe*/*lhes* têm sido apresentadas, em algumas regiões brasileiras, não mais como formas de 3ª pessoa, mas de 2ª pessoa formal, ao lado dos correspondentes *a você/a vocês* – cf. Ramos (1999).

(17) **PB**

"Eu não **lhe** amo mais!"

***2.2.3.** Sintagmas Preposicionais 'Adjuntos' e 'Complementos'*

Nesta subseção, tocamos, ainda que muito superficialmente, em uma das questões mais complexas nos estudos de Teoria da Gramática: a questão adjunção/ complementação. A abordagem de um sintagma preposicional, por exemplo, como adjunto ou complemento é bastante ingênua se pressupõe que este pode ser dito complemento ou adjunto (de um nome ou de um verbo) facilmente. Observe os exemplos abaixo:

(18) a. José comprou presentes para as crianças [$_{SP}$ com a mulher]

a'. SP **com** "Acompanhamento"

(19) a. O marido não concordou [$_{SP}$ com a mulher][18]

a'. SP **com** "Acompanhamento"

17. Torres Morais & Berlink (2007:79); exemplos (26 a-b), renumerados.
18. Bechara (2006: 419); exemplo não numerado.

Em (18) e (19) temos o sintagma [$_{SP}$ *com a mulher*] marcado com o papel temático "Acompanhamento". Em (18), não é difícil atribuir ao [$_{SP}$ *com a mulher*] o caráter de adjunto do verbo "comprou", pois se vê que este verbo é um verbo de três lugares, preenchido pelos argumentos *José* (externo) e *presentes/para as crianças* (internos – objetos). Logo, em (18), [$_{SP}$ *com a mulher*] é um adjunto do verbo "comprou"[19]. Diferentemente, *não concordar*, em (19), é um verbo de dois lugares e é preenchido pelos argumentos "o marido" (externo) e "com a mulher" (interno – complemento relativo)[20]. Observe que uma análise ingênua do [$_{SP}$ *com a mulher*] assumiria que este SP, por seu caráter semântico de 'leitura adverbial', é um adjunto adverbial do verbo *não concordar*. No entanto, é inegável o fato de que, em (19), o [$_{SP}$ *com a mulher*] age como argumento interno do verbo leve (transitivo) *não concordar* [21].

Sobre "Sintagmas Preposicionais Adjuntos e Complementos" ver sugestão de leitura em *leituras complementares* ao final deste caderno.

2.2.4. *O SP e a Estrutura X-Barra*

Como vimos acima (e em capítulos anteriores), preposições podem introduzir SPs complementos ou adjuntos de nomes e de verbos. SPs podem ainda ser complementos de um núcleo funcional – o sintagma concordância (SConc). A seguir, apresentamos estruturas de SPs complementos e adjuntos ligados a nomes e a verbos e ainda SPs complementos de SConc.

2.2.4.1. *SPs Selecionados/ Adjungidos ao Nome*

SPs podem ser selecionados por nomes, funcionando, portanto, como seus complementos. Abaixo, apresentamos SPs como complementos de nomes:

<u>SP complemento de nome (periodização simples)</u>

Observe a sentença (42) – capítulo 4 – renumerada abaixo, seguida de sua estrutura

(20) a. Kiko deu [$_{SN}$ uma ajudada] [$_{SP}$ *na montagem da árvore de Natal*]

---

19. Note que, análises sintáticas tradicionais diriam: "adjunto adverbial de companhia" para o SP em (18).
20. Ver Bechara (2006: 419).
21. Estamos assumindo, aqui, simplificadamente, a negação como parte do verbo.

b. SF

SN F'

Kiko $_i$ F Sv

deu $_j$ SN v'

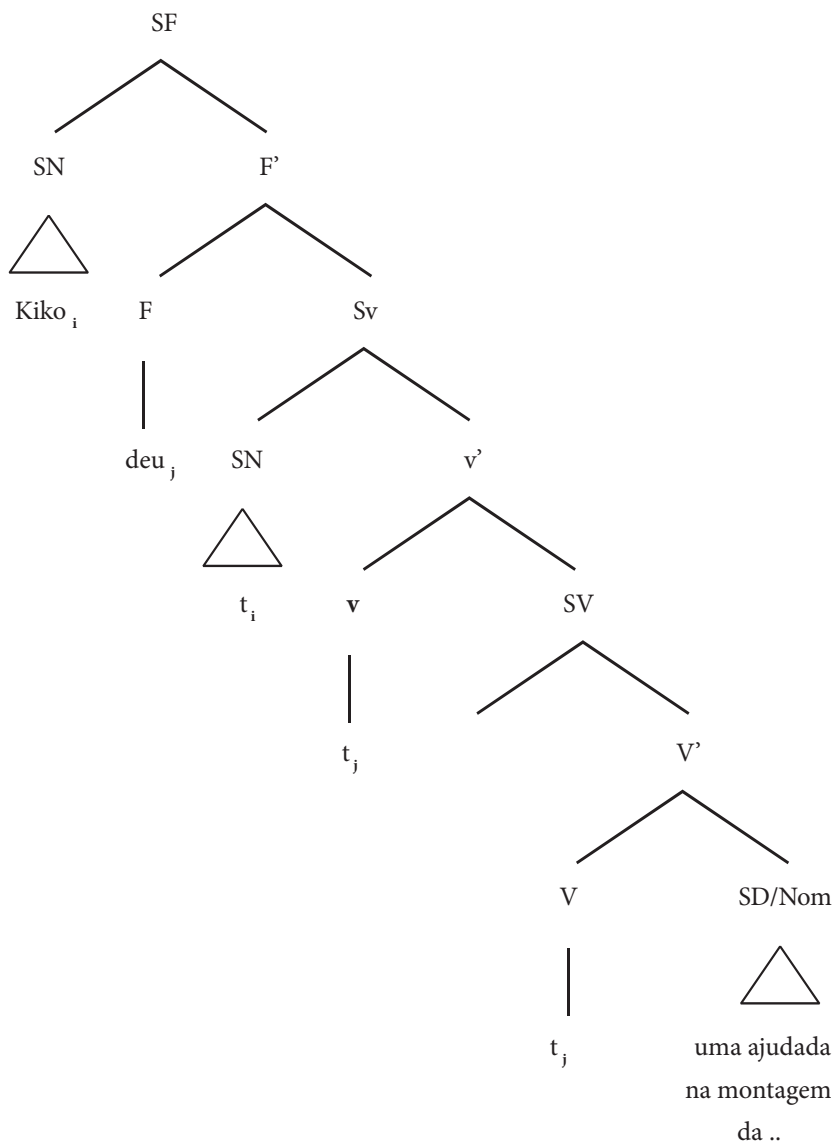
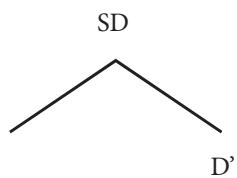
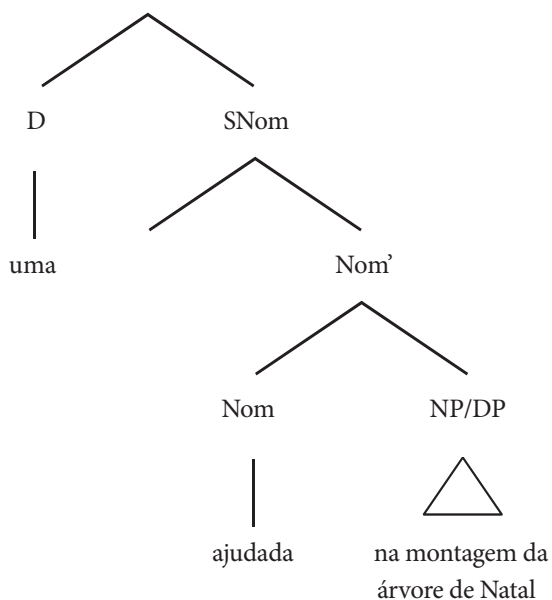
t $_i$ **v** SV

t $_j$ V'

V SD/Nom

t $_j$ uma ajudada na montagem da ..

b' SD

D'

Em (20b’), o SP *“na montagem da árvore de Natal”* é complemento do nome *ajudada,* elemento que é parte da predicação em (20) – *dar uma ajudada*.

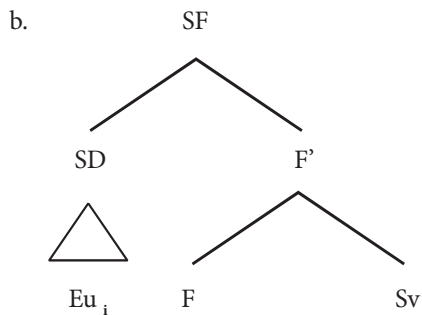
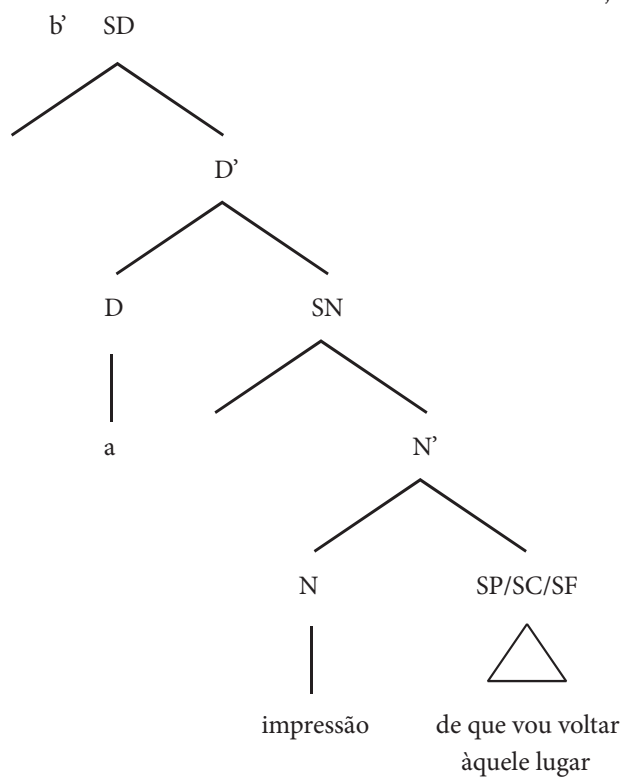
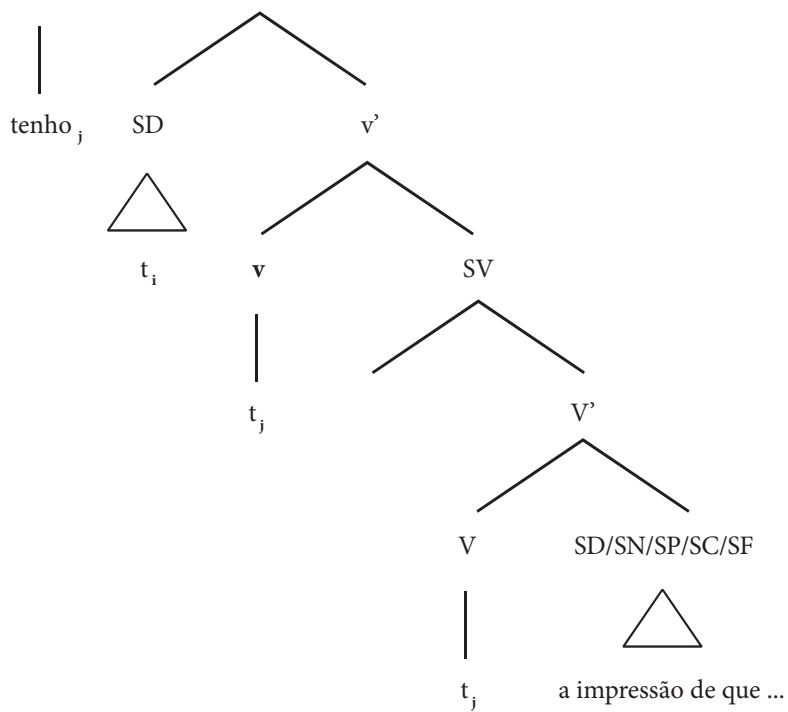
SP complemento de nome (periodização composta)

Em (45) – capítulo 4 – renumerado abaixo, seguido de sua estrutura, exemplificamos um complemento nominal do tipo oracional:

(21)a. [*Eu tenho a impressão* [$_{SP}$ *de* [$_{SC}$ *que* [$_{SF}$ *vou voltar àquele lugar*]]]]

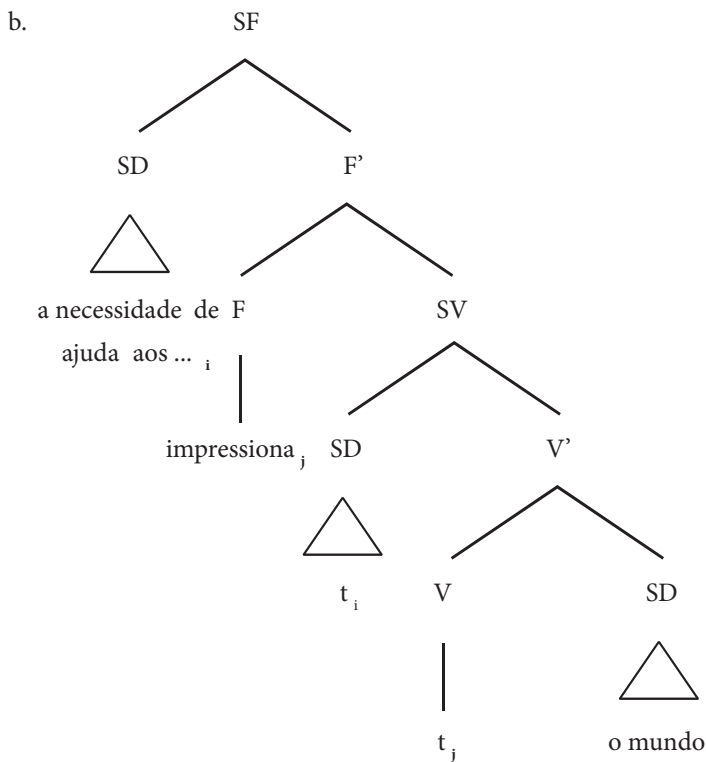
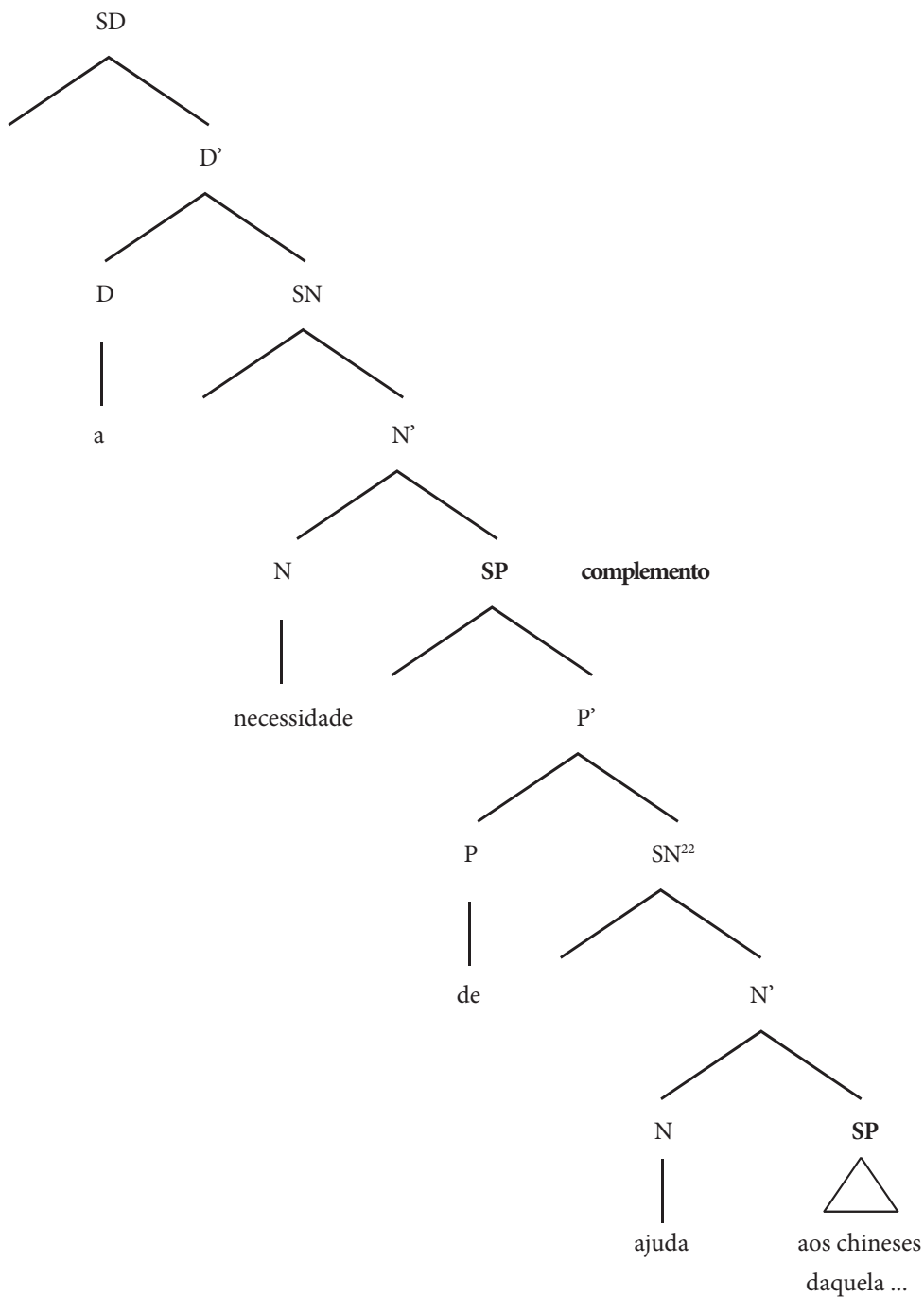
b.

tenho j
SD
v'
t i
v
SV
t j
V'
V
SD/SN/SP/SC/SF
t j
a impressão de que ...

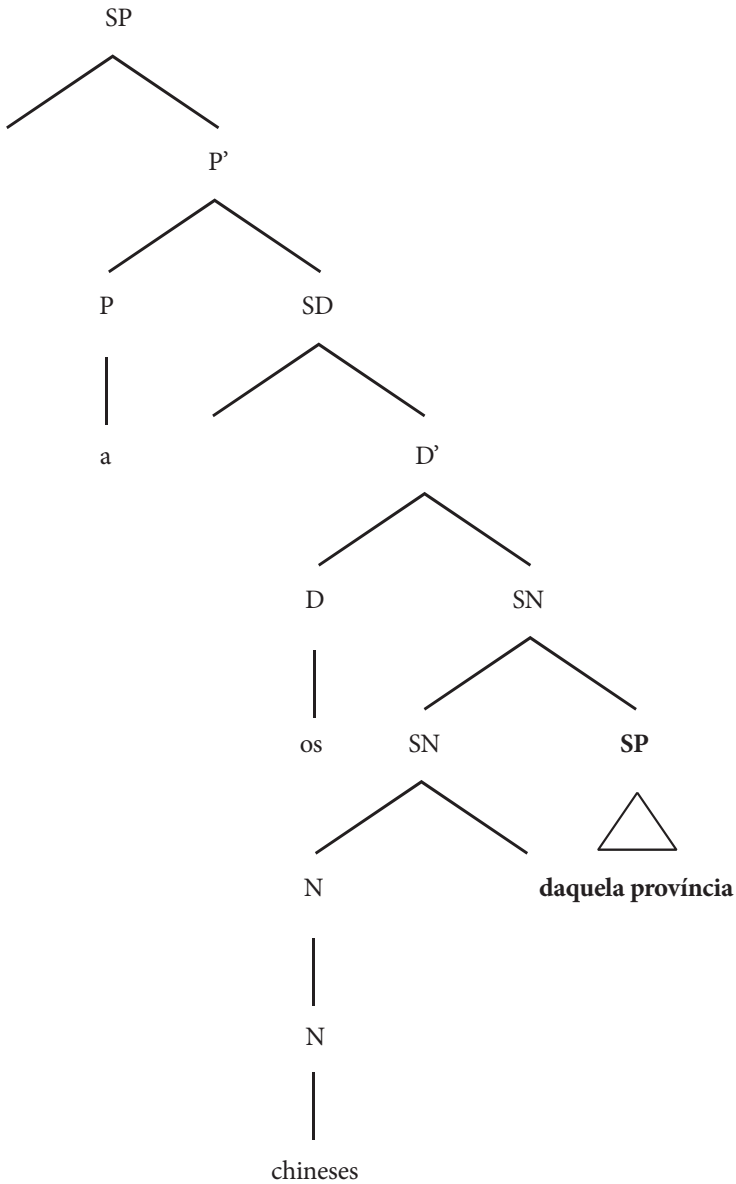
b' SD
D'
D
SN
a
N'
N
SP/SC/SF
impressão
de que vou voltar
àquele lugar

Em (21b'), o SP *"de que vou voltar àquele lugar"* insere, em conjunto com um SC, uma sentença [+N], complemento do nome *impressão*.

SP adjunto de nome

SPs podem ser ainda adjungidos a nome, funcionando, portanto, como "adjetivos", como se vê por meio do SP *daquela província* em:

(22) a. [A necessidade [$_{SP}$ *de ajuda* [$_{SP}$ *aos chineses* [$_{SP}$ *daquela província*]]]] impressiona o mundo

b'. [$_{SD}$ A necessidade [$_{SP}$ *de ajuda* [$_{SP}$ *aos chineses* [$_{SP}$ *daquela província*]]

22. Por economia, não projetamos aqui, antes do SN, o SD.

SP 'aos chineses' = complemento

b". [$_{SP}$ aos chineses daquela província]

SP 'daquela província' = adjunto

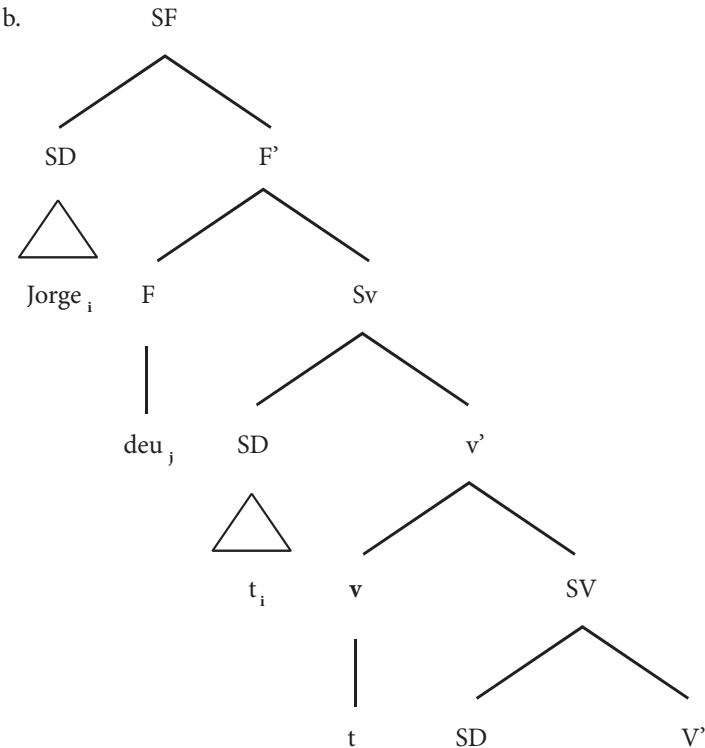
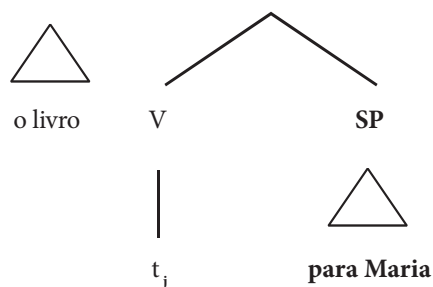
Pelos diagramas acima, vemos que, enquanto os nomes *necessidade* e *ajuda* exigem complementos preposicionais – *de ajuda/ aos chineses* –, o nome *chineses* não requer complementação. Logo, *chineses* adjunge à sua projeção máxima o SP *daquela província.*

2.2.4.2. *SPs Selecionados/ Adjungidos ao Verbo*

SPs podem ser selecionados por verbos, funcionado, portanto, como seus complementos. Abaixo, apresentamos um SP como complemento de verbo[23]:

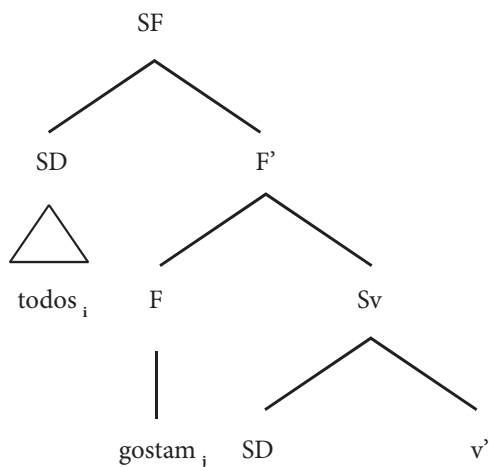
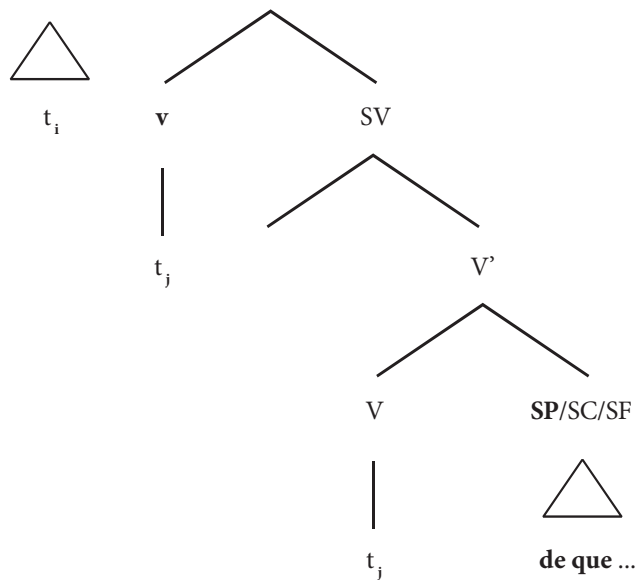
SP complemento de verbo (periodização simples)

(23) a. Jorge deu o livro [$_{SP}$ *para a Maria*]

b.

23. Exemplo e estrutura (26), capítulo 3; renumerado.

Em (23), o SP *para a Maria* é um dos argumentos internos do verbo *dar*. Neste caso, deve ser inserido em uma estrutura Sv/SV.

SPs podem ser selecionados por verbos que estão em uma sentença matriz. Neste caso, o SP é introduzido na sentença mais baixa da periodização, seguido por um complementizador como se vê em:

SP complemento de verbo (periodização composta)[24]

(24) a. [*Todos gostam* [$_{SP}$ *de* [$_{SC}$ *que* [$_{SF}$ *sejam premiados*]]]]

24. Exemplo (46) – capítulo 5.

Como apontado no capítulo 5, a sentença (24) acima é um complemento oblíquo (preposicional) do verbo da sentença principal.

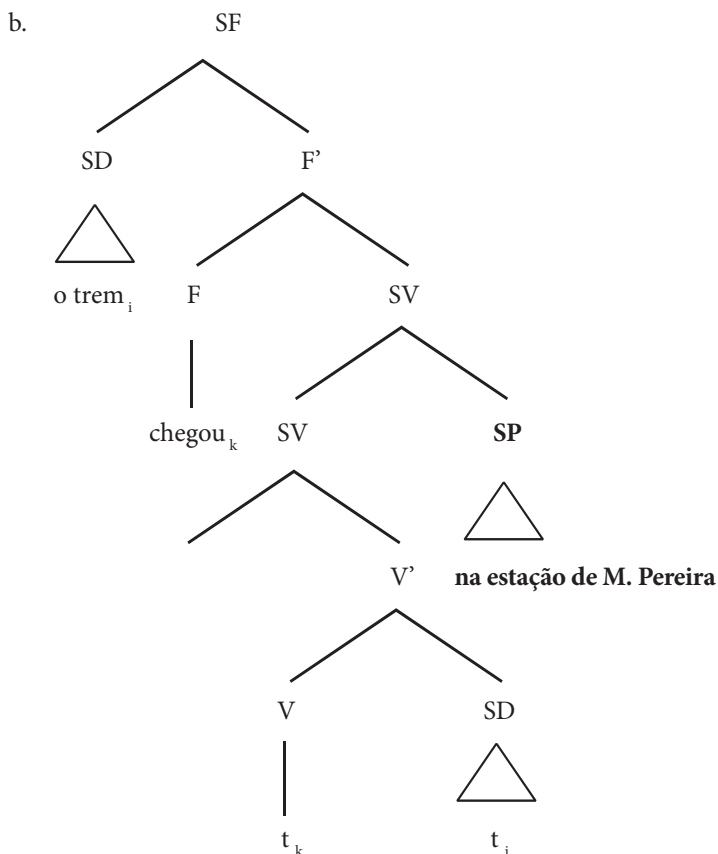
Um complemento sentencial com tempo finito – como exemplificado acima em (24) – sempre ocorre com um complementizador. No entanto:

> *Os complementos sentenciais infinitivos, por outro lado, nunca são iniciados por um complementizador, como exemplificado em (50).*
>
> *(50) a. então vamos tentar [*reconstruir a maneira de vida desse Povo*] (EF SP 405)*
> *b. ... pretendia* [ir pela Varig*] (D2 RJ 355)"*

Cyrino, Nunes & Pagotto (a sair, p. 17)

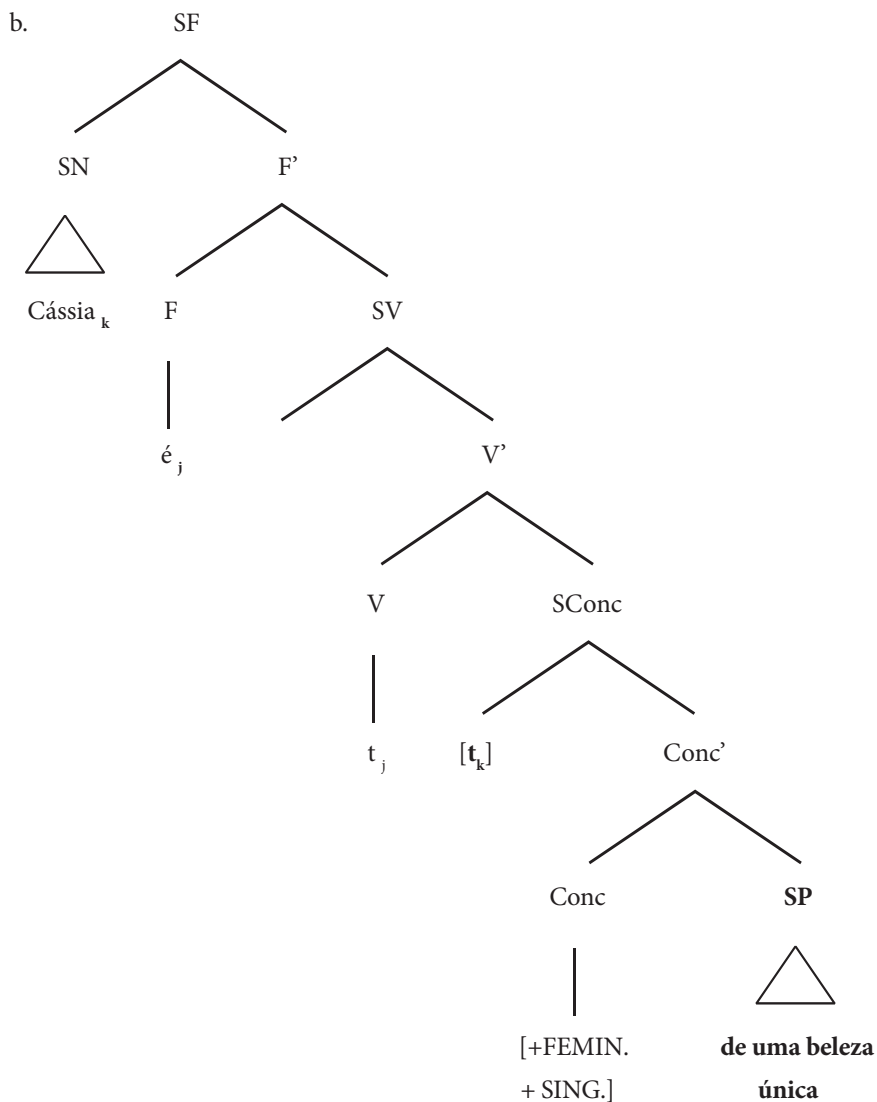
<u>SP adjunto de verbo</u>

SPs podem ser adjungidos a SVs, funcionado, portanto, como adjuntos de verbos. Abaixo, apresentamos um SP como adjunto de verbo:

(25) a. O trem chegou [$_{PP}$ *na estação de Miguel Pereira*]

Em (25), o verbo *chegar* é inacusativo, logo é gerado apenas com um argumento interno: *o trem*. O SP na estação de *Miguel Pereira* não tem lugar estrutural na argumentação do verbo, sendo, portanto, na estrutura em (25), um típico caso de adjunção verbal.

2.2.4.3. *SPs Selecionados por SConc*

Em capítulos anteriores, discorremos sobre a chamada "pequena oração" – PO –, projetada pelo Sintagma Concordância – SConc. O núcleo do SConc projeta um sintagma de natureza adjetival como seu complemento. O SP pode ocorrer como um complemento na estrutura SConc em português como se vê abaixo por meio do SP *de uma beleza ímpar*, que funciona como um "adjetivo" na PO:

(26)a. Cássia $_{i}$ é [$_{PO}$ **t**$_{i}$ [$_{SP}$ de uma beleza ímpar]]

Sobre "Preposições no Português Brasileiro e Europeu" ver sugestão de leituras em *leituras complementares*, capítulo 7, ao final deste livro.

3. O Sintagma Quantificador

Nesta seção abordaremos brevemente sobre o conceito de quantificação, empregado pela semântica formal e ainda na Teoria da Gramática.

3.1. *O Sintagma Quantificador e a Semântica Formal*

"Quantificador" é um termo cunhado pela semântica formal, a fim de referir-se a um conjunto de itens que expressam contraste ou quantidade como: *todo*, *cada*, *algum*. O status de alguns destes itens tem importância particular na construção de sistemas lógicos como se vê abaixo em exemplos de Chierchia (2003), enfatizando o quantificador *todo*[25]:

(27) a. Det N_c V_i [26]
Todo homem fuma

b. {x: x é um homem em t} $\subseteq$ {x: x fuma em t}

c. *expressões / denotações*
Todo: é um subconjunto de
homem: {x: x é um homem em t}
fuma: {x: x fuma em t}

A análise de expressões como *todo* em (27) é um desafio para a semântica dita *denotacional*, pois esta semântica assume que as expressões denotam objetos como se vê na citação a seguir:

> *Algumas expressões nominais são usadas para representar diretamente um indivíduo no mundo, isto é, são usadas para referir. Esse é o caso de nomes próprios em (6), das descrições definidas em (7), e dos pronomes em (8).*
>
> *(6) Fernando Henrique Cardoso, Fernanda Montenegro, São Paulo, rua Luciano Gualberto, rio Pinheiros*
> *(7) o maior rio do mundo, o jogador mais velho da Seleção, o maior escritor brasileiro, o autor de 'Dona Flor e seus dois maridos', os moradores de Carapicuíba, o primeiro clone animal.*
> *(8) eu, você, ele, mim*
>
> *Muller & Viotti (2003: 141)*

25. Chierchia (2003); dados (24), (25a), (26), renumerados.
26. N_c [nome comum]; V_i [verbo intransitivo]; t [situação t (ou seja, o momento no qual a expressão/ sentença é pronunciada)]; $\subseteq$ [relação de subconjunto].

Em semântica formal, as sentenças declarativas, por exemplo, associam-se ao que se chama "condições de verdade". As "condições de verdade" de uma sentença dependem da referência das expressões que compõem esta sentença e ainda do modo como tais expressões se combinam – cf. Chierchia (2003: 77).

Observe a expressão *Fernanda Montenegro* (expressão (6) da citação acima) na sentença em:

(28) *Fernanda Montenegro é atriz*

Sobre (28), podemos dizer em (29)[27]:

(29) *Fernanda Montenegro é atriz* é verdadeira numa situação **t** (momento da asserção) ***sse*** (se, e apenas se) o indivíduo denotado por *Fernanda Montenegro* pertencer à classe dos indivíduos atores (atrizes) na circunstância **t**.

Se expressões são usadas para representar um indivíduo no mundo ("se referem" a um indivíduo no mundo), como *Fernanda Montenegro* em (28), qual seria a referência de uma expressão como *todo* em (27)? Usando os fundamentos matemáticos do conceito de conjunto (a teoria dos subconjuntos), a semântica formal dirá que:

> *[...] o determinante 'todo' denota a relação* $\subseteq$. *Uma sentença do português com a forma 'Todo N V' é verdadeira quando a classe denotada pelo N é um subconjunto da classe denotada pelo V. Em forma de esquema:*
>
> *(26)* expressões / denotações
> **Todo***: é um subconjunto de*
> **homem:** {*x: x é um homem em t*}
> **fuma:** {*x: x fuma em t}*
>
> *Chierchia (2003, p. 89)*

Sobre "Semântica e Quantificação" ver sugestão de leituras em *leituras complementares* – capítulo 7 – ao final deste livro.

---

27. (29) baseia-se em trecho de Chierchia (2003: 77).

3.2. *O Sintagma Quantificador e a Teoria da Gramática*

Em Semântica Formal, os quantificadores estão unificados na classe dos determinantes – cf. Chierchia (2003: 87-102). Em Teoria da Gramática, quantificadores e determinantes são dois sintagmas distintos, inseridos na projeção do "sintagma nominal maximamente estendido" como visto no quadro em (33) – capítulo 5 –, renumerado em:

(30)

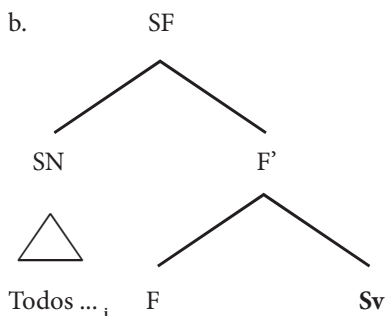
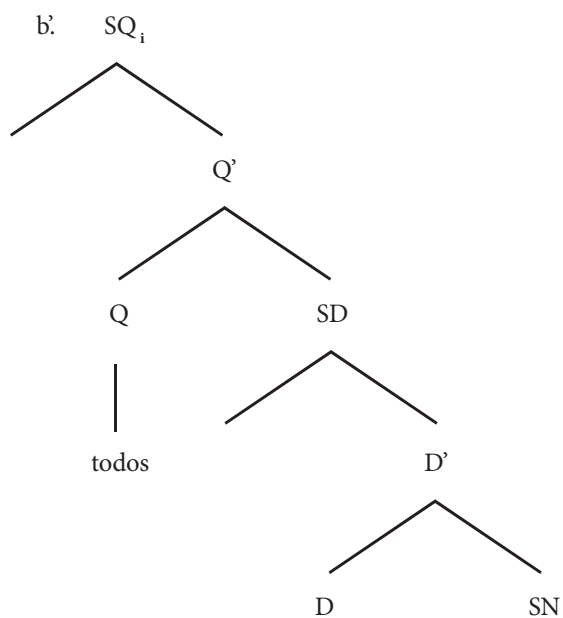
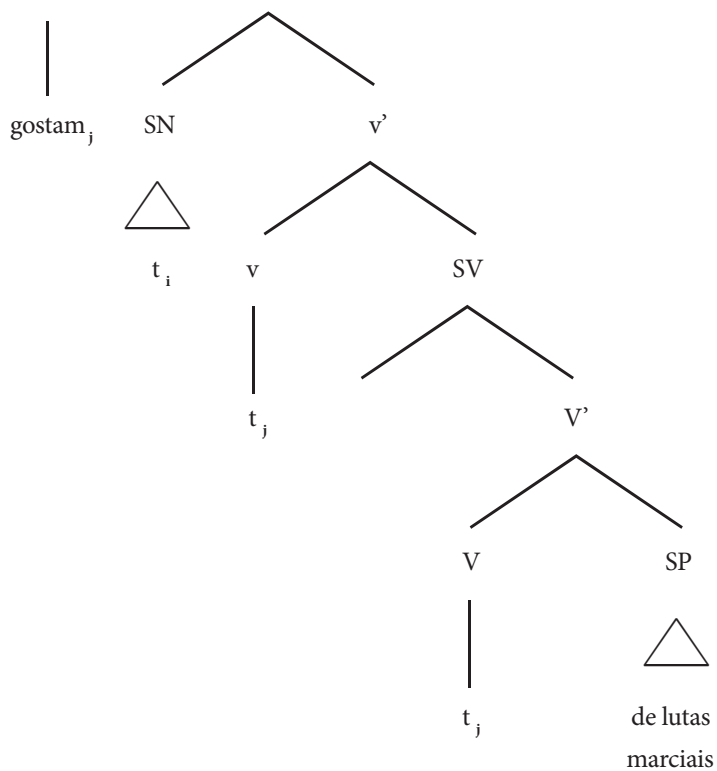
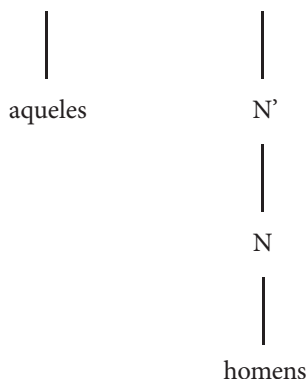
1 TODOS	2 AQUELES	3 MEUS	4 OUTROS	5 DEZ	6 PRIMEIROS	7 ESTRANHOS POEMAS
ambos	este(s)	teu(s)	mesmo(s)	um	segundo(s)	
	esse	seu		dois	terceiro	
	o	nosso		.	.	
	um	vosso		.	.	
	algum			.	.	
	nenhum			vário		
	cada			diverso		
				muito		
				pouco		

No quadro em (30), observam-se as posições **1** e **2** de quantificador e determinante respectivamente. Logo, em uma sentença com a expressão *todos os homens*, tal expressão é projetada, dentro da Teoria da Gramática, em um *SN maximamente estendido* com um quantificador e um determinante como exemplificado em:

(31) a. [$_{SQ}$ *Todos* [$_{SD}$ *aqueles* [$_{SN}$ *homens*]]] gostam de lutas marciais

b.

gostam j
SN
v'
t i
v
SV
t j
V'
V
SP
t j
de lutas
marciais

b'. SQ i
Q'
Q
SD
todos
D'
D
SN

Logo, o SQ, como o concebemos neste livro, é a projeção de alguns itens lexicais denominados de “pronomes indefinidos” pela gramática tradicional como: *todo*, *alguém*, *cada*, *nenhum*, etc.

Observe que a distinção *quantificador* e *determinante* não é simples; como visto, a semântica formal enquadra as duas categorias como uma só – *determinantes*. Ao observarmos o quadro acima em (30), vemos que *cada*, por exemplo, é tido como determinante. *Cada*, enquadrado como determinante em (30), se dá devido ao teste sintático, em Teoria da Gramática, de avaliar um item como determinante se este aparece, ou não, com outro item dito determinante dentro de uma mesma projeção SN como se vê em[28]:

(32) a.* *Cada um* homem escolheu um carro
b. [$_{SD}$ *Cada*] homem escolheu um carro
c. [$_{SD}$ *Um*] homem escolheu um carro

Note que, em (32a), o quantificador *cada* não pode ocorrer com o determinante *um*; este fato sintático classifica *cad*a como uma projeção SD em (32b), pois ele é o único determinante do nome *homem* presente em (32b). No entanto, ao dizer-se que *cada* é um SD em (32b), não se quer dizer que este SD não tenha propriedades quantificacionais. O mesmo se dá com o item *um* em (32c), considerado um SQ, como *cada* e *todo*, pela Semântica Formal.

Observe novamente o quantificador *todos* em (31). Em (31), o quantificador *todos* pode ocorrer em conjunto com um determinante dentro do mesmo sintagma nominal.

28. *Determinantes* só podem ser projetados uma única vez dentro do SN.

Neste caso, projetam-se dois sintagmas distintos – SQ e SD – como demonstrado em (31b'). Logo, quando um SQ puder ocorrer juntamente com um SD, como visto em (31), os dois sintagmas serão projetados distintamente: SQ e SD. Diferentemente, quando um SQ não ocorrer em conjunto com um SD, projetaremos este SQ como um SD, como exemplificado em (32).

4. Considerações Finais

Acima, introduzimos as preposições e o sintagma preposicional dentro do quadro da Teoria da Gramática, verificando que os SPs podem ser projetados como complementos de nomes, de verbos e do sintagma funcional SConc. SPs podem ainda ser projetados como adjuntos de nomes e de verbos.

Abordamos também, neste capítulo, os quantificadores e sua projeção, verificando que a categoria gramatical quantificador é uma subclasse dos determinantes, podendo, em alguns casos, ocorrer em conjunto com um determinante e, em outros casos, comportar-se como o único determinante da sentença. Este comportamento dos quantificadores levou pesquisadores em Teoria da Gramática a concebê-los como uma projeção distinta do SD. Diferentemente, pesquisadores em Semântica Formal consideram-nos como parte do conjunto de itens que formam o chamado sintagma determinante.

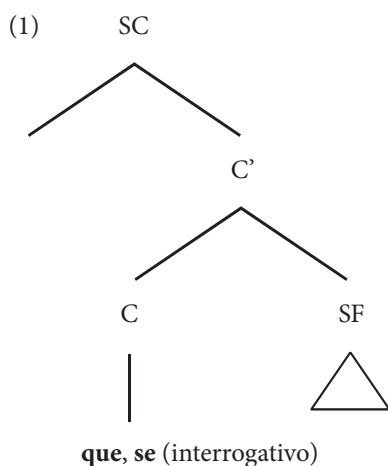
Capítulo 8

Aspectos do sintagma complementizador:

Considerações sobre o sintagma conjuntivo e sobre conectivos

Neste capítulo, abordamos, com mais detalhes, o sintagma complementizador, SC.

1. A Categoria Complementizador

Na seção 3 do capítulo 5, introduzimos brevemente o sintagma complementizador – SC – definindo-o como uma projeção do núcleo C(omplementizador), de natureza funcional. O SC, como os demais sintagmas, segue o esquema X-Barra:

Em (1), vê-se que o C(omplementizador) – núcleo da projeção SC – projeta uma posição de complemento (estrutural), que por sua vez, em conjunto com o núcleo, projeta uma posição de especificador (Spec). O complemento estrutural de um C' é sempre uma oração – SF; a posição [Spec, SC] é o local de pouso de sintagmas movidos de dentro de uma SF.

O núcleo do SC (1) é preenchido, em português, pelas conjunções integrantes **que** e **se**. Abaixo, exemplificamos núcleos do SC em português:

(2) a. Eles têm necessidade de **que** suas metas sejam alcançadas
b. Ele perguntou **se** Mariana chegará para a reunião em tempo

1.1. *Complementizador versus Conjunção versus Conectivo*

Neste livro, corroboramos a proposta linguística de que complementizadores se diferem de conjunções e de conectores.

Atente para os exemplos em:

(3) Ela perguntou **se** nós fomos bem tratados naquele lugar – **complementizador**
(4) Jonathan comprou o carro **porque** precisava – **conectivo** (+ complementizador)
(5) Mariana chegou **e** as clientes ficaram satisfeitas – **conjunção**

Segundo a tradição gramatical, a periodização em (3) corresponde ao tipo 'subordinada substantiva' – interrogativa indireta –; em (4) ao tipo 'subordinada adverbial'; em (5), a orações coordenadas. Cada um dos três elementos em (3)-(5) são classificados como *conjunção*. No entanto, corroboramos análises que definem os itens lexicais acima, em negrito, como pertencentes a categorias sintáticas diferentes.

Ratificamos que complementizadores ligam orações com dependência sintática uma da outra – reveja as sentenças [+N] na seção (3) do capítulo 5. Em português, *que/se* compõem a classe dos complementizadores da língua. No entanto, complementizadores se distinguem de conjunções:

> *[...] não só pelos valores que veiculam mas também pelo facto de com eles poderem ocorrer quando os membros coordenados são frases subordinadas, como acontece em (2a,b). Se tivermos em conta que duas conjunções ou dois complementadores não podem concorrer para uma mesma posição sintáctica (cf. (2c,d)), a boa formação de (2a,b) mostra que conjunções e complementadores são duas subclasses lexicais distintas.*
>
> *(2) (a) Acho que ele tem trabalhado demais e que devia fazer férias o mais brevemente possível.*
> *(b) Porque já acabei o trabalho e porque está bom tempo, vamos passear mais tarde.*

*(c) *Ele vai ao cinema e ou ao teatro.*

(d) Ela não sabe porque quando a convidaram para passar férias na montanha.*

Matos (2003: 558[1])

Logo, definimos as diferenças entre os itens lexicais *se* (3) e *e* (5), renumerados, como categorias distintas: *complementizador* e *conjunção* respectivamente:

(6) Ela perguntou **se** nós fomos bem tratados naquele lugar – **complementizador**

(7) Mariana chegou **e** as clientes ficaram satisfeitas – **conjunção**

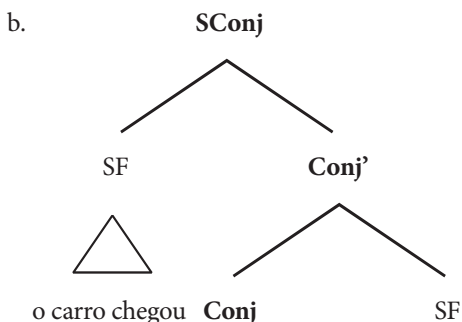
Orações como as do tipo em (7) apontam para um conjunto de sentenças que se ligam por meio de coordenação. A seguir, abordamos, brevemente, sobre a análise que adotamos neste livro para a coordenação sentencial.

1.1.1. *Conjunções e Estruturas de Coordenação*

Como a subordinação, a coordenação sentencial tem a propriedade de formar unidades sintáticas complexas. No entanto, diferentemente da subordinação – sentenças [+N] – a coordenação opera combinando constituintes que se equivalem sintática e semanticamente.

Observe o exemplo em (8), seguido de sua estrutura:

(8) a. O carro chegou, mas ninguém saiu

b.

1. Os grifos nos exemplos são nossos.

Em (8b), seguimos a proposta de estrutura de coordenação que se vê em Matos (2003: 560), em que uma estrutura coordenada pode ser concebida como um constituinte que tem por núcleo a *conjunção*. A estrutura em (8b) capta o fato de que a conjunção estabelece uma relação de 'nexo' entre as sentenças e que, embora, essas sentenças sejam relativamente livres umas das outras, têm interdependência discursiva.

A análise sintática evidencia ainda que há diferenças entre *conjunções* – como exemplificamos acima – e *conectores*.

> *A distinção entre conjunções e conectores nem sempre é estabelecida nos estudos gramaticais que se baseiam fundamentalmente na função semântica desempenhada por ambos: a de estabelecer o nexo entre os membros coordenados.*
>
> *Contudo, há diferenças formais importantes entre eles, que nos permitem concluir que, embora as conjunções coordenativas possam ser consideradas como uma subclasse específica de conectores, nem todos os conectores que surgem em estruturas de coordenação são conjunções.*
>
> *Os conectores são expressões que têm um âmbito mais geral do que as conjunções. Ocorrem tanto em domínios de coordenação como de subordinação, mantendo seu papel de explicitar a ligação entre os constituintes envolvidos.*
>
>
>
> *Matos (2003: 559)*

Observe novamente as sentenças (4)-(5), renumeradas:

(9) Jonathan comprou o carro **porque** precisava – **conectivo** (+ complementizador)
(10) Mariana chegou **e** as clientes ficaram satisfeitas – **conjunção**

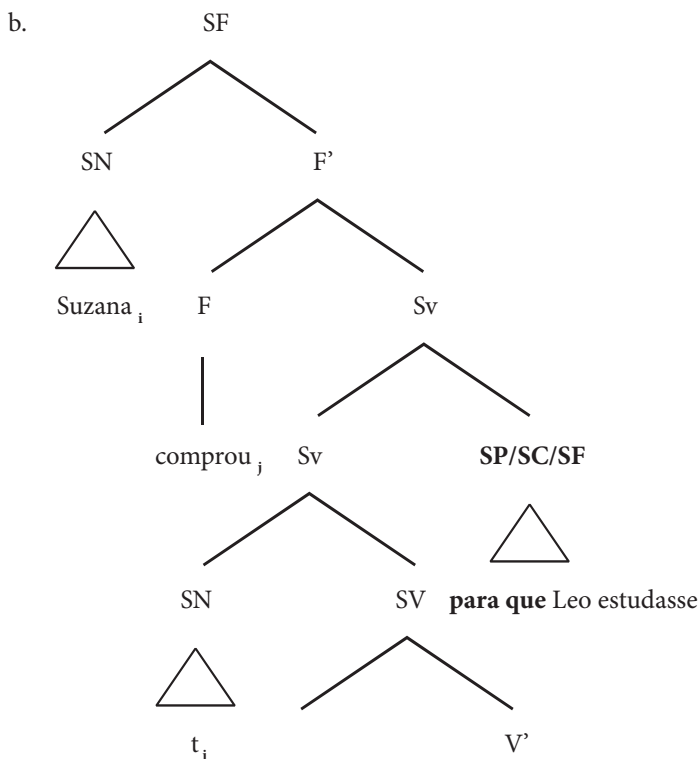
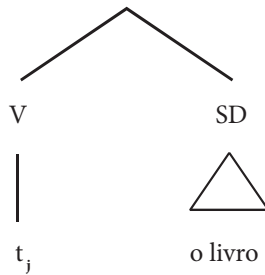
Ao elemento de ligadura sentencial *porque* em (9), chamamos de conectivo e não de conjunção (como denominamos *e* em (10)). Em (9), *porque* se insere em um conjunto de elementos denominados de *locuções conjuntivas* pela gramática e, como veremos sucintamente, a seguir, introduzem as orações chamadas *subordinadas adverbiais*.

1.1.2. *Os Conectivos e as 'Estruturas Adverbiais'*

Os elementos que introduzem um conjunto de sentenças ditas 'adverbiais' são considerados, em nossos compêndios gramaticais, como locuções conjuntivas ou locuções adverbiais – ver Bechara (2006: 493). Neste livro, seguimos a análise que considera as locuções conjuntivas ou locuções adverbiais como conectores. Os conectores são, muitas vezes, combinados com um complementizador.

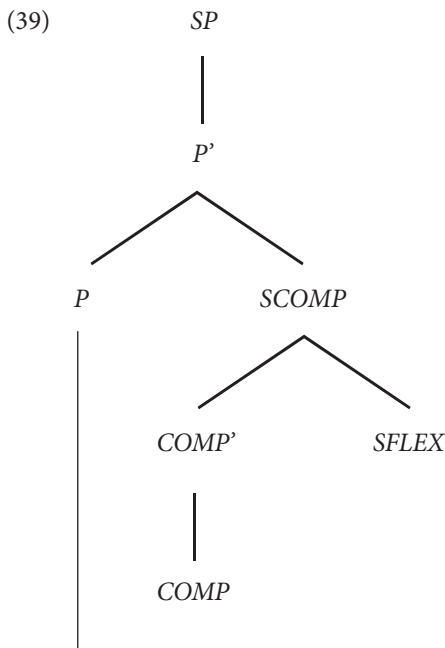
Observe a sentença em (11) e sua proposta de estrutura:

(11) a. Suzana comprou o livro **para que** Leo estudasse

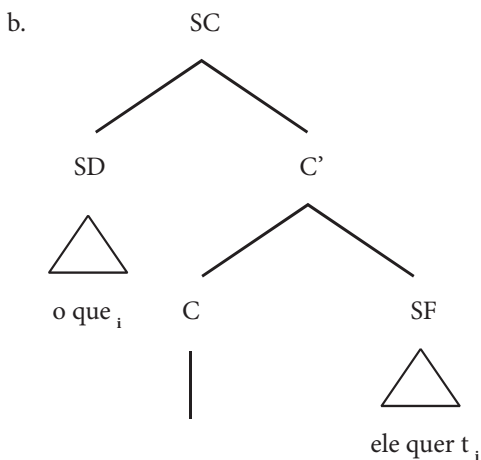
b.

Observe que o elemento de juntura entre as duas orações em (11) é a preposição *para* de base semântica 'finalidade' e um complementizador *que*. Logo, *para que* não pode ser analisada como uma *locução conjuntiva*. Observe ainda que o que distingue a sentença *para que Leo estudasse* de uma sentença [+N], introduzida por complementizador, é que a sentença encaixada em (11) está em uma estrutura de adjunção.

Segundo Brito (2003b: 704, 705), os conectores são:

> *[...] sintagmas preposicionais (SP) ou sintagmas adverbiais (Sadv) que contêm uma oração finita (iniciada pelo complementador que) ou infinitiva, sem o 'que':*

(39)

__1.2.__ A Posição 'Especificador do Sintagma Complementizador'

A posição de especificador (Spec) de SC [Spec, SC] não é uma posição temática (posição de SDs argumentos). Logo, o [Spec, SC] é dito uma posição A-barra, ou seja, uma posição não argumental. O [Spec, SC] A-barra constitui, portanto, um lugar aberto para elementos que se movem como **o que** em [2]:

(12) a. [$_{SF}$ Eu vou comprar [$_{SC}$ **o que** $_{i}$] [$_{SF}$ ele quer t_i]]

Em (12), a "expressão relativizadora" **o que** é gerada na posição de argumento interno do verbo *quer*; **o que** move-se para a posição [Spec, SC] da oração encaixada [$_{SC}$ *o que ele quer*]. Observe que, em (12), a posição núcleo do SC não é preenchida.

2. Sobre a posição [Spec, SC] A-barra (não-argumental), contraste-a com a posição [Spec, SV] que é uma posição temática (posição de SDs argumentos), logo argumental – ver capítulo 4.

Resumindo esta seção (1), podemos dizer que a projeção SC tem duas funções específicas:

1. SC liga sentenças entre si (SF + SF) e/ou ao discurso propriamente dito;
2. SC aloja sintagmas movidos de dentro de um dado Sintagma Flexional (SF).

2. Pronomes Q

Nesta seção, introduzimos os *pronomes-Q*. Estes pronomes são os responsáveis por movimentos de sintagmas-Q para a posição [Spec, SC].

Os *pronomes-Q* podem aparecer em sentenças do tipo perguntas-QU e relativa e constituem um conjunto de itens bem restrito na língua como se vê abaixo em Braga, Kato & Mioto[3]:

(13) Os pronomes-Q: *que*, *quem*, *qual*, *o que*, *onde*, *quando*, *como*, *quanto, cujo*.

2.1. *Pronomes Interrogativos QU*

Pronomes interrogativos QU introduzem um tipo particular de perguntas: as *perguntas-QU*.

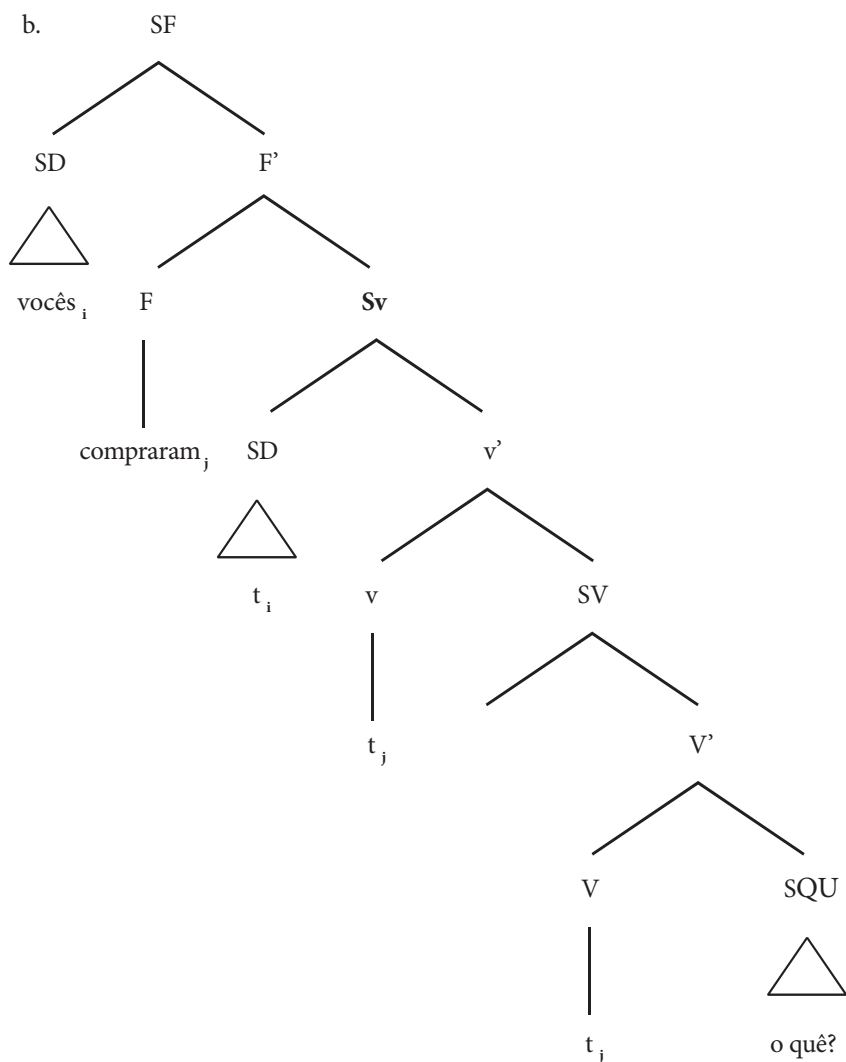
De acordo com Haspelmath (1977), independentemente da filiação genética e areal, as línguas podem expressar aproximadamente até sete categorias ontológicas de pronomes interrogativos: (1) *Pessoa* – "quem?"; (2) *Coisa* – "o quê?"; (3) *Propriedade* – "que tipo?"; (4) *Lugar* – "onde?"; (5) *Tempo* – "quando?", (6) *Maneira* – "como?"; (7) *Quantidade* – "quanto?". Além destas, ainda é possível criar expressões mais complexas e específicas, como por exemplo: *Cor* – "que cor"[4].

A língua portuguesa expressa todas as categorias ontológicas de pronomes-QU apontadas pela descrição tipológica de Haspelmath (1977). A razão da denominação *pronomes/perguntas –QU* deve-se ao fato de que a maioria dos pronomes-QU em português inicia-se com fonema /k/, grafado em sua quase totalidade como *qu-* (Ex.: /k^{w}ãdʊ/ "quando", /k^{w}ãtʊ/ "quanto", /kõmʊ/ "como").

Observe uma sentença interrogativa do tipo QU em:

(14) a. [Vocês [$_{SV}$ compraram [$_{SQU}$ o quê?]]]

---

3. Braga, Kato & Mioto (no prelo, p. 2, dado (1), renumerado).
4. Ver Haspelmath (1977: 29-30).

Os *pronomes-QU* são uma subclasse dos SNs; em (14), o SQU **o quê?** é gerado na posição de argumento interno do verbo leve *comprar*.

O exemplo (14) aponta para uma característica importante de *perguntas-QU* em português: essas perguntas são analisadas como *perguntas-QU* 'in-situ', ou seja, as *perguntas-QU* em português são projetadas na sintaxe no local onde são geradas. Isto se deve ao fato de que, diferentemente do português, línguas como o inglês exigem que *perguntas-QU* se movam sempre para a posição [Spec, SC] como se vê em:

(15) a *When did you arrive?* "Quando vocês chegaram?"

a'. [$_{SC}$ **When** $_{i}$ [$_{SF}$ did you arrive **t** $_{i}$?]]

b.* Did you arrived <u>when</u>?

c. Did you arrived <u>when</u>? ("pergunta eco")

Diferentemente do português, o inglês não permite que uma pergunta WH/QU permaneça 'in-situ' – ver (15b); a exceção ocorre em "perguntas eco" ou quando há mais de um pronome WH/QU na sentença [5].

O português permite o movimento de *perguntas QU* para a posição [Spec, SC], mas este movimento não é obrigatório como se vê em inglês.

Sobre "Pronomes-Q interrogativos", ver sugestão de leitura em *leituras complementares* – capítulo 8 – ao final deste livro.

2.2. *Pronomes Relativos*

Como visto no início desta seção (2), os *pronomes-Q* podem aparecer em sentenças do tipo *perguntas-QU* e *relativa*.

Pronomes-Q relativos introduzem sentenças relativas, já mencionadas neste livro no capítulo 6. Na próxima seção, retomamos a relativização, enfatizando que *pronomes-Q relativos* envolvem movimento de um sintagma para a posição [SPec, SC] e chamando a atenção do leitor para estratégias de relativização no português do Brasil.

5. Perguntas *WH in-situ* em inglês, como (15b), só são permitidas em um contexto especial chamado de *echo question* ("pergunta eco"): (15c) "Did you arrived **when**?" (entonação especial em **when?**). Segundo Trask (1993: 88), *pergunta eco* diz respeito a uma resposta a uma enunciação que toma a forma de uma pergunta pedindo confirmação de alguma parte daquilo que foi enunciado e que, tanto quanto possível, simplesmente repete a enunciação. Um exemplo de contexto e de pergunta eco é dado por Trask (op. cit) como se vê no dado por nós numerado: (1)a. <u>enunciação</u>: *I saw Ignatz this morning* ("eu vi Ignatz esta manhã"); (1)b. <u>pergunta eco</u>: *You saw* who*?* ("você viu **quem**?") (ou: (1)c. *You saw Ignatz this morning?*- "Você viu Ignatz esta manhã?"). Observe que, quando a pergunta é do tipo eco, com um pronome WH, este pronome está *in-situ* em inglês – ver (15c) – e recebe um acento enfático, marcado pelo negrito. Chamamos a atenção, no entanto, que estamos tratando aqui de exemplificação em inglês de perguntas *WH in-situ* com sentenças com um único elemento WH. Sentenças com mais de um WH têm comportamento distinto.

3. Movimentos para a Posição 'Especificador de Sintagma Complementizador'

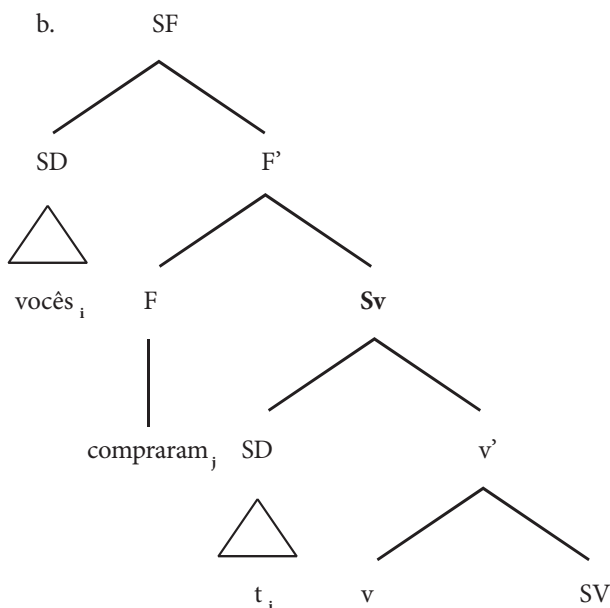
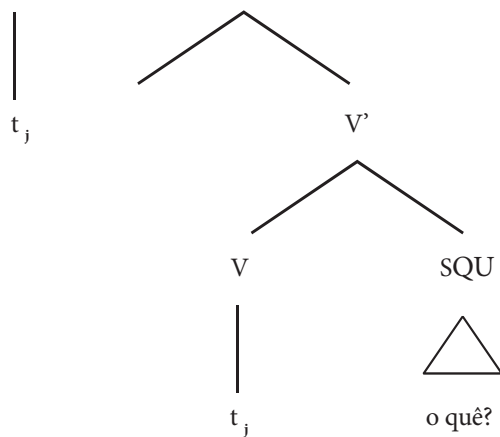
Nesta seção enfatizamos a posição "especificador do sintagma complementizador" – [Spec, SC] –, que é preenchida por *SQUs* e *pronomes-Q relativos* que sofrem movimento de dentro de uma sentença – SF – para esta posição no SC.

3.1. Movimento QU

Como visto na subseção (1.2.), exemplo (12), a língua portuguesa permite o movimento de *perguntas QU* para a posição [Spec, SC], embora este movimento não seja obrigatório (como o é em línguas como o inglês): português é uma língua do tipo "WH in situ".

Observe o exemplo (14), renumerado, seguido de outros dois exemplos com pergunta QU movida:

(16) a. Vocês $[_{SV}$ compraram $[_{SQU}$ o quê?]]

b.

(17) a. [O que $_i$ vocês compraram $\mathbf{t}_i$?]

b. SC

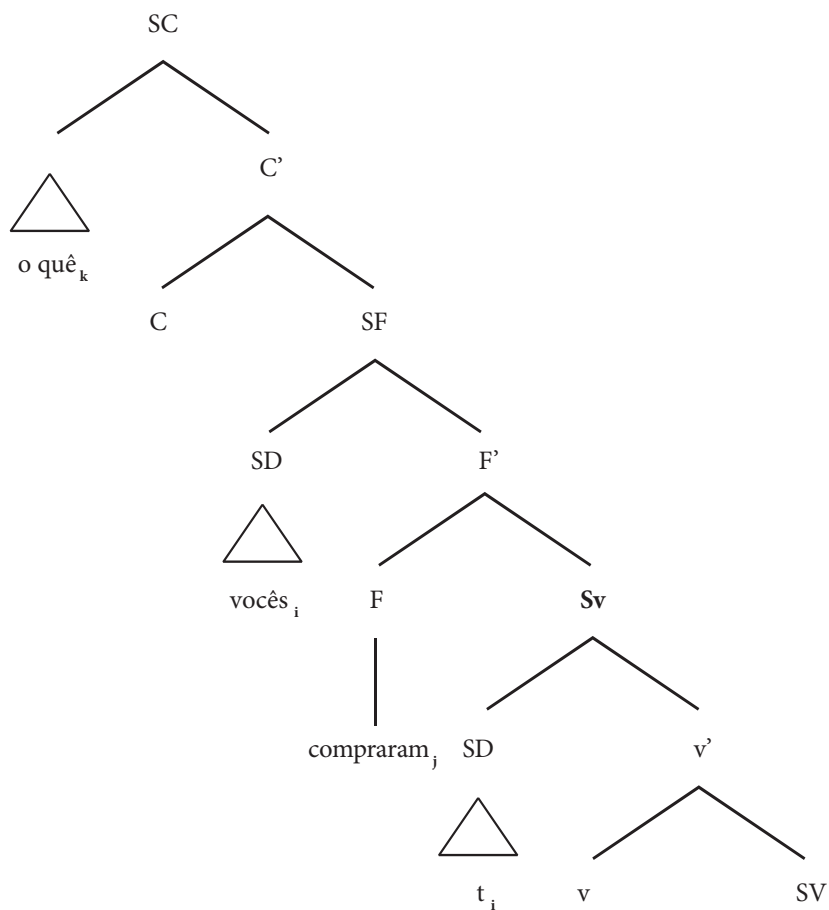
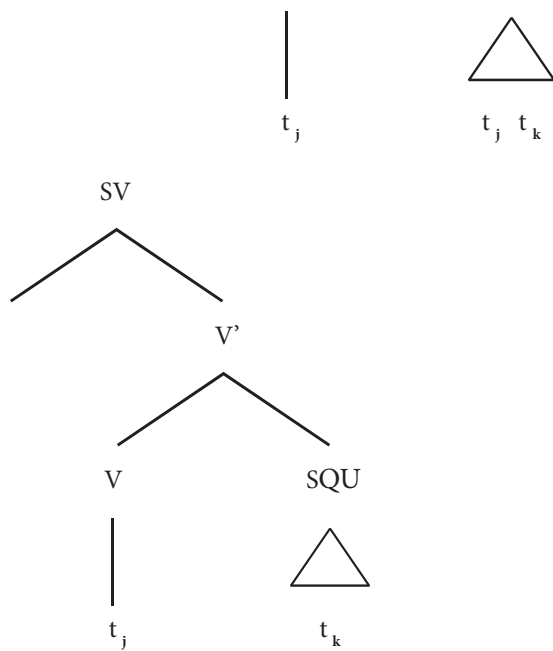
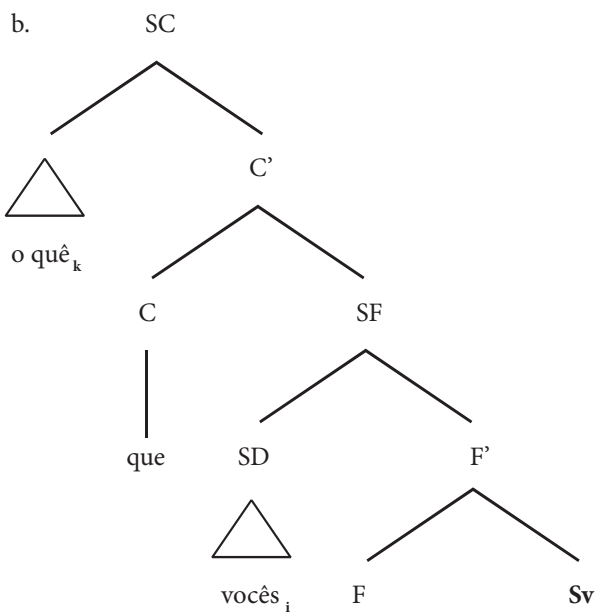
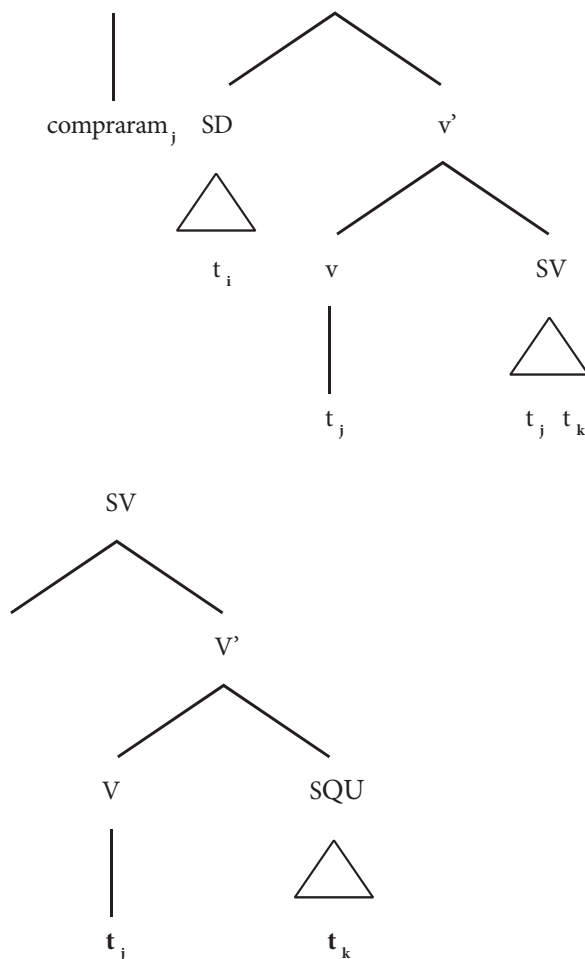
o quê $_k$ C’

C SF

SD F’

vocês $_i$ F **Sv**

compraram $_j$ SD v’

t $_i$ v SV

(18) a. [O que $_i$ que vocês compraram **t**$_i$?]

Em (16), vê-se o SQU **o quê?** *in-situ* na posição de complemento do verbo *compraram*. Em (17), atesta-se o movimento desse SQU para a posição [Spec, SC]. A sentença (18) exemplifica uma possibilidade de movimento do SQU para a posição [Spec, SC], seguido de preenchimento da posição do núcleo do SC pelo complementizador **que**. A sentença em (18) é uma estrutura muito comum no português popular (e oral culto) do Brasil, mas não atestada no português europeu [6].

6. Conferir, entre outros: (1) Kato & Raposo (1996), (2) Braga, Kato & Mioto (A sair), subseção (5.4.2.1.) "As interrogativas com Q in situ e deslocado".

3.2. Movimento do Pronome Relativo

Como já abordado no capítulo 6, o pronome relativo (ou expressão relativa) assume uma posição na periferia esquerda da sentença, na posição de especificador do SC.

Observe a sentença abaixo:

(19) a. A secretária, [com quem Pedro Paulo trabalha], comprou um apartamento

b.

b'.

A sentença representada em (19b') é uma oração relativa não-restritiva – ver capítulo 6, subseção (3.2.). Em (19), exemplifica-se um conectivo do tipo 'expressão relativa': **com quem**, formado pela preposição *com* e pelo pronome relativo *quem*. Note que a expressão relativa *com quem* foi movida de dentro de uma posição argumental da sentença [*Pedro Paulo trabalha* t_i] – a posição de complemento oblíquo do verbo *trabalha*. A preposição *com*, do tipo funcional, move-se para a periferia esquerda da sentença, seguida de seu complemento, o pronome relativo *quem*.

Atente para o fato de que <u>o pronome relativo assume a posição [Spec, SC]</u>. No entanto, no português brasileiro, atestam-se construções relativas introduzidas por complementizador e não por pronome relativo como apresentamos a seguir.

3.2.1. *Estratégias de Relativas no Português do Brasil – o Preenchimento da Posição Núcleo de SC*

Vários pesquisadores – cf. Lemle (1978), Kato (1981, 1993), Tarallo (1983) – atestam que as orações relativas restritivas no português do Brasil (PB) apresentam quatro variantes[7]. São as relativas construídas com: (i) pronome relativo, (ii) pronome resumptivo, (iii) resumptivo lexical e (iv) relativas cortadoras, como exemplificam os dados (20a-d) respectivamente:

(20) a. O funcionário [**para quem** $_i$ você entregou as pastas **v**$_i$] veio hoje
b. O funcionário [**que** você entregou as pastas **para ele**] veio hoje
c. O funcionário [**que** você entregou as pastas **para o incompetente**] veio hoje
d. O funcionário [**que** você entregou as pastas] veio hoje

7. Sobre *orações relativas restritivas*, ver Capítulo 6, subseção (3.2.1.).

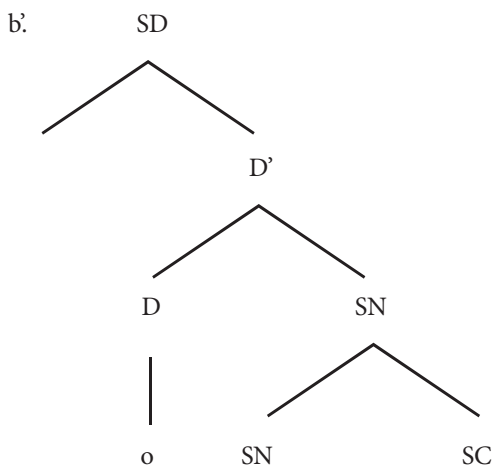
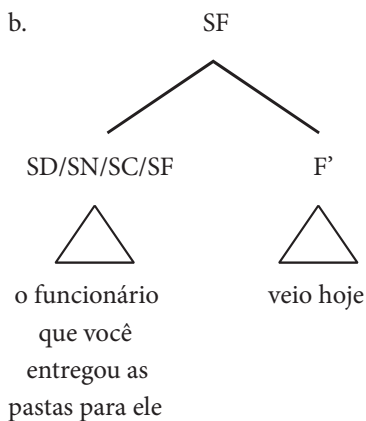
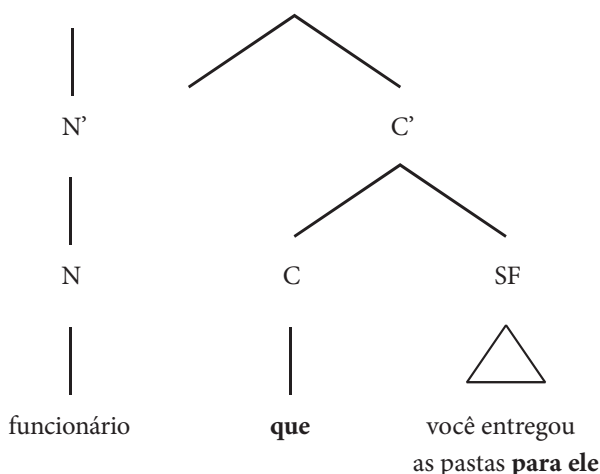
O dado (20a) é um típico exemplo de *relativa restritiva*. Nesta oração, a relativa é construída com pronome relativo *quem* que ocupa a posição [Spec, SC]. No entanto, os exemplos (20b-d) têm comportamento distinto da oração (20a) como se vê a seguir.

3.2.1.1. *Relativas Construídas com Pronome Resumptivo*

Observe a sentença (20b), renumerada, seguida de sua estrutura:

(21) a. O funcionário [**que** você entregou as pastas **para ele**] veio hoje

b.

b'.

As sentenças relativas exemplificadas em (20b-d), apresentam o elemento **que**, introdutor da relativa. Um grupo de linguistas considera esse elemento como pronome relativo. Logo, para esses linguistas, o elemento *que* em (20b-d) é projetado na posição [Spec, SC]. No entanto, seguimos, neste livro, a análise de outro grupo de pesquisadores que considera que o elemento conectivo *que* em (20b-d) é um complementizador e não um pronome relativo. Logo, em sentenças como (20b-d), atesta-se, no português brasileiro, uma reavaliação do elemento introdutor de relativas.

Em (21a-b), o elemento *que*, introdutor da relativa – que analisamos como um complementizador – encontra-se no núcleo da categoria SC, o que demonstra que não houve movimento de um pronome de dentro da sentença para SC.

A estratégia de oração relativa exemplificada em (21) aponta para o preenchimento da posição relativizada por um pronome pessoal. Logo, o preenchimento da posição relativizada ratifica a análise que tomamos acima, em (21b,b’), para *relativas com pronome resumptivo*: não há movimento de dentro da oração relativa para a posição [Spec, SC].

Sentenças como (21) são conhecidas como “copiadora” ou “resumptiva”. Segundo Kato & Raposo (1996: 307):

Embora a norma padrão rejeite o resumptivo, principalmente quando no caso reto, ela absorve bem quando o pronome é possessivo seu/sua *de terceira pessoa, conquanto essa interpretação esteja em desuso na fala coloquial.*

[14] Os países que $_i$ *dependemos de* sua $_i$ *tecnologia para [...].*

3.2.1.2. *Relativas Construídas com Resumptivo Lexical*

Observe a sentença (20c), renumerada em:

(22) O funcionário [**que** você entregou as pastas para **o incompetente**] não veio hoje

Como em (21), o elemento **que** em (22) mantém o Complementizador invariável. A diferença entre (21) e (22) é que, em (22), o *resumptivo* não tem a forma de um pronome como em (21), mas sim a forma de um item lexical; uma expressão-R: *o incompetente*. Essa estratégia da relativa do PB falado é outra variação da relativa.

3.2.1.3. *Relativas Cortadoras*

Observe a sentença (20d), renumerada em:

(23) O funcionário [**que** você entregou as pastas] não veio hoje

Como em (21) e (22), o elemento *que* em (23) mantém o Complementizador invariável. A diferença é que, em (23), a posição relativizada sofre uma elipse do elemento resumptivo. Essa estratégia, conhecida como "relativa cortadora", foi apresentada por Tarallo (1983), um trabalho já clássico sobre a relativização em PB. Segundo o autor, relativas cortadoras são atestadas em dados a partir da metade do século XIX.

4. A Interface Sintaxe/ Discurso:
A Explosão do Sintagma Complementizador

A interface sintaxe/ discurso tem sido objeto de estudos e análises em diferentes modelos teóricos formais, funcionalistas e gerativistas – cf. Ilari (1991) e Mioto

(2003), respectivamente. Tem sido ainda, tema de ampla discussão entre 'linguistas do texto' – cf. Villaça-Koch (2008). Duas categorias sintático/discursivas são bastante discutidas na literatura: *tópico* e *foco*.

4.1. *A Categoria Foco*

Nesta subseção, a fim de definirmos a categoria 'foco', baseamo-nos na seção (2) de Oliveira & Jorge (A sair).

O foco pode ser definido "*[...] em termos da noção discursiva de pressuposição: o foco é a parte não pressuposta da sentença.*" – Zubizarreta (1998: 1).

Assume-se – seguindo Zubizarreta (1998) e Kiss (1998) – que a tipologia de *foco* envolve: (i) *foco de informação* (*foco assertivo*); (ii) *foco contrastivo*; (iii) *foco de listagem exaustiva*. A língua portuguesa marca tipologicamente, por meio da sintaxe (ordem e tipo sentencial – como clivagem e pseudo-clivagem) e da fonologia (entonação), os *focos* do tipo *assertivo* (ou de informação) e *contrastivo*[8].

Tomando como exemplo a noção de *foco contrastivo,* exemplifica-se a dicotomia *foco*/ pressuposição assumida na literatura por meio dos exemplos abaixo de Zubizarreta (1988)[9]:

(24) João está vestindo uma camisa VERMELHA hoje (não uma camisa azul)
[João está vestindo uma camisa azul hoje]

(25) A_1: 'Existe um x tal que João está vestindo x
A_2: 'Não é o caso que o x (tal que João está vestindo x) = uma camisa azul
&
O x (tal que tal que João está vestindo x) = uma camisa vermelha

Zubizarreta (op. cit.) propõe que a interpretação de um constituinte focalizado deve ser representada por meio de duas asserções (A) no nível da Forma Lógica (LF): A_1, A_2, chamadas de "estrutura de asserção" pela autora. No caso de *foco contrastivo*, como se vê em (24), a asserção A_1, em (25), é constituída pela pressuposição existencial "João está vestindo uma camisa azul hoje". A asserção A_2 é composta de duas partes: (i) a primeira verifica a negação

8. Sobre *foco* em português e especificamente em português brasileiro ver, entre outros: Braga, Kato & Mioto (A sair); Mioto & Negrão (2007).
9. Zubizarreta (1998: 7); exemplos (14)-(15), renumerados e traduzidos.

do valor de verdade atribuído, previamente, à variável x (uma camisa azul); (ii) a segunda atribui um novo valor de verdade para essa variável: "uma camisa vermelha".

Assim, por meio dos exemplos (24)-(25), exemplifica-se a dicotomia *foco*/pressuposição:

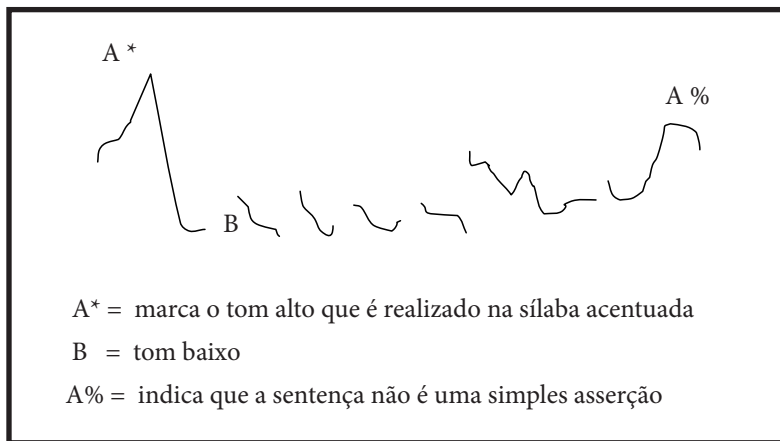
- *foco:* [camisa VERMELHA] – a parte não pressuposta da sentença;

- *pressuposição:* [camisa azul], parte da estrutura de asserção que é representada "pelo contexto".

A categoria *foco* perfaz uma interface com praticamente todas as áreas da gramática. Em línguas como o português, por exemplo, a *entonação* é uma marcação imprescindível para se assinalar o *foco*.

Considere a sentença (26), abaixo, com leitura de *foco contrastivo* incidindo, no caso, na expressão *legumes*, seguida da representação entonacional do *foco*:

(26) a. [LEGUMES $_F$] são uma boa fonte de vitamina (e não chocolate)

b. Diagrama entonacional de *foco contrastivo*[10]

No diagrama em (26b) apresenta-se uma das características fonológicas importantes do *foco* em línguas como o português: a *entonação*:

10. Oliveira & Jorge (A sair) baseiam-se em Selkirk (1995: 551; figura (1)) para construírem o diagrama.

> *[...] as variações de altura do tom laríngeo que não incidem sobre um fonema ou uma sílaba, mais sobre uma seqüência mais longa (palavra, seqüência de palavras) e formam a curva melódica da frase. [...]*
>
> *Dubois et al (1998)*

O foco é a parte não pressuposta da sentença que afirma sobre algo. Zubizarreta (1998) usa testes de pergunta/ resposta para determinar o que chama de estrutura de *foco assertivo* como se vê em:

(27) a. O que João estuda?
b. João estuda [$_{\text{FOCO ASSERTIVO}}$ linguística]

Ao falarmos sobre marcação de *foco* é necessário ainda dizer que o *foco* pode ser marcado por meio de uma estrutura chamada de clivagem. Veja a sentença abaixo:

(28) [$_{\text{FOCO}}$ É um vestido que] Marta fez (_)

Em (28), temos um exemplo de uma estrutura dita *clivada* em que ocorre o movimento do [$_{\text{SD}}$ um vestido] para a periferia da sentença, 'ensanduichado' por *"é ... que"*, para efeitos de marcação de *foco*.

4.2. *A Categoria Tópico*

O *tópico*, segundo os funcionalistas e gerativistas, é uma categoria que representa um conhecimento comum, pressuposto, entre falantes em uma dada enunciação – cf. Raposo (1996), Zubizarreta (1997).

Observe um exemplo de *tópico* em:

(29) A Profa. Simone Caputo, ela é especialista em literatura africana caboverdiana

Em (29), vê-se um sintagma na periferia esquerda da sentença (*A Profa. Simone Caputo*), retomado por um elemento interno na sentença (*ela*). *A Profa. Simone Caputo* representa um conhecimento comum entre os interlocutores da sentença onde ela se insere; *A Profa. Simone Caputo* é o tópico; *Ela é especialista em literatura africana caboverdiana* é o comentário.

O estudo do tópico em linguística envolve uma tipologia que divide as línguas em:

(i) línguas de proeminência de tópico ou línguas orientadas para o discurso;
(ii) línguas de proeminência de sujeito ou orientadas para a sentença.

O português brasileiro apresenta os dois tipos de relação de predicação – cf. Berlink, Duarte & Oliveira (A sair; subseção (3.4.)). Observe as seguintes construções em:

Exemplo de predicação do tipo 'línguas de proeminência de tópico'
(30) Teatro, eu prefiro mais comédia

Exemplo de predicação do tipo 'línguas de proeminência de sujeito'
(31) No tocante a teatro, eu prefiro mais comédia

A sentença em (30) apresenta um elemento na posição de tópico: *teatro*. Este elemento conecta-se semanticamente com a sentença comentário *eu prefiro mais comédia*; no entanto não há uma conexão sintática do *SD teatro* com nenhum elemento interno à sentença comentário.

> *[...] Nossas GTs costumam apresentar sentenças semelhantes a essas, que exibem o que eles denominam "quebra na sintaxe', nas seções dedicadas às figuras de linguagem, chamando-as "anacolutos". Estudos lingüísticos recentes as tratam como "construções de tópico pendente" (cf. Brito, Duarte & Matos 2003). [...]*
>
> *Berlink, Duarte & Oliveira (A sair; subseção (3.4.1.))*

A sentença (31), semanticamente similar a (30), expressa o tópico projetado em uma construção introduzida por conectivo preposicionado. O tópico pode ainda ser expresso dentro de uma típica construção de sujeito/predicado.

O importante a ser ressaltado é que, principalmente no português brasileiro falado, estruturas de tópico como (30) – chamadas de tópico marcado – vêm sendo cada vez mais atestadas.

Dados como (29) e (30) exemplificam construções chamadas de *tópico marcado*:

> *[...] também conhecidas como de "duplo sujeito", sendo o "sujeito externo" o tópico (ou o sujeito do discurso) e o interno, o sujeito sintático, um argumento selecionado pelo predicador*

(externo e, às vezes, interno, [...]) que entra em relação de concordância com o verbo. As chamadas construções de tópico marcado não constituem, entretanto, um conjunto homogêneo, diferenciando-se conforme a conectividade entre o tópico e a sentença-comentário [...].

Berlink, Duarte & Oliveira (A sair; subseção (3.4.))

Duarte (1987) e Brito, Duarte & Matos (2003) apontam cinco tipos de *construções de tópico* no português europeu moderno:

(i) <u>Tópico Pendente</u> – este tópico é regido geralmente por uma expressão do tipo *quanto a*, *acerca de*, *no que diz respeito a*, como em:

(32) <u>Acerca de ontem</u>, é óbvio que existem pessoas aproveitadoras!

Observe que a relação sintática do tópico em (32) com o comentário é mínima.

(ii) <u>Deslocamento à Esquerda do Tópico Pendente</u> – este tipo de tópico possui uma relação sintática mais forte com o comentário, pois é retomado por um elemento pronominal na oração:

(33) <u>A Helena</u>, <u>ela</u> adora moda

(iii) <u>Topicalização</u> – o elemento topicalizado pode ser qualquer categoria sintagmática; sua retomada na oração é sempre uma categoria vazia, e não apenas um sintagma determinante – SD:

(34) <u>A essa pessoa</u>, não dou valor algum (_)

(iv) <u>Deslocação à Esquerda Clítica</u> (CLLD) – o tópico, na periferia esquerda da sentença, é sempre retomado por um pronome clítico que manifesta concordância de *caso*, *número* e *gênero* com o tópico:

(35) <u>Aos de casa</u>, dá-*lhes* tudo de melhor

(v) <u>Topicalização Selvagem</u> – diferencia-se da "Topicalização" porque o constituinte deslocado – no caso um PP – ocorre sem a preposição como em:

(36) Essa pessoa, não dou crédito algum (_)

Galves (1998), Pontes (1987), Kato (1989; 1993; 1999), Kato & Negrão (2000), Kato & Raposo (2006), Araújo (2006) são alguns exemplares da literatura dedicada ao estudo do *tópico* em PB. Em Galves (1998), apontam-se duas construções de *tópico* que ocorrem no PB e que não são atestadas em PE:

(i) Tópico Sujeito – é uma construção parecida com topicalização selvagem (ver (v) acima) por se tratar de um PP sem preposição na posição de tópico. No entanto, este *tópico* comporta-se como sujeito da sentença, pois manifesta concordância com o verbo:

(37) *Estas casas, batem sol*

Compare a sentença (37) com a sentença: *"Bate sol nestas casas"*.

(ii) Tópico com Pronome Lembrete – pode ser do tipo:

(a) sujeito deslocado

O sujeito é deslocado para a periferia da sentença, mas um pronome em posição pré-verbal o retoma e este pronome concorda com o verbo:

(38) Essa casa, *ela* é de madeira

(ii) SP ou locativo deslocado

O SP é deslocado sem a preposição (como em *tópico sujeito*), mas não manifesta concordância com o verbo; um pronome lembrete preposicionado é retomado na posição do SP na oração:

(39) Esta parede, bate sol *nela*

4.3. O SC Explodido

A estrutura do Sintagma Complementizador – SC – abordada até então, neste livro e neste capítulo, não possibilita a inserção de elementos marcados, presentes na periferia esquerda da sentença, como o *foco* e o *tópico* descritos em (4.1) e (4.2) respectivamente.

Rizzi (1977) – expandido em Rizzi (2002), (2004) – advoga que o movimento para a periferia esquerda envolve movimento por substituição para diferentes projeções X' acima de SF. O autor refina uma proposta que já vinha sendo argumentada por ele mesmo e por outros autores, de que o SC é um sistema formado por mais material que uma simples projeção X-barra. Segundo Rizzi (op. cit.), a idéia de que todo tipo de movimento deve ser motivado para satisfazer algum critério, justifica postular que a periferia esquerda da sentença hospeda uma estrutura rica e articulada de diferentes tipos sintagmáticos. Os vários constituintes da periferia esquerda respondem por: (1) tipo e forma da sentença – Sintagma de Força (SForça), Sintagma de Finitude (SFin); (2) codificar informações do tipo comentário e pressuposição – Sintagma Tópico (STop), Sintagma Foco (SFoc) . Este segundo subsistema codifica informações do tipo comentário (*tópico*) e pressuposição (*foco*). É o espaço estrutural que aloja constituintes com funções independentes de restrições selecionais como as existentes no subsistema ForceP/FinP. *Tópico* e *foco* só estão presentes na estrutura se requeridos. Logo, se *tópico* ou *foco* são ativados, eles encontram-se "ensanduichados" entre SForça e SFin. Abaixo, segue a estrutura do SC cindido proposto por Rizzi (1997)[11]:

(40) [$_{SForça}$ [$_{STop}$ [$_{SFoco}$ [$_{STop}$ [$_{SFin}$ [$_{SF}$]]]]]]

Portanto, se uma sentença projeta um *foco* na periferia esquerda da sentença, o SC explodido é acionado a fim de que haja uma posição para acomodar o sintagma foco – SFoc . Observe a sentença em:

---

11. Rizzi (1997:335); dado (41), renumerado. Devido às diferentes posições que os operadores WH (QU) podem ocupar na estrutura do CP explodido e de sua relação de localidade com advérbios antepostos, a proposta do SC em Rizzi (1997) é ampliada em Rizzi (2002), que apresenta três posições de tópico – TopP –, uma posição de intensificador – IntP – (para hospedar os WHs altos) e uma posição de modificador – ModP – (para hospedar os elementos adverbiais ditos "proeminentes") como se vê em:
Force P TopP IntP Top P FocP ModP TopP FinP IP

(41) a. MARTA que pagou a conta (e não Luísa)

b. $[_{SForça}$ $[_{STop}$ $[_{SFoco}$ **MARTA** $_k$ **que** $[_{STop}$ $[_{SFin}$ $[_{SF}$ **t** $_k$ pagou $_j$ $[_{SV}$ **t** $_k$ **t** $_j$ a conta]]]]]]

Estruturas como:

(41) Foi MARTA que pagou a conta

são conhecidas como "clivadas", no entanto, o tratamento estrutural dessas sentenças foge ao escopo deste capítulo e deste livro.

Em uma dada sentença apresentando tópico, o SC explodido é acionado a fim de que haja uma posição para acomodar o sintagma tópico – STop – como se vê em (29), renumerada, seguida de sua estrutura (simplificada)[12]:

(42) a. <u>A Profa. Simone Caputo</u>, *ela* é especialista em literatura africana caboverdiana

b. $[_{SForça}$ $[_{STop}$ **A Profa. Simone Caputo** $_k$ $[_{TopP}{}^{o}$ $[_{SFoco}$ $[_{STop}$ $[_{SFin}$ $[_{SF}$ **ela é** $_j$ $[_{SV}$ **t** $_k$ **t** $_j$ especialista em literatura africana caboverdiana]]]]]]]]

Sobre *tópico e foco*, ver sugestão de leitura em *leituras complementares* – capítulo 8 – ao final deste livro.

Sobre *clivagem*, ver sugestão de leitura em *leituras complementares* – capítulo 8 – ao final deste livro.

5. Considerações Finais

Neste capítulo, apresentaram-se, com mais detalhes, aspectos do sintagma complementizador, como estruturas SC e ainda os *pronomes Q*, responsáveis sobre movimentos para a periferia esquerda da sentença. As diferenças entre complementizador, conjunção e conectivo foi ainda abordada e exemplificada.

12. Não introduzimos, na estrutura, o "operador nulo" (advogado por Rizzi (op. cit.) envolvendo o tópico por questões de simplificação.

Na seção (3), enfatizou-se que a posição de especificador do SC é uma posição de pouso de elementos movidos de dentro de uma sentença; logo, pronomes relativos e conectivos relativos posicionam-se em [Spec, SC]. No entanto, no português brasileiro, alguns tipos de sentenças relativas são introduzidas por complementizadores.

Na seção (4), introduziram-se as categorias *foco* e *tópico*, ligadas à interface sintaxe/discurso e ainda o SC, cindido em categorias que permitem a projeção do *foco* e *tópico*.

Bibliografia

ARAÚJO, E. A. 2006. *As construções de tópico do português nos séculos XVIII e XIX: uma abordagem sintático-discursiva.* Tese de Doutorado. Universidade Federal da Bahia.

BASÍLIO, M. 1980. *Estudos lexicais do português: uma abordagem gerativa*. São Paulo: Vozes. Vol. 18. Coleção Perspectivas Lingüísticas.

BAKER, M. 1988. *Incorporation.* Chicago: University of Chicago Press.

BAXTER, A. N. 1992. A contribuição das comunidades Afro-Brasileiras isoladas para o debate sobre a crioulização prévia: um exemplo do Estado da Bahia. In *Actas do Colóquio sobre "Crioulos de Base Lexical Portuguesa"*, ed. E. d'"Andrade, A. Kihm, p. 7-35. Lisboa: Colibri.

BECHARA, I. 2006. *Moderna gramática portuguesa.* 37 ed. revista e ampliada. Rio de Janeiro: Editora Lucerna.

BERLINK, R. A.; AUGUSTO, M. R. A.; SCHER, A. P. 2001. Sintaxe. In *Introdução à lingüística: domínios e fronteiras,* orgs. F. Mussalim, A. C. Bentes, p. 207-244. São Paulo: Cortez. Vol. 1.

BERLINK, R. de A.; DUARTE, M. E. L.; OLIVEIRA, M. de. A sair. Predicação. In *Gramática do português culto falado no Brasil A construção da sentença*, orgs. M. A Kato, M. do Nascimento. Campinas: Editora da UNICAMP. Cap. 3.

BICKERTON, D. 1981. *Roots of language.* Ann Arbor: Karoma.

BONVINI, E. 2008. Línguas africanas e português falado no Brasil. In *África no Brasil – a formação da língua portuguesa,* orgs. M. M. T. Petter, J. L. Fiorin, p. 15-62. São Paulo: Contexto,.

BORGES NETO, J. A. 2004. O empreendimento gerativo. In *Introdução à lingüística: fundamentos epistemológicos*, orgs. F. Mussalim, A. C. Bentes. São Paulo: Cortez. Vol. 3.

BRAGA, M. L.; KATO, M. A.; MIOTO, C. A sair. As sentenças interrogativas-Q. In *Gramática do português culto falado no Brasil A construção da sentença*, orgs. M. A Kato, M. do Nascimento. Campinas: Editora da UNICAMP. Cap. 5, seção (5.4.): As construções-Q no português brasileiro falado: relativas, clivadas e interrogativas.

BRESNAN, J.; GRIMSHAW J. 1978. The syntax of free relatives in English. *Linguist Inquiry , 9*(3): 331-391.

BRITO, A. M. 2003a. Categorias sintáticas. In *Gramática da língua portuguesa,* eds. M. H. Mira Mateus, A. M. Brito, I. Duarte, I. H. Faria et al, p. 417-432. 7 ed. Lisboa: Editorial Caminho. Parte IV – Aspectos sintáticos da gramática do português. Cap. 11.

BRITO, A. M. 2003b. Subordinação adverbial. In *Gramática da língua portuguesa,* eds. M. H. Mira Mateus, A. M. Brito, I. Duarte, I. H. Faria et al, p. 696-728. 7 ed. Lisboa: Editorial Caminho, Parte IV – Aspectos sintáticos da gramática do português. Cap. 17.

BRITO, A. M.; DUARTE, I. 2003. Orações relativas e construções aparentadas. In *Gramática da língua portuguesa,* eds. M. H. Mira Mateus, A. M. Brito, I. Duarte, I. H. Faria et al, p. 653-694. 7 ed. Lisboa: Editorial Caminho. Parte IV – Aspectos sintáticos da gramática do português. Cap. 16.

BRITO, A .M.; DUARTE, I.; MATOS, G. 2003. Frases com tópicos marcados. In *Gramática da língua portuguesa,* eds. M. H. Mira Mateus, A. M. Brito, I. Duarte, I. H. Faria et al, p. 433-488. 7 ed. Lisboa: Editorial Caminho. Parte IV – Aspectos sintáticos da gramática do português. Cap. 12.

BURZIO, L. 1986. *Italian Syntax.* Dordrecht: Reidel.

CAMPOS, E. A.; OLIVEIRA, M. S. D. de. 2008. Português brasileiro e a região norte do país – "Picaretas em punho: vamos cavar!". Manuscrito.

CARNIE, A. 2002. *Syntax – a generative introduction.* Malden, USA: Blackwell.

CASTILHO, A. T. 1968. Introdução ao Estudo do Aspecto Verbal na Língua Portuguesa. *ALFA* (12): 11-133.

CASTILHO, A. T. de. 2006. Apresentação. In *Gramática do português culto falado no Brasil – construção do texto falado,* orgs. C. C. A. S. Jubran, I. G. V. Koch, p. 7-26. Campinas: Editora da UNICAMP. Vol. 1.

________. (org.). 2002. *Gramática do Português Falado*. 4 ed. Campinas: Editora da UNICAMP/FAPESP. Vol. 1.

________. 2006. Apresentação. In *Gramática do português culto falado no Brasil – construção do texto falado,* orgs. C. C. A. S. Jubran, I. G. V. Koch, p. 7-26. Campinas: Editora da UNICAMP. Vol. 1.

________. (org.). 2009a. *História do português paulista.* Campinas, SP: UNICAMP/ Publicações IEL. Série Estudos. Vol. 1.

________. 2009b. Para uma análise multissistêmica das preposições. In *História do português paulista,* org. A. T. Castilho, p. 279-332. Campinas, SP: UNICAMP/ Publicações IEL. Série Estudos. Vol. 1.

CASTILHO, A. T., TORRES MORAIS, M. A., LOPES, R. E. V., CYRINO, S. M. (orgs.). 2007. *Descrição, história e aquisição do português brasileiro.* Campinas, SP: Pontes/ FAPESP.

CEGALLA, D. P. 1993. *Novíssima gramática da língua portuguesa*. 36 ed. São Paulo: Editora Nacional.

CHAGAS, P. 2002. A mudança lingüística. In: *Introdução à lingüística: objetos teóricos*, ed. J. L. Fiorin, p. 141-164. São Paulo: Contexto.

CHIERCHIA, G. 2003. *Semântica*. Trad.: L. A. Paggani, L. Negri, R. Ilari. Campinas, SP: Editora da UNICAMP; Londrina, Pr.: EDUEL.

CHOMSKY, N. 1957. *Syntactic structures*. Haia, Mouton.

________. 1965. *Aspects of the theory of syntax*. Cambridge, Mass., The MIT Press.

________. 1970. Remarks on nominalization. In *Readings in English Tranformational Grammar*, orgs. R. Jacobs, P. Rosebaum, p. 184-221. Waltham, Mass.: Braisdell.

________. 1973. Conditions on transformations. In *A Festschrift for Morris Halle*, eds. S. Anderson, P. Kiparsky, p. 232-286. Nova Iorque: Holt, Rinehart and Winston.

________. 1975. *The logical structure of linguistic theory.* Chicago: University of Chicago Press.

________. 1980. On binding. *Linguistic Inquiry* 11 (1): 1-46.

________. 1981. *Lectures on government and binding*. Dordrecht: Foris.

________. 1982. *Some concepts and consequences of the Theory of Government and Binding.* Cambridge, Mass: The MIT Press.

________. 1986. *Barriers.* Cambridge, Mass.: MIT Press.

________. 1988. *Language and problems of knowledge: The Managua Lectures*, Cambridge: M.I.T. Press.

________. 1995. *The minimalist programm.* Cambridge, Mass.: MIT Press.

________. 2000a. Minimalist inquiries: The framework. In *Step by step: Essays on Minimalist Syntax in honor of Howard Lasnik*, eds. R. Martin, D. Michaels, J. Uriagereka, p. 89-156. Cambridge. Mass. MIT Press.

________. 2000b. Derivation by phase. In *Ken Halle. A life in Language,* ed. M. Kenstowicz, p.1-52. Cambridge Mass. MIT Press.

________. 2005. Novos horizontes no estudo da linguagem. In *Novos horizontes no estudo da linguagem e da mente*, p. 29-5. Trad.: Marco Antônio Sant'Anna. São Paulo: Editora UNESP

CHOMSKY, N.; HALLE, M. 1968. *The sound pattern of English*. New York: Harper & Row.

CHOMSKY, N.; LASNIK, H. 1993. Principles and Parameters Theory, in *Syntax: An International Handbook of Contemporary Research*, Berlin: de Gruyter.

COOPER, R. 1983. *Quantification and syntactic theory.* Dordrecht: D. Reídle.

CRYSTAL, D. 1988. *Dicionário de lingüística e fonética.* Trad.: Maria C. P. Dias. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.

CYRINO, S. M. L. 1994. *O objeto nulo no português do Brasil: um estudo sintático-diacrônico.* Tese de Doutorado. Campinas, SP: UNICAMP.

CYRINO, S. M. L.; DUARTE, M. E.; KATO, M. A. 2000. Visible subjects and invisible clitics in Brazilian Portuguese. In *Brazilian Portuguese and the Null Subject Parameter*, ed. M. A. Kato, E. V. Negrão, p. 55-74. Frankfurt Main/Madrid: Vervuert/Iberoamericana.

CYRINO, S., NUNES, J., PAGOTTO, E. A sair. Complementação. In *Gramática do português culto falado no Brasil A construção da sentença***,** orgs. M. A Kato, M. do Nascimento. Campinas: Editora da UNICAMP. Cap. 2.

DE VRIES, M. 2002. *The syntax of Relativization.* The Netherlands: LOT.

DICKSON, A. A. 1995. The Case of the Bound Object Complement in Ibibio. Paper presented at the 14th Annual Conference of the Linguistic Association of Nigeria (LAN), Ondo State University, Ado-Ekiti.

DUARTE, M. I. 1987. A construção de topicalização na gramática do português: regência, ligação e condições sobre movimento. Tese de doutorado. Universidade de Lisboa.

DUBOIS, J. et alii. 1993. *Dicionário de lingüística.* São Paulo: Cultrix.

DUARTE, I. 2003a. Relações gramaticais, esquemas relacionais e ordem de palavras. In *Gramática da língua portuguesa,* eds. M. H. Mira Mateus, A. M. Brito, I. Duarte, I. H. Faria et al, p. 275-324. 7 ed. Lisboa: Editorial Caminho. Parte IV – Aspectos sintáticos da gramática do português. Cap. 10.

DUARTE, I. 2003b. A família das construções inacusativas. In *Gramática da língua portuguesa,* eds. M. H. Mira Mateus, A. M. Brito, I. Duarte, I. H. Faria et al, p. 507-548. 7 ed. Lisboa: Editorial Caminho. Parte IV – Aspectos sintáticos da gramática do português. Cap. 13.

DUARTE, I. 2003c. Subordinação completiva – as orações completivas. In *Gramática da língua portuguesa,* eds. M. H. Mira Mateus, A. M. Brito, I. Duarte, I. H. Faria et al, p. 7 ed. Lisboa: Editorial Caminho. Parte IV – Aspectos sintáticos da gramática do português. Cap. 15.

DUARTE, M. E. L. 1996. Do pronome nulo ao pronome pleno: a trajetória do sujeito no português do Brasil. In O *Português brasileiro: uma viagem diacrônica*, orgs. I. Roberts,M. A. Kato., p. 107-28. Campinas: Editora da UNICAMP.

DUARTE, I.; BRITO. A. M. 2003. Predicação e classes de predicadores verbais. In *Gramática da língua portuguesa,* eds. M. H. Mira Mateus, A. M. Brito, I. Duarte, I. H. Faria et al, p. 179-204. 7 ed. Lisboa: Editorial Caminho. Parte III – Aspectos semânticos da gramática do português. Cap. 7.

ELIA, S. 1979. *A unidade lingüística do Brasil.* Rio de Janeiro: Padrão.

Estimativas da população para 1º de julho de 2009 (PDF). Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/estimativa2009/POP2009_DOU.pdf(Acesso em 12 de setembro de 2008).

EVERETT, D. L. 1992. *A língua pirahã e a teoria da sintaxe: descrição, perspectivas e teoria*. Campinas, SP: Editora da UNICAMP.

FARACO, C. A. 2004. Estudos Pré-Saussurianos. In *Introdução à lingüística: fundamentos epistemológicos*, orgs. F. Mussalim, A. C. Bentes, p. 27-52. São Paulo: Cortez. Vol. 3.

FARIA, I. H. 2003. Contacto, variação e mudança linguística. In *Gramática da língua portuguesa,* eds. M. H. Mira Mateus, A. M. Brito, I. Duarte, I. H. Faria et al, p.31-38. 7 ed. Lisboa: Editorial Caminho. Parte I – Língua Portuguesa: Unidade e Diversidade. Cap. 2.

FIGUEIREDO E SILVA, M. C. 1996. *A posição sujeito no português brasileiro: frases finitas e infinitas.* Campinas: Editora da UNICAMP.

FIORIN, J. L. (org.). 2002. *Introdução à lingüística I.* São Paulo: Contexto. Vol. 1: objetos teóricos.

________. (org.). 2003. *Introdução à lingüística II.* São Paulo: Contexto. Vol. 2: princípios de análise.

FIORIN, J. L., PETTER, M. M. T. (orgs.). 2008. *África no Brasil – a formação da língua portuguesa.* São Paulo: Contexto.

FRANCHI, C., NEGRÃO, E. V., MÜLLER, A. L. de P. 1998. Um exemplo de argumentação em sintaxe. *Revista da ANPOLL* (5): 37-63.

FREIRE, G. C. 2000. Os clíticos de terceira pessoa e as estratégias para sua substituição na fala culta brasileira e lusitana. Dissertação de Mestrado – Universidade Federal do Rio de Janeiro.

________. 2005. *A Realização do Acusativo e do Dativo Anafórico de 3ª. Pessoa na Escrita Brasileira e Lusitana*. Tese de Doutorado. Universidade Federal do Rio de Janeiro.

GABAS JR., N. 2003. Lingüística histórica. In *Introdução à lingüística: domínios e fronteiras.* orgs. F. Mussalim, A. C. Bentes, p. 77-104. 3 ed. São Paulo: Cortez.

GALVES, Ch. 1987. A Sintaxe do Português Brasileiro. *Ensaios de Linguística* (13): 31-50.

GALVES, Ch. 1998. Tópicos e Sujeitos, Pronomes e Concordância no Português Brasileiro. *Cadernos de Estudos Lingüísticos* (24): 19-31.

________. 2001. *Ensaios sobre as gramáticas do português.* Campinas, Editora da UNICAMP.

GALVES, Ch., ABAURRE, M. B. 1996. Os clíticos no português brasileiro: elementos para uma abordagem sintático-fonológica. In *Gramática do português falado,* orgs. A. T. Castilho, M. Basílio, p. 273-319. Campinas: UNICAMP; São Paulo: FAPESP. Estudos Descritivos, 4.

GALVES, Ch.,TORRES MORAES, M.A RIBEIRO, I. 2005. Syntax and morphology in the placement of clitics in European and Brazilian Portuguese. *Journal of Portuguese Linguistics.* 4(2): 143-177.

GIVÓN. T. 1984. *Syntax: a functional-typological introduction.* Amsterdam: Benjamins. Vol. I.

GONÇALVES, S. C. L.; LIMA-HERNANDES, M. C.; CASSEB-GALVÃO, V. C. 2007. *Introdução à gramaticalização – em homenagem a Maria Luiza Braga.* São Paulo: Parábola Editorial.

GUY, G. R. 1981. *Linguistic Variation in Brazilian Portuguese: Aspects of Phonology, Syntax and Language History.* Phd dissertation, University or Pennsylvania. Ann Arbor: University Microfilms.

________. 1989. On the nature and origins of Popular Brazilian Portugese. *Estudios sobre Español de América y Linguistica Afroamericana.* Bogotá, Instituo Caro y Cuervo.

HAEGEMAN, L. 1999. *Introduction to government and binding theory.* 2. ed. Oxford: Blackwell.

HALE, K.; KEYSER, S. J. 1993. On argument structure and the lexical expression of semantic relations. In *The view from building 20,* eds. K. Hale, S. J. Keyser, p. 53-109. Cambridge, Mass.: MIT Press.

HALLE, M., MARANTZ, A. 1993. Distributed morphology and the pieces of inflection. In *The view from building 20*, orgs. K. Halle, S. J. Kayser, p. 111-176. Cambridge, Mass.: MIT Press,

HASPELMATH, M. 1977. *Indefinite pronouns.* Oxford studies in typology and linguistic theory. Oxford: Oxford University Press.

HOLM, J. 1987. Creole influence on Popular Brazilian Portuguese. In *Pidgin and Creole Languages*, ed. G. Gilbert, p. 406-429. Honolulu: University of Hawaii Press.

________. 1992. Popular Brazilian Portuguese: a semi-creole. In *Actas do Coloquio sobre "Crioulos de base lexical portuguesa"*, Eds. E. D'Andrade, A. Kihm, p. 37-66. Lisboa: Edições Colibri.

HOLM, J. 2004. *Languages in contact – the partial restructuring of vernaculars.* Cambridge: Cambridge University Press.

HORNSTEIN, N; NUNES, J; GROHMANN, K. K. 2005.*Understanding minimalism.* Cambridge, MA.: Cambridge University Press.

ILARI, R. 1991. *Perspectiva funcional da frase portuguesa*. 2. ed. Campinas, SP: UNICAMP.

________. 2004. O estruturalismo lingüístico: alguns caminhos. In *Introdução à lingüística: fundamentos epistemológicos*, orgs. F. Mussalim, A. C. Bentes, p. 53-92. São Paulo: Cortez. Vol. 3.

ILARI et al. 1996. Os pronomes pessoais do português falado: roteiro para a análise. In *Gramática do português falado*, orgs. A. T. Castilho, M. Basílio, p. 72-159. Campinas: Editora da Unicamp; São Paulo: FAPESP. Volume IV: estudos descritivos.

ILARI, R.; BASSO, R. 2006. *O português da gente: a língua que estudamos, a língua que falamos.* São Paulo: Contexto.

ILARI, R., MOURA NEVES, M. H. (orgs.). 2008. *Gramática do Português Culto Falado no Brasil – Classes de palavras e processos de construção.* Campinas: Editora da UNICAMP. Vol. II.

ILARI, R., CASTILHO, A. T., ALMEIDA, M. L. L. de, KLEPPA, L., BASSO, R. M. 2008. A preposição. In *Gramática do Português Culto Falado no Brasi***l** *– Classes de palavras e processos de construção,* **orgs. R. Ilari, M. H. Moura Neves,** p. 623-804. Campinas: Editora da UNICAMP. Vol. II.

INFANTE, U. 1995. *Gramática aplicada aos textos*. São Paulo: Scipione.

LUFT, C. P. et al. 2005. *Novo Manual de Português*. 6 ed. rev. e atual. São Paulo: Globo.

JUBRAN, C. C. A. S.; KOCH, I. G. V. (orgs.). 2006. *Gramática do português culto falado no Brasil – construção do texto falado.* Campinas: Editora da UNICAMP. Vol. 1.

KATO, M. A. 1981. Orações relativas: variação universal e variação individual no português do Brasil. *Estudos Lingüísticos* (V): 1-16.

________. 1989. Sujeito e tópico: duas categorias na sintaxe? *Cadernos de Estudos Lingüísticos* (17): 109-132. Campinas: UNICAMP.

________. 1993. Recontando a história das relativas em uma perspectiva paramétrica. In *O Português Brasileiro: uma viagem diacrônica: homenagem a Fernando Tarallo*, orgs. I. Roberts, M.A. Kato, p. 223-262. Campinas, São Paulo: Editora da UNICAMP.

________. 1999. Strong and weak pronominals in the null subject parameter. *Probus* (11): 1-37.

KATO, M. A.; MIOTO, C. A sair. A arquitetura da gramática. In *Gramática do português culto falado no Brasil A construção da sentença*, orgs. M. A. Kato, M. do Nascimento. Campinas: Editora da UNICAMP. Cap. 1.

KATO, M. A., NEGRÃO, E.V. (orgs). 2000. *Brazilian Portuguese and the Null Subject Parameter*. Frankfurtam Main/Madrid: Vervuert/Iberoamericana.

KATO, M.A., RAPOSO, E. 1996. European and Brazilian word order; questions, focus and topic construction. In *Romance Linguistics in Los Angeles,* orgs. C. Parodi, C.Quicoli, M. L.Zubizarreta, p. 267-277. Washington: Georgetown University Press.

KATO, M. A; RAPOSO, E. 2006. Topicalization in European and Brazilian Portuguese. Paper presented at the University of Rutgers.

KEWITZ, V. 2009. Gramaticalização, semanticização e discursivização das preposições a e para no Português Brasileiro (séculos XIX e XX). In *História do português paulista*, org. A. T. Castilho, p. 603-636. Campinas, SP: UNICAMP/ Publicações IEL. Série Estudos. Vol. 1.

KISS, K. 1998. Identificacional focus versus information focus. *Language:* 74(2) : 245-273.

KLEIN, S. Foco no português brasileiro. 2003. In *Semântica formal,* orgs. A. L. de P. Muller, E. V. Negrão, M. J. Foltran, p.125-153. São Paulo: Contexto.

LEMLE, M. 1978. Heterogeneidade dialetal: um apelo à pesquisa. In *Lingüística e ensino do vernáculo*, org. L. M. P. LOBATO, p. 60-94. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro.

LEMLE, M. 1984. *Análise sintática (teoria geral e descrição do português).* São Paulo: Ática. Ensaios 106.

LOBATO, L. M. P. 1976. *Sintaxe gerativa do português: da teoria padrão à teoria da regência e ligação.* Belo Horizonte: Vigília.

________. (org.). 1978. *Lingüística e ensino do vernácul.* Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro.

________. 1988. *Sintaxe gerativa do português: da teoria padrão à teoria da regência e ligação – manual do professor.* Belo Horizonte: Vigília.

LOPES, C. R. S.; RUMEU, M. C. B. 2007. O quadro dos pronomes pessoais do português: as mudanças na especificação dos traços intrínsecos. In *Descrição, história e aquisição do português brasileiro,* orgs. A. T. Castilho, M. A. Torres Morais, S. M. L. Cyrino, R. E. V. Lopes, p. 419-437. Campinas, SP: Pontes/ FAPESP.

LUCCHESI, D. 2000. A variação na concordância de gênero em uma comunidade de fala afro-brasileira: novos elementos sobre a formação do português popular do Brasil. Tese de Doutorado. Universidade Federal do Rio de Janeiro.

LUCCHESI, D., BAXTER, A., RIBEIRO, I. (orgs.). 2009. O Português Afro-Brasileiro. Salvador: EDUFBA.

MATEUS, M. H. M. 2003a. O tempo e o espaço na língua portuguesa. In *Gramática da língua portuguesa,* eds. M. H. Mira Mateus, A. M. Brito, I. Duarte, I. H. Faria et al, p. 23-30. 7 ed. Lisboa: Editorial Caminho. Parte I – Língua Portuguesa: Unidade e Diversidade. Cap. 1.

________. 2003b. Dialectos e variedades do português. In *Gramática da língua portuguesa,* eds. M. H. Mira Mateus, A. M. Brito, I. Duarte, I. H. Faria et al, p. 39-54. 7 ed. Lisboa: Editorial Caminho. Parte I – Língua Portuguesa: Unidade e Diversidade. Cap. 3.

MATOS, G. 2003. Estruturas de coordenação. In *Gramática da língua portuguesa,* eds. M. H. Mira Mateus, A. M. Brito, I. Duarte, I. H. Faria et al, p.549-589. 7 ed. Lisboa: Editorial Caminho. Parte IV – Aspectos sintáticos da gramática do português. Cap. 14.

MATTOSO CÂMARA JR., J. 1972. Ele como um acusativo no Portugês do Brasil. In *Dispersos de J. Mattoso Câmara Jr.,* C. E. F. Uchoa (sel. e introdução), p.47-53. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas. No 1.

________. 1975. *História e estrutura da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Padrão.

MELASSO, J. G. 2008. *Introdução à teoria e prática do latim.* 3 ed. Brasília: Editora da UnB.

MENDONÇA, R. 1933. *A influência africana no português do Brasil.* Rio de Janeiro: Sauer.

MELO, G. C. de. 1946. *A língua do Brasil*. Rio de Janeiro: Padrão.

MESQUITA, R. M. 1997. *Gramática da língua portuguesa*. 6 ed. São Paulo: Editora Saraiva.

MIOTO, C. 2003. Focalização como quantificação. *Revista Letras*, p. 169-189. Curitiba: Editora da UFPR.

MIOTO, C.; FIGUEIREDO SILVA, M. C.; VASCONCELOS, R. E. 2004. *Novo manual de sintaxe.* Florianópolis: Insular.

MIOTO, C.; NEGRÃO, E. V. 2007. As sentenças clivadas não contêm uma relativa. In *Descrição, história e aquisição do português brasileiro*, orgs. A. T. Castilho, M. A. Torres Morais, S. M. L. Cyrino, R. E. V. Lopes, p. 159-184. Campinas, SP: Pontes/ FAPESP.

MIRA MATEUS, M. H.; BRITO, A. M.; DUARTE, I.; FARIA, I. H. et al. 2003. *Gramática da língua portuguesa.* 7 ed. Lisboa: Editorial Caminho.

MODESTO, M. 2003. A interpretação das sentenças clivadas. In *Semântica formal,* orgs. A. L. de P. Muller, E. V. Negrão, M. J. Foltran, p. 189-204. São Paulo: Contexto.

MONTEIRO, J. L. 1994. *Pronomes pessoais: subsídios para uma gramática do português do Brasil.* Fortaleza: EUFC.

MUSSALIM, F., BENTES, A. C. (orgs.). 2004. *Introdução à lingüística: fundamentos* MULLER, A.;*Semântica formal,* orgs. A. L. de P. Muller, E. V. Negrão, M. J. Foltran, p. 189-204. São Paulo: Contexto.

MULLER, A. L. de P., NEGRÃO, E. V., FOLTRAN, M. J. 2003. *Semântica formal.* São Paulo: Contexto.

MULLER, A. L. de, VIOTTI, E. 2003. Semântica Formal. In *Introdução à Lingüística II – Princípios de Análise*, org. J. L. Fiorin, p. 137-159. São Paulo: Contexto.

NARO, A., SCHERRE, M. 1993. Sobre as origens do Português Popular do Brasil, *Revista D.E.L.T.A.(9,* nº especial. São Paulo.

________. 2007. *Origens do português brasileiro*. São Paulo: Parábola Editorial.

NEGRÃO, E. V. 1992. Tem uma história que eu quero contar que começa assim: peculiaridades de uma sentença existencial. *Cadernos de Estudos Lingüísticos (22)*: 81-90.

________. 1999. *O Português brasileiro: uma língua voltada para o discurso.* Tese de Livre Docência. São Paulo: Universidade de São Paulo.

________. 1994. As relativas livres no PB: efeito de conformidade categorial. *Anais de Seminários do GEL* (2)1036-1042.

NEGRÃO, E. V., SCHER, A., VIOTTI, E. 2002. A competência lingüística. In *Introdução à lingüística I – objetos teóricos*, org. J. L. Fiorin, p. 95-120. São Paulo: Contexto.

________. 2003. Sintaxe: explorando a estrutura da sentença. In *Introdução à Lingüística II – Princípios de Análise*, org. J. L. Fiorin, p. 81-111. São Paulo: Contexto.

NETO, J. B. 2008. O empreendimento gerativo. In *Introdução à lingüística: fundamentos epistemológicos,* orgs. F. Mussalim, A. C. Bentes, p. 93-130.: São Paulo: Cortez. Vol. 3.

NETO, P. C., INFANTE, U. 2003. *Gramática da língua portuguesa.* São Paulo: Scipione.

NEVES, M. H. M. 2000. *Gramática de usos do português.* São Paulo: Editora da UNESP.

NICOLA, J. de; INFANTE, U. 1997. *Gramática contemporânea da língua portuguesa.* 15 ed. São Paulo: Scipione.

NOLL, V. 2008. *O português brasileiro: formação e contrastes.* Trad.: Mário Viaro. Rio de Janeiro: Globo.

NONATO, R. B. 2008. Movimento verbal, caso e concordância. *Anais do SETA,* v. 2. http://www.iel.unicamp.br/ revista/ (Acesso em 20 de agosto, 2009).

NUNES, J. 1993. Direção de cliticização, objeto nulo e pronome tônico na posição de objeto em português brasileiro. In *O Português Brasileiro: uma viagem diacrônica: homenagem a Fernando Tarallo*, orgs. M. A. Kato, I. Roberts. Campinas, São Paulo: Editora da UNICAMP.

OLIVEIRA, F. 2003a. Tempo e aspecto. In *Gramática da língua portuguesa,* eds. M. H. Mira Mateus, A. M. Brito, I. Duarte, I. H. Faria et al, p. 127-173. 7 ed. Lisboa: Editorial Caminho. Parte III – Aspectos semânticos da gramática do português. Cap. 6.

________. 2003b. Modalidade e modo. In *Gramática da língua portuguesa,* eds. M. H. Mira Mateus, A. M. Brito, I. Duarte, I. H. Faria et al, p. 243-254. 7 ed. Lisboa: Editorial Caminho. Parte III – Aspectos semânticos da gramática do português. Cap. 9.

OLIVEIRA, M. S. D. 2008. *Línguas africanas - breves considerações sobre seu conhecimento e pesquisa e sua relação com o português do Brasil*, p. 55-66. Guavira Letras, TUDOTECA. Universidade do Mato Grosso do Sul.

OLIVEIRA, M. S. S. de; JORGE, L. T. A sair. A categoria 'tempo' e a interface discurso/ gramática: 'foco' em português – investigações preliminares à luz de um fenômeno areal africano. *Série Trilhas Linguísticas.* Araraquara: UNESP, Araraquara.

OLIVEIRA, M. S. D. de; FERNANDES, J. T. V. n. d. Aspectos etnolinguísticos da fala em uma comunidade quilombola do Pará: Jursussaca. São Paulo. Manuscrito.

OLIVEIRA, R. P. 2001. *Semântica formal: uma breve introdução*. Campinas, SP: Mercado das Letras. Coleção Idéias sobre Linguagem.

________. 2004. Formalismos na lingüística: uma reflexão crítica. In *Introdução à lingüística: fundamentos epistemológicos,* orgs. F. Mussalim, A. C. Bentes, p. 219-250. São Paulo: Cortez. Vol. 3.

PAGOTTO, E. G. 2007. Crioulo sim, crioulo não – uma agenda de problemas. In *Descrição, história e aquisição do português brasileiro,* orgs. A. T. Castilho, M. A. Torres Morais, S. M. L. Cyrino, R. E. V. Lopes, p. 461-482. Campinas, SP: Pontes/ FAPESP.

PAYNE, T. E. 1999. *Describing morpho-syntax – a guide for field linguistcs.* Cambridge: Cambridge University Press.

PASQUALE, C. N.; ULISSES, I. 2003. *Gramática da língua portuguesa.* São Paulo: Scipione.

PERINI, M. A. 1989. *Sintaxe do português: metodologia e funções*. São Paulo: Ática.

PERLMUTTER, D. 1978. Impersonal passive and the unaccusative hypothesis. BLS (4): 157-189.

PETTER, M. M. T. 2008a. Langues africaines au Br´sil : contact des langues et changement linguistique. *Séminanaire d'Histoire & d'Épistemologie des Sciences du Langage*. Université de São Paulo avec Université Paris 7.

________. 2008b. Variedades lingüísticas em contato: português angolano, português brasileiro e português moçambicano. Tese de Livre Docência. São Paulo: Universidade de São Paulo.

PETTER, M. M. T.; CARON, B. (coordenadores). 2005. Projeto: a participação das línguas africanas na constituição do português brasileiro.

PEZZATI, E. G. 2004. O funcionalismo em lingüística. In *Introdução à lingüística: fundamentos epistemológicos,* orgs. F. Mussalim, A. C. Bentes, p. 165-218. São Paulo: Cortez. Vol. 3.

POLLI, T. C. 2002. Advérbios em 'mente'. Dissertação de mestrado. Universidade de São Paulo.

________. 2008. A periferia esquerda no português brasileiro. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo.

PONTES, E. S. L. 1987. *Sujeito: da sintaxe ao discurso.* São Paulo: Ática/ Pró-Memória; Brasília: Instituto Nacional do Livro. Ensaios, 125.

________. *O tópico no português do Brasil*. 1987. Campinas, SP: Pontes.

POSTAL, P. 1974. *On Raising: One Rule of English Grammar and Its Theoretical Implications.* Cambridge, MA: MIT Press.

PRETI, J. 2003. Apresentação. In *Análise de textos orais*, org. J. Pretti. 6 ed. São Paulo: Humanitas, FFLCH/USP. Série Projetos Paralelos. Vol. 1.

QUAREZEMIN, S. 2005. A focalização do sujeito no português brasileiro. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Santa Catarina.

QUINT, N. 2008. *A realização do sujeito em português do Brasil: deriva vesrus Crioulização.* In *África no Brasil – a formação da língua portuguesa,* org. J. L. Fiorin, M. M. T. Petter, p. 101-144. São Paulo: Contexto.

RADFORD, A. 1988. *Transformational grammar: a first course.* Cambridge: Cambridge University Press.

RAIMUNDO, J. 1933. *O elemento afro-negro na língua portuguesa.* Rio de Janeiro: Renascença.

RAMOS, C. 1999. O clítico de terceira pessoa: um estudo comparativo português brasileiro/espanhol. Tese de Doutorado. Universidade Federal de Alagoas.

RAPOSO, E. 1996. Towards a unification of topic constructions. UCSB.

ROBERTS, I.; KATO, M. A. (orgs). 1996. *O Português Brasileiro: uma viagem diacrônica: homenagem a Fernando Tarallo.* Campinas, São Paulo: Editora da UNICAMP.

ROCHA, M. A. F.; LOPES, R. E. V. A sair. Adjunção. In *Gramática do português culto falado no Brasil A construção da sentença*, **orgs. M. A. Kato, M. do Nascimento**. Campinas: Editora da UNICAMP. Cap. 4.

RIZZI, L. 1997. The fine structure of the left periphery. In *Elements of grammar: handbook of generative syntax*, org. L. Haegman, p.281-337. London: Klwer Academic Publishers.

________. 2002. http://www.ciscl.unisi.it/doc-pub/rizzi2002-locality&left-periphery.doc (Acesso em 12 de agosto, 2008).

________. 2004. On the form of chains: criterial positions and ECP effects. http://www.ciscl.unisi.it/doc-pub/rizzi (Acesso em 12 de agosto, 2008).

ROBERTS, I & M.A. KATO. (orgs.) 1993. O *português brasileiro: uma viagem diacrônica: homenagem a Fernando Tarallo*. Campinas: Editora da Unicamp. (2ª edição 1996).

ROSS, J. R. 1967. Constraints on variables in syntax. Tese de Doutorado, MIT. Reproduzido em Blomington, Indiana: Indiana University Linguistics Club.

SAUSSURE, F. de. 1985. *Curso de lingüística geral*. São Paulo: Cultrix.

SALTARELI, M., ZUBIZARRETA, M. L. (eds.). *Aspects of Romance Linguistics. Selected Papers from the LSRL XXVI,* p. 267-278. Washington: Georgetown University Press.

SCHER, A. 2004. As construções com o verbo leve *dar* e nominalizações em *-ada* no Português do Brasil. Tese de doutorado. Universidade de Campinas.

SELKIRK, E. 1995. Sentence prosody: intonation, stress, and phrasing. In *Phonological theory*, ed. J. A. Goldsmith, p. 550-569. Oxford: Blackwell.

SHACHTER, P. 1985. Parts-of-speech systems. In *Language, typology and syntactic description 1: clause structure,* ed. T. Shopen, p. 3-61.Cambridge: Cambridge University Press.

SHOPEN, T. 1985. *Language, typology and syntactic description 1: clause structure*. Cambridge: Cambridge University Press.

SILVA, M. C. F. 2004. Os anos 1990 na Gramática Gerativa. In *Introdução à lingüística: fundamentos epistemológicos*, orgs. F. Mussalim, A. C. Bentes, p. 131-165. São Paulo: Cortez. Vol. 3.

SILVA NETO, S. 1963. *Introdução ao estudo da língua portuguesa no Brasil.* Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro/MEC.

SILVA, R. V. M. 2006. O nome e o sintagma nominal: morfologia e estrutura. In *O português arcaico: fonologia, morfologia e sintaxe,* p. 99-116. São Paulo: Contexto.

SOUZA, E. R. F. 2004. Os advérbios focalizadores no português falado do Brasil: uma abordagem funcionalista. Dissertação de Mestrado. UNESP/São José do Rio Preto.

TARALLO, F. 1983. *Relativization stratgies in Brazilian Portuguese.* Ph. D. Dissertation. University of Pensnsylvania.

________. 1993a. Sobre a alegada origem crioula do português brasileiro: mudanças sintáticas aleatórias (Fernando Tarallo – 1951-1992). In *O Português Brasileiro: uma viagem diacrônica: homenagem a Fernando Tarallo,* orgs. I. Roberts, M. A. Kato, p. 35-68. Campinas, SP: Editora da UNICAMP.

________. 1993b. Diagnosticando uma gramática brasileira: o português d'aquém e d'além-mar ao final do século XIX (Fernando Tarallo – 1951-1992). In *O Português Bra-*

sileiro: uma viagem diacrônica: homenagem a Fernando Tarallo, orgs. I. Roberts, M. A. Kato, p. 69-106. Campinas, SP: Editora da UNICAMP.

TORRES MORAIS, M. A. C. R.; BERLINCK, R. de A. 2007. "Eu disse pra ele" ou "disse-lhe a ele": a expressão do dativo nas variedades brasileira e européia do português. In *Descrição, história e aquisição do português brasileiro*, orgs. A. T. Castilho, M. A. Torres Morais, S. M. L. Cyrino, R. E. V. Lopes, p. 159-184. Campinas, SP: Pontes/ FAPESP.

TRASK, R. L. 1993. *A Dictionary of grammatical terms in linguistics*. London: Routledge.

VIARO, M. E. 2007. Considerações acerca de mudanças semânticas de 'até' no português do século XIX. In *Descrição, história e aquisição do português brasileiro*, orgs. A. T. Castilho, M. A. Torres Morais, S. M. L. Cyrino, R. E. V. Lopes, p. 499-512. Campinas, SP: Pontes/ FAPESP.

VILLAÇA-KOCH, I. G. 2007. Estratégias de tematização e rematização. In *Descrição, história e aquisição do português brasileiro*, orgs. A. T. Castilho, M. A. Torres Morais, S. M. L. Cyrino, R. E. V. Lopes, p. 299-312. Campinas, SP: Pontes/ FAPESP.

VILLALVA, A. 2003. Estrutura morfológica básica**.** In *Gramática da língua portuguesa,* eds. M. H. Mira Mateus, A. M. Brito, I. Duarte, I. H. Faria et al, p. 917-938. 7 ed. Lisboa: Editorial Caminho. Parte V – Aspectos morfológicos da gramática do português. Cap. 22.

ZUBIZARRETA, M. L. 1998. Prosody, focus and word order. University of Southern California, Departamento of Linguistics, Los Angeles, CA.

APÊNDICE I
Leituras Complementares

CAPÍTULO 1

As origens latinas do português

ILARI, R.; BASSO, R. 2006. Um pouco de história: origens e expansão do português. In: *O português da gente: a língua que estudamos, a língua que falamos,* p. 13-48. São Paulo: Contexto,

Linguística histórica

GABAS JR., N. 2003. Lingüística histórica. In *Introdução à lingüística: domínios e fronteiras.* orgs. F. Mussalim, A. C. Bentes, p. 77-104. 3 ed. São Paulo: Cortez.

TEYSSIER, P. 2001. *História da língua portuguesa*. Trad.: Celso Cunha. 2 ed. São Paulo: Martins Fontes.

Português Brasileiro

FIORIN, J. L., PETTER, M. M. T. (orgs.). 2008. *África no Brasil – a formação da língua portuguesa.* São Paulo: Contexto.

ILARI, R.; BASSO, R. 2006. *O português da gente: a língua que estudamos, a língua que falamos.* São Paulo: Contexto.

LUCCHESI, D., BAXTER, A., RIBEIRO, I. (orgs.). 2009. O Português Afro-Brasileiro. Salvador: EDUFBA.

NOLL, V. 2008. *O português brasileiro: formação e contrastes.* Trad.: Mário Viaro. Rio de Janeiro: Globo.

ROBERTS, I.; KATO, M. A. (orgs). 1996. *O Português Brasileiro: uma viagem diacrônica: homenagem a Fernando Tarallo.* Campinas, São Paulo: Editora da UNICAMP.

Projeto "Gramática do Português Culto Falado no Brasil"

CASTILHO, A. T. de. 2006. Apresentação. In *Gramática do português culto falado no Brasil – construção do texto falado,* orgs. C. C. A. S Jubran, I. G. V. KOCH, p. 7-26. Campinas: Editora da UNICAMP. Vol. 1.

ILARI, R., MOURA NEVES, M. H. (orgs.). 2008. *Gramática do Português Culto Falado no Brasil – Classes de palavras e processos de construção.* Campinas: Editora da UNICAMP. Vol. II.

JUBRAN, C. C. A. S.; KOCH, I. G. V. (orgs.). 2006. *Gramática do português culto falado no Brasil – construção do texto falado.* Campinas: Editora da UNICAMP. Vol. 1.

CAPÍTULO 2

Classes de Palavras

SHACHTER, P. 1985. Parts-of-speech systems. In *Language, typology and syntactic description 1: clause structure,* ed. T. Shopen, p. 3-61.Cambridge: Cambridge University Press.

Estudos Pré-Saussurianos

FARACO, C. A. 2004. Estudos Pré-Saussurianos. In *Introdução à lingüística: fundamentos epistemológicos*, orgs. F. Mussalim, A. C. Bentes, p. 27-52. São Paulo: Cortez. Vol. 3.

Estruturalismo

ILARI, R. 2004. O estruturalismo lingüístico: alguns caminhos. In *Introdução à lingüística: fundamentos epistemológicos*, orgs. F. Mussalim, A. C. Bentes, p. 53-92. São Paulo: Cortez. Vol. 3.

Estrutura de Constituinte e a Competência Linguística

NEGRÃO, E. V., SCHER, A., VIOTTI, E. 2002. A competência lingüística. In *Introdução à lingüística I – objetos teóricos*, org. J. L. Fiorin, p. 95-120. São Paulo: Contexto.

NEGRÃO, E. V., SCHER, A., VIOTTI, E. 2003. Sintaxe: explorando a estrutura da sentença. In *Introdução à Lingüística II – Princípios de Análise*, org. J. L. Fiorin, p. 81-111. São Paulo: Contexto.

FRANCHI, C., NEGRÃO, E. V., MÜLLER, A. L. de P. 1998. Um exemplo de argumentação em sintaxe. *Revista da ANPOLL* (5): 37-63.

Funcionalismo

GONÇALVES, S. C. L.; LIMA-HERNANDES, M. C.; CASSEB-GALVÃO, V. C. 2007. *Introdução à gramaticalização – em homenagem a Maria Luiza Braga.* São Paulo: Parábola Editorial.

PEZZATI, E. G. 2004. O funcionalismo em lingüística. In *Introdução à lingüística: fundamentos epistemológicos,* orgs. F. Mussalim, A. C. Bentes, p. 165-218. São Paulo: Cortez. Vol. 3.

Programas de Investigação Linguística Mentalista

BORGES NETO, J. A. 2004. O empreendimento gerativo. In *Introdução à lingüística: fundamentos epistemológicos*, orgs. F. Mussalim, A. C. Bentes. São Paulo: Cortez. Vol. 3.

EVERETT, D. L. 1992. A teoria chomskyana e uma discussão epistemológica. In: *A língua pirahã e a teoria da sintaxe: descrição, perspectivas e teoria*, p. 225-272. Campinas, SP: Editora da UNICAMP. Segunda parte: perspectivas e investigações.

Sintaxe Gerativa

BERLINK, R. A.; AUGUSTO, M. R. A.; SCHER, A. P. 2001. Sintaxe. In *Introdução à lingüística: domínios e fronteiras,* orgs. F. Mussalim, A. C. Bentes, p. 207-244. São Paulo: Cortez. Vol. 1.

FRANCHI, C., NEGRÃO, E. V., MÜLLER, A. L. de P. 1998. Um exemplo de argumentação em sintaxe. *Revista da ANPOLL* (5): 37-63.

MIOTO, C.; FIGUEIREDO SILVA, M. C.; VASCONCELOS, R. E. 2004. O estudo da gramática. In *Novo manual de sintaxe,* p. 11-38. Florianópolis: Insular. Cap. 1.

NEGRÃO, E. V., SCHER, A., VIOTTI, E. 2002. A competência lingüística. In *Introdução à lingüística I – objetos teóricos*, org. J. L. Fiorin, p. 95-120. São Paulo: Contexto.

NETO, J. B. 2008. O empreendimento gerativo. In *Introdução à lingüística: fundamentos epistemológicos,* orgs. F. Mussalim, A. C. Bentes, p. 93-130.: São Paulo: Cortez. Vol. 3.

SILVA, M. C. F. 2004. Os anos 1990 na Gramática Gerativa. In *Introdução à lingüística: fundamentos epistemológicos*, orgs. F. Mussalim, A. C. Bentes, p. 131-165. São Paulo: Cortez. Vol. 3.

Teoria dos Papéis Temáticos

MIOTO, C.; FIGUEIREDO SILVA, M. C.; VASCONCELOS, R. E. 2004. Teoria temática. In *Novo manual de sintaxe*, p. 119-164. Florianópolis: Insular, Cap. 3.

CAPÍTULO 3

Adjunção

ROCHA, M. A. F.; LOPES, R. E. V. A sair. Adjunção. In *Gramática do português culto falado no Brasil - A construção da sentença***,** orgs. M. A. Kato, M. do Nascimento. Campinas: Editora da UNICAMP. Cap. 4.

A Teoria do Caso

MIOTO, C.; FIGUEIREDO SILVA, M. C.; VASCONCELOS, R. E. 2004. A teoria do Caso. In p. 171-211. Florianópolis: Insular.

Categorias de Flexão no Português

CASTILHO, A. T. 1968. Introdução ao estudo do aspecto verbal na língua portuguesa. *ALFA* (12):11-133.

OLIVEIRA, F. 2003a. Tempo e aspecto. In *Gramática da língua portuguesa,* eds. M. H. Mira Mateus, A. M. Brito, I. Duarte, I. H. Faria et al, p. 127-173. 7 ed. Lisboa: Editorial Caminho. Parte III – Aspectos semânticos da gramática do português. Cap. 6.

OLIVEIRA, F. 2003b. Modalidade e modo. In *Gramática da língua portuguesa,* eds. M. H. Mira Mateus, A. M. Brito, I. Duarte, I. H. Faria et al, p. 243-254. 7 ed. Lisboa: Editorial Caminho. Parte III – Aspectos semânticos da gramática do português. Cap. 9.

VILLALVA, A. 2003. Estrutura morfológica básica**.** In *Gramática da língua portuguesa,* eds. M. H. Mira Mateus, A. M. Brito, I. Duarte, I. H. Faria et al, p. 917-938. 7 ed. Lisboa: Editorial Caminho. Parte V – Aspectos morfológicos da gramática do português. Cap. 22.

Estudos da Gramática Vistos por uma Perspectiva Internalizada

CHOMSKY, N. 2002. *Novos horizontes no estudo da linguagem e da mente.* Trad.: Marco A. Sant'Anna. São Paulo: Editora da UNESP.

CAPÍTULO 4

Construções Inacusativas

DUARTE, I. 2003b. A família das construções inacusativas. In *Gramática da língua portuguesa,* eds. M. H. Mira Mateus, A. M. Brito, I. Duarte, I. H. Faria et al, p. 507-548. 7 ed. Lisboa: Editorial Caminho. Parte IV – Aspectos sintáticos da gramática do português. Cap. 13.

Aspectos da Predicação em Português

BERLINK, R. de A.; DUARTE, M. E. L.; OLIVEIRA, M. de. A sair. Predicação. In *Gramática do português culto falado no Brasil - A construção da sentença*, orgs. M. A Kato, M. do Nascimento. Campinas: Editora da UNICAMP. Cap. 3.

CYRINO, S., NUNES, J., PAGOTTO, E. A sair. Complementação. In *Gramática do português culto falado no Brasil - A construção da sentença*, orgs. M. A Kato, M. do Nascimento. Campinas: Editora da UNICAMP. Cap. 2.

CAPÍTULO 5

Gramaticalização

GONÇALVES, S. C. L.; LIMA-HERNANDES, M. C.; CASSEB-GALVÃO, V. C. 2007. *Introdução à gramaticalização – em homenagem a Maria Luiza Braga.* São Paulo: Parábola Editorial.

Teoria do Movimento

MIOTO, C.; FIGUEIREDO SILVA, M. C.; VASCONCELOS, R. E. 2004. Mova α. In *Novo manual de sintaxe,* p. 249-274. Florianópolis: Insular.

O nome/ pronome

ILARI et al. 1996. Os pronomes pessoais do português falado: roteiro para a análise. In *Gramática do português falado*, orgs. A. T. Castilho, M. Basílio, p. 72-159. Campinas:

Editora da Unicamp; São Paulo: FAPESP. Volume IV: estudos descritivos.

NEVES, M. H. de M. 2000. O pronome pessoal. In *Gramática de usos do português*, p. 449-470. São Paulo: Editora da UNESP.

SILVA, R. V. M. 2006. O nome e o sintagma nominal: morfologia e estrutura. In *O português arcaico: fonologia, morfologia e sintaxe* p. 99-116. São Paulo: Contexto.

Objeto Nulo e Clíticos

CYRINO, S. M. L. 1996. Observações sobre a mudança diacrônica no português do Brasil: objeto nulo e clíticos. In: ROBERTS, I.; KATO, M. A. (Org). *O Português Brasileiro: uma viagem diacrônica: homenagem a Fernando Tarallo.* Campinas, São Paulo: Editora da UNICAMP, p. 163-184.

GALVES, Ch., ABAURRE, M. B. 1996. Os clíticos no português brasileiro: elementos para uma abordagem sintático-fonológica. In *Gramática do português falado,* orgs. A. T. Castilho, M. Basílio, p. 273-319. Campinas: UNICAMP; São Paulo: FAPESP. Estudos Descritivos, 4.

CAPÍTULO 6

Orações Relativas e Teoria da Gramática

MIOTO, C.; NEGRÃO, E. V. 2007. As sentenças clivadas não contêm uma relativa. In *Descrição, história e aquisição do português brasileiro*, orgs. A. T. Castilho, M. A. Torres Morais, S. M. L. Cyrino, R. E. V. Lopes, p. 159-184. Campinas, SP: Pontes/ FAPESP.

KATO, M. A. 1993. Recontando a história das relativas em uma perspectiva paramétrica. In *O Português Brasileiro: uma viagem diacrônica: homenagem a Fernando Tarallo*, orgs. I. Roberts, M.A. Kato, p. 223-262. Campinas, São Paulo: Editora da UNICAMP.

TARALLO, F. 1993a. Sobre a alegada origem crioula do português brasileiro: mudanças sintáticas aleatórias (Fernando Tarallo – 1951-1992). In *O Português Brasileiro: uma viagem diacrônica: homenagem a Fernando Tarallo,* orgs. I. Roberts, M. A. Kato, p. 35-68. Campinas, SP: Editora da UNICAMP.

TARALLO, F. 1993b. Diagnosticando uma gramática brasileira: o português d'aquém e d'além-mar ao final do século XIX (Fernando Tarallo – 1951-1992). In *O Português*

Brasileiro: uma viagem diacrônica: homenagem a Fernando Tarallo, orgs. I. Roberts, M. A. Kato, p. 69-106. Campinas, SP: Editora da UNICAMP.

CAPÍTULO 7

Preposições no Português Brasileiro e Europeu

CASTILHO, A. T. de. 2009b. Para uma análise multissistêmica das preposições. In *História do português paulista,* org. A. T. Castilho, p. 279-332. Campinas, SP: UNICAMP/ Publicações IEL. Série Estudos. Vol. 1.

KEWITZ, V. 2009. Gramaticalização, semanticização e discursivização das preposições a e para no Português Brasileiro (séculos XIX e XX). In *História do português paulista*, org. A. T. Castilho, p. 603-636. Campinas, SP: UNICAMP/ Publicações IEL. Série Estudos. Vol. 1.

TORRES MORAIS, M. A. C. R.; BERLINCK, R. de A. 2007. "Eu disse pra ele" ou "disse-lhe a ele": a expressão do dativo nas variedades brasileira e européia do português. In *Descrição, história e aquisição do português brasileiro*, orgs. A. T. Castilho, M. A. Torres Morais, S. M. L. Cyrino, R. E. V. Lopes, p. 159-184. Campinas, SP: Pontes/ FAPESP.

VIARO, M. E. 2007. Considerações acerca de mudanças semânticas de 'até' no português do século XIX. In *Descrição, história e aquisição do português brasileiro*, orgs. A. T. Castilho, M. A. Torres Morais, S. M. L. Cyrino, R. E. V. Lopes, p. 499-512. Campinas, SP: Pontes/ FAPESP.

Sintagmas Preposicionais Adjuntos e Complementos

CYRINO, S., NUNES, J., PAGOTTO, E. A sair. Complementação. In *Gramática do português culto falado no Brasil - A construção da sentença***,** orgs. M. A Kato, M. do Nascimento. Campinas: Editora da UNICAMP. Cap. 2.

ILARI, R., CASTILHO, A. T., ALMEIDA, M. L. L. de, KLEPPA, L., BASSO, R. M. 2008. A preposição. In *Gramática do Português Culto Falado no Brasil – Classes de palavras e processos de construção,* orgs. R. Ilari, M. H. Moura Neves, p. 623-804. Campinas: Editora da UNICAMP. Vol. II.

ROCHA, M. A. F.; LOPES, R. E. V. A sair. Adjunção. In *Gramática do português culto falado no Brasil - A construção da sentença*, orgs. M. A. Kato, M. do Nascimento. Campinas: Editora da UNICAMP. Cap. 4.

Semântica e Quantificação

CHIERCHIA, G. 2003a. *Semântica*. Trad.: L. A. Paggani, L. Negri, R. Ilari. Campinas, SP: Editora da UNICAMP; Londrina, Pr.: EDUEL.

CHIERCHIA, G. 2003b. Um universal lingüístico. In *Semântica*, p. 75-113. Trad.: L. A. Paggani, L. Negri, R. Ilari. Campinas, SP: Editora da UNICAMP; Londrina, Pr.: EDUEL. Capítulo 2.

OLIVEIRA, R. P. 2001. *Semântica formal: uma breve introdução*. Campinas, SP: Mercado das Letras. Coleção Idéias sobre Linguagem.

CAPÍTULO 8

Pronomes-Q interrogativos

BRAGA, M. L.; KATO, M. A.; MIOTO, C. A sair. As sentenças interrogativas-Q. In *Gramática do português culto falado no Brasil - A construção da sentença*, orgs. M. A Kato, M. do Nascimento. Campinas: Editora da UNICAMP. Cap. 5, seção (5.4.): As construções-Q no português brasileiro falado: relativas, clivadas e interrogativas.

Tópico e Foco

ILARI, R. 1991. *Perspectiva funcional da frase portuguesa*. 2. ed. Campinas, SP: UNICAMP.

KLEIN, S. Foco no português brasileiro. 2003. In *Semântica formal,* orgs. A. L. de P. Muller, E. V. Negrão, M. J. Foltran, p.125-153. São Paulo: Contexto.

PONTES, E. 1987. *O tópico no português do Brasil*. Campinas, SP: Pontes.

POLLI, T. 2008. A periferia esquerda no português brasileiro. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo.

QUAREZEMIN, S. 2005. A focalização do sujeito no português brasileiro. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Santa Catarina.

SOUZA, E. R. F. 2004. Os advérbios focalizadores no português falado do Brasil: uma abordagem funcionalista. Dissertação de Mestrado. UNESP/São José do Rio Preto.

Clivagem

BRAGA, M. L.; KATO, M. A.; MIOTO, C. A sair. As sentenças interrogativas-Q. In *Gramática do português culto falado no Brasil - A construção da sentença***,** orgs. M. A Kato, M. do Nascimento. Campinas: Editora da UNICAMP. Cap. 5, seção (5.4.): As construções-Q no português brasileiro falado: relativas, clivadas e interrogativas.

MIOTO, C.; NEGRÃO, E. V. 2007. As sentenças clivadas não contêm uma relativa. In *Descrição, história e aquisição do português brasileiro*, orgs. A. T. Castilho, M. A. Torres Morais, S. M. L. Cyrino, R. E. V. Lopes, p. 159-184. Campinas, SP: Pontes/ FAPESP.

MODESTO, M. 2003. A interpretação das sentenças clivadas. In *Semântica formal,* orgs. A. L. de P. Muller, E. V. Negrão, M. J. Foltran, p. 189-204. São Paulo: Contexto.

APÊNDICE II
Exercícios

Exercícios I

1. (*Ver gabarito em Vol 2)*

A característica científica "Caráter Explícito", vista em (2.1.) no Caderno 1, diz respeito a definições claras e que abranjam todos os dados. Observe a definição de sujeito dada abaixo e comente porque ela fere a característica científica de "caráter explícito". Tome por base para sua resposta as sentenças em 1-3:

Definição de sujeito

> O sujeito – *"ser de quem se diz alguma coisa" (*O homem *chegou*. O povo *elegeu-o deputado.* Pedro e Paulo *são irmãos) – tem por núcleo um substantivo (nome ou pronome) ou palavra substantivada, ou é uma oração [...]*
>
> *(Luft et al. 2005, p. 94)*[1]

Sentenças

1. Aqueles pensamentos não me saíam da cabeça; estavam comigo o tempo todo.
2. *Nevou muito forte naquela região do Canadá neste início do ano.*
3. É necessário *que o terrorismo seja exterminado.*

2. (*Ver gabarito em Vol 2)*

Discuta sobre a seguinte asserção: "O conhecimento lingüístico resulta da interação de estruturas mentais inatas, de processo de maturação, e de relação com o ambiente"[2].

---

1. LUFT, C. P. et al. *Novo Manual de Português*. 6 ed. rev. e atual. São Paulo: Globo, 2005.
2. CHOMSKY, N. *Rules and representations*. Nova York: Columbia University Press, 1979. Pergunta extraída de: LYONS, J. *Linguagem e lingüística*. Rio de Janeiro: Editora Guanabara, 1987, p. 242, pergunta 1.

3. (*Ver gabarito em Vol 2)*

Levando em conta a hipótese de autonomia da sintaxe, discorra sobre o termo gramática em seu sentido mais amplo e convencional e sobre gramática gerativa.

4. (*Ver gabarito em Vol 2)*

Comente sobre críticas que os linguistas frequentemente fazem à gramática tradicional levando em conta as três características científicas apontadas em (2.1.) no Capítulo 1.

Exercícios II

1. (*Ver gabarito em Vol 2)*

Dado o seguinte conjunto de palavras em:

(a) [*José, viu, a, moça, com, óculos, escuros*]

que formam a sequência linear

(a') *José viu a moça com óculos escuros*,

represente – em forma de árvore ou colchetes – as possibilidades de organização do sintagma verbal (VP):

(a") [$_{VP}$ *viu a moça com óculos escuros*]

que apontam para duas leituras diferentes da sentença.

Obs.: suas representações devem garantir que a ordem linear do VP (a") seja mantida.

2. (*Ver gabarito em Vol 2)*

Dadas as sentenças abaixo, separe e etiquete cada um dos constituintes que as compõem:

a. O menino viu a menina na sala

b. José disse que viu aquele menino ontem

c. Ela tem olhos verdes grandes

3. (*Ver gabarito em Vol 2)*

A partir do radical /*cant*/ derive palavras em português:

a. aponte os traços lexicais destas palavras – [+/-N/V];

b. apresente exemplos sentenciais, apontando características [+N] ou [+V] dessas palavras

4. Indique os papéis temáticos dos sintagmas grifados abaixo:

a. <u>João</u> entregou <u>o documento</u> <u>para o proprietário</u>

b. <u>A bola</u> rolou <u>do quintal</u> <u>para o mato</u>

c. Lúcia entregou-lhe a revisão

d. Catarina foi do choro para o riso

e. Cecília entrou pelo lugar errado

f. O novo bebê da família Aguiar é uma menina

g. João comprou um presente para Clarice

5. (*Ver gabarito em Vol 2)*

Dados os sintagmas verbais abaixo, apresente as restrições de seleção de cada categoria *verbo* – siga o exemplo oferecido no capítulo 2, seção (3.1.1.):

a. Ela entregou o livro para a Maria

b. José foi lá

c. João colocou o livro na estante

d. Eles estudam sintaxe na USP à noite

e. Eles têm necessidade de ler muito

6. Aponte qual restrição de seleção das categorias lexicais torna agramaticais as sentenças abaixo:

a. * Os funcionários necessitam dinheiro adiantado

b. * José ofereceu

c. * O patrão entregou o dinheiro os funcionários

7. (*Ver gabarito em Vol 2)*

Segundo Duarte & Brito (2003: 187)[3], a lista mínima de papéis temáticos relevantes na estrutura argumental dos verbos em português inclui:

3. DUARTE, I.; BRITO. A. M. 2003. Predicação e classes de predicadores verbais. In *Gramática da língua portuguesa,* eds. M. H. Mira Mateus, A. M. Brito, I. Duarte, I. H. Faria et al, p. 179-204. 7 ed. Lisboa: Editorial Caminho. Parte III – Aspectos semânticos da gramática do português. Cap. 7.

Coluna I:

Agente

Fonte,

Experienciador

Locativo

Alvo

Tema

Numere a 2ª. coluna de acordo com a 1ª atentando para os sintagmas em itálico:

Coluna II[4]:

( ) *Os meus melhores amigos* vivem no Porto

( ) O João guarda o passaporte *no cofre*

( ) *O público* escutou o conferencista

( ) *A Maria* guiou o jipe

( ) *O vento* partiu o vidro da janela

( ) *O telhado* assenta em seis barrotes

( ) Nós vamos *para Lisboa*

( ) *O rapaz* gaguejou

( ) *Dália* adora cozinhar e encher a casa de amigos

( ) O lavrador carregou *o caminhão* com feno

( ) A vendedora vendeu o livro *à minha amiga*

( ) O fumo amareleceu *os cortinados*

( ) *Todos nós* sentimos o perfume

( ) A água borbulha *na chaleira*

( ) *Os presentes* votaram a proposta

( ) A Vanessa recebeu uma carta *da Fundação Gulbenkian*

( ) As aulas decorrem *na Faculdade*

( ) O João guarda o passaporte *no cofre*

( ) O Paulo sabe *Japonês*

( ) *Os meninos* temem a tempestade

4. Exemplos de Duarte & Brito (2003: 188-190).

Exercícios III

1. (*Ver gabarito em Vol 2)*

Numere a 2ª. coluna de acordo com a 1ª.

Coluna 1

(1) [$ø_{expl}$] sujeito nulo expletivo (não-referencial)

(2) [$ø_{arb}$] sujeito nulo de referência indefinida (arbitrária)

(3) [ø] sujeito nulo de referência definida

(4) sujeito explícito de referência definida

(5) sujeito explícito de referência não definida

Coluna 2 (atente apenas para a sentença(s) entre colchetes)

( ) [Parece] que eu já vivi esta situação antes

( ) João trabalhou exaustivamente, [mas não parece cansado]

( ) Marcos, Simone e eu saímos, [mas a gente desistiu da noite e voltou pra casa]

( ) [Há muitas flores no jardim]

( ) Maria disse [que estava muito agitada pra conseguir parar e escrever]

( ) [Tinha umas roupas baratinhas naquele shopping]

( ) Eu não sei como fazer ..., [mas daí você sair fazendo de qualquer maneira não dá]

( ) [Choveu sem parar no último mês]

( ) E aí? [Copiaram? Posso apagar o quadro?]

( ) [Naquele curso da Faculdade, falava-se de pesquisa toda hora]

( )[Existem inúmeras chácaras naquela região]

( ) [Dizem] que o "uso do cachimbo faz a boca torta"

( ) Antes tocava muito rock bom no rádio, [mas, agora, a gente quase não ouve]

( ) Eu passei por aquela cidade [quando faziam lá uma certa festa muito engraçada]

( ) [Ele parece muito cansado e abatido depois de todo aquele esforço]

2. (*Ver gabarito em Vol 2)*

Observe os sintagmas a seguir e faça o que se pede nos comandos imediatamente abaixo:

a. João sentiu fortes dores no peito ontem

b. Luísa vive em New York

c. Ela veio de Brasília ontem

1. Apresente o esquema de restrições argumentais de cada verbo
2. Dê a representação do SV
3. Dê a representação do SF

Exercícios IV

1. (*Ver gabarito em Vol 2)*

Observe a sentença[5]:

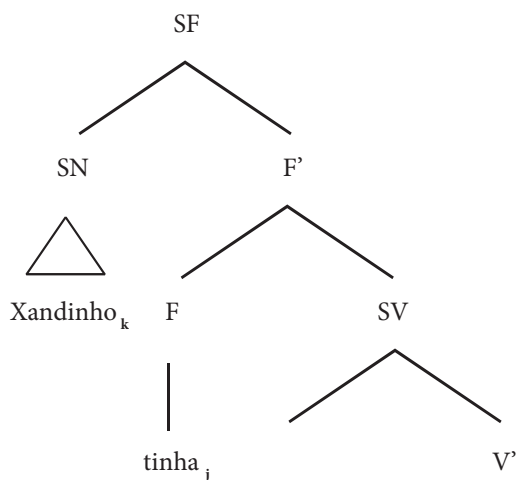
(a) Xandinho tinha pedido um boné pra sua mãe

Em (a), a predicação é constituída pelo:

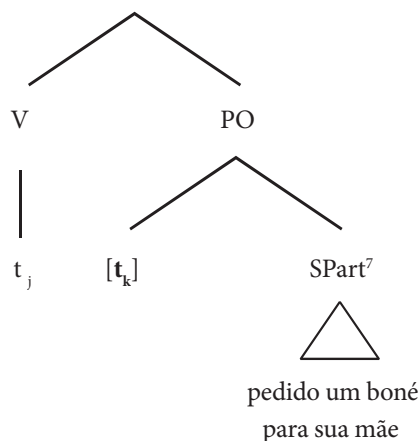
(i) verbo auxiliar (= tinha), verbo monoargumental inacusativo, que introduz funções de tempo e aspecto ao verbo principal;

(ii) predicador verbal monoargumental inacusativo (= pedido);

(iii) argumento externo SN (= Xandinho) da pequena oração (PO) [*Xandinho pedido um boné para sua mãe*]. Elemento movido para a posição [Spc, SF][6];

Abaixo, observe o esquema arbóreo de (a):

5. Exercício parcialmente baseado em Duarte, I. (2003: 278-279).

DUARTE, I. 2003a. Relações gramaticais, esquemas relacionais e ordem de palavras. In *Gramática da língua portuguesa,* eds. M. H. Mira Mateus, A. M. Brito, I. Duarte, I. H. Faria et al, p. 275-324. 7 ed. Lisboa: Editorial Caminho. Parte IV – Aspectos sintáticos da gramática do português. Cap. 10.

6. Sobre Sintagma Concordância (PO), ver capítulo 6 do Vol. 1.

Comando: proceda a descrição da predicação (como em (a)) nas sentenças em:

(b) 1. A Rosinha está alegre que só!

2. A grosseria daquela senhora tornou a conversa impossível

3. O padeiro cortou os pães em fatias

4. Flávio deu uma risada gostosa!

5. O navio zarpou atrasado

6. As modelos chegaram para o desfile às 10:00 em ponto

7. Esse casaco foi comprado pela mãe de Helena em Londres

8. A Maria deu uma pintada na casa

9. O José comprou aquele livro raro de um sebo em São Paulo

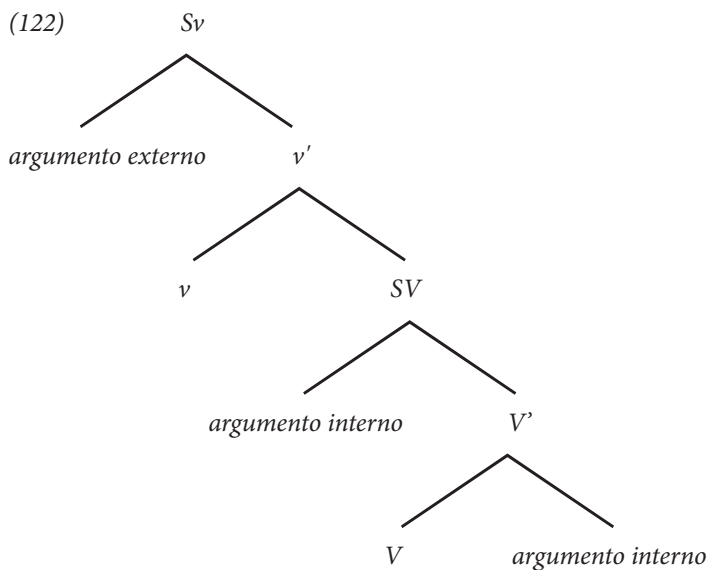
10. A Waninha comprou aqueles postais belíssimos em Évora

2. (*Ver gabarito em Vol 2)*

A partir da observação do excerto abaixo e das sentenças que o seguem, proceda ao comando da questão.

Excerto

> *[...] SVs podem em princípio se organizar em torno de duas camadas: uma camada nucleada por um verbo semanticamente pleno e uma camada nucleada por um verbo leve, como representado em (122) abaixo. A realização de cada camada bem como dos argumentos a elas associados vai depender da informação temática lexicalmente definida para cada verbo.*

7. SPart – Sintagma Particípio (uma oração do tipo reduzida, no sentido da gramática tradicional).

Cyrino, Pagotto & Nunes (a sair: 36-37)

Sentenças

(1) José deu flores para a amiga

(2) Jonathan e Hellena visitaram a mãe (em Lisboa)

(3) Carlos orgulha-se de sua filha

(4) Eu dei uma verificada nos papeis (tá tudo bem!)

(5) Aquela pequena chora bastante

(6) Rogério comprou o lap do feirante

(7) Eu dei uma olhada na TV

(8)A Jô chegou (ontem)

(9) Patrícia deu uma lambidinha na colher de pau (cheia de rapa de doce)

(10) Eu vou caminhar (amanhã) (cedo) (no parque)

(11) Ana Maura pegou sua cadeirinha para Marco Antonio no quintal de sua casa

(12) A porta fechou

(13) Eu acabo fazendo a vontade da Lê

(14) Iris endereçou a carta à amiga

(15) Martinha toca piano

(16) Ela adora feijão preto

(17) A plantinha está crescida

(18) Francisco riu um risinho amarelo

(19) Pedro Henrique escreveu um conto para a professora de redação

(20) (Olha!) Chegou o camburão da polícia

(21) A Luisinha irritou sua mãe

(22) João Vítor devolveu o pote de balinhas para a mãe

(23) Acontece que os exercícios já foram todos gabaritados

(24) Eles têm uma capacidade de irritar os outros ...

(25) Compra-se jóias de ouro e prata

(26) Carioca gosta de feijão preto

(27) Há biblioteca naquela Faculdade?

(28) Você quer este livro?

(29) Joaquim assobiou um assobio estridente

(30) Celina dá risada à toa

Comando: Projete as sentenças acima (SFs) atentando para as predicações inseridas em estruturas Sv e/ou SV

3. (*Ver gabarito em Vol 2)*

Classifique os verbos grifados abaixo em: (1) verbo com mais de um argumento; (2) verbo monoargumental; (3) verbo sem argumento:

( ) Ela espirrava o tempo todo no jardim.

( ) Mari Ângela parece feliz

( ) Há ladrões em qualquer lugar do mundo

( ) Nevou forte ontem

( ) Entende-se isto tudo muito bem.

( ) Existem ladrões em toda parte

( ) José Eduardo vende frutas para os feirantes

( ) João Vítor adormeceu depois que contou inúmeros caminhões na estrada

( ) Márcia escreveu a apostila 09

( ) Marta afiou a faca

( ) Elton ofereceu sua composição para um amigo.

( ) É verdade que Pedro Henrique já é um pré-adolescente

( ) José pigarreou durante a entrevista

( ) Parece que a maioria se sairá bem no curso

( ) Chove sem parar

( ) A faca caiu no chão

( ) Os professores andam cansados de greve

EXERCÍCIOS V

1. (*Ver gabarito em Vol 2)*

I. Represente os DPs abaixo:

(1) [$_{SF}$ [$_{SD}$ **as primeiras provas do vestido de Andressa**] serão feitas amanhã]

(2) [$_{SF}$ [$_{SD}$ **todos os três infelizes casamentos de Carla**] foram com homens ingleses]

(3) [$_{SF}$ [$_{SD}$ **aquele apartamento velho em que o Marcos mora**] será reformado]

2. (*Ver gabarito em Vol 2)*

Projete os períodos abaixo, atentado para as sentenças [+N]

2.1. Agradaria a todos que as férias já começassem amanhã

2.2. Eles nos autorizaram [pra que entrássemos na área do acervo raro daquela biblioteca]

2.3 Entristece Maria [que o filho não ligue para os estudos]

2.4 A verdade é que eles não querem ceder nunca!

2.5 Convém que todos fiquem alertas durante as chuvas fortes

Exercícios VI

1. (*Ver gabarito em Vol 2)*

Observe os advérbios inseridos nas sentenças a seguir:

(1) Consequentemente, depois da confusão, todos foram para a delegacia

(2) Ela interpretou a peça lindamente

Comando:

(i) Descreva as características sintáticas dos advérbios acima, verificando seu escopo (área de abrangência semântica)

(ii) semanticamente, como a gramática tradicional descreve esses advérbios?

(iii) a descrição sintática desses advérbios corrobora a análise de pertencimento desses itens lexicais a uma única categoria?

2. (*Ver gabarito em Vol 2)*

Observe os itens lexicais nas sentenças a seguir:

(1) Ela sempre chega no mesmo horário

(2) Ela chegou ontem

Comando:

Os itens lexicais em (1) e (2) são considerados advérbios de tempo pela tradição gramatical. Observando atentamente *sempre* e *ontem* em (1) e (2) você diria que eles expressam uma mesma e única noção de 'tempo'?

3. (*Ver gabarito em Vol 2)*

Observe o excerto abaixo, seguido de uma listagem de itens lexicais e proceda ao comando da sentença.

Excerto

> *[...] Alguns advérbios são graduáveis, admitindo por isso flexão de grau [...]. Quando são graduáveis têm superlativo absoluto sintético [...], podendo então ser modificados por advérbios de quantidade [...]*

Brito (2003: 419)

Lista de Itens Lexicais

tarde, não, longe, amanhã, possivelmente, logo

Comando:

(i) Quais dos itens lexicais exemplificam a informação do excerto?

(ii) A tradição gramatical classifica todos os itens lexicais acima como 'advérbios'. Com base em sua resposta (i), você concorda com a tradição gramatical?

4. (*Ver gabarito em Vol 2)*

Observe o excerto abaixo, seguido de uma listagem de itens lexicais e proceda ao comando da sentença.

Excerto

> *Há um pequeno número de advérbios que são transitivos, isto é, seleccionam argumentos, o que os aproxima das preposições [...]*
>
> *Brito (2003: 420)*

Lista de Itens Lexicais

longe, muito, acaso, também, depois, hoje, abaixo, antes

Comando:

(i) Quais dos itens lexicais exemplificam a informação do excerto? Dê exemplos dos itens inseridos em sentenças;

(ii) A tradição gramatical classifica todos os itens lexicais acima como 'advérbios'. Com base em sua resposta (i), você concorda com a tradição gramatical?

5. (*Ver gabarito em Vol 2)*

Tradicionalmente, advérbios (ou 'advérbios preposicionados'), quando ligados a verbos, são considerados 'adjuntos do verbo'. Observe as sentenças abaixo:

(1) a. * O Jair vai
    b. O Jair vai pra Bragança

(2) a. * Xandinho mora
    b. Xandinho mora na Zona Sul

(3) a. O Jair vai pra Bragança amanhã

Faça a projeção arbórea das sentenças (1b), (2b);

Pela projeção arbórea você ratifica a posição da tradição gramatical de que advérbios são adjuntos 'sempre'?

6. (*Ver gabarito em Vol 2)*

No capítulo 4, vê-se que muitos particípios verbais funcionam sintaticamente como adjetivos – ver definição em (62) naquele capítulo. Observe as sentenças abaixo:

(1) a. Fernanda está preocupada com a neta
    b. Fernanda está preocupadíssima com a neta

(2) a. José é um homem ocupado
    b. Ele é um homem ocupadíssimo

<u>Comando</u>:

faça a projeção arbórea das sentenças (1a), (1b);

faça a projeção arbórea das sentenças (2a), (2b);

a partir das projeções arbóreas aponte a característica sintática que aproxima particípios verbais de adjetivos;

a partir de características morfossintáticas, ratifique a razão de se considerar particípios verbais como formas similares a adjetivos

7. (*Ver gabarito em Vol 2)*

Faça a projeção arbórea de:

(1) Uma moça que você conhece bem deixou este recado pra você

(2) Aquela aluna, que pediu novo prazo para a entrega do teste, está atrasada

Exercícios VII

1. (*Ver gabarito em Vol 2)*

Nas ocorrências do sintagma preposicional **de** abaixo (e de sua expansão) aponte a c-seleção e/ou a s-seleção[8]:

a. Émerson gosta **de** viajar **de** carro

b. Eu preciso **de** dinheiro

c. A Maria veio **de** Salvador

d. O fato **de** o dólar disparar não freia a minha fome

e. Esta mesa é feita **de** mármore **de** Carrara

2. (*Ver gabarito em Vol 2)*

a. Represente os SFs abaixo; atente para as projeções SPs:

b. O João viaja de trem

c. A Maria dançou a valsa no teatro municipal

d. A Sandrinha cantou um fado com o Marco

e. A Laura abandonou os estudos por desânimo

f. Rita deixou o trabalho porque viajou para a Espanha

3. (*Ver gabarito em Vol 2)*

Represente os SNs em colchetes abaixo, atentando para o SN maximamente estendido e as projeções SQ e SD:

a. [Toda menina] gosta de boneca

b. [Cada uma daquelas pessoas] dança bem

c. [Todos os meninos da festa] estavam fantasiados

d. [Nenhum caminho] é pior que este

8. Exercício baseado em Mioto et al. (2004: 115), questão 3.

Exercícios VIII

1. (*Ver gabarito em Vol 2)*

(I) Projete as sentenças entre colchetes:

(a) Ela perguntou [*por que Mariana voltou*]

(b) Mariane não compra um carro [*porque não tem dinheiro*]

(c) [*O medo de que os piratas atacassem o navio*] contagiava todo mundo

(d) Os alunos [*que são bem sucedidos*] gostam de estudar para os exames

(e) Heloísa queria sair de lá, [*mas sua mãe a impedia*]

2. (*Ver gabarito em Vol 2)*

(I) Nas sentenças abaixo (a)-(g), defina a categoria do item lexical "que" de acordo com a sequência abaixo – (1), (2), (3), (4):

(1) pronome interrogativo; (2) complementizador; (3) pronome relativo; (4) conectivo

(a) Ele não fez a prova por que razão ( )?

(b) Eu quero que ( ) este livro seja lido!

(c) Ele não sabe porque ( ) Joana saiu.

(d) Kiko observava o que (3) eu falava.

(e) Ele fez aquela compra por quê ( )?

(f) O que ( ) que ele fez?

(g) Olhe! Lá estão as pessoas de que ( ) falamos!

3. (*Ver gabarito em Vol 2)*

(I) Desenhe as projeções do sintagma em que o item lexical "que" se insere no exercício (2)